



II GOVERNO ENG. ILDO MENEGASTTI

MENSAGEM

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



353
750000

- SUMÁRIO DAS ATIVIDADES DO EXECUTIVO
NO EXERCÍCIO DE 1965

ACOSTO 1965
PPC
ACOSTO 1965
PPC
ACOSTO 1965
PPC

As atividades desenvolvidas no exercício de 1965, consubstanciadas nos relatórios de cada um dos Órgãos da Administração Pública, foram agrupadas segundo as Funções, desempenhadas pelo Governo; estas Funções, por sua vez, estão reunidas em Áreas de atividade, dentro do seguinte esquema:

I. - Área Social

I.1. - Educação

I.2. - Saúde

I.3. - Trabalho, Previdência e Assistência Social

I.4. - Habitação e Serviços Urbanos

II. - Área Econômica

II.1. - Recursos Naturais e Agropecuária

II.2. - Indústria e Comércio

III. - Área de Infraestrutura

III.1.- Energia

III.2.- Transportes e Comunicações

III.3.- Indústria e Comércio

III.4.- Habitação e Serviços Urbanos

IV. - Área de Serviços Gerais

IV.1. - Governo e Administração Geral

I. - ÁREA SOCIAL

Compõem esta área as seguintes Funções e Orgãos:

1.1. - Educação

1.1.1. - Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura

1.2. - Saúde

1.2.1. - Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde

1.3. - Trabalho, Previdência e Assistência Social

1.3.1. - Instituto de Previdência do Estado de Rio Grande do Sul.

1.4. - Habitação e Serviços Urbanos

1.4.1. - Secretaria de Estado dos Negócios de Trabalho e Habitação.

I.1. - EDUCAÇÃO

**1. 1.1. - SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE EDUCAÇÃO E
CULTURA**

Durante o exercício de 1965 esta Secretaria adotou uma estrutura organizacional para atender, realmente, os altos objetivos educacionais do Estado.

A Secretaria da Educação e Cultura, que funciona desde 26 de junho de 1935, então sob a denominação de Secretaria da Educação e Saúde Pública, no que tange ao aspecto organizacional, pouco, ou quase nada, progrediu para acompanhar não só a crescente evolução tecnicista, como a própria explosão demográfica do Estado.

Por isso, via-se esta Secretaria de Estado, na sua parte estrutural, uma verdadeira macrocefalia, com absoluta predominância de órgãos diretivos, em detrimento de órgãos executivos.

O resultado dessa estruturação está consubstanciado no Decreto nº 17750, de 31 de dezembro de 1965, que dispõe sobre a reorganização dos Serviços da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

Deverá ser observado que, por essa nova orientação, eliminados foram os setores que representavam duplicidade de atuação, banidas as tarefas desnecessárias, e criada a possibilidade de uma análise criteriosa para o estudo de tramitação de expediente e papéis.

Presente o sistema departamental, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura passou a ter a seguinte estruturação:

- I - Órgão complementar de direção
1. Conselho Estadual de Educação

- II - Órgão de Colaboração
 - 2. Conselho Estadual de Cultura
- III - Órgãos Auxiliares de Secretário de Estado
 - 3. Gabinete
 - 4. Assessoria Técnico-Administrativa
- IV - Órgãos de Ação Educativa
 - 5. Departamento de Educação Primária
 - 6. Departamento de Educação Média
 - 7. Divisão de Educação Artística
 - 8. Divisão de Educação Física
 - 9. Divisão de Municipalização do Ensino Primário
- V - Órgãos de Estudos e Pesquisas
 - 10. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais
 - 11. Divisão de Estatística Educacional
 - 12. Serviço de Arquitetura Social
- VI - Órgão de Assistência Social
 - 13. Divisão de Assistência Social Escolar
- VII - Órgão de Fiscalização
 - 14. Divisão de Ensino Particular
- VIII - Órgãos de Difusão Cultural
 - 15. Departamento de Ciências e Cultura
 - 16. Divisão de Divulgação
- IX - Órgãos de Administração
 - 17. Departamento de Administração Geral
 - 18. Delegacias Regionais da SED

Com tal procedimento estará esta Secretaria capacitada a cumprir a meta educacional do Governo, dinamizando os diferentes graus de ensino e procurando, dentro da

realidade sócio-econômica, erradicar o analfabetismo do Estado.

A seguir estão relacionadas as realizações da Secretaria de Educação e Cultura, durante o exercício de 1965, podendo-se verificar, não só pelas exposições correspondentes a cada setor desta Pasta, como também pelos elementos estatísticos, que a gestão, no setor educacional, em linhas gerais, correspondeu aos objetivos do plano governamental.

I.1.1.1. - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

O Departamento de Educação Primária, que compreende todos os aspectos do ensino primário do Estado, constituindo-se num dos mais importantes e mais vastos setores da Secretaria de Educação e Cultura, substituí, com a reestruturação desta Pasta, a antiga Superintendência do Ensino Primário.

O ensino primário comum foi ministrado no ano de 1965, em todos os municípios gaúchos através de uma rede de 1.413 escolas, sendo 1.008 Grupos Escolares, 195 Escolas Isoladas, 181 Escolas Reunidas e 47 Cursos Primários de Escolas Normais. Esta rede de estabelecimentos de ensino primário atendeu, durante o ano que passou, 418.000 alunos, cuja idade está compreendida entre 7 e 14 anos. Para atingir esse número de matrículas, a Secretaria conta atualmente com um quadro de 20.177 professores, que, somado aos elementos da administração das escolas e ao quadro de regentes escolares, bem como ao pessoal contratado a título precário a fim de atender escolas de difícil provimento, representa um contingente de 24.190 servidores.

É de se destacar que durante o ano de 1965 verificou-se uma evasão de 43.466 alunos, tendo baixado, assim, a matrícula real para 374.543 alunos. A precária situação econômica das famílias, que são forçadas a encaminhar muito cedo os seus filhos para afazeres alheios à vida escolar deve ter sido, sem dúvida, o maior responsável por esse

número de crianças que, matriculadas, abandonaram a escola.

O crescimento havido no total de matrículas nas escolas de ensino primário mantidas pela Secretaria, no ano de 1 965, representa em relação ao ano anterior, em acréscimo de mais de dez por cento, ou seja, em números, um aumento de 43.378 alunos.

É de se registrar que, a par do aumento real de mais de dez por cento verificado no número de matrículas em relação ao ano de 1 964, o índice de evasão da matrícula geral para a matrícula real foi, em 1 965, bem menor que no ano anterior. Isto dá mais ênfase ao aumento das matrículas registradas em 1 965.

Como se sabe, 1 965 foi o "Ano da Criança", tendo o Departamento de Educação Primária, através de seus diversos órgãos de serviços, desenvolvido proveitosa programação em favor do maior entrosamento entre o Lar, a Escola e a Comunidade. Esta campanha de alto sentido teve excelentes resultados ainda no exercício de 1 965, devendo projetarem-se no ano de 1 966 e nos exercícios futuros, tal a profundidade da programação levada a efeito por este setor da Secretaria.

I.1.1.1.1. - ESCOLAS INTEGRADAS À COMUNIDADE

Dentro do programa que visa a contar com a participação da comunidade no processo educacional, o Setor de Escolas Integradas à Comunidade desenvolveu proveitosa atividade no ano de 1 965. Três estabelecimentos desse gênero funcionaram com efetivos resultados, o que anima o Governo a intensificar a conclusão de mais 4 outras unidades dessa natureza, cujas obras em andamento, beneficiarão as cidades de Canoas, Lajeado, Montenegro e Santa Rosa, municípios em que deverão funcionar esse tipo de escola.

Com a conclusão dessas 4 escolas mencionadas, o número de estabelecimentos dessa natureza será de 7, já que estão em plena atividade as escolas integradas de São Leopoldo, de Caxias do Sul e de Rio Grande.

I. 1.1.1.2. DIVISÃO DO ENSINO RURAL

É de importância destacar, no setor de educação primária rural do Estado, os esforços conjugados pelos órgãos responsáveis da Secretaria de Educação e Cultura, no sentido de melhor integrar a escola rural na comunidade, - proporcionando-se, cada vez mais, a criança do meio rural e às populações rurícolas, desde os mais distantes recantos do interior riograndense, os meios de que tanto carecem para alcançarem uma formação integral, capaz de lhes abrir amplos caminhos para melhorarem sempre mais suas condições de vida.

Com adequada assistência e estímulo da escola para a comunidade, abrem-se oportunidades de real aperfeiçoamento técnico-agrícola que, pelas vantagens demonstradas, através da experiência orientada pela escola, vem despertar maior interesse pela atividade agrária, possibilitando a cada um e a todos os meios essenciais para melhores condições de habitação, alimentação, assistência social, etc. em harmonia com um crescente progresso do ponto de vista intelectual, moral e social.

O espírito comunitário, cujas bases estão assentadas na estreita colaboração e aproximação entre a Escola rural e a comunidade, tem sido e continuará sendo objeto de especial atenção do atual Governo.

Cumpre destacar, em síntese, que, em 1965, numa rede escolar de 2.639 unidades, foram matriculados 112.572 alunos, verificando-se a média de 69 alunos para cada escola primária rural, média essa que, fora de dúvida, vem comprovar ainda mais a importância e a necessidade do ensino primário nas zonas rurais.

Para atender esse total de matrículas (112.572) conta o Estado com 4.999 professores integrantes do quadro do Ensino Rural.

I. 1.1.1.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Serviço de Orientação e Educação Especial, sob cuja responsabilidade está a atividade relevante e fundamental de prestar especial assistência à Família e à Escola, no sentido de solucionar problemas que dizem respeito à profilaxia de doenças mentais e ao tratamento de crianças e adolescentes, que exigem cuidados especializados, para um ajustamento psico-social adequado, desenvolveu e aplicou atividades, no ano de 1965, dentro dos diversos campos que a seguir enumeramos:

Profilaxia: Deve-se destacar, neste particular, a orientação e a dinamização racional que foi imprimida nesse sentido, através da realização de encontros, palestras, distribuição de material educativo, divulgação de importantes artigos pelos órgãos de divulgação escrita e falada, visando acima de tudo, ir ao encontro das necessidades essenciais das diferentes classes sociais e profissionais, tais como professores, pais, entidades interessadas pelas excepcionais, enfim, com relação à comunidade em geral.

Além de importantes realizações no que tange à orientação técnica a professores e o atendimento de crianças pelos Centros de Recreação, atingindo um total de 323 crianças, nos Municípios de Porto Alegre e Pelotas, tem-se como ponto alto no campo da profilaxia o êxito alcançado na Semana do Excepcional. Graças aos incansáveis esforços e ao dinamismo conjugados em tão importante empreendimento, foi possível executar um programa intensivo de mobilização da comunidade para reconhecimento dos direitos do excepcional e com vistas ao conhecimento de possibilidades de educação de subdetado.

Diagnóstico e Tratamento. Como fruto de eficiente colaboração de equipes formadas por médicos, psicólogos, assistentes sociais e professores, cada um cuidando da investigação de aspectos relacionados com sua especialização, foram atendidos 660 clientes, de um total de 1.127 solicitações.

As pessoas atendidas em função dos casos atingi-
ram, por sua vez, a soma de 1.320.

Educação Especial. Foram desenvolvidas atividades junto às instituições que atendem excepcionais subdotados, mediante trabalho docente de professores especializados, orientados e supervisionados pelo SORE.

Mobilizando recursos comunitários de parte das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais, foi instalada uma nova escola especial em Santa Cruz do Sul e ficou plane-
jada, para 1966, a instalação das escolas especiais de Gra-
vataí e Bom Jesus.

Há que ressaltar, ainda, no que se refere a Regu-
las Especiais, a manutenção de uma rede de 19 unidades esco-
lares, com matrícula total de 501 alunos e um corpo docente
de 98 professores.

Na parte relativa a Classes Especiais, funciona-
ram 54 classes, com matrícula de 812 alunos e 54 professoras
em exercício.

Formação de Pessoal. Visando proporcionar atualização perma-
nente aos técnicos de SORE e a preparação de professores -
para educar o excepcional, desenvolveram-se, entre outras
importantes atividades, cursos internos para o pessoal de
SORE, cursos para professores, etc.. Cumpre salientar, pela
sua importância e significação, o fato de terem sido encami-
nhados para estágio ou cursos de aperfeiçoamento fora do Es-
tado, os seguintes elementos: 1 psicólogo e 4 professores, à
Clínica de Paralisados Cerebrais de Petrópolis, Estado de
Rio; 4 professores para especialização no trabalho com ce-
gos, em São Paulo; 5 professores para especialização no
trabalho com surdos, na Alemanha.

I.1.1.2

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MÉDIA

I.1.1.2-1 DIVISÃO DO ENSINO NORMAL

A Divisão do Ensino Normal, antiga Superintendên-
cia do Ensino Normal, que compreende os serviços de Ensino-

Normal, Ensino Normal Rural e a seção de Estudos e Informações, registrou no ano de 1963 a matrícula global de 8.256 alunos, assim distribuídos: de grau colegial, 3.828 alunos; de grau ginásial, 2.944 alunos; rurais, 250 alunos; Institutos de Educação, 1.944 alunos.

Estas Matrículas foram distribuídas através das 44 unidades escolares das diversas categorias de ensino normal.

É de se destacar que a predominância de ensino normal está com os estabelecimentos particulares de ensino. Assim, enquanto o Estado conta 44 estabelecimentos de ensino normal, os estabelecimentos particulares têm 118 unidades dessa categoria de ensino, sendo que dos estabelecimentos particulares mais de 90% pertencem a ordens e organizações religiosas.

Concluíram no ano de 1963 cursos em estabelecimentos de ensino normal 3.365 alunos, dos quais 1670 em estabelecimentos estaduais e 3.693 em escolas particulares.

1.1.1.2.3. DIVISÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

A Divisão de Ensino Secundário, que substituiu, com a reestruturação dos serviços da Secretaria de Educação, a antiga Superintendência de Ensino Secundário, e que se constitui num dos mais importantes setores desta Pasta, registrou, no ano que passou, 71.726 matrículas, sendo 59.536 no Curso Ginásial, e 12.190 no Curso Colegial.

Registrou-se, também, o estabelecimento de 22 novos ginásios e de 4 novas unidades de grau colegial.

A Secretaria, para o atendimento dessas 71.726 matrículas, teve de admitir, para reforçar o seu quadro, 904 novos professores, sendo 810 em regime de contrato e 94 foram nomeações interinamente.

1.1.1.2.3 - DIVISÃO DO ENSINO TÉCNICO

A Divisão de Ensino Técnico, antiga Subsecretaria de Ensino Técnico, que compreende os serviços de Ensino Comercial, de Industrial e de Agrícola, registrou a matrícula-

real de 19.942 alunos, assim distribuídos: Ensino Comercial, 15 estabelecimentos, 7.616 alunos; Ensino Industrial, 41 estabelecimentos, 9.504 alunos, e, Ensino Agrícola, 87 estabelecimentos, 2.822 alunos.

Para atender a matrícula de 19.942 alunos que frequentaram os 82 estabelecimentos subordinados à Divisão de Ensino Técnico a DE contou com o trabalho efetivo de 1.802 professores.

I.1.1.3 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

A Superintendência de Educação Artística é o órgão da Secretaria de Educação e Cultura incumbido da coordenação e orientação das atividades escolares relativas à música, ao desenho e às artes aplicadas, ao teatro escolar e à arte coreográfica, nas escolas de níveis primário e médio no ensino estadual.

No decorrer de 1965, realizou cursos de extensão, aperfeiçoamento e revisão, para professores especializados, da capital e do interior do estado; missões pedagógicas e culturais em várias localidades do interior; promoveu festivais de arte na comunidade; organizou concertos sinfônicos para a juventude, em colaboração com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre; espetáculos em escolas; etc.

Sintetizando, suas atividades podem ser assim descritas: três missões pedagógicas; oito cursos realizados; 15 conferências proferidas; 5 exposições; 10 concertos; 2 desfiles de orfeões e conjuntos rítmicos e melódicos; realização de concursos de ingresso para professores especializados em desenho e artes plásticas; realização do "2º Encontro Estadual", reunindo professores dos níveis primário e médio.

I.1.1.4 - DIVISÃO DE MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

Desde sua criação, pelo Decreto nº 11.192, de 29 de fevereiro de 1960, vem o Serviço de Expansão Descentralizada

da do Ensino Primário, atual Divisão de Municipalização do Ensino Primário, espendendo-se na importante tarefa de promover a descentralização do Ensino Primário, mediante acordos e convênios entre o Estado e os Municípios, colaborando com estes no sentido de realizar a expansão e o aperfeiçoamento do ensino primário municipal.

Não obstante as dificuldades de ordem financeira e de professores estaduais disponíveis, para dispensar um atendimento eficiente ao elevado número de municípios que mantêm tais convênios ou acordos, contou em 1963, com a atuação de 187 coordenadores, 143 supervisores e 6.931 professores, num esforço coordenado e constante entre Estado e Municípios, no sentido de bem conduzir e intensificar a rede de ensino primário nos municípios.

Fornas realizadas contátes periódicos com coordenadores e supervisores, através de encontros realizados em Porto Alegre, bem como concluída a 2ª etapa do currículo do Curso de Treinamento de Professores do SESEP, curso este que realizou no Centro de Treinamento em Júlio de Castilhos.

No exercício de 1963, foram concluídas 137 prédios escolares do SESEP, com pagamentos executados num montante de Cr\$. 303.103.800, somente na parte referente a construção de prédios.

A despesa com pagamento do pessoal do SESEP, inclusive de adobrimento de 1964, atingiu a soma de 63.080.354.101. (três bilhões e oitenta milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil cento e um cruzeiros).

1.1.1.5 - CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, órgão técnico pedagógico desta Secretaria, incumbido de tarefa de relevância no desenvolvimento educacional do Estado, prossegue na realização de suas finalidades legais, realizando o trabalho que desenvolveu no sentido do aperfeiçoamento do ensino e do corpo docente.

No decorrer do exercício de 1965 realizou: 238 planejamentos técnico-pedagógicos; 99 diretrizes, monografias e boletins; orientação técnico-pedagógica a educadores ou outros; 11 seminários, com 1.143 participantes; 37 cursos, com 3.342 participantes; 12 missões pedagógicas, com 3.627 participantes; 12 encontros pedagógicos, com 1.232 participantes; 1 jornada, 1 painel, 64 palestras e 94 reuniões, num total de 172 atividades compreendendo 1.437 participantes.

Foram prestadas orientação ou assistência a delegados regionais de ensino, orientadores de Educação Primária, diretores de escolas, professores fiscais, estudantes e famílias.

Realizou-se, ainda, esse órgão, na aplicação de provas e testes, pesquisas, supervisão à estabelecimentos de ensino e outras atividades correlatas.

1.1.1.6 - DIVISÃO DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL

Este setor desenvolveu-se em esforços para se aproximar da realidade estatística no Estado, eis que ao fim do exercício de 1965, já eram levados ao prelo os "Anuários de Estatísticas Educacionais e Culturais" do Estado, referentes aos anos de 1963 e 1964.

1.1.1.6-1 - ESTATÍSTICA DO ENSINO PRIMÁRIO

Concluir o trabalho de apuração das estatísticas de ensino primário, relativos aos anos de 1963 e 1964, que abrangem as seguintes categorias de ensino:

- pré-primário infantil
- primário comum (1ª e 6ª série)
- primário supletivo.

O trabalho consistiu de várias fases: cadastramento, crítica, revisão, classificação e apurações referentes a cada unidade, quer pertencentes a esfera estadual, municipal, federal ou particular.

A situação, em 1964, era a seguinte: estabelecimentos de ensino primário comum: 13748; Pré-Primário Infantil: 650; supletivo: 630, apresentando um total geral de 14.999 estabelecimentos. Corpo docente: Primário comum: 38.935 Pré-

Primário Infantil: 1.977, Supletivos: 1.143, apresentando um total geral de 31.077 professores de ensino primário geral, de dependências administrativas Federal, Estadual, Municipal e Particular.

Foram feitos levantamentos, quanto ao Ensino Extra-primário, Estatística Cultural que compreende Associações esportivas, Culturais, Teatros, Ginasios, etc. bem como cultos das diferentes seitas religiosas.

1.1.1.7 - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ESCOLAR

A Divisão de Assistência Social Escolar, antiga Superintendência de Educação Física e Assistência Escolar, tem a seu cargo desenvolver trabalhos no sentido de promover assistência social, médica e odontológica aos alunos dos estabelecimentos públicos estaduais, bem como proceder a estudos para concessão de bolsas escolares.

Este setor da Secretaria realizou um programa durante o ano de 1965 onde se destaca, entre outros, o trabalho dos serviços médicos praticados através dos ambulatórios nos Grupos Escolares. Foram registrados nestes ambulatórios 40.001 atendimentos, o que representa um aumento real de, aproximadamente, 20 por cento em relação aos atendimentos durante o exercício anterior. A distribuição de vestuário aos alunos (uniformes) registrou 24.053 crianças beneficiadas. O fornecimento de alimentação, quer nas Escolas, quer nas Colônias de Férias, foi bastante expressivo, superando em cerca de 12 por cento o volume da distribuição do exercício anterior. Funcionaram, em 1965, 16 Colônias de Férias, atendendo a 9.620 escolares. O setor de Educação Física, também desenvolveu, no decorrer do ano de 1965, um trabalho que corresponde ao planejamento elaborado, desenvolvendo, supervisionando e orientando ensino da educação física nos estabelecimentos de ensino público do Estado.

1.1.1.8 - DIVISÃO DO ENSINO PARTICULAR

A Divisão de Ensino Particular, órgão incumbido de orientar e controlar as atividades relacionadas com o funcionamento e a fiscalização do ensino particular, desenvolveu no ano que passou uma atividade intensa, visando a desempenhar as suas importantes atribuições, colhendo apreciáveis resultados, no que tange, especialmente na fiscalização e na orientação do ensino ministrado através dos estabelecimentos particulares - espalhados por todo o Estado.

1.1.1.9 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E CULTURA

O Departamento de Ciências e Cultura e ex-Divisão de Cultura, no ano de 1963, desenvolveu as seguintes atividades:

No setor de artes realizou 66 concertos e promoveu o VI Seminário Sul-Riograndense de Música e o Seminário Permanente de Música, na Capital, tendo, no interior, em Passo Fundo, realizado o 2º Seminário de Música Interior.

No teatro, o acontecimento mais importante foi a inauguração do Teatro Experimental Álvaro Moreira, com a apresentação do teatro do Instituto de Educação. No Teatro São Pedro foram feitas 213 realizações, dos mais variados gêneros.

É de se registrar, também, o desenvolvimento de trabalhos no setor de Artes Plásticas, Setor de Cinema, Discoteca Pública, Escolinha de Arte, frequentada por 270 alunos, funcionando diariamente em três turnos.

No Diretoria de Letras, foram editadas 8 obras e distribuídas livres a 89 bibliotecas do Estado. A Biblioteca Pública atendeu a 154.248 consulentes e leitores, além de ter realizado exposições e comemorações específicas.

Na Diretoria de Ciências, o Instituto de Linguística e Antropologia Aplicada, foram realizadas viagens no interior, a fim de colher dados para pesquisas linguísticas; participou em seminários, e realizou-se curso de Português para funcionários de entidades particulares. Foi feita a redação de programa "Do Japão ao Brasil", a ser transmitido pela Rádio Universitária, em Português e Japonês.

O Instituto de Estudos Sociais e Filosóficos ini -

ciou um levantamento sócio-cultural do Rio Grande do Sul, enviando questionários para 186 municípios, dos quais 92 já responderam. Nesse mesmo diapeção, funcionaram o Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais e o Arquivo Artístico e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico.

O Instituto de Tradições e Folclore, instalou em fins de março, a Escola Gaúcha de Folclore, em caráter universitário, sabendo nesse setor ao mesmo Estado a primazia desta iniciativa, no País. O Museu "Júlio de Castilhos" teve, proporcionalmente, a maior visitação a de qualquer outro Museu do País. Lá compareceram cerca de 40 mil pessoas, nelas se incluindo 300 escolas e quase 12 mil estudantes.

I.1.1.10 - DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO

A Divisão de Divulgação, não obstante a precariedade de de material e de elementos humanos especializados apresentou, no ano de 1963, relevantes serviços à causa de educação e de cultura, divulgando os programas e a ação do setor governamental que executa a política educacional do Estado.

Utilizando-se de todos os meios e órgãos de divulgação, essa Divisão levou ao conhecimento de toda a comunidade rio-grandense aspectos os mais variados dos múltiplos setores educacionais, desde os que se relacionam com o ensino primário, secundário e técnico, até os relativos aos órgãos incumbidos de preservar e aprimoramento cultural e artístico.

I.1.1.11 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Antiga Diretoria Geral, com a colaboração dos diversos órgãos a ela subordinados, teve como ponto alto de suas realizações a maior sinalização possível dos seus diversos serviços, no sentido de diminuir ao máximo os conhecidos entraves que são causados pela excessiva burocratização das atividades em geral e consequente morosidade no andamento dos trabalhos.

Partindo da simplificação racional e gradual da tramitação do grande volume de expedientes e cuidando assiduamente de melhor distribuir os serviços, de acordo com a capacidade específica e o número de funcionários disponíveis, foi possível acelerar e manter num ritmo de certa modo satisfatório a execução dos serviços de maior relevância, quer na parte responsável pelo controle e execução orçamentária, quer na organização cadastral, estudos e pareceres inerentes a pessoal fixo e variável vinculado à SEC, quer no que diz respeito à aquisição, destinação e conservação de material, de veículos e demais elementos necessários ao desenvolvimento normal das diversas atividades relacionadas com os diferentes setores.

Foi dispensado, igualmente, cuidado especial, mediante estudos, extensivos contactos e acordos com as partes interessadas, no problema relacionado com locações de imóveis para funcionamento de escolas e de setores administrativos da SEC. Dando-se a esses assuntos um tratamento mais eficiente e objetivo, dada sua importância e complexidade, foram resolvidos convenientemente, evitando-se os prejudiciais atrasos nos pagamentos de aluguel e consequentes ações de despejo para retomada de prédios cujos compromissos de locação não eram cumpridos nos respectivos prazos.

I.1.1.11 - 1 BOLSAS DE ESTUDO

Outro setor de importância e que se destacou pela sua atuação durante o exercício de 1965, foi o Serviço de Bolsas de Estudo da Secretaria da Educação e Cultura, tendo, além de tantas outras importantes realizações, tais como levantamentos, estudos, planejamento e controle de bolsas de estudo de todos os níveis de ensino, dispensado especial cuidado no problema relacionado com pagamentos e revalidação de bolsas de estudo e de convênios de anos anteriores.

Foram renovadas 1.500 bolsas de estudo a estudantes de Agronomia, Veterinária e Cursos Agro-Técnicos, bem como regularizado o pagamento das bolsas renovadas, de 1964 para 1965, a

300 estabelecimentos de ensino, concedidas pelo Fundo Nacional de Ensino Médio, com a colaboração da Comissão Estadual de Bolsas de Estado.

Foram avaliadas e classificadas 1.688 inscrições efetuadas pelas Delegacias Regionais de Ensino, no que se refere a bolsas do Fundo Nacional de Ensino Médio, para o ano de 1965. Da mesma forma fez-se avaliação e classificação de 200 inscrições para bolsas concedidas através de Convênio e Contrato da Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, bem como a renovação de 350 bolsas decorrentes de Convênio e Contrato firmado com a mesma Universidade, em anos anteriores.

Além de completo levantamento de todos os bolsistas, por Município, e do total de alunos por estabelecimento de ensino, tanto do interior como da capital, efetuou verificação e controle de 120 estabelecimentos de ensino que mantêm convênios, contratos e acordos com o Estado, na capital e interior bem como o cancelamento de cerca de 300 bolsas provenientes de convênios, contratos e acordos especiais, em virtude da desistência de candidatos, reprovações de alunos e ausência no estabelecimento de ensino respectivo.

Inclusão os diversos estabelecimentos contemplados com bolsistas e mais os beneficiados pela Lei nº 4250, de 2 de janeiro de 1962, foi providenciado pagamentos num montante de Cr\$ 3.429.249.190.

Convém destacar, enfim, que ao Peter encarregado da realização e controle dos inquéritos e sindicâncias instaurados pela SBC, foi dada maior ênfase na parte referente à sua organização e funcionamento, muito embora não esteja enquadrado na nova estrutura daquela Secretaria de Estado.

Com relação ao fornecimento de material, abrangendo o de consumo, de trânsito e mobiliário, foi possível aplicar, em 1965, a soma de Cr\$ 468.568.130.

Houve um aumento de 46,3% no fornecimento de material de consumo, de 33,4% no de material de trânsito, e um decréscimo da ordem de 66,6% no fornecimento de móveis, em rela-

ção nos valores distribuídos em 1964.

No decorrer do exercício de 1965, ingressaram na Secretaria 87.700 processos, sendo que, na Diretoria Geral tramitaram 64.114, passando por sua Seção de Revisão mais de 60 mil processos, dos quais, mais de 1.500 foram estudados pela Assessoria da S.O.

I.1.1.12 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

I.1.1.12 - I SALÁRIO-EDUCAÇÃO

A - Quota Estadual

O Plano Nacional de Educação, órgão incumbido da distribuição dos recursos provenientes da arrecadação advinda do "Salário-Educação", canalizou para o Rio Grande do Sul, no ano de 1965, Cr\$ 1.155.675.938, correspondente à quota estadual.

No mesmo período, no que se refere à quota federal, foram arrecaçados os recursos, no montante de 500 milhões de cruzeiros.

De acordo com o que é estabelecido em convênio firmado pela Secretaria e o Ministério da Educação e Cultura, o Conselho Estadual de Educação aprovou a distribuição dos recursos provenientes do salário-educação, nas seguintes rubricas e quantias.

1.0 - Expansão

Construção, ampliação e equipamento

1.0.1- Construção de Escolas

Feram destinados Cr\$ 267.000.000, para a construção de escolas, nas seguintes localidades: Nova Frate, Nova Petrópolis, Onça, Santa Maria, Espumoso, Osório, Capapava de Sul, Jacutinga, Santa Rosa, Palmeira das Missões e Sobradinho.

1.0.2- Ampliação de práticas

Para a ampliação de prédios escolares, foi feita a destinação de Cr\$ 133.000.000, destinada aos seguintes municípios: Tramandaí, Rio Grande, Harval, São Jerônimo e Santo Augusto.

2.0. - Despesas de Custeio

2.0.1. - Pessoal docente:

Para o quadro de pessoal docente há a destinação de uma verba de Cr\$ 200.630.000, sendo 50.310.000, para contratação de professores para o ensino primário comum e Cr\$ 142.320.000, para professores de primário rural.

2.0.2.- Material de consumo

Para aquisição de material de consumo consta a verba de Cr\$ 29.370.000, sendo Cr\$ 20.000.000 para material didático e Cr\$ 9.370.000 para material de expediente.

2.0.3.- Aperfeiçoamento de pessoal

A fim de proporcionar o aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico-administrativo, consta a verba de Cr\$ 30.000.000.

Para o ensino municipal foram destinadas Cr\$100.000.000 e para o ensino particular Cr\$ 40.000.000.

B - QUOTA FEDERAL:

A destinação da quota federal foi no orden de Cr\$ 300.000.000, e teve a seguinte distribuição:

1.0 Expansão

Construção, ampliação e equipamentos

1.0.1. Construção:

Foram destinados Cr\$ 270.000.000 para construção de prédios escolares, nas seguintes localidades: Salvador de Sul, Encantado, Flores da Cunha, Bertão, Santa Maria, Górgio, Santiago, Viadutos, Nova Bassano, Alcoris, Iraí e Crissiumal.

1.0.2 Ampliação

Para a rubrica de "ampliação de prédios escolares" estão consignados recursos na ordem de Cr\$ 60.000.000 para distribuição em São Lourenço de Sul, Passo Fundo, Rosário do Sul e Cachoeira de Sul.

1.0.3 Equipamentos

Para dotar de equipamentos as escolas primárias, - houve a destinação de Cr\$. 60.000.000.

2.0. Despesas de Custeio

Na rubrica "Despesas de Custeio", R\$ 260.000.000, foram destinados Cr\$ 260.000.000, distribuídos assim:

2.0.1	Pessoal docente	220.000.000
2.0.2	Material de consumo	20.000.000
2.0.3	Material didático	13.000.000
2.0.4	Material de expediente	7.000.000
2.0.5	Conservação e aluguel de prédios	20.000.000

1.1.1.13-2 FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Fundo Nacional de Educação, também objeto de convênio entre o Estado (SEC) e a União (MEC) diferencia-se do "Salário-Educação" por ser auxílio orçamentário do Governo da União, para o desenvolvimento do ensino primário e médio dos Estados. Àquela, tem sua receita proveniente de instituído na Lei 4.024 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), através de tributação às empresas existentes no País.

A. Fundo Nacional de Ensino Primário

- 1.0 - Expansão
- Construção, ampliação e equipamento

1.0.1- Construção

Foi prevista uma destinação de Cr\$ 560.000.000 para a construção de prédios escolares nas seguintes localidades:

São Leopoldo, Arroio do Meio, Caxias do Sul, Cabdelária, Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta, São Francisco de Assis, Canoas, Camaquã, Córre Largo, Eretria, Serafina Cerrão, Santa Rosa, Rio Grande, Alpestre, Coronel Bioso, São José do Ouro, Arroio do Tigre.

1.0.2 - Ampliação

Para essa finalidade foi destinada a verba de Cr\$ 50.000.000, a ser distribuída entre a cidade e Tapas.

1.0.3 - Equipamentos

Com destinação a escolas integradas e escolas primárias, há uma verba de Cr\$ 99.500.000 para atender a aquisição de móveis, máquinas, projetores, fichários, etc.

1.0.4 - Aperfeiçoamento de pessoal

Com tal objetivo há uma verba de Cr\$ 7.000.000, especificamente destinada para aperfeiçoamento e encontro de professores da 6ª série de ensino primário.

1.0.5 - Materiais

Para atender a aquisição de materiais especiais no desenvolvimento de trabalhos nas 6ªs. séries de primário, está consignada uma verba de Cr\$ 23.000.000.

B - Fundo Nacional de Ensino Médio

1.0 - Expansão

- Construção, ampliação e equipamento

1.0.1- Construção

Foram destinados Cr\$ 800.000.000 para os serviços de construção e ampliação de estabelecimentos de ensino médio, das seguintes localidades: Maximiliano de Almeida, Bento Gonçalves, Santa Maria, Passo Fundo, Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Rosa, Júlio de Castilhos, Santo Ângelo e Santiago.

1.0.2 - Ampliação, reforma e recuperação

Para a aplicação em ampliações, recuperações e reformas em estabelecimentos de ensino médio, foi destinada a importância de Cr\$ 160.000.000, aos seguintes municípios: Palmeira das Missões, Cachoeirinha, Festinal do Seturo, Rugaiana, Iraí, Novo Hamburgo, Visão, Porto Alegre, São Francisco de Paula, Rosário do Sul e Sapucaia.

I. 1.1.12-3 DISTRIBUIÇÃO E PREVISÃO

Como foi evidenciado, anteriormente, a distribuição dessas verbas obedece o critério fixado pelo Conselho Estadual de Educação.

Esse órgão, para o exercício de 1965, havia previsto recursos na ordem de 1 bilhão de cruzeiros, provenientes do Salário Educação e 1 bilhão de cruzeiros, da quota federal.

A realidade, entretanto, foi de Cr\$ 1.155.675.928, para a primeira rubrica e Cr\$ 500.000.000 para a segunda.

Previdentemente, entretanto, o Conselho programou uma distribuição de 650 milhões de cruzeiros, para cada uma daquelas rubricas. Verificar-se-á, por isto, um acréscimo na distribuição no que se refere aos recursos oriundos do Salário Educação e uma diminuição dos provenientes da quota federal.

A entrega desses recursos, aos inúmeros estabelecimentos favorecidos, é realizada em três parcelas, e com início no exercício de 1966, já que, somente agora, foram recebidas essas verbas.

I.3 - SAÚDE

1.2.1 - SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SAÚDE

A reorganização dos órgãos da Secretaria da Saúde por Decreto 16 773 de 28 de outubro de 1964, ainda que na dependência de regulamentação, foi um fator que contribuiu, de maneira eficiente, para a melhoria da execução orçamentária no ano de 1965.

As limitações impostas à execução do orçamento e especialmente as dificuldades de aquisição de material permanente, fazem com que, ano a ano, se agravem as deficiências em equipamento e alguns serviços tenham que sofrer o natural desgaste por carência de recursos para reposição e renovação.

O crescimento na tecnologia e urbanização da sociedade riograndense se realiza num ritmo que não é acompanhado pelos programas de Saúde.

Conquanto a saúde seja um fim em si mesma para cada ser humano, do ponto de vista social ela é um meio - um pré-requisito de desenvolvimento; é essencial, se produtividade e capacidade de investir e consumir devam ser aumentados e se as modificações de ambiente necessárias à exploração dos recursos naturais devam ser introduzidas.

À medida que se aperfeiçoa a máquina administrativa no sentido de ajustar o planejamento das atividades de saúde em bases racionais aos objetivos de desenvolvimento, mais saúde e bem estar serão assegurados à população.

Planejamento deve ser considerado como um processo contínuo a ser incorporado ao mecanismo administrativo e é mais uma atitude que um método. Com tal objetivo vem esforçando-se a Secretaria da Saúde, no sentido de fazer o diagnóstico da realidade sanitária do Estado, estabelecer as prioridades em relação aos problemas mais graves e de maior repercussão para, dentro dos recursos disponíveis, beneficiar ao maior número possível de indivíduos.

Um longo período de estagnação administrativa onde a hierarquia e a disciplina foram desvirtuadas e as reivindicações de grupos impediram uma política de pessoal ajustada às necessidades dos serviços de saúde, conduziu a que os quadros da Secretaria se desfalcassem de técnicos especializados, e trouxe desestímulo ao aperfeiçoamento adequado. O esforço de uma administração não são suficientes para, num curto período de governo, modificar este panorama.

Deficiências de tal ordem somente são superadas pela dedicação e desejo de servir que caracterizam o funcionalismo da Secretaria, nem sempre estimulado pelo reconhecimento da comunidade a quem procura servir com abnegação.

A execução orçamentária no exercício de 1965, sofreu as decorrências naturais de uma previsão baseada nas necessidades mínimas de 7 meses sem que fosse possível, apesar dos esforços reconhecidos do Tesouro do Estado, obter os recursos necessários à execução da extensa programação planejada.

A catástrofe que se abateu sobre o Estado, em forma de chuvas torrenciais que provocaram o transbordamento dos cursos d'água e a invasão de domicílios por águas pluviais, produziu também, um impacto negativo sobre a execução orçamentária.

Gastos imprevistos com pessoal e material, tiveram que ser enfrentados com os recursos disponíveis para as atividades de rotina.

Ainda nesta emergência releva salientar a dedicação dos funcionários desta Secretaria que não mediram esforços para prestar, à população flagelada, a assistência que sua capacitação profissional indicava e que o espírito de solidariedade humana impunha.

I.2.1.1 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

I.2.1.1-1 DIVISÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

As atividades desenvolvidas pela Divisão dos Serviços Técnicos (Gabinete), criada através do Decreto nº 16 773, de 28 de agosto de 1964, foram pequenas, dado ter sido a mesma definitivamente instalada, somente a 13 de outubro de 1965.

Houve, em 1965, boa produção dos diversos setores que compõem a Divisão dos Serviços Técnicos, que deve, em 1966, com as normas já elaboradas, apresentar melhor produtividade.

1) Seção de Bioestatística - Foi iniciada a apuração dos dados de 1963 e 1964 (Capital e Estado) para posterior publicação em boletim anual.

Além das atividades de rotina da seção, os serviços de enfermagem foram solicitados a prestar colaboração durante o período das enchentes na assistência à população flagelada.

Na emergência foi elaborada escala de pessoal de enfermagem de força a atender as necessidades de saúde dos flagelados, principalmente na Capital durante 24 horas ininterruptas.

As funções da Enfermeira de Saúde Pública junto aos postos de flagelados foram:

1. Organizar em cada posto uma sala de saúde capaz de assistir ao doente em curativos simples, injeções, aplicação de S.A.T., hidratação oral e suporte emocional.
2. Orientação dos responsáveis pelas mamadeiras e sopa do infante.
3. Orientar e supervisionar o pessoal auxiliar de enfermagem.
4. Triar os pacientes para a consulta, dando prioridade aos mais necessitados.
5. Vacinar e educar sanitariamente todos os flagelados.

3) Seção de Educação Sanitária - Obedecendo a um programa de divulgação de princípios gerais de higiene para a população foram desenvolvidas atividades educativas na Capital e em 10 municípios do interior.

Entre as diversas atividades destacam-se os cursos de : enfermagem caseira; escola de mães; trabalhos manuais; profilaxia de doenças transmissíveis; professores rurais; indústria alimentar caseira; enfermagem hospitalar; higiene alimentar; relações humanas; enfermagem para leigos.

Dados numéricos:

Cursos concluídos	74
Aulas ministradas	1 176
Frequência às aulas	38 620
Hora/aluno	60 635

4) Seção Fiscalização do Exercício Profissional

Foi ampliado o campo de ação da fiscalização, com a legalização das indústrias de inseticidas, raticidas, desinfetantes, cosméticos, produtos de higiene e de toucador, bem como o registro de gabinetes de Raios X, radioterapia e bancos de sangue.

Dados estatísticos das atividades:

Diplomas registrados	336
Licenças iniciais	217
Vistórias	125
Revalidações de licenças	
Visitas de inspeção	1 305
Medicamentos apreendidos.....	6 879
Receitas e requisições de entorpecentes visadas ...	8 356
Receitas de psicotrópicos visadas	8 785

5) Escola de Auxiliares de Enfermagem.

Inscreveram-se 64 candidatas, sendo aprovadas 21. Concluíram o curso 10 alunos.

Os alunos da 1ª e 2ª série do curso de auxiliares de enfermagem participaram na assistência aos flagelados, por ocasião das enchentes. Custo de aluno/ano, R\$ 535.300.

6) Curso de Visitadoras Sanitárias - Concluíram o curso de visitadoras sanitárias, a 12 de junho de 1965, 17 alunas.

7) Curso de Auxiliares de Saneamento -

A FSESP, realizou, em colaboração com a Secretaria da Saúde, dois cursos para formação de auxiliares de saneamento o 1º no período de 11.3.65 a 30.6.65, havendo concluído o curso 16 alunos; o 2º, de 10.7.65 a 30.11.65, havendo concluído o curso 17 alunos.

1.2.1.2 - SERVIÇOS DE LABORATÓRIO

O Instituto de Pesquisas Biológicas desempenha suas funções no desenvolvimento das atividades de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, tanto no setor de análises, eq

no na produção de vacinas ou no campo das investigações e pesquisas.

Principais atividades do Instituto durante o ano de 1965.

1. Preparação de Pessoal

a) Estágios:

Realizaram estágio no Instituto, 14 pessoas

b) Cursos técnicos:

Curso Internacional de Baixa (1 mês)

Curso de Patologia, Harvard, USA(2 anos)

Curso Coagulação sanguínea, Inglaterra (4 meses)

Curso de Microbiologia, Inst. da Universidade de Brasil (1 ano)

2. Obras de conclusão 3º pavimento.

Em fins de 1965 tiveram início as obras para a conclusão do 3º pavimento onde serão localizados os Laboratórios de Química e Bromatologia

3. Análises clínicas e bromatológicas.

Foram realizados 162 187 exames.

4. Laboratório Regional de Pelotas

Exames realizados 41 428

5. Análises prévias

Em virtude do convênio assinado em 1963 com o Ministério da Saúde este Instituto ficou credenciado a realizar análises prévias de produtos alimentícios a que se refere o artigo 48 do Código Nacional de Saúde.

A execução desse convênio vem se fazendo de modo satisfatório, com a cooperação da Procuradoria de Rio Grande do Sul na Guanabara, que serve de intermediária entre este Instituto e o Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos e Alimentos na recepção e remessa de toda a documentação e laudos de análises.

No ano de 1965 foram feitas e registradas no referido Laboratório 280 análises prévias de alimentos produzidos em nosso Estado.

6. Vacinas

a) Vacina antivariólica:

Em estoque	617 000	doses
Foram produzidas	544 000	"
Distribuídas para as unidades sanitárias	575 200	"
Destinadas ao Departamento de Saúde de Santa Catarina	130 000	"

b) Vacinas antitíficas:

Em estoque	617 700	doses
Foram produzidas	629 000	"
Distribuídas para as unidades sanitárias	784 000	"
Destinadas ao Estado de Piauí	10 000	"

c) Vacinas B.C.G.

Adquiridas	25 747	"
Produzidas	324 607	"
Distribuídas	350 354	"

d) Vacina antirrábica:

Após o "Curso Internacional sobre Raiva" assistido pelo Diretor do IPB, em maio, em Buenos Aires, foram adotadas as técnicas aos mais modernos avanços nesse campo de imunologia.

Entre as inovações introduzidas de imediato, foi produzida vacina antirrábica empregando cócculo de camundongo lactente, o qual é completamente destituído de mielina e, conseqüentemente, não corre o risco de determinar acidentes paralíticos. De outro lado, seguindo orientação do professor Athanasiu, do Instituto Pasteur de Paris, foi inativado o vírus rábico com Beta propiolactona. Esses dois elementos - cérebro de camundongo lactente e beta propiolactona

na produziram uma vacina altamente antigênica e sem risco de acidentes neurológicos.

Produção: (em doses de 1 ml.)

Vacina produzidas:

Vacina de encéfalo de carneiro	60 600
Vacina de encéfalo de esmundongo ...	<u>41 400</u>
Total	102 000

Vacina Liofilizada

Vacina de encéfalo de carneiro	40 200
-------------------------------------	--------

Distribuição:

Para Pôrto Alegre:

Para o IPB	12 960
Para particulares	7 445
Para o Interior do Estado :	<u>61 972</u>
Total	82 327

e) Vacinação antirrábica

O IPB é o centro de tratamento antirrábico de Pôrto Alegre e funciona como órgão supervisor em todo o Estado.

O Centro de Saúde de Pelotas e Santa Maria funcionam como distribuidores para um grupo de municípios satélites. Os demais são atendidos pelo IPB de Pôrto Alegre que envia vacina pelo meio mais rápido de transporte.

Submeteram-se a tratamento antirrábico em 1965, 5 078 pessoas assim distribuídas:

Em Pôrto Alegre:

Pacientes submetidos a tratamento no IPB	974
Pacientes submetidos a tratamento em domicílio (fornecimento de vacinas)	<u>459</u>
Total	1 433
No interior do Estado	<u>3 645</u>
Total no Estado ...	5 078

Não houve nenhum caso de raiva em pessoas que se submeteram a tratamento com vacinas produzidas no IPB.

f) Vacina contra a difteria-tétano-Portussis:

Em 29.5.1965 o Departamento Nacional da Criança remeteu para a Secretaria da Saúde 55 700 doses de vacinas triplas fabricada pelo Instituto Vital Brasil do Estado do Rio de Janeiro. Esta vacina foi distribuída para diversas unidades sanitárias do Estado.

7. Setor de Pesquisas e Inquéritos Epidemiológicos

a) Doença de Chagas em Teotônia.

Em meados de março de 1965, na Escola Agrícola de Teotônia, distrito de Estrêla, surgiu uma epidemia que atingiu 17 pessoas, cujo diagnóstico inicial foi de "Paratife". Por solicitação do Médico Chefe daquela Unidade Sanitária este Instituto remeteu grande número de doses de vacina antitífica.

Como entre 15 e 18 de abril ocorreram 3 óbitos entre os atingidos, o Chefe de Posto de Saúde de Estrêla, solicitou urgentemente a ida de técnicos àquela localidade já que havia muita intranquilidade entre os moradores daquele município.

No dia 19 o diretor de IPB, e o diretor do Departamento de Serviços Regionais, foram a Estrêla, onde realizaram o inquérito epidemiológico e coletaram diversos tipos de materiais para a realização de análises laboratoriais.

O paciente que faleceu em 18 de abril foi necropsiado e o material enviado a este Instituto e ao Serviço de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina.

Os informes epidemiológicos sugeriam uma contaminação oral, pois todos os doentes adoeceram entre 15 a 20 de março e todos faziam refeições no refeitório da Escola. Os cortes histológicos praticados no músculo cardíaco do paciente necropsiado revelaram grande número de formas de leishmanias de *Trypanosoma cruzi*.

Estabelecido o diagnóstico da doença de Chagas, voltou o Diretor do IPB novamente ao município de Estrêla em 23 de abril, acompanhado do Diretor da Circunscrição do Departamento Nacional de Endemias, a fim de realizar amplo expurgo nas áreas daquela Escola.

Como se tratava de um caso excepcional, pois que até hoje não fora assinalada epidemia de Doença de Chagas, foi achado oportuno trazer os doentes para Porto Alegre, a fim de se submeterem a todos os demais exames complementares que se faziam necessários. Os pacientes ficaram internados no Pavilhão de Isolamento do Hospital Sanatório Partenon, aos cuidados da equipe de clínicos do Instituto de Cardiologia.

Este Instituto realizou e continua realizando um metódico estudo sobre o caso com o objetivo de esclarecer todas as dúvidas existentes.

O diagnóstico da Doença de Chagas foi firmado de maneira indiscutível em 6 pacientes, sendo 2 por necropsia (encontro de formas de leishmania no músculo cardíaco) e 4 por isolamento da tripanosoma cruzi, que por inoculação em camundongo ou por xeno-diagnóstico.

O caso de Teotônia teve grande repercussão entre as instituições científicas nacionais. O Departamento Nacional de Endemias Hurais mandou um epidemiologista e outro técnico para realizarem estudos especializados. Da mesma forma o Instituto Oswaldo Cruz de Rio de Janeiro enviou técnico que realizou diversos estudos entomológicos e parasitológicos.

Foi realizado um grande inquérito sorológico entre a população de Teotônia.

b) Campanha contra a raiva canina.

A ocorrência de 6 óbitos por raiva em Porto Alegre e municípios vizinhos, em pessoas que não se submeteram a tratamento específico, teve amplo reflexo na imprensa da capital.

Como resultado o Governo do Estado designou uma comissão de combate à Raiva. A Comissão reuniu-se por diversas vezes no Instituto de Pesquisas Biológicas e foram fixadas normas para a campanha de vacinação específica nos cães de Porto Alegre que será realizada em março próximo. Já se encontram prontas 30 000 doses de vacinas antirrábica para uso canino, sendo a metade produzida pelo IPB e a outra metade pelo IPV da Secretaria de Agricultura.

e) Cultura de células e de vírus

A Seção de Virologia mantém uma série de linhagens de células em cultivo contínuo, que exigem repiques quase que diários. Essa cultura de células são usadas para isolamento de vírus.

De momento o IPB está trabalhando unicamente com Enterovírus. Cabe aqui registrar que por intermédio da Repartição Sanitária Panamericana recebemos no fim do ano passado todos os tipos sorológicos (em número de 58) de Enterovírus, o que nos permite identificar qualquer vírus desse grupo.

1.2.1.3 - SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

Os Serviços de Saúde Pública são executados pelo respectivo Departamento ao qual compete a orientação técnica e a elaboração de normas para maior eficiência dos serviços sanitários das unidades.

Compete ao Departamento de Saúde a condução e supervisão dos serviços de Epidemiologia; Tuberculose; Profilaxia da Leprosia; Doenças Venéreas; Cardiologia e Odontologia Sanitária, serviços estes integrantes das atividades da rede sanitária.

1.2.1.3-1 EPIDEMIOLOGIA

A Seção mantém o controle das ocorrências de todas as moléstias infecto contagiosas incidentes no Eg

tado, acompanhando através de um registro de ocorrências tô das as nuances que porventura se verifiquem.

Planejou a Secção e proseguirá no próximo exercício a revisão do fichário nominal de investigações Epidemiológicas, objetivando completar as libertações de todos os doentes portadores de Febre Tifóide e Difteria a fim de interferir decisivamente na erradicação desses disseminadores de Doenças Transmissíveis.

É muito alta a incidência de moléstias contagiosas para as quais contam os serviços com agentes imunizantes.

Foram enviadas às diversas Unidades Sanitárias, da Capital e do Interior um total de 249.585 ampolas de vacinas de tipos:

Diftérico Simples;
Diftérico Pertussis e
Tetânico.

O valor total dessas remessas foi de

CR\$ 22.187.010.

1) Difteria

Ainda é elevada a incidência dessa doença transmissível em nossa Capital. Entretanto, os casos ocorridos são em menor número que os previstos para o corrente ano, o que evidencia uma melhora nos resultados alcançados com as medidas profiláticas postas em execução.

2) Coqueluche

Houve recrudescimento na incidência desta doença nos últimos meses do ano o que determinou providências junto à unidades para incremento da vacinação.

3) Febre Tifóide

Os casos ocorridos e conhecidos pela Secção, foram em menor número que os previstos. Entretanto, cumpre

dizer que nem todos os casos de tifoide são comunicados à Seção, já que a terapêutica específica, e generalizada hoje pela Classe Médica, praticamente interrompe a manifestação clínica e a evolução dessa moléstia Infecto Contagiosa, frustrando assim o diagnóstico e o conhecimento por parte das autoridades sanitárias de maior número de casos que, certamente se correem em nosso meio, razão por que deve prosseguir a prática, altamente aconselhável, de vacinar sempre e cada vez mais contra a tifoide, principalmente a população marginal.

4) Poliomielite

O número de ocorrências da pólio na Capital até o mês de outubro do corrente ano foi insignificante. Inesperadamente em novembro e dezembro elevou-se extraordinariamente a incidência de paralisia infantil, alcançando 18 casos em novembro e 21 em dezembro, o que sem dúvida, serviu de alarme não só para a população como para as autoridades sanitárias.

Fezmente a inensa maioria dos casos incidiram em crianças não vacinadas, de grupo etário até 2 anos de idade, o que atesta a importância das medidas profiláticas baseadas, principalmente, na vacinação em massa de toda a população infantil.

5) Varíola

A incidência de varíola continua altamente significativa em Porto Alegre, como de resto no interior do Estado.

No ano de 1964 foram registrados 16 casos na Capital. No ano de 1965, a incidência de varíola ultrapassou em mais de 100% o número de casos ocorridos em 1964, totalizando 37 casos.

Esse aumento na incidência de varíola se verifica a despeito de haver a Secretaria da Saúde feito em 1965, 151.489 vacinações, com uma diferença, a maior, em relação ao ano de 1964, de 53.892 aplicações de vacina, o que

atesta sobressaída e empenho que devotam em relaçaõ a esse serviço, os Centros de Saúde.

Também no interior do Estado, constata-se o elevado número de casos de varíola, confirmando ser ainda muito alta a incidência dessa terrível moléstia exantemática em nosso meio.

I.2.1.3-2 TUBERCULOSE

" O tratamento da tuberculose deverá ser assegurado a todos os doentes. Segundo dados apurados nos países em via de desenvolvimento sobre os resultados comparados de tratamento sanatorial e domiciliário, a Comissão concluiu que a hospitalização não apresenta vantagens especial, seja quanto aos riscos de recaídas, seja quanto à proteção dos contatos. Recomenda, assim, que todos os recursos disponíveis, em verbas e pessoal, destinados à luta anti-tuberculose, sejam postos à serviço das Unidades Dispensárias e não na construção de novos hospitais. Em um país em vias de desenvolvimento, o primeiro cuidado deverá ser o de assegurar o tratamento quimioterápico durante um ano pelo menos, a todo caso novo bacilífero. Os primeiros meses de tratamento são de importância crucial para o êxito terapêutico, pois é indispensável que o doente tome a medicação com regularidade. Esquematização promissora seria aquela em que após curta terapêutica inicial diária, seguir-se-ia a administração intercalada das drogas. A Comissão observa ainda, que o controle do tratamento é MAIS EFICAZ ATRAVÉS DOS MÉTODOS BACTERIOLÓGICOS; O MICROSCÓPIO, NO CASO, É MAIS ÚTIL DO QUE O RAIO X." (do Relatório da "Organização Mundial de Saúde", nº 8)?"

O movimento geral dos 18 Dispensários Anti-Tuberculose em funcionamento regular da Seção de Tuberculose do Departamento de Saúde Pública em 1963, foi o seguinte:

Profilaxia - Vacina dos pelo B.C.G	[R.M. - 27 023
	[O.I. - 36 507
	<u>63.530</u>
Cadastro tuberculínico - provas tuberculínicas	18 239
Cadastro torácico - abrografias	125 616
Suspeitos inscritos -	3 840
Comunicantes inscritos	4 572
Tuberculosos inscritos e readmitidos	2 729
Tuberculosos V.T. inscritos	1 192

O aspecto clínico de rendimento foi o seguinte:

Altas inaproveitadas	p/ abandono	1 667
	p/ transferência	103
	p/ óbito	166
	Subtotal	1 936
Altas aproveitadas	p/ cura	723
	Sub-total	723
	Total Geral	2 659

Sómente em 1964, foi possível a concepção orga-
nizatória ser realizada administrativamente em nível técnico
tisiológico, quer sobre o aspecto clínico, quer sanitário, pa-
ra ser aplicada em 1965; de seus sucessos real dizem as 54 Uni-
dades Sanitárias atendidas e supridas com quimioterápicos es-
pecíficos anti-tuberculose de 1ª linha nas doses "prodie" pre-
conizadas pelo Serviço Nacional de Tuberculose, através das
normas técnicas terapêuticas da Campanha Nacional Contra a Tu-
berculose e dizem as Unidades Sanitárias dispensariiais (Eg-
gê, Dom Pedrito, Centro de Saúde nº 2 - Capital, Centro de
Saúde nº 1-Capital, Rosário do Sul, Santa Maria, São Borja ,
etc.) que tiveram sua aparelhagem radiológica recuperada ou
reparada.

A vacinação pelo B.C.G., teve sua difusão e incremento permanentemente estimulado, sendo mantidas as mesmas normas técnicas de ano anterior, consubstanciadas, sempre que possível, na seleção dos indivíduos para vacinação, tipos de vacinação etc... Assim, em 1965:

Número de indivíduos vacinados em 1965	140 181
Número de indivíduos vacinados de 1965 nos dispensá- rios de tuberculose da S.S.	63 530
Número de recém-nascidos vacinados em 1965, nos dis- pensários de tuberculose S.S.	27 023
Número de indivíduos vacinados, outras idades em 1965, nos dispensários de tuberculose da Secretaria da Saúde	36 507
Número de indivíduos vacinados em 1965, em outras U. S. em dispensários de tuberculose	76 571
Número de recém-nascidos vacinados em 1965, em ou- tras U.S. em dispensários de tuberculose	30 322
Número de indivíduos vacinados em outras idades em 1965, em outras U.S. em dispensários de tuberculose	46 249

Deu-se início da quimioprofilaxia secundária (com hidrazida) e sua difusão para os conviventes hiperérgi-
cos, em algumas U.S. em dispensário de tuberculose.

O cadastro terácico (abregrafias) em 1965 at-
tingeu a cifra de 125.616 abregrafias.

1.2.1.3-3 HOSPITAL SANATÓRIO PARTENON

É de ressaltar o movimento de doentes virgens
de tratamento (V.T.), que vem crescendo, de ano para ano.

Em 1963 baixaram 393 pacientes tuberculosos (TB); em 1964 baixaram 404 TB e em 1965, 486 TB, sendo 348 V.T.

A análise do quadro comparativo abaixo dá a no-
ção dos resultados positivos:

1) Baixas de Tuberculose no ano de 1965:

Pacientes V.T.	348
Pacientes não V.T.	144
Total:	486

2) Altas de Tuberculose no ano de 1965:

	Total	V.T.
Melhorada p/tratamento em ambulatório	263	95
A pedido	78	19
Abandono	66	21
Indisciplina	5	4
Óbitos	70	29
Pacientes V.T. que permaneceram no Hospital	-	166
Total de altas de pacientes V.T.	-	166
Não tuberculosos	8	
Transferências	3	
Total de altas	489	

3) Cálculo da diária leite no ano de 1965:

1º trimestre	CR\$ 4 403
2º trimestre	CR\$ 4 666
3º trimestre	CR\$ 5 965
4º trimestre	CR\$ 6 623
Média	CR\$ 5 414

Releva salientar que o Hospital Sanatório Pagensen, forneceu a melhor alimentação hospitalar de Rio Grande do Sul, bem como toda a medicação de 1ª e de 2ª linha dentro dos moldes recomendados pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose.

1.2.1.3.3-3 SERVIÇOS DE LEPROSA

Foi possível atender a todas as Unidades Sanitárias com a medicação imprescindível no tratamento e controle desta doença.

No que diz respeito ao controle de doentes e comunicantes, este trabalho foi além da expectativa pois, alcançou um percentual de 26%.



1.2.1.3-3.1 Hospital Colônia Itaipã

Doentes internados	305
Almas:	
Por transferência	71
Por outros motivos	59
Internamentos	87
Notas programadas	110.000 leitos/dia
Notas alcançadas	110.979 " "
Custo por unidade	CR\$ 18,250
Fôrça de trabalho	104 funcionários

O Hospital é responsável pela administração da Colônia, cuja renda industrial não está computada nos seus gastos.

1.2.1.3-4 DOENÇAS VENÉREAS

Há mais ou menos 7 anos, a campanha antivenérea perdeu, em grande parte, seu caráter ativo, para tornar-se passiva, pois, dos alunos que a agência deveria manter em tratamento, por falta de espaço, reduziu-se consideravelmente a sua produção. Portanto afirmar, sem exagero, que a campanha está quase confinada ao tratamento dos doentes que espontaneamente procuram os dispensários antivenéreas.

Um dos aspectos de grande importância, é o de controle de procriação, pois, como é sabido, a prostituição representa a mais importante fonte de contágio das doenças venéreas.

1.2.1.3-5 INSTITUTO DE CARDIOLOGIA

Como se pode inferir da estatística, não se atingiu a meta prevista, porém, é preciso que se tenha em mente que o número de pacientes atendidos por primeira vez no ano, nada diz sobre o volume de serviço prestado pelo Instituto, de vez que na sua grande maioria são pacientes

crônicas que exigem tratamento prolongado e continuado.

Foi criado um setor de reumatologia, especialidade afim e que suíte complementa nossa atividade principal.

O ponto alto de nossa atividade, foi o atendimento de pacientes portadores de miocardite reumática provenientes do município de Estrela e que ficaram internados no Hospital Partoas.

1) Serviço Médico

Fichados no Serviço	2 973
Comp. de doentes p/inscrição	4.334
Comp. subsequentes	6.580
Comp. pela 1ª vez no ano	3.384

2) Exames complementares

Electrocardiogramas	1.224
Metabolismo basal	93

3) Medicamentos

Nº de pessoas que receberam medicamentos ..	4.933
---	-------

2.2.1.3.6 Serviços de Odontologia

As atividades foram as seguintes:

- 1 - Manutenção dos serviços Odontológicos em 20 serviços especiais, atendidos por 137 profissionais, sendo 104 no interior do Estado e 33 na Capital, além de 9 profissionais executando suas funções em nível central.
- 2 - Fornecimento à Seção de Material de 260 pedidos de material dentário, para suprimento dos Serviços Odontológicos desta Secretaria totalizando um gasto de CN\$ 7 956 071.
- 3 - Manutenção de Convênios e Acôrdos, com a Faculdade de Odontologia da Pontifícia Universidade Católica, São Caméris São João Batista, Prefeitura Municipal de São João do Rio e Prefeitura Municipal de Tapejara.
- 4 - Criação de 6 novos serviços, sendo 3 na Capital e 3 no interior do Estado.
- 5 - Participação e Apresentação de trabalhos no IX Cong

gresso Odontológico Brasileiro; II Congresso Internacional de Odontologia; III Congresso Brasileiro de Odontopediatria; IV Encontro Regional de Puericultura e Saúde Pública e 5º Congresso de Puericultura e Assistência Social.

6-Aperfeiçoamento de profissionais nos Cursos de Orientação em Odontologia Social; Especialização em Stomatologia; Seminário de Unificação e Liderança Administrativa e Curso de Pós-graduação sobre Stomatologia.

7-Tabulação e separação dos dados das Inquéritas Odontológicas de Cárie Dentária. Todas as inquéritas foram do contrólado salientando-se aquelas com uma redução média de 59,33 % em crianças de 9 anos e uma redução média de 44% em todas as idades.

8-Produção dos serviços prestados nas diversas unidades de serviços Odontológicos

Atendimentos	90 334
Exam. de Amalgama	43 507
Restaurações de Dentes	9 882
Exodontias	107 469
Trat. completados	11 693

Fazendo-se nas análises dos dados acima mencionados verificamos que, em média 1,15 atendimentos cada paciente atendido, 1 restauração para cada 2,7 pessoas atendidas, havendo um aumento de produção de cerca de 50% em relação ao atendimento de 1964.

Quanto aos tratamentos completados também há liberdade pois em 1964 se cada 10 pacientes atendidos, apenas um tinha o seu tratamento findo. Em 1965 de cada 7,72 pacientes atendidos se recebe o tratamento completo. Houve pois um salto de 22,85 se que concerne aos tratamentos completados.

Verificamos que, em 90 334 atendimentos, 11 693 foram completados, o que significa que 12,94% da necessidade de tratamento está sendo resolvida pela Odontologia Curativa. Isto quer dizer que se em 1964 apenas 9,30% das necessidades eram resolvidas.

- 9 - Edição de três números do "Boletim do Serviço de Odontologia Militar".
- 10- Elaboração e impressão de Xerox para levantamento de Cárter Dentária.

ATIVIDADE - SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

A ação visada pelo Departamento de Saúde Mental executar de programa é proporcionar prevenção e assistência às doenças mentais, procurando, principalmente, preveni-las, através da ênfase no tratamento precoce, em ambulatório, antes que a enfermidade atinja um grau tal que torne imperiosa a hospitalização.

No estado, a despeito do bom atendimento que, há alguns anos vinha sendo proporcionado nos casos agudos, se tinha, até 1964 um aumento anual da população hospitalar da ordem de 25, o que se fazia à custa de casos crônicos.

Em 1965, finalmente, conseguiu-se inverter esta situação, como resultado da política seguida por este Departamento desde março de 1963.

No setor dispensário, atendido pelo Serviço de Higiene Mental do Hospital Psiquiátrico São Pedro tiveram, em 1963 e 1964, respectivamente 11 977 e 12 464 consultas; já em 1965 o mesmo serviço atendeu 18 763 consultas que, acrescidas das 588 dadas pelo ambulatório do Posto de Saúde de São Leopoldo totalizam 19 351. Isto ultrapassa em muito as previsões, tanto mais que, por falta de dados estatísticos, não estão computadas as consultas de outras unidades sanitárias que, embora providas por psiquiatras de S.M.D.M. recebem medicação e material para funcionamento quase exclusivamente de dotações orçamentárias do Departamento de Saúde Mental.

O acréscimo de população do Hospital Psiquiátrico São Pedro, na ordem 3,3%, fato inédito nos últimos decênios, representa o outro aspecto da concretização dos resultados de uma nova orientação.

Atuação da Assistência Psiquiátrica

S. C. P.
BIBLIOTECA

Reg.º n.º 902

Data: 01.10.62

- a) Centro de Saúde nº 1, Centro de Saúde nº 3 e Posto de Saúde de Canas - Estes ambulatorios, atendidos por psiquiatras do Serviço Nacional de Doenças Mentais, tem funcionamento em estreita colaboração com esta Secretaria, representando uma real ajuda aos serviços e desafiando em muito o elevado número de doentes que consultam o Serviço de Higiene Mental do Hospital Psiquiátrico São Pedro.
- b) Posto de Saúde de São Leopoldo - Admitiu, em 1965, um aumento considerável de produtividade. O atendimento continuado de doentes de mais idade através de consultas periódicas proporcionou um adequado atendimento psiquiátrico à população pobre daquele município.
- c) Centro de Saúde de Passo Fundo - Não esteve em operação por falta de elemento humano.
- d) Centro de Saúde de Casias do Sul - Foi possível, em 1965, utilizar todos os precatórios para que, em julho de 1966, funcionasse os serviços nesta cidade.
- e) Centro de Saúde de Pelotas - Embora concluído todos os estudos para funcionamento em Pelotas de posto psiquiátrico em convênio com um sanatório particular, dificuldades de ordem legal impediram seu funcionamento.
- f) Rio Grande: Pavilhão Psiquiátrico de Santa Casa de Misericórdia - Resolvido de acordo com o parecer de "Organização de Serviços Psiquiátricos" de 1962, de qual cinco milhões de cruzeiros foram destinados a esta instituição que deverá aplicá-los na conclusão de seu pavilhão especializado.
- g) Santa Maria: Anexo Psiquiátrico do Hospital "Dr. Astragilho de Azevedo" - Contingências várias tornaram imperiosa a revisão do projeto inicial deste pavilhão. Com a valiosa cooperação do Serviço de Engenharia Sanitária, foi possível utilizar um projeto que satisfizesse tanto aos desejos do Departamento de Saúde Mental como às necessidades do Hospital "Dr. Astragilho de Azevedo".

X.21.4* Hospital Psiquiátrico São Pedro

Durante o ano que findou prosseguiram as atividades normais do nosocômio, mais dirigidas aos serviços de manutenção, já que pela situação financeira do Estado não se foi possível desenvolver como esperávamos o plano de investimento e equipamentos.

Entretanto, graças a medidas tomadas na direção dos serviços clínicos, especialmente nas Divisões Marcel e Pinel, houve um decréscimo na população residente (crônicos) da ordem de 265 pacientes sendo 100 homens e 65 mulheres.

Movimento geral de pacientes:

	Homens	Mulheres	Total
Existentes em 1.1.1966	2 419	2 145	4 564
Existentes em 31.10.65	2 319	2 078	4 397

As atividades do Hospital Psiquiátrico São Pedro se desenvolveram dentro do seu Plano de Trabalho que teve as seguintes objetivos fundamentais:

- 1) Equipamento do Hospital
- 2) Nacionalização e reforma dos serviços Administrativos e Clínicos.
- 3) Reformas e melhoramentos nas instalações.

Com a ajuda de verbas federais e contando com recursos de verbas estaduais foi possível substituir alguns equipamentos desgastados pelo uso.

A dinamização dos serviços Clínicos se concentrou especialmente nas Divisões Pinel e Marcel, ambas sobrecarregadas a longo tempo e por isso a margem de desenvolvimento das atividades técnicas hospitalares.

Na Divisão Marcel não havia organização de trabalho - todos os pacientes eram atendidos por todos os médicos - o que implicava na ausência de vínculo de responsabilidade entre médicos e pacientes. Não havia também seção de Fraternização.

Esta situação se tornava mais grave pelo fato de ser a Divisão Marcel, uma divisão de pensionistas, onde se ria mais lógica exigência de um melhor atendimento. A primeira medida tomada foi a de organizar a equipe técnica que

passou a contar com 4 psiquiatras cada um responsável por um grupo de 60 pacientes. Quatro estagiários do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica, passaram a integrar a equipe técnica com excelentes resultados, prestando seus serviços especialmente na Seção de Fraxiterapia.

Reformas e instalações permitiram à Divisão contar com novas salas e com uma cancha de bocha para a recreação dos pacientes.

Foi reformado o Posto de Enfermagem e medidas foram tomadas para um melhor controle da administração dos medicamentos.

Um movimento de cooperação entre as famílias dos pacientes permitiu à Divisão ganhar material para a Fraxiterapia no valor total aproximado de CR\$ 1.000.000.

Chama a atenção o fato de que esta nova organização tem apenas a vigência de 9 meses e no entanto foi conseguida um excelente resultado ao que segue as altas que atingiram a cifra de 111 pacientes para um total existente de 385.

Uma correção nas dados estatísticos da Divisão Pintel foi a primeira medida tomada pelo médico-chefe que assim pode verificar a confusão reinante neste setor pois foram computados como doentes da Divisão os pacientes do Serviço Comum, da Seção de Psiquiatria Infantil e do Pavilhão de Psicologia que por não terem sido desdobrados p/efeitos estatísticos, na Divisão Pintel, faziam crescer o número de doentes da Divisão.

A segunda medida foi a criação de seções dentro da Divisão visando a organização dos serviços tendo sido para cada uma designados médicos responsáveis.

As seções criadas foram as seguintes: novas entradas (agúdos), sub-agúdos (pacientes com várias entradas no Hospital) e crônicos.

Com o intuito de dar melhor atendimento aos pacientes agúdos e evitar a sua promiscuidade com os crônicos foi-lhes destinada uma sala especial onde passaram a ser

tendidos com melhor conforto e com melhor controle da medicação.

Um amplo trabalho de revisão dos crônicos foi efetuado. Visou este trabalho o estudo da possibilidade de colocar fora do Hospital junto as respectivas famílias e sob a supervisão dos médicos do nosocômio, pacientes crônicas que embora com defeitos de personalidade pudessem permanecer junto a elas ao invés de andarem perambulando pelos corredores e salas e que fazer e com quem lidar por elas. Os resultados foram excelentes. Durante o ano foram colocadas cerca de 200 pacientes crônicas, das quais apenas 20 tiveram que retornar ao Hospital por falta de adaptação ao meio familiar.

O decréscimo da população restante de ordem de 165 pacientes, mostra a excelente orientação executada na Divisão Pineda.

Praticamente as atividades de treinamento em serviço, do pessoal de enfermagem com a realização de um estágio mais avançado do Curso de Atualização em Psiquiatria Dinâmica para o Pessoal de Enfermagem. O número de alunos que frequentaram o Curso foi de 79 e os aprovados nos exames finais foi de 43.

Com o fim de atender a dinamização dos Serviços Clínicos estão sendo efetuadas reformas de instalação da Sala de Cirurgia, (construção de uma nova sala), na Divisão Moral (recuperação de salas para Praxiterapia e Ambulatórios) e na Divisão Pineda (recuperação da sala de agulhas, construção de dois novos gabinetes médicos e um Posto de Enfermagem na seção de Crônicos).

Os trabalhos desenvolvidos pelo Hospital tiveram como finalidade proporcionar o melhor atendimento possível aos seus 4 222 doentes-dia, não só no que se refere a terapêuticas como também as instalações.

Para esse fim todos os setores, devidamente estabelecidos desenvolveram suas atividades.

Apesar das dificuldades encontradas foi obtido em 1965, o decréscimo da população no Hospital. A situação nos últimos cinco anos:

1961

Acréscimo da população 154

<u>1962</u>		
Acréscimo da população		109
<u>1963</u>		
Acréscimo da população		103
<u>1964</u>		
Acréscimo da população		103
<u>1965</u>		
Decréscimo da população		265

I.B.1.5 - SERVIÇO DE SAÚDE MATERNO-INFANTIL

O Departamento de Saúde Materno-Infantil, tem por finalidade a proteção integral da saúde da criança.

Para atingir essa finalidade, além de proporcionar assistência direta à criança, empunha-se este Órgão em melhorar as condições de meio em que ela vive, aliando, para cada caso, as práticas da puericultura e pediatria às técnicas do serviço social. Nessas condições, em 1965, o Departamento coordenou os programas específicos de saúde pública materno-infantil na área de Estado, planejou e executou a distribuição de aproximadamente 200 toneladas de leite em pó a todas as Unidades sanitárias e dezenas de entidades particulares; auxiliou várias dezenas de entidades públicas e particulares, da Capital e do Interior, através do Plano de Proteção à Criança; estendeu a campanha de profilaxia e combate à toxicode a mais de 50 municípios; realizou congressos médicos regionais e promoveu dezenas de cursos de puericultura; promoveu a cooperação de outras Secretarias de Estado, de Órgãos federais, autárquicos, particulares, de Universidades e muitas outras entidades que objetivam os mesmos propósitos obtendo plêno êxito em todas as suas iniciativas.

1) Postos de Puericultura

Dentro do conceito de Posto de Puericultura, existem 27 no Estado, dos quais 7 em Porto Alegre, 20 no Interior de Estado.

2) Serviços Médicos Assistenciais

Este Departamento, em 1965, manteve serviços médicos em várias entidades, públicas e particulares, na maioria delas por força de convênio, em outras por solicitação das respectivas direções, todas da Capital.

3) Padronização de atendimento em Higiene Infantil.

Fase de alto preço dos medicamentos e de um constante encarecimento, e na impossibilidade da Secretaria de Saúde adquiri-los de modo a poder atender aos mais variados recipientes, Este Departamento dirigiu-se a todas as Unidades Sanitárias e Pólos de Pecuária de Estado, indicando uma padronização no tratamento das diarreias e toxicoses, com quinioterápicos e antidiarréicos, assim como as de reidratação e nos casos de reidratação.

4) II Curso sobre Hidratação na Infância

Foram realizadas em fevereiro de 1965 dois cursos, intensivos e simultâneos, sobre desidratação aguda na infância, um para médicos de interior do Estado, outro para auxiliares de enfermagem da Capital e do interior.

Inscriveram-se 15 médicos e 16 auxiliares de enfermagem, e a frequência às aulas, atingiu praticamente 100%.

Foi obtida a colaboração da Fundação FESP, que deu a cada médico um estaje com material cirúrgico apropriado para canalização de veia em recém-nascidos e lactentes. Colaboraram como professores várias colegas e o Hospital de Criança Santo Antônio e Enfermagem 34 e outras suas enfermarias para as aulas práticas. Colaborou também a Escola de Enfermagem de Porto Alegre (EENPA).

5) Ano da Criança

Este Departamento, participando das atividades programadas para o Ano da Criança, compareceu ao Seminário sobre a Criança - a Comunidade e o Estado - realizado na Pontifícia Universidade Católica, em abril de 1965, promoção da Secretaria de Trabalho e Habitação.

6) Cursos de Puericultura Social

Foi realizado, em abril de 1963, na cidade Universitária de Santa Maria, o II Curso de Puericultura Social, com a participação da Universidade Federal de Santa Maria e de diversas entidades e professores da referida cidade.

Com assistência de nível cultural médio e superior, ultrapassou de 500 o número de inscrições e uma das salas foi assistida por mais de 800 pessoas.

7) IIIº, IVº, Vº, VIº e VIIº Cursos de Puericultura Social.

Foram realizados mais 5 cursos de puericultura social, todos de alto nível e com pleno sucesso, em Rio Grande, Caxias do Sul e Porto Alegre.

Foram entregues mais de 3 000 certificados de frequência aos Cursos de Puericultura.

8) Cursos Populares de Noções de Puericultura.

Têm por objetivo proporcionar às mães, assistência necessária às suas condições, despertar-lhes interesse pela higiene infantil e encarecer as vantagens da frequência regular aos postos de puericultura e centros e postos de saúde. São cursos eminentemente práticos, motivo por que as turmas não excedem de 20 alunas.

Foram realizados 16 cursos dessa natureza, em Porto Alegre, além de palestras em diversos locais, inclusive uma em Viçosa.

Aproximadamente 300 mães receberam treinamento regular e ordenado nas questões ligadas à higiene da primeira infância.

9) Concurso de Cartazes

Este Departamento, empenhado em realizar ampla divulgação de Preceitos de Puericultura, julgou interessante motivar a juventude, para o que abriu um Concurso de Cartazes entre estudantes, principalmente, normalistas de várias cidades: Pôrto Alegre, Santa Maria, Caxias do Sul, Rio Grande e outras.

Os motivos dos cartazes versaram sobre puericultura e profilaxia da desidratação infantil, conforme frases elaboradas. A resposta dos estudantes excedeu qualquer expectativa:

Só em Caxias do Sul as normalistas, assim como ginásianos elaboraram mais de 500 magníficos cartazes, que ficaram expostos à visitação pública na Escola de Belas Artes, daquela Cidade.

Em Pôrto Alegre e em Santa Maria houve grande entusiasmo dos estudantes na confecção de centenas de cartazes, e isso significa uma promoção sem gastos mas proveitosa para a Saúde Pública, que deve ser repetida e estendida a muitos municípios, na época oportuna.

10) Assistência Alimentar

Em 1965 foi dado prosseguimento à distribuição rigorosamente controlada de Leite-em-pó da COLACTI, de Pelotas, doação do Ministério da Saúde, através da Delegacia Federal da Criança da 6ª Região, ao Governo do Rio Grande do Sul.

Foram contempladas na distribuição não só as Unidades Sanitárias e de Puericultura do Estado, como ainda entidades assistenciais particulares, tanto da Capital como do interior.

Como nos anos anteriores, no plano levou-se em conta a densidade demográfica de cada município, sua população infantil, necessidades diárias de leite por criança, gestante e nutriz, complementação gordurosa e vitamínica, encarecendo de todos estrita obediência às normas estabelecidas pela Delegacia Federal da Criança.

Em 1965 foram distribuídos 205 000 quilos de leite-em-pó, dos quais 159 040 para as Unidades Sanitárias e 46 160 para entidades particulares.

Foram entregues 2 000 000 cápsulas com vitaminas.

11) Plano de Proteção à Criança

Em 1963 o Governo do Estado destinou Cr\$ 85 000 000 ao Plano de Proteção à Criança. Comissão de Planejamento destinou 35% da verba para Postos de Puericultura, unidades médico-sociais consideradas básicas no combate à mortalidade infantil. Os altos coeficientes dessa mortalidade ainda observados no Estado, e o pequeno número de Postos de Puericultura existentes fizeram com que a Comissão de Planejamento assim procedesse.

Para assistência médica, terapêutica e hospitalar (Serviço de reidratação) a Comissão destinou 15% que somados aos 35% distribuídos para os Postos de Puericultura por fazem 50%, metade da verba votada para dar combate à Mortalidade de Infantil.

O restante da verba foi reservado para atendimento de Crèches, Casas da Criança, Maternidades, Berçários, Hospitais de Crianças, etc.

12) Plano de Profilaxia e Combate à Toxicose

Em 1960 foi inaugurada a 1ª Campanha de Combate à Toxicose. Seguiram-se outras campanhas, restritas a Porto Alegre. Em 1964 foi modificada a Campanha de Combate à Toxicose passando a denominar-se Plano de Profilaxia e Combate à Toxicose, que foi para o interior do Estado, beneficiando, em 1965, a 15 municípios, sendo Porto Alegre e os seguintes, colocados entre os de maior população: Canoas, Pelotas, Rio Grande, Caxias do Sul, Santa Maria, Alegrete, Uruguaiana, Livramento, Bagé, São Leopoldo, Cruz Alta, Cachoeira do Sul, Santo Ângelo e Passo Fundo.

12.1.6 - SERVIÇOS DE CONTRÔLE AMBIENTAL

A complexidade dos problemas de controle ambiental requerem que as atividades a ele devotadas planejem

suas atividades no sentido de uma perspectiva global das necessidades do Estado. Esta perspectiva pode ser melhor alcançada pela concentração dos órgãos técnicos que atuam na área de controle do ambiente físico: saneamento básico e dos alimentos e do ambiente social, num único órgão de coordenação dessas atividades, a Divisão de Controle Ambiental.

Unidade nova, na estrutura da Secretaria de Saúde, revela a Divisão de Controle Ambiental, pelos resultados alcançados em seu primeiro ano de programação e adoção de uma nova política de saúde pública, votada ao estudo, equacionamento e estímulo à solução, dos problemas múltiplos de saúde, direta ou indiretamente ligados às condições do ambiente.

A programação da Divisão de Controle Ambiental foi realizada através dos Serviços de Engenharia Sanitária, Serviços de Higiene da Alimentação e Serviço Social.

I.2.1.6.-1 Engenharia Sanitária

Como órgão consultivo, de planejamento técnico, de supervisão e controle das atividades de saneamento em geral tem sua ação limitada aos problemas de saneamento domiciliar visto que as obras de lançamento de redes e esgotos pluviais, atêrro dos alagados, nivelamento das depressões, drenagem e retificação dos cursos d'água, limpeza e fechamento dos terrenos baldios e desobstrução de galerias de águas pluviais, são de competência de outros órgãos da administração pública.

Dentro de sua rotina de trabalho (visitas domiciliares sistemáticas em 2/3 partes do perímetro urbano da cidade de Porto Alegre) o Serviço de Saneamento conseguiu mudar a fisionomia interna dos quarteirões, a ponto de se poder afirmar que a situação predial dessa área é, apesar de todos os prejuízos, uma das melhores entre as diversas capitais do país.

Dados estatísticos do Serviço de Inspeção Domiciliar:

Nº de prédios visitados	850 027
Nº de construções visitadas	29 280
Nº de terrenos baldios visitados	10 723
Nº de depósitos d'água	5 669 670

Serviços de Inspeção em Via Pública:

Dênes de Lôbo	263 071
Nº de depósitos d'água	367 496

Serviço de Limpeza de valetas:

Terrenos limpos (metro quadrado)	15 580
Valetas abertas (metro linear)	1 116
Valetas limpas (metro linear)	737 479
Alagados limpos (metro quadrado)	11 125

1) Serviço de Saneamento nas praias

O deslocamento de população, em período de verão, cria problemas de saneamento domiciliar nas praias e balneários do Atlântico, que merecem a atenção do serviço.

Em 1965 foram atendidas as praias de Cidreira, Tramandaí e Imbé, Capão de Canas, Capão Alto e Atlântica.

Foram inspeccionados 14 398 prédios; 130 064 depósitos e 308 hotéis.

Foram tratados 2 108 focos; eliminados ou tratados 43 162 m² de valetas.

1.2.1.6 - 2 Higiene da Alimentação

Os alimentos são um componente importante do ambiente que ser relaciona ao homem, e exercem múltiplos efeitos de natureza fisiológica e psicológica. Os alimentos também podem constituir-se em veículo de contaminantes químicos e biológicos adquiridos do solo, ar, água; manipuladores de alimentos, equipamentos e de muitas outras fontes.

O programa de higiene dos alimentos busca, principalmente, prevenir e controlar as doenças veiculadas pelos alimentos sejam elas causadas por microorganismos ou seus produtos tóxicos; determinar os efeitos nocivos de alimentos como resíduos adicionados ou suprimidos; desenvolver critérios e métodos para determinar a segurança dos alimentos e melhorar as técnicas de controle no campo da proteção dos alimentos.

No sentido de alcançar estes objetivos foram realizadas entre outras, as seguintes atividades:

Visitas de inspeção	40 929
Aves inspecionadas	1 040 584
Bovinos inspecionados	329 715
Suínos inspecionados	54 329
Ovinos inspecionados	82 958
Genêros alimentícios em geral, inspecionados (quilos)	49 610 066
Leite examinado (litros)	76 200 981

I.2.1.6 - 3 Serviço Social

Com a aprovação do Decreto que deu nova estrutura à Secretaria da Saúde, o Serviço Social passou a fazer parte da Divisão de Controle Ambiental.

Diante disto viu-se na contingência de revisar seu plano de atuação, a fim de melhor integrá-lo no programa da referida Divisão.

Assim sendo, o Serviço Social passou a voltar-se para o planejamento de um trabalho comunitário, não se limitando somente ao Processo de Casos nas diversas agências.

1) Agências da Capital

Estão em funcionamento, na Capital, as seguintes agências:

- 1.- Serviço de Lepre
- 2.- Hospital Sanatório Partenon
- 3.- Hospital São Pedro
- 4.- Serviços Especiais
- 5.- Dispensário de Fisiologia do Centro de Saúde nº 1
- 6.- Dispensário de Fisiologia do Centro de Saúde nº 2 (até a gosto)
- 7.- Dispensário de Fisiologia do Centro de Saúde nº 3
- 8.- Centro Médico Social São José de Marialdo.

2) Agências no Interior do Estado

Estão em funcionamento, agências em 9 municí

plias do interior do Estado, desenvolvendo atividades de caso em função dos problemas diretamente ligados aos serviços das unidades sanitárias e realizando trabalho de desenvolvimento da comunidade buscando dessa forma tornar mais extensiva a atuação do Serviço Social cujo número de técnicos é limitado. Esta atividade busca também coordenar a ação das instituições que militam em programas assistenciais quer sejam regionais quer sejam locais.

1.2.1.7 - SERVIÇOS REGIONAIS DE SAÚDE

O Departamento dos Serviços Regionais é o órgão incumbido da execução dos serviços Regionais de Saúde e tem por objetivo principal executar, através das Unidades Sanitárias que constituem cada uma das Delegacias Regionais de Saúde, todas as atividades de saúde pública, de acordo com a orientação técnica emanada dos órgãos normativos das diferentes Sub-funções de Saúde e aprovadas pelo Secretário da Saúde.

Em que pese as dificuldades registradas no exercício de 1964, no que se refere a recursos materiais este Departamento conseguiu realizar de positivo assistência à mãe e à criança; assistência médica; controle de doenças transmissíveis; serviços de saneamento; serviços de laboratório; assistência farmacêutica; serviços especializados de oftalmologia-oto-rino-laringologia, lepra, tuberculose, doenças venéreas, cardiologia e odontologia sanitária.

1.2.1.7 - 1 Assistência à Mãe e à Criança

O número de gestantes inscritas no decorrer do ano findo superou o resultado obtido no ano anterior, pois atingiu a 35.864 gestantes atendidas, contra 28 729 gestantes inscritas no ano anterior.

1) No que se refere ao serviço de Assistência e Higiene Infantil o número de inscritos elevou-se a 50 263 com 91 263 reconsultas. Do número de inscritos, aproximadamente,

um terço recebeu alimentação fornecida pelas cozinhas dietéticas das Unidades Sanitárias, nas quais foram feitas 6 552 demonstrações de dietética.

2) Serviço de Assistência e Higiene Pré-Escolar: - Neste Serviço foram inscritos 46 502 pré-escolares com 79 523 consultas.

3) No Serviço de Assistência e Higiene Escolar, o número de inscrições atingiu 24 524 escolares e 31 598 consultas.

Peles dados acima, verifica-se que a Secretaria de Saúde vem dando, dentro de suas possibilidades, especial destaque no atendimento à mãe e à criança, visando assegurar a devida assistência à gestante e o pleno desenvolvimento da saúde da criança, nas diversas fases de seu crescimento.

1.2.1.7 - 2 Assistência Médica

Foi prestada assistência médica a 48 912 pessoas, com 72 044 consultas, todos os medicamentos necessários aos consultantes foram fornecidos pelas Unidades Sanitárias.

1) Serviço de Oftalmologia-Oto-Rino-Laringologia: Neste serviço foram inscritas 6 498 pessoas sendo: 232 gestantes; 1 578 infantes; 1 532 pré-escolares; 1 639 escolares e 1 313 outros atendimentos.

O total de consultas atingiu a 4 644.

2) Doenças Transmissíveis: - No combate às doenças transmissíveis foram praticadas as seguintes imunizações:

Contra a varíola	779 730
Contra as febres tifóides	355 712
Contra a difteria	141 139
Contra a coqueluche	131 434
Antitetânicas	70 137
Contra a tuberculose (B.C.G.)	120 630

e aproximadamente, 1 450 pessoas que completaram a vacinação anti-rábica.

I.2.1.7 - 3 Serviço de Saneamento

Foram realizadas 230 864 visitas a habitações, fábricas de produtos alimentícios e estabelecimentos de vendas e consumo de gêneros alimentícios.

Foram ligados 5 308 prédios à rede de abastecimento d'água e 1 255 à rede de esgotos.

Foram apreendidos 98 439 kg de gêneros alimentícios por serem nocivos ao consumo.

I.2.1.7 - 4 Laboratório

Foram praticadas 17 478, pesquisas para diagnóstico de tuberculose, lepra, difteria, sífilis, gonorréia e cancro venéreo.

Além disso, foram realizados 14 646 exames de fezes; 23 193 exames de urina e 9 525 exames de sangue.

I.2.1.7 - 5 Serviços Especializados

Os serviços especializados de lepra, tuberculose, doenças venéreas, cardiologia e odontologia sanitária realizados pelas Unidades Sanitárias desta Diretoria, são relatados nas atividades do Departamento de Saúde Pública.

A) Assistência Médico-Sanitária da Comissão de Coordenação das Provisões Relacionadas com a Enchente:

O Diretor do Departamento dos Serviços Regionais coordenou os Serviços de Assistência Médico-Sanitária aos flagelados da enchente.

1) Instalação do Comando Central - Face ao Decreto nº 17 459, de 20 de agosto de 1965, instalou-se o Comando Central no antigo Colégio Anchieta, na data acima citada.

2) Funcionamento e atribuições do Setor de Assistência Médico-Sanitária.

Conta ao Setor de A.M.S. e seguinte:

a) Prestar assistência médica e de enfermagem a todos os flagelados recolhidos aos alojamentos da Capital e dos Municípios

do interior do Estado atingidas pelas cheias, através da supervisão e orientação médica e enfermagem, respectivamente do Coordenador do Setor e da Chefia da Seção de Enfermagem da Secretaria da Saúde.

- b) Fornecimento de medicamentos, vacinas, sêros e leite em pó, para todos os alojamentos, creches e instituições espalhadas no atendimento aos flagelados da enchente no Estado.
- c) O Setor de A.M.S. se fez representar em cada alojamento por um Posto, no qual funcionou o consultório médico, enfermagem e dignas especiais em quantidade e qualidade para cada caso.
- d) Organização de equipes de vacinações para atender estabelecimentos coletivos e agrupamentos populacionais das ilhas de Forte Alegre e proximidades.
- e) Educação sanitária realizadas por enfermeiras de saúde pública e Educadoras Sanitárias.
- f) Educação sobre profilaxia das doenças de origem hídrica e doenças infecto-contagiosas que podem surgir durante e após o período das cheias, por intermédio de palestras pelo rádio.
- g) Complementação das instruções referentes a "operação retorno" no que tange a higienização ambiental e domiciliar dos flagelados.
- h) Providenciar junto a Diretoria de saneamento da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, no sentido de complementar o saneamento dos alojamentos no que diz respeito ao problema de abastecimento d'água e destino conveniente dos dejetos.
- i) Providenciar junto do Instituto de Pesquisas Biológicas da Secretaria da Saúde, no sentido de proceder exame das águas de todas as hidrállicas de Forte Alegre, São Leopoldo, Esteio e Canoas.

1.3 - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pensões Prefeituras	cr\$	4.005.740
Pensões Amparo Mútuo	cr\$	320.095
Abono Lei 2589/1955	cr\$	3.201
Abono Lei 2605/1955	cr\$	18.643.115
Pecúlio Único	cr\$	1.139.167
Melhoria de Pensões	cr\$	974.685.200
Total	cr\$	1.199.157.668

1.3.1.1 - 3 SERVIÇO DE FIANÇAS E FINANCIAMENTOS ASSISTÊNCIAIS

1º) FIANÇAS CONCEDIDAS

Concedeu o IPE, no exercício de 1965, 8.622 fianças no montante de Cr\$ 377.150.774

2º) PAGAMENTOS DE FIANÇAS CONCEDIDAS À ASSO- CIADOS

Pagou o IPE, durante o exercício de 1965, a importância de Cr\$ 59.136.271.

3º) CONVÊNIOS REALIZADOS EM 1965

Realizou o IPE, no exercício de 1965, convênios com as seguintes 6 firmas de Capital e 24 firmas de interior do Estado.

4º) FIANÇAS DE ALUGUEL DE CASA

Concedeu o IPE, no exercício de 1965, 152 fianças de Aluguel de Casa, no valor de Cr\$ 7.377.262.

1.3.1.2 - DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

1.3.1.2 - 1 SEÇÃO DE EMPRÉSTIMOS SIMPLES

1) FINANCIAMENTOS DIVERSOS

Foram concedidos Financiamentos Médico-Hospitalares, no exercício de 1965, à 5.294 associados da Capital, no valor global de Cr\$ 303.543.582

2) EMPRÉSTIMO SIMPLES

Foram concedidos à 4.573 associados da Capital empréstimos simples no valor de Cr\$ 947.184.000

I.3.1.2-2 SEÇÃO DE FINANCIAMENTOS DIVERSOS - Interior**1) EMPRÉSTIMO SIMPLES**

Foram concedidos à 3.891 associados do interior empréstitos simples no valor de Cr\$ 736.536.000

2) FINANCIAMENTOS DIVERSOS

Foram concedidos financiamentos Médico-Hospitalares, durante o exercício de 1965, à 1.721 associados do interior, no valor total de Cr\$ 164.977.447

I - 3.1.3 - DIRETORIA DE SEGUROS DE VIDA**I.3.1.3 - 1 PRODUÇÃO DE SEGUROS****1) INDIVIDUAL**

Foram emitidas 1.462 Apólices no total de Cr\$ - - - 1.203.265.000.

2) EM GRUPO

No decorrer do ano de 1965, foram emitidas 4.583 Certificados de Seguro em Grupo, sendo 3.829 correspondentes ao aumento automático de seguro, e, 754 de propostas novas.

Houve, portanto, um aumento da responsabilidade do seguro em relação ao ano anterior, da ordem de Cr\$ 2.600.000.000.

I.3.1.3-2 ARRECADAÇÃO DE PRÊMIOS

A arrecadação de prêmios do Seguro Individual e em Grupo, no exercício de 1965, foi a seguinte:

Individual 125.383.144

Em Grupo 23.389.807 153.771.951

A responsabilidade do seguro, correspondente a 25.366- Apólices em vigor, é de

Individual 3.983.725.000

Em Grupo 5.000.000.000

I.3.1.4-2 PESSOAS ATENDIDAS

Atingem a 391.100 o número de pessoas atendidas na Fagmácia do Instituto de Previdência de Estado, durante o ano 1965.

I. 3.1.5 - DEPARTAMENTO ATUARIAL**I. 3.1.5-1 PRODUÇÃO**

A soma das operações executadas em 1965 da 86.150 unidades mais a conferência de 11.912 fichas atuariais, perfazendo o total geral de 98.062 unidades de trabalho.

I. 3.1.5-2 ESTUDOS

No período em análise foram feitos pelo Departamento - os seguintes estudos:

- a) parecer técnico sobre o desconto de 5% para o IPE;
- b) vários pareceres técnicos sobre inscrições "post-mortem" no plano GV;
- c) levantamentos e pesquisas de caráter técnico-atuarial sobre a composição atual da massa de associados do IPE;
- d) balanço atuarial das operações de Seguros de Vida;
- e) levantamentos estatísticos sobre as despesas máximas suportáveis pela Carteira de Seguros de Vida;
- f) ante-projeto sobre a atualização de tarifas de Seguros de Vida;
- g) vários pareceres sobre seguros em grupo;
- h) reestudo do seguro médico-cirúrgico aos associados do IPE com a finalidade de possibilitar aos segurados e a sua família o internamento em hospital para cirurgia, nas seguintes condições:
 1. até 10 diárias de Cr\$ 5.000 cada;
 2. até Cr\$ 30.000 para reembolso de despesas hospitalares e exames pré-operatórios, realizados fora do hospital, até 15 dias da data da intervenção;
 3. até Cr\$ 100.000 dependendo da operação, para o reembolso de honorários de cirurgiões;
 4. reembolso fixo de Cr\$ 50.000 para partos cesarianos;
 5. até Cr\$ 5.000 para despesas de remoção ou ambulância;
 6. contra o pagamento de uma importância fixa de Cr\$ 1.600 (um mil e seiscentos cruzeiros);

i) estudos no sentido de transformar o atual sistema - de cálculo de pensão em outro, baseado tanto quanto possível na Lei Orgânica de Previdência Social, trabalho que ficou - pronto, e consistirá em linhas gerais de uma Quota Familiar - igual a 45% do salário de contribuição mais 5% do mesmo salá - rio de contribuição por dependente inscrito no IPE, até um máximo de 7 dependentes. Tal modificação impunha-se tendo em vista as reclamações dos associados que pelo atual sistema - não sabem o montante da pensão que deixarão a seus dependen - tes quando de seu falecimento, em razão da complexidade do cálculo;

j) parecer sobre equiparação aos atingidos pelo Ato - Institucional no Seguro Social;

l) cálculo de Tabelas para Empréstimos - Simples;

m) estudos e pareceres sobre aquisição de Letras de - Câmbio ao Portador.

I. 4 - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

**I. 4.1. - SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO E
HABITAÇÃO**

I. 4.1.1 - DIVISÃO DO TRABALHO

Com a criação da Consultoria Geral do Estado, o Setor de Assistência Judiciária Trabalhista Gratuita, criado nesta Divisão há mais de quatro anos, passou a subordinar-se a aquele Órgão.

Foram realizados os estudos com vistas à estruturação da Divisão, que desde sua criação vinha funcionando empiricamente. Foi sugerido o seguintes organograma:

- I - Serviço de Assistência às Organização de Trabalhadores
 - 1. - Setor Urbano
 - 2. - Setor Rural
 - 3. - Setor de Registro Sindical
- II - Serviço de Assistência ao Trabalhador
 - 1. - Setor de Colocação e Recuperação
 - 2. - Setor de Formação Acelerada de Mão de Obra
 - 3. - Setor de Assistência Previdenciária
- III - Seção de Pesquisa e Planejamento
 - 0 Setor de Assistência Previdenciária atendeu 251 casos.

Por falta de pessoal e de recursos, o Setor de Colocação e Recuperação agiu apenas em Porto Alegre e municípios vizinhos.

Mas, como regra de planejamento, preocupou-se mais em preparar a mão de obra e colaborar na criação de novos empregos do que em simplesmente colocar ou reempregar, o que seria entrar num círculo vicioso.

O Setor de Formação Acelerada de Mão de Obra, criado em 1964, atingiu, em 1965, a sua maturidade. Este rápido desenvolvimento se deve ao caráter de atualidade que o reveste. Em caradas do ponto de vista econômico e social, os programas de formação profissional assumem particular significação, tendo em

vista as crescentes exigências do setor empresarial e da própria economia rio-grandense, motivadas pelos primeiros sintomas do impacto da revolução tecnológica que a nossa economia micro-empresarial passou a sofrer nos últimos anos. Os déficits de mão de obra técnica oriam, como é notório, pontos de estrangulamento dos processos desenvolvimentistas. Apenas contando com quadros adestrados de pessoal técnico poderá a economia brasileira enfrentar o difícil ciclo conjuntural de momento.

Ademais, o risco de desemprego, que se delinea claramente na estrutura sócio-econômica brasileira, afeta especialmente as oportunidades de emprego de grupos volumosos de mão de obra simples, meramente braçal, provenientes das correntes migratórias que seguem o rumo campo-cidade e que não podem ser atendidas senão em ínfimas parcelas pelos currículos normais das escolas de ensino técnico estatais ou particulares. Impõe, portanto, a hora presente uma revisão nos métodos de ensino profissional, atingindo-se em menos tempo um contingente maior. Além da aceleração no tempo e do aumento de alunos, verificou-se também o baixo custo do Programa por se haver lançado mão de recursos ociosos das várias comunidades, tais como salas, oficinas, classes, equipamentos, etc.

Foram realizados em 1965, dentro do Programa, 168 cursos para os mais variados ramos da indústria e comércio formando 2.679 profissionais, importando num investimento de..... Cr\$ 48.000.000, dos quais Cr\$ 36.679.500 provieram de um acordo com a Campanha de Especialização Industrial do MEC.

Apesar da insuficiência de pessoal técnico, realizou a Seção de Pesquisa e Planejamento quatro tarefas de maior importância:

- a) Estudo estrutural da reorganização da Divisão de Trabalho.
- b) Pesquisas sobre estrutura e nível de emprego em Caxias do Sul.
- c) Pesquisas sobre estrutura e nível de emprego em Rosário do Sul.

3.

d) Pesquisa sobre estrutura e nível de emprego em Porto Alegre.

As pesquisas dos itens b), c) e d) constituem realizações pioneiras na América Latina e revelam com absoluta fidelidade a situação da mão de obra em todas as suas nuances, dando condições ao administrador de atingir os pontos neurálgicos da estrutura sócio-econômica dos municípios citados.

1. 4.1.2 - DIVISÃO DE HABITAÇÃO

Com a criação da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, COHAB-RS, grande parte do pessoal lotado naquela Divisão foi aproveitado na COHAB, de acordo com o disposto no art. 9º, da Lei nº 4.892, de 24 de dezembro de 1964, diminuindo conseqüentemente, seu volume de trabalho.

Porém com a reestruturação desta Secretaria, das novas atribuições àquela Divisão, como sejam, realizar pesquisas, elaborar planos e determinar normas para a execução do Plano Habitacional deverá a mesma receber novo impulso no exercício de 1966.

Foram atualizadas e despachadas naquela Divisão, com soluções definitivas, 472 processos, todo o cadastro dos promitentes compradores de casas populares foi atualizado e transferido à COHAB.

No interior do Estado, iniciou a promoção do Fundo Municipal Habitacional, que visa tornar auto-suficientes os municípios em solucionar seus problemas de habitação.

Foi feito, também, o levantamento dos orçamentos municipais de todos os municípios do Estado, a fim de que se pudesse prever a reinversão dos investimentos, sem descapitalização.

I.4.1.3 - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**1.4.1.3 - 1. PLANEJAMENTOS****1. Plano de Desenvolvimento e Organização de Comunidades - DOC.**

Trabalho elaborado pelo DEPAS, com vistas a uma ação coordenada, objetivando a promoção e desenvolvimento das comunidades sul-riograndenses. Trata-se de um plano para execução parcial ou global de todo ou de cada programa. É abre caminho para uma ação eficiente, visando a solução de problemas sociais do Estado e em cada uma de suas manifestações. O plano analisa o Estado do Rio Grande do Sul, examinando sua situação geral, zoneamento, centros de polarização e influência, zonas sócio-econômicas e suas características.

2. Plano do Centro de Recepção e Triagem

Prosseguindo no desenvolvimento de seus trabalhos, na conformidade do que estabelece o Decreto 16.816/64, o Departamento de Assistência Social - DEPAS - publicou o volume intitulado "Centro de Recepção e Triagem". É que decretada a especialização da rede institucional, pacíficos se tornou, necessidade de uma obra de triagem dos menores a serem devolvidos à comunidade, ou encaminhados para tratamento.

O projeto do Centro de Recepção e Triagem resulta de estudos do Judiciário e Executivo, que possuem identidade de pontos de vista em relação à matéria, cabendo registrar, com satisfação, o acolhimento que mereceu este projeto da Egrégia Assembleia Legislativa do Estado, quer ao aprovar a Lei 4909/64, quer ao aprovar por unanimidade recursos para sua execução. Tal obra, representa um marco de grande significação no campo de assistência social em nosso Estado. Ao Centro de Recepção e Triagem incumbirá determinar o tipo de assistência e tratamento que serão dados ao menor a este encaminhado. Refletirá as soluções que o Estado pode apresentar ao "Problema do Menor". Vai, assim, se constituir por inteiri-

4-A.

ro, em uma equação de trabalho. O Rio Grande do Sul se habilitará com este Centro, ao atendimento científico de menor abandono, e verá fortalecida sua ação no campo social. Esta obra, cujos trabalhos já se encontra em andamento, terá a construção acelerada, de tal maneira que, segundo espero, no final de meu Governo, já deverá estar em condições de prestar relevantes serviços à comunidade riograndense.

ESTUDOS

1. Estudo e tradução de um esquema de pesquisa social norte-americana.

2. Ante-projeto de estatuto para uma empresa comunitária destinada a administrar o Setor Industrial do Freguesado de São Borja.

1. 4.1.3. - 2. CAMPANHAS E JORNADAS DE ESTUDOS

Realizaram-se durante o exercício de 1965, várias Cursos, Conferências, etc., como:

1. "Coordenação de Grupos de Discussão": e cursos, respectivamente, 1 na Capital, com 26 participantes; e no interior; 1 em Santa Maria, 1 em Santa Rosa, com 22 participantes e 2 em Lajeado, com 21 participantes em cada um

2. "Liderança": 2 cursos, 1 com 14 participantes e outro com 25, ambos em Porto Alegre.

3. "Planejamento": com 18 participantes.

4. "Preparatório ao Seminário Regional sobre - Serviço Social, com 97 participantes.

5. "Formação Social" realizado pela Paróquia - Nossa Senhora da Glória, com a colaboração de 2 técnicos e com a presença de 25 participantes.

6. "Coordenação de Grupos": 2 cursos, 1 com 20 e outro com 26 participantes.

7. "Noções de Planejamento para o Desenvolvimento" com 114 participantes.

B - Seminários:

Entre outros foram realizados:

1. "A criança, a comunidade e o Estado" - com 580 pessoas, em 15 grupos de debates.

2. "Serviço Social Face às Mudanças Sociais da América Latina".

Patrocinado pelo DEPAS, contando com a colaboração da Faculdade de Serviço Social da PUC, Conselho Regional de Assistentes Sociais, Sindicato de Assistentes Sociais de Porto Alegre e Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social.

3. "Seminário de Desenvolvimento de Comunidade de Rio Grande".

4. "Seminário de Desenvolvimento do Alto Uruguai".

Realizado em Santa Rosa, teve a participação de 286 pessoas.

5. "Seminário de Desenvolvimento de Comunidade de Santa Maria".

O quadro demonstrativo abaixo, retrata em dados numéricos, a amplitude dos trabalhos realizados:

		REALIZAÇÕES	PARTICIPANTES
CURSOS	Técnicos	10	367
	Base	3	149
	Total	13	516

6.

		REALIZAÇÕES	PARTICIPANTES
SEMINÁRIOS	Da Comunidade	6	2040
	Específico	<u>6</u>	<u>605</u>
	Total	12	2645
CONFERÊNCIAS		7	

I. 4.1.3 - 3. ATUAÇÃO COMUNITÁRIA

A. - O Serviço de Agências Comunitárias de Capital - SACC - atendendo as suas atribuições particulares realizou o seguinte:

1. Na Triagem

Casos não abertos	637
Casos encaminhados à Clínica	315
Pessoas atendidas	<u>0</u>
TOTAL	952

2. Na Clínica de Casos

Em tratamento social	60
Encerrados	<u>259</u>
TOTAL	319

3. Tratamento social

Entrevistas realizadas	725
Visitas efetuadas	60
Providências gerais adotadas	502
Auxílios econômicos concedidos	153
Recursos diversos concedidos	<u>158</u>
TOTAL	3058

4. Clientes beneficiados

Menores de zero a 18 anos	1480
Maiores de idade	<u>530</u>
TOTAL	2010

5. Na Colocação Familiar

Casos novos	23
Casos continuados	131
Menores colocados	151
Lares substitutos existentes	<u>46</u>
TOTAL	351

6. Tratamento social na Colocação Familiar

Entrevistas realizadas	880
Contatos estabelecidos	730
Visitas domiciliares	150
Providências gerais	651
Relatórios elaborados	<u>120</u>
TOTAL	2531

B. - O Serviço de Convênios preocupou-se com assistência técnica às obras de amparo ao menor. A realização, em julho, do I Seminário para essas obras, foi a concretização de uma antiga aspiração que trouxe resultados imponderáveis.

As estatísticas, a seguir, demonstram o movimento registrado no Serviço.

MOVIMENTO DE INTERNAMENTOS - DESLIGAMENTOS - TRANSFERÊNCIAS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1965

Total de menores internados em 31 de dezembro de 1964:	1789
Total de menores internados de janeiro a dezembro de 1965:	
Capital	130
Interior	<u>356</u>
Total:	486
Total de menores desligados de janeiro a dezembro de 1965:	
Capital	136
Interior.....	<u>238</u>
Total:	<u>374</u>
INTERNADOS	1901

Vagas comprometidas 424
 Processos em tramitação para internamentos 30 Total: 454
 2355

ENTIDADES PARTICULARES QUE MANTÊM CONVÊNIO OU ACORDOS COM O DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MEIOSES:

TOTAL DE ENTIDADES

Localidade	Internato	Semi Internato	Internato e Semi-internato	Atendimento geralizado	Total
Capital	11	7	2	4	24
Interior	52	16	2	1	71
Totais	63	23	4	5	95

R E G I M E

I N T E R N A T O

S E M I - I N T E R N A T O

MASCULINO	FEMININO	AMBOS	SUB-TOTAL	MASCULINO	FEMININO	AMBOS	SUB-TOTAL	TOTAL GERAL
120	125	75	320	95	20	95	210	540
955	470	-	1425	95	60	235	390	1815
1075	595	75	1745	190	80	330	600	2355

I. 4.1.3. - 4. REDE DE ESTABLECIMENTOS INSTITUCIONAIS

1. INSTITUTO INFANTIL DE IPANEMA

O Instituto Infantil de Ipanema, com a finalidade de atender a menores de ambos os sexos, com problemas de conduta, de 2 a 7 anos de idade, no exercício passado, apresentou a seguinte movimentação:

Movimento anual de menores.....	415
Internamentos	12
Retorno	128
Desligamentos	23
Transferências	24
Hospitalizações	5
Média do "per-capita" diário em alimentação,...	

Cr\$ 548,00.

Os menores do Instituto Infantil de Ipanema foram atendidos, no que se refere à educação, pelo Grupo Escolar pertencente à Secretaria de Educação, que funciona junto ao Instituto, em classes pré-primárias, apresentando real aproveitamento.

Segundo a tipificação da rede institucional, o Instituto Infantil de Ipanema deverá destinar-se ao atendimento de crianças oligofrênicas, a partir de 1966.

É uma medida que se impõe visando a complementação efetiva da rede institucional especializada, hoje meta fundamental do DEPAS.

2. INSTITUTO CENTRAL DE MENORES

Instituição destinada ao recebimento de menores do sexo masculino, de 12 a 18 anos de idade, com problemas graves de conduta, registrou:

Movimento anual de menores	10474
Internamentos.....	1088
Retorno	1
Pernoite	1847
Em trânsito	213
Desligamentos	785

10.

Fugas	231
Transferências	30
Hospitalizações	13
Valor de per-hospital diário em ali- mentação	Cr\$ 483,00

O atendimento dos menores internados tem sido conjuvado por uma equipe de técnicos do Juizado de Menores, que, trabalhando em sintonia com os técnicos do DIFAM, procuram alcançar a reabilitação e a readaptação social daqueles menores.

A Escola de Artes e Ofícios pondo funcionamento a Mercenaria, Confecção de sacolas, Aviário, Fábrica de gaiolas de passarinhos, Seção de pintura, têxtil, na atual administração, paulatinamente montada, permitiu a terapia ocupacional de inúmeros menores.

Apesar de todo o esforço demonstrado e das realizações do ano de 1965, apenas 30% dos menores pode trabalhar. Os demais, por carência das instalações permanecem totalmente desocupados.

3. LAR SANTA MARTA

O Lar Santa Marta destina-se ao recebimento de menores do sexo feminino, de 12 a 18 anos de idade, portadoras de graves problemas de conduta.

Registrou-se a seguinte movimentação nessa Instituição:

Movimento anual de menores.....	1745
Internamentos	261
Fernois	456
Em trânsito	141
Desligamentos	113
Fugas	141
Hospitalizações	4
Média de "per-capita" diário em ali- mentação..	Cr\$ 483

11.

Orientando o trabalho de assistência a essas jovens, no sentido de imprimir um caráter praxiterápico às atividades ocupacionais e às atividades sociais e recreativas, receberam as internas do Lar Santa Marta: Aulas de Culinária, de Trabalhos Manuais, de Prática de Lavanderia, de Cabelereiras, de modelagem e de cultivo e plantio de hortas e jardins.

Considerando a heterogeneidade de problemas apresentados pelas menores e que o convívio de meninas com problemas ante-sociais, doentes mentais e gestantes - essas necessitando por seu estado, ensinamentos específicos e permanência em ambiente calmo e harmonioso - têm influído negativamente na vida da casa.

Importa frisar a necessidade do desdobramento do Lar Santa Marta, na conformidade, aliás, dos estudos propostos pelas equipes mistas DEPAS e Juizado, em três lares:

- A - para menor prostituta e tranviada
- B - para menor portadora de problema leve
- C - para menor psicótica fora do surto

4. ESCOLA PRÉ-VOCACIONAL "ARA JOBIM"

Destinada ao atendimento de menores do sexo feminino, de 7 a 14 anos de idade, sem problemas de conduta, registrou a seguinte movimentação:

Movimento anual de menores.....	863
Internamentos	51
Retorno	351
Desligamentos	14
Valor de "per-capita" anual	Cr\$ 429

O atendimento escolar do MPVAJ esteve a cargo do Grupo Escolar Isabel de Espanha. Esta escola deu grande ênfase à integração das menores na comunidade, atendendo perto de meio milhão de crianças nas suas instalações, em regime de externato.

No tocante ao aproveitamento da área de terra onde se situa, registra-se ter produzido mais verdura que as necessidades de consumo.

5. EDUCANDÁRIO SÃO JOAQUIM

O Educandário São Joaquim, com a finalidade de atendimento a menores de sexo masculino, de 6 a 12 anos de idade, com problemas de conduta, apresentou o seguinte movimento:

Reorientação anual de menores.....	4549
Internamentos	260
Retorno	393
Fernote	1302
Em trânsito	259
Desligamentos	73
Fugas	413
Transferências	34
Hospitalizações	5
Média de "per-capita" diário em alimentação Cr\$	348

O atendimento escolar dos menores do Educandário foi prestado pelo Grupo Escolar Miguel Testes, que funciona dentro da Instituição.

No mês de maio foi instalada a equipe técnica, sob a chefia de um psicólogo, a qual vem apresentando alto rendimento técnico, e constituiu-se em uma medida de grande significação para a especialização do Instituto.

6. ESCOLA PROFISSIONAL PR. CACIQUE

Destina-se à assistência integral para fins de tratamento, com atuação pedagógica especial e ensino profissional primário a menores de sexo masculino, de 12 a 18 anos de idade, com problemas de personalidade e características leves.

13.

A Escola Profissional Fe. Cacique registrou:

Movimento anual de menores	500
Internamentos	71
Retorno	20
Em trânsito	1
Desligamentos	37
Fugas	33
Transferências	7

Aos internos da EPPC, além de atendimento escolar prestado pelo G.E. Joaquim Cacique de Barros, foi ministrada aprendizagem profissional, através das oficinas de Artes - Gráficas, Sapataria e Mecânica.

7. EDUCANDÁRIO RURAL ENEITA MARTINS RAMOS

Com a finalidade de prestar atendimento a meninos, de sexo masculino, de 12 a 16 anos de idade, sem problemas de conduta, apresentou o seguinte movimento:

Movimento anual de menores	417
Internamentos	60
Retorno	115
Desligamentos	41
Fugas	16
Transferências	7
Hospitalizações	2
Valor do "per-capital" anual	Cr\$ 525

A aprendizagem escolar de grau primário foi ministrada pelo Grupo Escolar, que funciona junto ao Educandário e o ensino profissional-agrícola, através do plantio da terra, com horticultura para manutenção própria e venda do produto excedente; avicultura, com criação de galinhas e frangos com os mesmos objetivos anteriores e a suinocultura como experiência incipiente, a ser ampliada no futuro.

É a única Instituição do DEPAR que possui as-

sistente Social, cujo trabalho tem sido de extraordinária importância para os trabalhos desenvolvidos.

8. CASAS LARES N.ºS 1, 2, 3 e 4

As Casas Lares destinam-se ao atendimento de egresses do sexo feminino, que frequentes vários estabelecimentos de ensino ou trabalham fora do Lar apresentou:

Movimento anual de menores	51
Internamentos	16
Desligamentos	14
Média do "per-capitel" diário em alimentação...Cr\$.	396

Dasas Casas, três estão situadas em Ipanema, são patrimônio do Estado e uma no centro da cidade, rua José do Patrocínio, alugada.

Orçou-se o cargo de Diretor das Casas Lares, o que veio representar uma sensível melhora no atendimento dessas unidades. As internas adaptam-se facilmente ao rádio ambiente que lhes é oferecido, contando com a assistência integral, além do acanhêgo característico das Casas Lares.

RÊDE DE ESTABELCIMENTOS INSTITUCIONAIS

9. CASA LAR N.º 5

A Casa Lar n.º 5 destina-se ao atendimento de egresses, do sexo masculino que estudam ou trabalham fora do Lar.

Localiza-se à rua Cel. Vicente, em casa alugada, e representa uma experiência de maior importância para esse Departamento.

A Casa Lar n.º 5 apresentou a seguinte movimentação:

Movimento anual	14
Internamentos	8
Desligamentos	5
Valor do per-capitel diário em alimentação - Cr\$.	396

I. 4.1.4 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - COHAB-RS

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB-RS foi criada pela Lei Estadual nº 4.892, de 24 de dezembro de 1964, atendendo a necessidade de ser o Plano de Habitação do Estado executado por um órgão autônomo, estruturado nos moldes de sociedade de economia mista, com a flexibilidade de ação suficiente para um programa de construções da magnitude prevista no citado Plano.

Suas características deveriam possibilitar sua inclusão entre os chamados órgãos prioritários do Sistema Financeiro de Habitações de Interesses Sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, daí surgindo a COHAB-RS.

A participação do Estado em seu capital social inicial (Um Bilhão de Cruzeiros) foi estipulada em 99,97% (i. e, Cr\$ 999.700.000), sendo o restante subscrito por particulares.

A constituição da Companhia se deu em 21 de janeiro de 1965, por meio de Escritura Pública, sendo pela mesma indicada sua primeira Diretoria, assim, composta: Engº Gilberto Mário Cesar Coufal, Diretor Presidente; Econ. Loris José Isatto, Diretor Financeiro; e, Engº Cláudio Pedro Lonzett, Diretor de Engenharia. O representante do capital majoritário é, nos termos da Lei 4.892, o Secretário de Estado dos Negócios do Trabalho e Habitação.

A COHAB-RS mantém com os órgãos da Secretaria do Trabalho e Habitação o mais íntimo entrosamento, dos quais tem recebido os subsídios e a colaboração mais amplas para atender suas finalidades.

Entre outras atribuições, compete à COHAB-RS : executar o Plano de Habitação do Estado; estudo dos problemas de habitação no Rio Grande do Sul; planejamento e execução em coordenação com órgãos federais, estaduais ou municipais, de

sua solução; construção, direta ou cometida a terceiros, urbanização de áreas destinadas a conjuntos residenciais e venda das moradias construídas, bem como assistir as comunidades formadas.

O desenvolvimento do Plano de Habitação do Estado durante o exercício findo foi plenamente satisfatório, já que o mesmo superou as programações para aquele ano. Estava prevista a construção de 4.000 casas populares em 1965, e, já em outubro do mesmo ano esta meta estava superada. Foram contratadas obras de construção de 4.393 habitações populares em 95 municípios, atingindo todas as zonas socio-econômicas do Estado, não estando incluídas nesse dado as casas que os municípios, a título de colaboração com o Plano de Habitação, construíram a mais do número estipulado nos contratos de execução.

A área total em construção atingiu a 133.783 m², acusando um custo médio por metro quadrado de Cr\$ 47.939.

Com a conclusão das obras contratadas durante o ano findo, será beneficiada uma população 23.500 pessoas, que terão uma moradia condigna, de alvenaria, com todas condições de higiene e salubridade necessárias. Além disso, a complementação da composição arquitetônica dos conjuntos residenciais, a criação de centros de atividades comunitárias, o tratamento adequado das praças, ruas e acessos, trarão fatalmente à população beneficiada condições para apurarem sua consciência cívica e de integração social.

Das moradias contratadas no período de janeiro a dezembro de 1965, cerca de 80% encontram-se em fase de acabamento, devendo seu total estar concluído em março do corrente ano.

Para a realização dessas obras, contou a COHAB-RS com recursos provenientes de órgãos financiadores, do Governo do Estado e das Prefeituras Municipais. Dentre os primeiros deve ser citados:

- Um Milhão de Cruceros do programa "Aliança para o Progresso," conforme acordo com a Secretaria de Trabalho e Habita

ção, em 6 de outubro de 1964.

- Um Bilhão e Setecentos mil Cruzeiros do Banco Nacional de Habitação, conforme acôrdo de 23 de dezembro de 1964.
- Três Bilhões de Cruzeiros da "Aliança para o Progresso", conforme acôrdo de 30 de abril de 1965.
- Dois Bilhões e Quatrocentos e Cincoenta Milhões de Cruzeiros do Banco Nacional de Habitação, em 22 de outubro de 1965.
- Um Bilhão de Cruzeiros da "Aliança para o Progresso", conforme acôrdo de 16 de novembro de 1965.
- Recursos para água e os já assegurados para 1966 (Quatro Bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros).

Do total de nove bilhões e cento e cinquenta milhões de cruzeiros fixados nos acordos acima, recebeu a COHAB-RS, em 1965, Cr\$ 6.910.487.619, dos quais Cr\$6.413.494.402 já estão comprometidos ou aplicados nas construções contratadas, sendo que o restante será aplicado em novas obras a serem contratadas em inícios de 1966.

As despesas de administração e custeio de instalação da COHAB-RS foram supridas com recursos próprios, provenientes do montante integralizado do seu capital social.

II. 1.1. - SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA

II. 1.1.1 - A LAVOURA E A PECUÁRIA NO ANO DE
19651.A - Retrospecto das condições climáticas - 1º
semestre.

1.A-1 - Fronteira e Zona Sul.

A um inverno muito frio (1964) e com precipitações abaixo do normal, seguiu-se uma primavera seca que não permitiu a recuperação dos pastos e dos mananciais de irrigação. A partir da segunda quinzena de dezembro (1964), as precipitações pluviométricas começaram a escassear, até atingir uma situação de calamidade, dado o gradual esgotamento das fontes normais de abastecimento d'água, agravada pela salinização crescente dos grandes lagos e rios, que irrigam parte penderável das lavouras da Zona Sul. Com este quadro, iniciou o ano de 1965, tendo sido verificado - em todo o verão - a média mensal de apenas 35 milímetros de precipitação pluviométrica, quando, em anos normais, a média é de 120 milímetros. Esta situação perdurou até abril de 1965.

Cêrca de 19 municípios do Estado, situados numa faixa média de 100 quilômetros de largura, sofreram grandes prejuízos na orizicultura e nas culturas de seço. Nesta vasta região, houve grande mortandade de gado, abate de fêmeas, com prometendo gravemente a produção de carne, leite e terneiros.

A-2 - Demais Regiões do Estado

Felizmente, de um modo geral, em tôdas as demais regiões do Estado, onde as condições climáticas foram normais, as safras foram abundantes, especialmente nas chamadas zonas coloniais, que permitiram boas colheitas de soja (385.000 ton.) e milho e uva, principalmente.

B. - Retrospecto das condições climáticas - 2º semestre.

Em meados de agosto de 1965, chuvas de grande intensidade começaram a cair em Porto Alegre e no interior do Estado. Nos dias que se seguiram, ocorreram transbordamento de rios, quedas de pontes e barreiras, ocasionando inundações e danos sem precedentes. Dia 20 do mesmo mês, intensa nevada teve início, fazendo-se sentir não só em Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves e Vacaria, mas também em outras regiões, como Missões, Planalto Médio, Alto Uruguai e Encosta Inferior do Nordeste.

B.1 - Prejuízos e consequências - 1ª fase.

Os prejuízos diretos à lavoura, causados pelas primeiras enchentes não foram grandes, face já estarem colhidas as plantações das várzeas e apenas em início a plantação de feijão e batata; todavia, prejuízos não quantificáveis ocorreram nas encostas dos morros, pelo arrastamento de solo lavrado, representaram considerável parcela de fertilidade perdida.

B.2 - Prejuízos e consequências - 2ª fase.

A continuidade das chuvas e o recrudescer das enchentes, a ocorrência de neves, ventos e granizos, condições que persistiram até meados de setembro de 1965, terminaram por acarretar prejuízos de monta, para a lavoura e a pecuária. Culturas permanentes (como a acácia negra, erva mate e frutíferas) foram bastante afetadas. Também as culturas de inverno (como trigo, cebola, fumo, linho e cevada) e de primavera (como milho, feijão, batatinha e mandioca), sofreram prejuízos e levados. O cultivo de hortaliças foi bastante prejudicado e o decorrente atraso no preparo de lavouras foi responsável por quedas de produção de determinadas culturas. A perda de instrumentos de trabalho, por parte de grande número de pequenos agricultores ribeirinhos, principalmente da zona do Alto Uruguai (aproximadamente 40.000) e dos vales da Encosta Inferior do Nordeste (cerca de 30.000), foi outro fator que muito influenciou para dificultar os trabalhos de plantio e replantio imediato das culturas de primavera e verão. No setor da produ -

ção animal ocorreram não só depauperamento de animais, como também muitos casos de perdas de bovinos, ovinos, suínos, caprinos, equinos e aves.

II. 1.1.2. - POLÍTICA AGRÍCOLA E ATUAÇÃO DA SECRETARIA

2.0. - Objetivos.

Com a missão de assistir e fomentar a maior fonte de riqueza do Estado, que é, inegavelmente, a sua produção agrícola e pecuária, a Secretaria de Agricultura vem cumprindo programas e tomando medidas, cuja essência é dar meios e reunir condições para que os agricultores possam incrementar sua produtividade. Consoante esta orientação, a Secretaria vem trabalhando não só para os agricultores, mas, principalmente, com os agricultores e demais forças produtoras de nossa economia.

2.1. - Destino da produção e fatalidade geográfica.

Muito embora a capacidade de produção, na quase totalidade dos produtos, ainda não exceda o crescimento da procura doméstica, pela posição geográfica do Estado, pelas distâncias e deficiências de comunicações e meios de transportes, de comercialização e de regime de trocas que o separam dos grandes centros consumidores do país, a exportação significa para o Estado um apêlo irresistível. Não só a exportação, como também a industrialização de matérias primas, representam a redenção da economia do Estado. Em todos os trabalhos, procura a Secretaria de Agricultura encontrar seu destino verdadeiro, esquecendo o "slogan" antigo e superado de "celeiro do Brasil", para transformá-lo em "armazém", "fábrica" e "doca", o que será possível somente mediante o aumento da produtividade, rentabilidade e melhoria sempre crescente da qualidade da produção riograndense.

2.2. - Economia primária

Intensificando a campanha contra a pobreza rural, buscando, também, construir diversificada e próspera economia rural, os programas da Secretaria da Agricultura continuam a encorajar o progresso da eficiência na agricultura, intensificando a pesquisa, tanto básica como aplicada, acelerando a obtenção de sementes melhoradas, a realização de estudos de regionalização de variedades, rotação de culturas, práticas de manejo e fomento de farrageiras. Cuidado especial merecem as pragas e moléstias, através de campanhas sanitárias e de orientação técnica. É essencial que a agricultura se processe em bases racionais, como estão a exigir as necessidades do mundo moderno. A guerra à monocultura foi declarada em algumas zonas e na escala hierárquica dos atendimentos prioritários, destaca-se sempre à frente aqueles produtos de maior significado econômico. A produção de proteínas animais e vegetais (trevos e soja) têm o seu incremento objetivado em vários programas da Secretaria.

O crescimento do consumo doméstico dos chamados animais pequenos é uma meta a atingir para que seja possível aumentar a oferta de carne de gado ao mercado internacional, em troca de bem valorizadas divisas. Neste sentido, programas de cunicultura e avicultura, buscando desenvolver estas criações em bases e com mentalidade industrial, estão se realizando com sucesso apreciável.

Por outro lado, trabalhos geológicos de não menor importância para a economia do Estado, como a cubagem de várias jazidas e a abertura de poços artesianos, vem sendo realizados em ritmo nunca antes alcançado. Acresce, ainda, que a capacitação profissional do homem rural não foi negligenciada pela Secretaria.

Cursos são ministrados, possibilitando a aquisição de novos conhecimentos que permitam emprego de novas técnicas na lavoura e na criação. Exemplos marcantes são os cursos práticos de ovinocultura, suinocultura, farrageicultura, lacteínios e gado leiteiro, avicultura e cunicultura, inse-

mineração artificial, classificadores de lã, citricultura, apicultura, viveirista, viticultura e enologia, aradores-tratoristas, que foram realizados nas várias regiões do Estado, durante o ano de 1965. Todas estas medidas e iniciativas, entre outras, cuja repercussão e valor econômico são palpáveis, tornam-se imprescindíveis para que se possa enfrentar as exigências do presente e os desafios do futuro, concretizando essa espécie sadia de economia primária para o Estado.

II. 1.1.3. - SÚMULA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1 - Comercialização agrícola. Médias de fendas.

Nos encontros de Secretários da Agricultura, realizados em Viçosa e Rio de Janeiro, em julho e dezembro de 1964, respectivamente, pugnou-se pela fixação de preços mínimos paritários para os produtos agrícolas e pela licença permanente de exportação para os excedentes agropecuários do Rio Grande do Sul. Registra-se que o Governo Federal, através da Comissão de Financiamento à Produção, do Banco do Brasil S/A., e da COBAL impediu o aviltamento do preço do milho e do feijão, produtos típicos das zonas de pequena propriedade, bem como liberou quotas de exportação de lã, soja e derivados, carne bovina e arroz. É evidentemente, apenas um começo, mas já foi um progresso notável.

3.2 - Providências quanto aos efeitos da estiagem.

Quando se fizeram sentir os efeitos da insuficiência de precipitação pluviométrica, órgãos e técnicos da Secretaria, dentro das possibilidades, colaboraram para amenizar os efeitos da estiagem, seja perfurando poços artesianos, seja conseguindo transporte e a cooperação de fazendeiros que dispusessem de campos em áreas não assoladas, para a emigração do gado flagelado, ou autorizando o abate de fêmeas que morreriam de inanição.

3.2.1 - Plano de Desenvolvimento da Pecuária de Corte.

Em janeiro de 1965, antes portanto de se fazerem notar os primeiros efeitos da estiagem, a Secretaria da Agricultura, com a assessoria do GAP, elaborou o Plano de Desenvolvimento da Pecuária de Corte do Rio Grande do Sul, formado por 9 sub-projetos, que se constituía numa tentativa de promover uma ação integrada de diversos órgãos públicos e da iniciativa privada, com a finalidade de vencer pontos de estrangulamento que impedem o aumento da existência dos rebanhos, bem como a consecução de uma melhor taxa de desfrute.

3.2.2 - Crédito, promissórias rurais e refinanciamento.

A vinda do Chefe da Assessoria Agrícola do Ministério do Planejamento, do Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S/A. e de funcionário da Carteira de Crédito Geral, que percorreram as zonas mais atingidas pela estiagem, foram decisivas para a adoção das medidas tomadas, tais como: maior concessão de crédito às cooperativas de carne e de lã; a maior utilização de promissórias rurais e o refinanciamento, não obstante a forte restrição de crédito determinada pela política anti-inflacionária do Governo da República. Também registre-se que os industriais da Pesca receberam maiores financiamentos após a visita dos técnicos do Ministério do Planejamento e da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, a Rio Grande à zona atingida pela seca.

3.3 - Retação arroz e forrageiras.

O êxito alcançado junto ao Banco do Brasil S/A, das gestões empreendidas de novembro de 1964 a fevereiro de 1965, a fim de que fosse autorizado a concessão de financiamentos, da ordem de Cr\$100.000 por hectare, para o cultivo de forrageiras de inverno, prioritariamente em terras de pouso de arroz, para garantir o abastecimento de carne na entressafra. O plano foi aprovado pelo Banco do Brasil e ampliado para todo

o Rio Grande, face à calamidade da seca. A Seção de Zootecnia, da Diretoria de Produção Animal (D.P.A.), podem orgulhar-se do resultado alcançado que é fruto de dois anos de pesquisa aplicada, realizada em poteiros pertencentes ao Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor" - (IPVDF), em Guaíba, nos quais está se instalando a Estação Central de Pesquisas Zootécnicas.

3.4 - Pastagens cultivadas.

A transformação da fisionomia rural do Estado, com a melhoria gradativa e principalmente com a substituição da pastagem nativa por espécies forrageiras cultivadas, é uma evidência que merece destaque para comprovar o comportamento do meio rural, interessado em introduzir novas técnicas de trabalho e disposto a progredir. A Secretaria da Agricultura vem cumprindo um bem elaborado programa que inclui difusão ampla (através de reuniões, palestras, visitas, folhetos, jornais, etc) das práticas de melhoria de pastagens. No ano de 1965, foram criados mais 3 Setores de Extensão e Fomento Forrageiro, com sedes regionais em Guaíba, Santa Maria e São Borja, passando, assim, o Estado a contar com 10 destes Setores. Pelas divulgações dos resultados agronômicos e econômicos dos experimentos com pastagens cultivadas, realizadas nas Estações Experimentais da Secretaria, a superfície de pastagens cultivadas vem alcançando notória ascensão. Os dados até aqui conhecidos permitem estimar em 400.000 hectares a área cultivada com pastagens, no Estado, em 1965.

3.4.1 - Pastagens nativas.

Não se tem descuidado, por outro lado, da importância das pastagens nativas, cujos estudos, contidos em um projeto que recebe auxílio do Governo dos Estados Unidos, atingiram já o seu quarto ano de profícuas atividades.

3.4.2 - Importância e resultados dos trabalhos de incremento de pastagens cultivadas.

Os estudos e trabalhos de incremento de pastagens cultivadas e uso de rações, que a Secretaria, em ação integrada com outras entidades, vem empreendendo, através da execução de vários projetos, são, em conjunto, tão ou mais importantes que a Campanha de Combate à Febre Aftosa, que se iniciou no ano de 1965. Atribui-se a fartura de carne bovina, em todo o ano passado, e a estabilização de preços - apesar da exportação de 38.484 toneladas para o exterior, da remessa de carne congelada para Rio e São Paulo e da mortandade ocasionada pelas sucessivas intempéries - à utilização crescente de pastagens e ao emprêgo de rações, fatores estes decisivos, porém, ainda melhor secundados pela estocagem de 5.200 toneladas de carne, determinadas pelo Governo ao Instituto Sul-Riograndense de Carnes.

3.4.3 - Convênio de Pastagem e Produção Animal.

Graças a Aliança para o Progresso, foi possível à Secretaria da Agricultura firmar o Convênio de Pastagem e Produção Animal com vistas à execução de um programa cooperativo, objetivando incentivar a pesquisa e demonstração de melhores forrageiras, melhor utilização das pastagens e melhores práticas de manejo do gado em pastoreio. Através do Convênio de Pastagem e Produção Animal, teve a Diretoria da Produção Animal, o seu patrimônio grandemente enriquecido com a aquisição de valioso material, incluindo veículos, maquinaria agrícola, além de recursos para a contratação de técnicos e a ampliação de instalações nas Estações Experimentais. Dentro do programa do Convênio foram realizadas 4 reuniões com criadores - "Dia do Fazendeiro" - que reuniram grande número de interessados em 4 regiões diferentes do Estado.

3.5 - Campanha de Combate à Febre Aftosa.

A febre aftosa, causadora de imensos prejuízos - nos rebanhos do Estado, ensejou à Secretaria elaborasse e e

xecutasse uma campanha de combate, a qual teve, recentemente, sua primeira etapa realizada. O ano de 1965, marcou o início desta Campanha, realizada em convênio de cooperação financeira e técnica com o Ministério da Agricultura. O Combate à febre aftosa teve sua obrigatoriedade instituída por lei da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado. O controle desta terrível doença, é a meta a ser atingida pela Campanha, para a qual o território do Estado foi dividido em 15 áreas de vacinação intensiva, que deverão ser cumpridas dentro de 3 anos. Lançada oficialmente em 14 de junho de 1965, tiveram início, em 15 de dezembro do mesmo ano, as vacinações nos municípios de Quaraí, Uruguaiana, Livramento, Alegrete, Dom Pedrito e Bagé, integrantes da chamada área I. Em 30 dias foram vacinados 2.070.420 bovinos e inspecionadas 12.757 propriedades rurais. Em 15 de abril de 1966, será iniciada a 2ª etapa, desta vez nos municípios de Lavras do Sul, Rosário, São Gabriel e Caçapava, ao mesmo tempo em que será procedida a re-vacinação nos municípios da primeira etapa.

3.6 - Outros trabalhos de defesa sanitária animal.

Várias são as doenças que afetam os rebanhos. A raiva desmodina, transmitida pelo morcego hematófago, encontra a ação enérgica e prioritária das equipes volantes especializadas, em trabalho contínuo de vacinação e extinção dos focos. A brucelose, por seu turno, vai sendo combatida eficientemente pelos trabalhos do Plano de Erradicação, de vacinação intensiva de terneiros de 4 a 8 meses. Ainda a peste suína, a sarna ovina, a helmintose ovina e suína, são uma preocupação constante dos funcionários das Inspetorias Veterinárias, e os trabalhos de combate foram realizados em caráter de rotina, mas nem por isso menos importantes e eficazes.

3.7 - I.P.V.D.F.: Pesquisa, produção de vacinas e exames laboratoriais.

Em 1965 o setor de pesquisas teve maior intensidade

10.

de que em anos anteriores, enquanto que nos campos de produção, exames e diagnósticos e difusão cultural, os trabalhos se processaram num ritmo satisfatório. Em 1965, foram produzidas pelo Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor" 3.300.000 doses de vacina contra aftosa; 317.500, contra raiva bovina; 227.300, contra brucelose e 1.295.400, contra peste suína, além de outras contra varíola aviária, paratife suíno, tifo aviária, etc. Os exames laboratoriais, compreendendo tipificação de vírus, exames diagnósticos, análise de elementos minerais, exames toxicológicos, exames de materiais de doenças de ovinos, etc., têm sido cumpridos satisfatoriamente.

3.7.1 - Laboratório móvel.

Este novo elemento de trabalhos de pesquisa do IPVDF entrou em atividade em 1965, contribuindo decisivamente para a realização de diversos programas. Foi utilizado em todas as viagens de projeto sobre doenças de ovinos, em estudo de parasitologia e de "mal do eucalipto".

3.8 - Melhoramento zootécnico.

O melhoramento zootécnico dos rebanhos gaúchos tem sido enfrentado através, principalmente, da inseminação artificial. Postos foram espalhados pelo interior do Estado, em colaboração com prefeituras municipais e cooperativas especialmente criadas. Em 1965, foram utilizadas 13.343 doses de sêmen líquido e 16.025 de sêmen congelado. A Secretaria importou dos Estados Unidos, 16.160 doses de sêmen congelado. Cooperativas de inseminação artificial, compostas de criadores e incentivadas pela Secretaria, em Livramento, Dom Pedrito, Pelotas, Tupanciretã, São Gabriel, São Jerônimo, Rio Pardo e São Borja, bem como os Postos de Inseminação mantidos em Ijuí, Porto Alegre, Feliz, Pelotas, Montenegro, Santo Cristo e Taquara, principalmente, utilizam o sêmen, congelado e líquido, destinado à melhoria de nosso rebanho. A fim de su-

xiliar pequenos produtores de leite, a Secretaria da Agricultura importou novilhas do Uruguai, das quais 155 se encontram no Parque do Menino Deus, sendo premunizadas contra a "tristeza". Por outro lado com os positivos resultados alcançados pelo 1º Block-Teste de Porcinos do Brasil, realizado em Santa Rosa, em dezembro de 1964, e com a revenda de reprodutores de qualidade para os produtores, com a integração e participação ativa da Secretaria na Campanha Nacional do Porco Tipo Carne, vê-se melhorar a qualidade de nossos suínos, a ponto de ter sido feita, da região do Alto Taquari, exportação de reprodutores para a Argentina. No campo da ovinotecnia, os excelentes resultados zootécnicos e dos ensaios de nutrição e manejo, realizados nas estações experimentais, foram divulgados para os criadores através das concentrações chamadas "Semana da Ovelha", com a finalidade de incrementar e melhorar o rebanho ovino. Com o objetivo direto de incentivar a ovinocultura na região do Planalto Médio, foi realizado um leilão na Estação Experimental da Tupanciretã, de animais das raças Idel, Corriedale e Merino Australiano. Merece real citação também a doação à esta Secretaria, por parte da Sociedade de Criadores de Merilin, do Uruguai, de 20 borregas e 2 carneiros de raça em referência e que foram destinados à Estação Experimental de Tupanciretã para trabalhos experimentais, visando a produção de cordeiros para carne.

3.8.1 - Concurso de Carcaças de Frangos de Corte.

Iniciativa pioneira no País, foi a introdução durante a Exposição do Menino Deus, do 1º Concurso de Carcaças de Frangos de Corte. No ano de 1965, a Secretaria produziu 100.586 pintos (contra 51.628 em 1963 e 32.557 em 1964).

3.9 - Estudos e trabalhos sobre a pesca

O progresso verificado no sub-setor da pesca, pode ser aquilatado pelos acordos firmados com a SUDEPE, nos valores de Cr\$ 1.000.000 em 1963, Cr\$ 3.000.000 em 1964 e ... Cr\$ 40.000.000 em 1965. Foi constituído o Grupo de Trabalho

reunindo Governo do Estado, BRDE - COMESUL e iniciativa privada, que elaborou a 1ª parte do PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA NO RIO GRANDE DO SUL. A Campanha de Valorização do peixe, instituída pela Colenda Assembléia Legislativa do Estado, tem seus trabalhos coordenados pela Secretaria da Agricultura.

3.10 - Análise de sementes

O Laboratório de Análise de Sementes, efetuou trabalho excepcional em 1965, executando 5.065 análises (contra 441 em 1963 e 1.197 em 1964), representativas de 389.753 quilos de forrageiras, 330.390 sacos de sementes de trigo provenientes de lavouras fiscalizadas, 80.000 quilos de milho híbrido, etc. Estas quantidades dão uma idéia da importância do programa cumprido pelo L.A.S., cujos serviços são solicitados até pelos Estados de Santa Catarina e Paraná.

3.11 - Programa de Lavouras fiscalizadas de trigo.

A adoção de um Programa Conjunto para a distribuição de sementes de trigo fiscalizadas, reunindo a Secretaria da Agricultura, o Banco do Brasil S/A e a Fecotriço, foi um dos fatores que impediu maior queda na produção, que se prenunciava face à incerteza de preço mínimo e insuficiência de financiamentos. Por este Programa, foram analisadas sementes representativas de 311.300 sacos de trigo, provenientes das lavouras fiscalizadas pela Seção de Fomento, da Secretaria. O trabalho foi executado através de 33 entidades de produtores, das quais 29 foram assistidas por 31 técnicos desta Pasta. Para dar melhor idéia da importância deste trabalho, informamos que o seu coordenador percorreu, em viagens de inspeção, durante três meses, mais de 15.000 quilômetros e a assistência técnica dos 31 agrônomos especializados, da Secretaria, compreendeu a fiscalização das lavouras dos produtores escolhidos, fiscalização da colheita, recebimento, armazenamento e organização de lotes e pilhas por variedade, bem como colg

leta de amostras para análise, classificação e tratamento das sementes aprovadas. O Banco do Brasil S/A, só concede financiamento a lavouras plantadas com semente fiscalizada pela Secretaria, na forma indicada.

3.12 - Lançamento de novas variedades de trigo.

O melhoramento genético do trigo tem por objetivo a criação de novas variedades precoces e semi-precoces, de superior qualidade às que vem sendo cultivadas, com objetivo primordial de possibilitar aos agricultores melhor segurança na colheita e imediata utilização racional das restievas, com plantio de culturas de ortação com este cereal. Além da precocidade e da produtividade, as novas variedades devem possuir boas características agrônômicas de resistência ao secamento e debulha, boa resistência às moléstias fúngicas, tais como ferrugem do colmo ou ferrugem negra, e também alta tolerância à septoriose e à fusariose (*Giberella*). Em 1965, cumpre destacar, foram lançadas duas novas variedades de trigo: Cotiporã 03 e Toropi 81, com 250 e 170 sacos cada uma. Estas sementes básicas foram multiplicadas através de uma rede de 24 produtores-cooperadores, de 9 municípios, escolhidos por inspetores de semente, agrônomos regionais e técnicos das estações experimentais. Embora ainda não se disponha de dados finais sobre os rendimentos, não obstante as adversidades climáticas ocorridas, o comportamento das novas variedades é alentador, tudo indicando que estão repetindo o sucesso de variedade Nova Frata, lançada em 1963-64, e o das variedades criadas pelo Ministério da Agricultura, os conhecidos IAS. A excelência de todas essas variedades estão assegurando o futuro da triticultura no Rio Grande do Sul e em outros Estados do Brasil, graças à continuidade da pesquisa integrada feita pelo Ministério-Secretaria da Agricultura. Para o ano de .. 1966 espera-se lançar a linhagem conhecida como B4.

3.13 - Trabalhos com soja.

Cêrca de uma centena de experimentos estão sendo realizados com a soja, visando seleção e regionalização de variedades, técnicas culturais, nutrição vegetal, inoculantes, combate à pragas e moléstias, melhoramento genético, e obtenção de semente básica. Em verdade, a atenção que se dá pensa à esta cultura tem plena justificação, pois a soja está incluída entre as três lavouras mais expressivas do Estado, e sua importância econômica, tanto para o mercado doméstico como para o mercado internacional, aumenta cada vez mais. Gumpre destacar pela sua repercussão, que da importação de 15.875 quilos de sementes de variedade norte-americanas, sabidamente enquadradas na mesologia do Rio Grande do Sul, foram multiplicados 210.000 quilos de semente de ótina qualidade, distribuídas aos agricultores, em planos de fomento desenvolvidos em vários locais do Estado. Na grande maioria dos trabalhos com a soja, a Secretaria contou com a valiosa colaboração do Instituto Privado de Fomento à Soja, mediante convênios e acordos.

3.14 - Milho híbrido.

A produção de sementes genéticas e básicas, consegue já uma razoável eficiência, havendo, no entanto, um estrangulamento no setor de multiplicação, tarefa esta a cargo do Fomento. A fiscalização das lavouras e as necessidades de análise periódica do poder germinativo das sementes, fizeram com que fosse criado o Programa de Produção de Semente de Milho Híbrido, com recursos financeiros e técnicos especialmente dedicados à sua realização. Não obstante as deficiências apontadas, foram produzidos 3.000 sacos de híbrido-semente SAVÉ-19, lançada em 1963-64 e multiplicada em 1965, por produtores-cooperadores. Também em 1965, foram instalados mais dois núcleos de produção de sementes híbridas de milho, num total de 50 hectares. As sementes básicas (híbridas simples) são produzidas pela Estação Experimental de Veranópolis, que os -

distribuí aos produtores-cooperadores. Para o corrente ano - 1966 - e nos próximos, serão lançadas pelo menos mais 6 variedades, superiores mesmo ao SAVZ 19, destacando-se, entre estas, o excelente SAVZ 135.

3.14.1 - Unidade de Beneficiamento de Semente de Milho

Foi instalado, na Estação Experimental de Veranópolis, a Unidade de Beneficiamento de Semente de Milho, com capacidade de selecionar, classificar e beneficiar todo o milho híbrido produzido na região.

3.15 - Estação Experimental de Santo Augusto.

Avulta como uma das principais realizações da Secretaria, em 1965, a instalação da Estação Experimental de Santo Augusto, localizada no Município de mesmo nome. A zona de Alto Uruguai, maior produtora de soja, milho e de suínos, não possuía um estabelecimento de pesquisa e experimentação. Recursos orçamentários próprios, aliados aos do Ministério da Agricultura, possibilitaram a instalação do estabelecimento, que realiza trabalhos com sementes de soja, milho, cana de açúcar, etc., beneficiando, assim, todos os municípios da região.

3.16 - Combate ao "serrador" da Associação Negra.

A fiscalização do "serrador" da Associação Negra não se fazia sentir desde 1959. Em 1965, este sector teve atuação destacada, sendo realizadas 517 inspeções, em 23 municípios, e efetivadas 409 intimações. Impõe-se, entretanto, para dar maior rendimento ao controle do "serrador", modificar a legislação vigente, que comina muitas irrisórias para os agricultores negligentes.

3.17 - Combate à formiga cortadeira.

No decorrer de 1965, foram firmados 40 convênios novos com os municípios, objetivando o combate à formiga cortadeira. Com estes, somam os convênios o número de 62 em todo o Estado.

3.18 - Florestamento e Reflorestamento das Bacias Hidrográficas.

Foi elaborado, em 1965, Programa de Florestamento e Reflorestamento das Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul, que a Comissão de Alto Nível entregou ao Ministério da Agricultura, quando da apresentação das reivindicações do Estado acerca das enchentes e intempéries.

3.19 - Rede de estações agrometeorológicas.

De convênio firmado com a "Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional", resultaram recursos que possibilitaram a instalação de 9 estações agrometeorológicas de 1ª classe, doadas pela República Federal da Alemanha, bem como a realização de cursos para observadores meteorológicos. Conta, agora, o Estado com uma bem montada rede destas Estações, em número de 24, o que é inédito no País. Estas estações proporcionarão, através de seus dados, se tenha, dentro de alguns anos, o perfeito e necessário conhecimento das condições de clima que influem nos resultados das atividades agrícolas.

3.20 - Projetos do programa "Alimentos para a Paz".

Com o programa "Alimentos para a Paz", da Aliança para o Progresso, mantém a Secretaria convênios que possibilitam a execução de programas de desenvolvimento da produção animal, em Porto Alegre, Pelotas e Ijuí e Santa Rosa. Os fundos, formados pela venda de rações elaboradas com o sorgo doado pelo povo norte-americano, fornecem recursos para o desdobramento dos trabalhos de assistência técnica a médios

e pequenos produtores, com resultados bastante significativos. Deve ser citado, que o Projeto de Desenvolvimento da Produção Animal nº 1, que se realiza na bacia leiteira de Pelotas, é o primeiro em todo o mundo a ser realizado nesta modalidade, por "Alimentos para a Paz". Os resultados alcançados pelos projetos foram divulgados em publicação.

3.21 - Programas de emergência para recuperar a produção, face às intempéries ocorridas.

Tendo sido o Estado assolado por enchentes, nevadas e temporais, com efeitos danosos para sua produção agropecuária, viu-se a Secretaria compelida a elaborar e executar programas de emergência, para minorar e mesmo superar a nefasta ação daquelas calamidades, buscando assegurar a normalidade da produção e do abastecimento no Estado. Contou com a imprescindível colaboração da SUNAB-COBAL, Ministério da Agricultura e "Aliança para o Progresso", para tais programas, que compreenderam, em sua 1ª etapa para atendimento imediato dos agricultores flagelados, a distribuição de mais de 200.000 quilos de sementes de milho híbrido e 120.000 quilos de semente de soja. Em 2ª etapa, foram distribuídos 23.460 pintos de 1 a 30 dias, e ainda 333 casais de suínos de raça. A terceira etapa, que será executada a partir de fevereiro de 1966, compreende a distribuição de material agrícola, bem como de coleções de sementes de hortaliças, em número de 50.000, tipo "família", contendo, cada uma, 10 pacotinhos. As distribuições obedeceram esquemas previamente traçados, onde se deu ênfase a um critério de justiça, visando, ao mesmo tempo, produzir os melhores resultados técnicos, de acordo com os levantamentos e informações feitos e prestados pelos técnicos da Pasta, por prefeituras, associações e sindicatos rurais.

3.22 - Dupla Integração das atividades das Estações Experimentais.

Uma nova orientação, veio romper o sistema de pesquisas estanques até então praticadas pelas estações da Dire

toria de Produção Vegetal e Diretoria da Produção Animal. A partir de 1965, os estabelecimentos da D.P.V. passaram a ter programas de produção de suínos, aves, forrageiras, etc. Por outro lado, as estações integraram-se na economia das regiões onde estão localizadas, visando benefícios diretos e imediatos aos produtores das zonas vizinhas. Exemplos típicos constituem a Estação Experimental de São Borja (trigo e linho), a Estação de Fruticultura de Santana do Livramento, que passaram a produzir também sementes de forrageiras para revenda. Ainda, a Estação Experimental de Maquiné, cujo trabalho principal é com cana de açúcar e abacaxi, estando ora produzindo suínos para revenda aos pequenos agricultores com a finalidade de auxiliar a reerguer a suinocultura da região.

3.23 - Colaboração com entidades públicas e particulares.

O perfeito entrosamento entre as instituições públicas e particulares, e a participação ativa da comunidade, é que poderão dar condições para que se atinja o objetivo comum de promover e acelerar o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Seguindo este princípio, têm sido incentivadas, tanto quanto possível, a efetivação de acordos e convênios, com entidades do poder público municipal federal, entidades internacionais e particulares representativas de lavoureiros, pecuaristas, industriais e comerciantes. Objetiva-se conjugar esforços, evitar duplicidade de esforços, com vistas à resolução de problemas que afetam à agropecuária do Estado. Fruto desta política, mantém a Secretaria estreita colaboração com o Ministério da Agricultura, SUDEPE, Instituto do Açúcar e do Alcool, Ministério de Minas e Energia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, Agência Internacional para o Desenvolvimento "Aliança para o Progresso", FARSUL, FECOTRIGO, ASCAR, CODESUL, CETREISUL, BRDE, Banco do Brasil S/A., INSTISOJA, "Ação Moageira de Fomento ao Trigo Na-

cional", Associação Gaúcha de Produtores de Pêssegos, Associação Sul-Brasileira dos Bataticultores, ASCOOPER, Associação dos Criadores de Ovinos, Associação Gaúcha de Apicultores, de Avicultura, de Cunicultura, Prefeituras e Conselhos de Desenvolvimento Municipais, etc.

II. - ÁREA ECONÔMICA

Esta área compreende as seguintes Funções e Órgãos:

- II.1 - Recursos Naturais e Agropecuária.
 - II.1.1.- Secretaria da Agricultura
 - II.1.2.- Instituto Gaúcho de Reforma Agrária.

- II.2 - Indústria e Comércio
 - II.2.1.- Secretaria da Economia
 - II.2.2.- Departamento Estadual de Abastecimento de Leite
 - II.2.3.- Instituto Sul Riograndense de Carnes
 - II.2.4.- Instituto Rio Grandense de Arroz
 - II.2.5.- Conselho de Desenvolvimento do Estado
 - II.2.6.- Bolsa de Valores
 - II.2.7.- Departamento de Loteria do Estado
 - II.2.8.- Caixa Econômica Estadual
 - II.2.9.- Serviço Estadual de Turismo
 - II.2.10- Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul

II.1 - RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIA

II.1.2 - INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA

Visando o entrosamento de suas atividades com órgãos do Governo Federal e organismos internacionais, o IGRA deu-lhes e deles recebeu - no exercício de 1965 - estreita colaboração, no sentido de somar esforços para alcançar objetivos comuns.

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, INDA, de modo especial, tem colaborado com o IGRA, efetivando dois convênios: o primeiro para manutenção e ampliação dos Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola, na importância de Cr\$ 30.000.000; o segundo, para o Plano de Eletrificação Rural do Estado, propiciando a soma de Cr\$ 500.000.000.

Com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, firmou-se um convênio para os trabalhos de levantamento cadastral no Estado do Rio Grande do Sul. É possível que, nos próximos dias, se tenha um convênio mais amplo com aquele Instituto, após a declaração de áreas prioritárias no Rio Grande do Sul.

Destaca-se, ainda, o projeto de construção de estradas coloniais do Estado do Rio Grande do Sul, plano que prevê a construção de 1.407 km de estradas coloniais, e foi apresentado à COCAP, para os fins de obter financiamento junto à Aliança para o Progresso. O aludido projeto está devidamente aprovado pela COCAP e já se encontra na A.I.D., onde recebeu os primeiros estudos.

Finalmente, merece especial destaque, o projeto RA - Litoral Sul, que pretende a implantação de 5.000 famílias e que está sendo elaborado por um grupo de trabalho, onde prestam serviços 26 técnicos do Estado, orientados pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) da O.E.A. Os estudos preliminares já estão em pleno andamento com a conclusão das tarefas de alguns subgrupos.

Este Projeto de Reforma Agrária integral é considerado, por autoridades internacionais, um dos mais importan

tes da América Latina e está sendo elaborado, tendo em vista a possibilidade de ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

II. 1.2.1 - DIVISÃO DE TERRAS PÚBLICAS

II. 1.2.1.1 - DISCRIMINAÇÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS DEVOLUTAS

Os trabalhos de discriminação de terras devolutas, no decorrer do ano de 1965, tiveram desenvolvimento satisfatório.

Foram demarcados 1.667 lotes rurais, com a área total de 19.991,60 ha, sendo a média de área por lote 12 hectares, muito inferior à média ideal, que deveria ser de 25 hectares.

II. 1.2.1.2 - DISCRIMINAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE TERRAS

II. 1.2.1.2 - 1: Concessões de Lotes

O resumo dos trabalhos neste sentido é o que segue:

Foram registradas 2.200 despachos, assim discriminados:

1) de concessões de lotes:

rurais	1.691-área	20.387,05 hectares
Chácaras.....	25 "	74,32 hectares
urbanos.....	<u>12 "</u>	<u>1,84</u> hectares
	1.728 área	20.463,21 hectares

2) de anulações de concessões:

rurais	343-área	4.918,68 hectares
chácaras	5 "	34,43 hectares
urbanos	<u>48 "</u>	<u>5,28</u> hectares
	396 área	4.958,39 hectares

3) de indeferimentos:

rurais	59-área	1.634,12 hectares
chácarras	2 "	2,10 hectares
urbanos	<u>35</u> "	<u>4,26</u> hectares
	96 área	1.640,48 hectares

Além dos despachos referidos, foram assinados - mais os seguintes contratos públicos e particulares de compra e venda de terras incorporadas ao patrimônio do Estado: e Seção Passo do Guedes, em Sant'Ana do Livramento, nos termos da Lei nº 4.812, de 11.11.1964 - 48 contratos.

- São Francisco de Assis, na conformidade da Lei nº 4.781, de 28.9.1965, a cargo da Delegacia Regional de São Pedro do Sul - 5 contratos.

II. 1.2.1.2 - 2: LEGITIMAÇÕES DE TERRAS.

Foram prolatadas pelas autoridades competentes 949 sentenças e despachos de legalização de terras, assim distribuídos:

Legitimações nos termos da Lei nº 1542 - 886	-	13.739,62 ha
Legitimações nos termos da Lei nº 3107	- 21	- 716,47 ha
Reconhecimento de domínio Lei nº 3107	- 15	- 327,75 ha
Concessões especiais - Art. 34	- 18	- 325,40 ha
Indeferimentos	- 3	
Cancelamentos	- 6	
T o t a l		949 - 15.109,24 ha

As Delegacias Regionais, em conjunto, procederam a 5.353 vistorias locais, para fins de legitimações, concessões de lotes, expedição de títulos, anulações de concessões e soluções de litígios entre vizinhos.

II. 1.2.1.2 - 3: LEGITIMAÇÃO DE PROPRIEDADES E TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO

No decorrer do exercício de 1965, foram assinados

pelo IGRA, e registrados nos livros próprios da Secção, 3.343 títulos de legitimações, de propriedade e transferências de domínio, assim discriminados:

1. Legitimações:

Lei nº 1542/51	886 títulos, com	13.739,62 ha
Lei nº 3107/57	31 títulos, com	1.060,20 "
Concessões especiais ...	4 títulos, com	16,06 "

2. Concessões:

Lotes rurais	2268 títulos, com	28.736,71 ha
Chácaras	52 títulos, com	258,90 "
Lotes urbanos	49 títulos, com	5,73 "

3. Leis especiais:

Lotes rurais	51 títulos, com	650,44 ha
--------------------	-----------------	-----------

4. Transferências de domínio:

Áreas urbanas	2 títulos, com	262,53 ha
	<u>3343 títulos, com</u>	<u>44.730,19 ha</u>

Além dos títulos expedidos, foram legalizados por escrituras públicas diversos lotes rurais, situados em Barros Cassal e Espumoso. Trata-se de glebas de terras adquiridas pelo Estado, para amparar intrusos e que foram alienadas nos termos das respectivas autorizações legislativas.

Secção Faxina, município de Barros Cassal, autorizada pela Lei nº 2892, de 10.8.56....	40, com	663,62 ha
Secção Godolfim Ramos, município de Barros Cassal, autorizada pela Lei nº 3974, de 8.11.1960	25, com	409,62 ha
Secção Toledo, município de Espumoso, autorizada pela Lei nº 4282, de 2.1.1962	6, com	84,20 ha
Soma	<u>71, com</u>	<u>1.157,70 ha</u>

II. 1.2.1.2 - 4: CADASTRO DE TERRAS PÚBLICAS

Na Secção de Cadastro das Terras Públicas continuaram os trabalhos de rotina, com as anotações de concessões, expedições de títulos etc.

Está sendo reorganizada a mapoteca da Divisão.

II. 1.2.1.2 - 5: TOLDOS INDÍGENAS

A população dos toldos indígenas a cargo do Estado, somava 742 almas em 31 de dezembro de 1964. Ocorreram 40 nascimentos e 10 óbitos, sendo portanto de 772 pessoas os habitantes nas áreas indígenas.

A assistência prestada pelo Estado, conforme elementos fornecidos pelas Delegacias Regionais responsáveis, importou em uma despesa de Cr\$ 11.409.566, assim distribuída:

Inhacorá	Cr\$ 7.810.436	- Santo Augusto
Votouro e Guaranis.	Cr\$ 2.699.130	- Ererim
Água Santa	Cr\$ 900.000	- Passo Fundo
<hr/>		
S o m a	Cr\$ 11.409.566	

Estão em andamento os entendimentos preliminares com o S.P.I., para a transferência da administração dos toldos, do Estado para a União, através do Serviço de Proteção aos Índios.

II. 1. 2. 2 - DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO

II. 1.2.2.1 - CURSOS E PALESTRAS

Participou esta Divisão, cooperativamente com outros organismos do IGRA e outras Instituições, através de seus técnicos, de 5 cursos e 3 semanas ruralistas:

1. Curso de pré-serviço a Engenheiros-Agrônomos candidatos e ingresso no IGRA.

Este curso foi ministrado, em cooperação com o

Centro de Treinamento e Informação do Sul (CETREISUL), de Pelotas, a 34 Engenheiros-Agrônomos que desejavam ingressar nos quadros técnicos do IGRA, de 15 a 27 de fevereiro.

2. Curso Nacional de Reforma Agrária.

Foi promovido pelo IGRA, através da Divisão de Promoção e Organização Rural, em cooperação com o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, da Organização dos Estados Americanos, em Porto Alegre, de 31 de março a 29 de abril.

3. Curso Nacional de Administração Rural.

A este curso, oferecido pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, da OEA, e ministrado pelo Centro de Treinamento e Informação do Sul, em Pelotas, de 19.4.65 a 15.5.65, participaram 4 Engenheiros-Agrônomos da Divisão.

4. Ciclo de Conferências sobre Reforma Agrária.

Este ciclo foi promovido pela Faculdade de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria, sob a organização e orientação do IGRA, no período de 13 a 18 de setembro, para professores e agrônomos daquela Faculdade.

5. Cursos para Monitores do Cadastro Rural.

Estes cursos foram organizados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, visando a preparar equipes para realização do Cadastro das Propriedades Rurais no Rio Grande do Sul.

Três cursos distintos foram oferecidos e contaram com a participação de todos os técnicos da Divisão: o primeiro, para formação de Monitores de 2º grau, de 16 a 25 de novembro, em que os técnicos participaram como alunos; o segundo, de 29 de novembro a 3 de dezembro, para a formação de Monitores de 3º grau, em que técnicos do IGRA participaram como

instrutores, e o terceiro, de 8 a 11 de dezembro, para a formação de monitores do 4º grau, em que técnicos participaram como Supervisores.

6. Semanas Ruralistas .

Nestas Semanas Ruralistas, que são promovidas pelo IGRA, participaram 20 Engenheiros-Agrônomos, realizando 28 palestras em 3 semanas ruralistas que cobriram a 8 municípios.

II. 1.2.2.2 - LEVANTAMENTOS, ESTUDOS E PROJETOS

1. Estudos e Planejamentos de Administração Rural nos Núcleos Agrícolas da Fazenda Sarandi e Itapoã.

Visando a estabelecer um plano de exploração agrícola para os ocupantes dos lotes coloniais daqueles núcleos, foi realizado um estudo e um plano.

Foram tomadas em consideração, nesta primeira etapa, apenas os lotes coloniais, ficando para uma etapa imediata os lotes mecanizáveis, de terras de campo.

2. Projeto de Encampação e Dinamização dos Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola.

Tendo em vista a encampação, pelo IGRA, dos Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola que eram dirigidos, em acordo com o Governo do Estado, pela Campanha Nacional de Educação Rural do Ministério da Educação e Cultura, foi elaborado, pelos técnicos da Divisão, um projeto particularizado de reformulação de objetivos e organizacional de 7 centros daquele tipo existentes no Rio Grande do Sul, prevendo ainda a ampliação desta rede.

Concomitantemente, foi elaborado um plano de cooperação entre o IGRA, o INDAI e o Ministério de Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul.

Este projeto foi já pôsto em execução, tendo sido assinado o mencionado acôrdo em 3.9.65, estando já em pleno funcionamento aquelas unidades.

3. Cadastro Rural.

No período de 15 de novembro a 20 de dezembro, os técnicos da Divisão estiveram participando das atividades inerentes ao cadastramento das propriedades rurais do Estado, realizado pelo IBRA.

4. Assistência à Colonização da Fazenda Florida.

Desde 1963 a Divisão dá assistência, juntamente com a Secção de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria da Agricultura, a um plano de colonização da Fazenda Florida, situada no Município de São Luiz Gonzaga e sob a responsabilidade da Sociedade União Popular.

No exercício em foco, o trabalho limitou-se a um reestudo do plano inicial e medição da área a lotear.

II. 1.2.2.3 - SELEÇÃO DE AGRICULTORES PARA NÚCLEOS AGRÍCOLAS.

Dentro do plano de expansão dos núcleos agrícolas, foram realizadas duas seleções de candidatos aos Núcleos da Fazenda Sarandi e do Banhado do Colégio.

1. Para a Fazenda Sarandi.

De um total de 1.169 candidatos, foram classificados 130, correspondentes ao número de lotes disponíveis.

2. Para o Banhado do Colégio.

Para o preenchimento dos 14 lotes disponíveis na quele núcleo agrícola, foi feito um recrutamento privativo entre os agricultores que tiveram suas terras desapropriadas para constituição da Barragem do Arroio Duro.

Se apresentaram 107 candidatos, tendo sido contemplados 39.

Este projeto foi já pôsto em execução, tendo sido assinado o mencionado acôrdo em 3.9.65, estando já em pleno funcionamento aquelas unidades.

3. Cadastro Rural.

No período de 15 de novembro a 20 de dezembro, os técnicos da Divisão estiveram participando das atividades inerentes ao cadastramento das propriedades rurais do Estado, realizado pelo IBRA.

4. Assistência à Colonização da Fazenda Florida.

Desde 1963 a Divisão dá assistência, juntamente com a Secção de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria da Agricultura, a um plano de colonização da Fazenda Florida, situada no Município de São Luiz Gonzaga e sob a responsabilidade da Sociedade União Popular.

No exercício em foco, o trabalho limitou-se a um reestudo do plano inicial e medição da área a lotear.

II. 1.2.2.3 - SELEÇÃO DE AGRICULTORES PARA NÚCLEOS AGRÍCOLAS.

Dentro do plano de expansão dos núcleos agrícolas, foram realizadas duas seleções de candidatos aos Núcleos da Fazenda Sarandi e do Banhado do Colégio.

1. Para a Fazenda Sarandi.

De um total de 1.169 candidatos, foram classificados 130, correspondentes ao número de lotes disponíveis.

2. Para o Banhado do Colégio.

Para o preenchimento dos 14 lotes disponíveis na aquele núcleo agrícola, foi feito um recrutamento privativo entre os agricultores que tiveram suas terras desapropriadas para constituição da Barragem de Arroio Duro.

Se apresentaram 107 candidatos, tendo sido contemplados 39.

posta de quatro núcleos e integrada por 171 famílias regularmente contempladas, 9 a título precário e 50 intrusos.

A situação econômica daquelas famílias regularmente instaladas é ótima, como se pode depreender da alta renda média auferida no exercício de 1965. Esta situação se reflete positivamente em seu "status" social.

No exercício em questão é na área, o IGRA realizou o seguinte:

Construção de estradas	8.770 m.
Limpesa e conservação de estradas.....	71.150 "
Valeteamento diversos	11.905 "
Pontes construídas (de 4,40 x 7,00 m)..	3
Pontes reformadas	3
Bueiros (16)	174 m.
Cercas de arame	1.938 m.
Reforma e conservação de prédios	5
Medição e divisão de lotes	
linhas	116.520 m.
área	3.240 ha.

2. Fazenda Sarandi

Esta nucleação colonial, iniciada também em 1962, é composta de quatro núcleos e integrada por 330 famílias de agricultores, regularmente estabelecidos.

A situação econômica daquelas famílias, como se vê no Anexo nº 3 ainda não é satisfatória, o que vem a se refletir, negativamente, na sua situação social.

Deve-se esta situação, primordialmente, à circunstância de se tratar de uma colonização assentada sobre terras cobertas por alta e densa mata, onde a conquista do solo agricultável é muito onerosa e lenta. Agrava-se esta situação pelo fato de que a quase totalidade dos agricultores ali instalados são pessoas que nada tinham de reservas e, por isso, não estão em condições financeiras que lhes permita um aceleramento no desbravamento daquelas terras.

No exercício em relato, realizou ali o IGRA, dentre outros trabalhos, de menor importância e difícil aferição estatística, os seguintes:

Construção de escolas	3
Serviços topográficos	
Demarcação de 30 lotes	650 ha.
Locação de uma estrada	3.780 m.
Desbaste das plantações de pinheiros.....:	
área desbastada	55 ha.
pinheiros cortados.....	16.672
" podados	38.700
Distribuição de sementes:	
de trigo	209 sacos
de soja	129 "
de feijão	36 "
de milho	12 "
de batata	150 caixas
Petrolamento e retificação de estradas...	50 km.
Abertura de 280 buracos para os postes de rede telefônica	280

3. Colônia Itapoã.

Este núcleo, iniciado ainda em 1962, é composto, atualmente, por 31 famílias de agricultores que se dedicam exclusivamente ao cultivo de arroz.

Vemos, também no Anexo nº 3, que a situação econômica daqueles agricultores é muito boa, pois apresentam uma renda bruta média bastante elevada. Financeiramente, entretanto, não é boa a sua situação, devido a duas circunstâncias fundamentais: a primeira, de que a sua economia se fundamenta apenas numa atividade agrícola (o arroz), atividade esta bastante onerosa, e a segunda, de que, pelas dificuldades encontradas na obtenção de financiamento bancário rural, foram forçados aqueles agricultores a fazer um pesado inves-

timento inicial, para o que não dispunham de suficientes reservas. Esta situação, entretanto, se modificará, já a partir da safra 1965/66, porque não houve mais investimentos e, já na safra 1966/67, haverá introdução de outras atividades agro-pastoris, visto se encontrar já completo o planejamento e programação para tal, elaborado por esta Divisão.

No transcurso do exercício em relato, realizou o IGRA, ali, dentre outros trabalhos, os seguintes:

Remedição de 32 lotes	38.400 m
Demarcação de 6 lotes	7.200 m
Demarcação de traçado de canal de drenagem - Discagem e tpação de sementes	60 ha

4. Fazenda Lemerts (Taquari)

Este núcleo, que é integrado, atualmente, por 52 famílias de agricultores, se assenta sobre terras de propriedade da Estação Experimental de Pomicultura, de Taquari, que vinham, sendo intrusadas a partir de 1956.

A situação daquelas famílias, que eram em maior número, só foi possível regularizar, no que se refere à demarcação de seus lotes, em 1964, quando lá se colocou também um fiscal, para que se pudesse iniciar qualquer trabalho de recuperação.

No exercício em relato já foi possível dar alguma assistência mais, para o que foi designado um administrador e a supervisão técnica direta de um agrônomo da equipe central.

Dentro deste programa, foi distribuída semente de arroz a alguns agricultores e o respectivo adubo.

5. Fazenda da Armada

Este núcleo foi planejado e loteado em 1964, comportando 22 famílias de agricultores.

No exercício de 1965, foi feita a seleção dos agricultores que pretendiam obter terras naquele núcleo, entretanto, dos 22 contemplados, apenas 8 entraram na posse dos respectivos lotes e estão, agora, realizando os primeiros cultivos.

Nova inscrição foi aberta e, dentro em breve, ceder-se-á à seleção dos candidatos, para preenchimento dos 14 lotes vagos.

6. Fazenda de Ibirapuitã (Alegrete).

Como já se frisou atrás, não se constitui aqui, verdadeiramente, um núcleo.

Aquelas terras foram desapropriadas pelo Governo do Estado, em 1954, com recursos do Plano Salte, para ali construir uma barragem, para fins de irrigação e produção de energia elétrica. A concretização desta obra foi relegada para um segundo plano e chegou-se, até mesmo, ao afastamento aparente deste intento.

Como resultado de estudos na área, chegou-se à conclusão da impraticabilidade e inconveniência na colonização daquela gleba, por absoluta impropriedade das terras. Hoje pesam ainda contra a sua colonização uma ação reivindicatória de devolução das terras aos desapropriados, por não atendimento aos fins para que foram desapropriadas, ou a retomada da construção da barragem.

Lá permanecem, entretanto, confinados a uma pequena área de terras daquele imóvel, 7 famílias que não têm para onde ir e levam uma vida de completa marginalidade.

DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO

NÚCLEOS AGRÍCOLAS - EXERCÍCIO DE 1965

ANEXO nº 1

NÚMERO DE AGRICULTORES REGULARMENTE CONTEMPLADOS NO PERÍODO DE

1963 a 1965

<u>NÚCLEOS AGRÍCOLAS</u>	<u>1963</u>	<u>1964</u>	<u>1965</u>
Banhado do Colégio	142	132	171
Fazenda Sarandi	121	226	330
Itapoã	34	32	51
Fazenda Lemerte	52	52	52
Fazenda da Armada	0	0	8
T o t a l			

DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO

NÚCLEOS AGRÍCOLAS - EXERCÍCIO DE 1965

ANEXO Nº 2

ÁREAS COLONIZADAS E A COLONIZAR

ESPECIFICAÇÃO	Banhado de Colegio	Fazenda Sarandi	Itapoã	Fazenda Lemertz	Fazenda Armada	Ibirapuitã*	TOTAL
Área destinada à colonização - ha	4.381,63	17.092,34	1964,8	881,19	600,5	1.535,91	26.456,37
Área loteada - ha	4.141,34	10.946,68	609,6	881,19	660,5		17.179,31
Área a lotear - ha	240,29	6.145,66	1355,2			1.535,91	9.277,06
Números de lotes rurais	190	365	34	52	22		663

* O Estado emitiu-se na posse de 19.617,6 ha, porém só tem domínio efetivo de 4.381,65

** Não pode ser colonizada por impropriedade das terras e litígio de desapropriação.

DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO

EXERCÍCIO 1965

ANEXO nº 3

QUADRO ANALÍTICO DA RENDA BRUTA MÉDIA DOS AGRICULTORES NOS DIFERENTES NÚCLEOS COLONIAIS E CORRELAÇÃO COM

AS ÁREAS EFETIVAMENTE CULTIVADAS

NÚCLEOS	HP agrícolas tores le- ventados	Área . dos lotes - ha		% Cult. vada	Culti. p/agric.	Renda Bruta Média Comercializada - Cr\$		
		Total	Cultivada			Total	p/agric.	p/ha culti- vado
Banhado do Colégio	131	2.632,28	2.161,04	82	16,5	303.549.826	2.317.174	140.464
1	30	580,65	338,89	58	11,3	25.776.360	859.212	76.061
2	64	1.385,31	1.313,08	94	20,5	215.355.880	3.364.935	164.008
3	27	478,08	421,66	88	15,6	57.072.586	2.113.799	135.353
4	10	188,34	87,41	46	8,7	5.345.000	534.500	61.148
Fazenda Sarandi	185	4.065,02	1.513	36,9	8,2	51.982.000	280.65	34.317
1	28	774,85	218	28,1	7,8	6.873.000	245.464	31.527
2	75	1.718,57	740	43	9,9	23.780.000	317.066	32.185
3	82	1.571,60	555	35	6,8	21.269.000	259.378	38.322
Itapoã	32	570	296	51	9,3	97.828.348	3.057.135	330.501

II. 1.2.3 - PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO RURAL

II. 1.2.3. - 1 - SEMANAS RURALISTAS

Foram realizadas, em 1965, 8 Semanas Ruralistas a saber:

- São José do Norte, de 2 a 8 de fevereiro;
- Seberí e Chapada, de 8 a 14 de março;
- Agudo, Sobradinho e Arroio do Tigre, de 1º a 8 de agosto;
- Espumoso, de 23 a 25 de setembro;
- Campo Novo-Iraí, de 10 a 17 de outubro;
- Passo Fundo, de 25 a 31 de outubro;
- Tuparendi, Tucunduva e Horizontina, de 8 a 14 de novembro.

Abrangeu, portanto, o citado movimento ruralista 13 municípios de nosso Estado, sendo visitadas pelos conferencistas 36 localidades dessas comunas.

II. 1.2.3. - 2 - CADASTRO RURAL

A Seção de Promoção e Assistência realizou contatos com os Bispos de todo o Estado, no sentido de entrosamento do clero no cadastramento rural das propriedades, visando principalmente às suas posições de líderes, a fim de esclarecer os fiéis sobre a importância do cadastro e as obrigações que teriam os proprietários em fazer a declaração de propriedade.

II. 1.2.3. - 3 - ASSOCIATIVISMO

Foi feita uma visita ao Centro de Treinamento de Taquara para solicitar a colaboração daquela entidade com o coordenador dos Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola.

A D.F.O.R. prestou orientação à Cooperativa do Banhado do Colégio no sentido de prestar assistência contábil e de defender seus interesses.

II. 1.2.4 - DIVISÃO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

II.1. 2.4 - 1. SEÇÃO DE CARTOGRAFIA

Identificação de sub-fôlhas da carta Geral do Estado na escala de 1:250 000, identificação toponímica e interpretativa da restituição aero-foto-mosaicos.

Croquis de municípios do Rio Grande do Sul com a estrutura territorial e planimétrica da restituição aerofotogramétrica.

25 cópias delimitatórias de municípios a serem criados.

Diversos croquis relativos a anexação de áreas a municípios.

Ampliações e reduções diversas para mapeamento. Gráficos e mapas para o Atlas de "Regiões Agro-Pastoris". Atualização do mapa Geral do Estado do Rio Grande do Sul na escala de 1:750 000, quanto à toponímia, orografia, infra-estrutura e divisão municipal.

Confecção de mapas temáticos para o Atlas do RGS: relevo, morfologia e hidrografia.

Restituição aerofotogramétrica e desenho de uma carta do Município de Sarandi, primeira parte na escala de 1:10 000.

Cartograma da Divisão municipal do Estado em isoperimetria de 10 m na escala de 1:500 000.

Confecção de mapas e gráficos de regionalização do levantamento cadastral no Rio Grande do Sul, referentes a "semana da terra".

II. 1.2.4. - 2. SEÇÃO DE GEOGRAFIA

Organização do Atlas "Atuais Regiões Agro-Pastoris" do Rio Grande do Sul.

Publicação "Clima do Rio Grande do Sul".

Organização de um número do Boletim Geográfico do RGS.

Revisão do sistema orográfico do Rio Grande do Sul para publicação no mapa geral do RGS.

Organização de um mapa geológico do Estado para publicação no "Atlas Físico do RGS", com reformulação da coluna estratigráfica.

Tentativa para uma nova classificação de solos no RGS e aplicação desta em forma de mapa no Atlas Físico do Estado.

Elaboração de fichas para manipulação de dados meteorológicos no Estado. Adaptação da rede de codificação UTM.

II. 1.2.4 - 3. SEÇÃO CULTURAL

Programação e realização do II Círculo de Palestras Geográficas, no interior, alcançando as cidades de Er^gxim, Passo Fundo, Sarandi e Carazinho.

Visitas a unidades escolares para orientação didática e divulgação de publicações geográficas.

Programação do I Seminário de Regionalização, patrocinado pelo IGRA, Faculdade de Ciências Econômicas da URG e Diretório Regional de Geografia.

Planejamento de instalação de uma loja na galeria 7 de setembro para divulgação dos trabalhos do IGRA, projeção de filmes científicos e realização contínua de cursos de atualização geográfica.

Reorganização da biblioteca de obras geográficas relacionadas para consulta de estudantes e alunos.

II. 1.2.4 - 4. SEÇÃO DE CADASTRO

Reunião de dados para elaboração dos índices regionais para o cadastramento rural.

Elaboração de fichas para classificação pedológica.

Estudos das Análises de solos, distribuição nas ordens da 7ª aproximação do "USA Soil Service Staff".

Preparação do material para o I Seminário de Regionalização.

Cálculo de índices fundiários (áreas médias da propriedade), anos 1940-50.

Coleta de dados para avaliação da infra-estrutura. (Comunicações e rede rodoviária).

Fluxograma da Região do Sul do Rio Grande do Sul (Área de influência de Pelotas-Rio Grande). Fluxograma das áreas Central (Santa Maria) e Fronteira (São Borja).

Representação gráfica das principais atividades agrícolas da Região Sul do Estado.

Divisão setorial da propriedade rural.

Região Sul do Estado. Mapeamento da intensidade comercial das sedes municipais e vilas.

Organização da rede de cadastramento em colaboração com o Gabinete da Presidência do IGRA.

Contatos com os centros de treinamento.

Participação da equipe na "Semana da Terra".

Preparo de amostragem do levantamento Cadastral.

II. 1. 2. 5 - SERVIÇO DE ENGENHARIA RURAL

II. 1.2.5. - 1. ESTRADAS COLONIAIS

Entre os diversos trabalhos realizados pelo SERVIÇO DE ENGENHARIA RURAL, além dos administrativos e de supervisão de obras e controle da maquinaria, ressalta-se os de organização e execução de um projeto de construção de ... 1.407 quilômetros de estradas coloniais, apresentado ao Ministério de Planejamento para fins de obter financiamento junto à Aliança para o Progresso.

Consta o referido projeto de estudos técnicos, econômicos e financeiros acompanhados de detalhes esclarecedores e a elaboração do mesmo teve a orientação técnica do Gabinete de Assessoria e Planejamento.

Além do projeto citado, organizou-se um outro, também para construção de estradas coloniais, constando da rela

ção das obras: metas físicas, custo, cronogramas de desenvolvimentos dos trabalhos, cronogramas de despesas e relação do equipamento existente e a adquirir.

E, principalmente, construiu o IGRA, no decorrer do exercício de 1965, 101 quilômetros de estradas coloniais, despendendo nestes trabalhos a importância total de Cr\$ 119.480.818, incluindo-se as despesas de manutenção e recuperação de equipamento.

II. 1.2.5. - 2. OUTROS PROJETOS EXECUTADOS

Projeto de uma fábrica de farinha de banana executado para a Cooperativa de Bananicultores de Tórres.

Projeto da sede da Cooperativa de Bananicultores de Tórres.

Projeto padrão para casa de colonos na Fazenda Sa randi.

Projeto do Parque de Exposição de Humaitá.

Projeto do Laboratório Fotográfico da Secretaria da Agricultura.

Projeto dos pilares da ponte do Arroio Sutil.

Projeto para a divisão de salas no conjunto 228 da Galeria Sete de Setembro, para instalação da Divisão de Geografia e Cartografia.

II. 1.2.5. - 3. ORGANIZAÇÃO DAS PATRULHAS RODOVIÁRIAS

O equipamento rodoviário de IGRA, que se encontra distribuído pelas diversas Delegacias, foi agrupado em equipes, formando Patrulhas Rodoviárias que passaram a executar os projetos previstos com maior eficiência e menor despesa.

Foram adquiridos por importação direta dois tratores Caterpillar modelo D-4 Série D.

II. 1.2.5. - 4. EQUIPAMENTO CEDIDO OU EMPRESTADO ÀS PREFEITURAS

Motoniveladora Allis Chalmers modelo AD-3, para Ijuí

Motoniveladora Huber Warco modelo G 801 para Coronel Bicaco.

Motoniveladora Adams 512 - para Tôres - tendo sido devolvida posteriormente para o IGRA após fundir a máquina.

Trator Oliver Cletrac modelo DDH - emprestado para Jacutinga.

Trator carregador Oliver Cletrac modelo BDH, emprestado para Redentora.

Britadeira Pioner - emprestada a 3 anos para Canela.

Motor Internacional UD9 - emprestada para São Lourenço.

Compressor Worttington - emprestado para Soledade.

Britadeira - emprestada para Soledade.

II. 1.2.6 - ESTUDOS E PLANEJAMENTO

Acertadamente, vem o IGRA cuidando da capacitação e especialização de seus técnicos

Quatro dos Engenheiros-Agrônomos que servem no Gabinete de Estudos e Planejamento participaram do Curso Nacional de Reforma Agrária, realizado nesta Capital, durante o mês de abril, promovido pelo IGRA, com a colaboração do Instituto Interamericano, da Organização dos Estados Americanos.

Igual número realizou um Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, com duração de um ano, promovido pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, da Universidade do Rio Grande do Sul.

Foram elaborados no Gabinete de Estudos e Planejamento no ano de 1965 os seguintes projetos:

1. Projeto de Eletrificação Rural
2. Projeto de Discriminação e Legalização de Terras Públicas
3. Projeto RA - Litoral Sul
4. Cadastro Rural.

II. 1.2.7 - CENTROS COOPERATIVOS DE TREINAMENTO AGRÍCOLA

Como decorrência do acôrdo firmado em 23 de setembro de 1965, entre o Governo do Estado, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Ministério de Educação e Cultura, para o reaparelhamento e a manutenção dos Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola, destinados à capacitação profissional de jovens filhos de agricultores, foi possível ao IGRA, nos últimos meses do exercício recém findo, dinamizar quatro unidades que funcionavam em condições precárias e reabrir outras três que se encontravam paralisadas.

Não obstante as dificuldades encontradas ao início - precariedade dos quatro Centros em funcionamento e abertura dos outros somente em novembro, pela demora na remessa do numerário (relação abaixo) pelas partes acordantes, foram recebidos nessas unidades 77 estagiários.

II.2 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

II.2.1 - SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA ECONOMIA

II.2.1.1 - COMISSÃO MISTA

Em cumprimento às disposições contidas na Lei nº4508, que concede a isenção do Imposto sobre Vendas e Consignações às indústrias novas, sem similar deste Estado, criou-se na Secretaria da Economia uma Comissão Mista, à qual incumbe opinar sobre as concessões do benefício fiscal em referência.

No decurso de 1965, tramitaram pela Comissão 58 processos relativos a petições de isenção, cuja situação é a seguinte:

- a - indeferidos liminarmente pelo titular desta Pasta... 7
- b - indeferidos pelo plenário da Comissão ... 5
- c - deferidos pela Comissão e encaminhados ao Conselho de Desenvolvimento do Estado... 22
- d - em tramitação normal... 21
- e - arquivados por desistência das peticionárias...3

II - 2.1.2 - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA À PRODUÇÃO

O Serviço no desempenho de suas funções, realizou em 1965 os seguintes trabalhos:

II - 2.1.2.1 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Foram prestadas assistência técnica e informações a entidades particulares, sobre:

- Desidratação do leite de soja
- Industrialização do abacaxí
- Experiências com aditivos para conservação do extrato de pimenta
- Fabricação de leite, queijo e manteiga
- Fabricação de óleo e tanguê
- Balançamento de rações, à SOMILHO S.A.
- Industrialização de óleo de soja e subprodutos, à Cooperativa Tritícola Não Me Toque.

2.

- Aproveitamento de abacate e outras frutas e suas industrializações
- Técnicas para elaboração de produtos derivados de tungue, à Cooperativa de Suinocultores de Encantada
- Instalações para elaboração de azeitonas
- Causas de deterioração em enlatados
- Instalações para industrialização do óleo de linhaça
- Composição e usos de sementes de uvas
- Fabricação de gelatina e melhoramentos na produção de cola de origem animal
- Atomização de leite de soja
- Aproveitamento de laranjas e outras frutas
- Especificações para óleo de linhaça
- Controle analítico de pescados
- Industrialização de doce de leite, defeitos nos vernizes de enlatamento
- Elementos para a realização de um projeto, tendo em vista o aproveitamento de abacaxí
- Aproveitamento de frutas e legumes para a industrialização
- Orientação na industrialização de azeitonas
- Exames microbiológicos de água para a observação de defeitos em manteiga
- Indicação de produtos para o reverdecimento de conservas de pepinos

Para entidades particulares sediadas fora do Estado, o SATP prestou a orientação e assistência sobre:

- a industrialização de óleos vegetais
- a industrialização de laranjas
- o aproveitamento de bananas e sua industrialização
- as encrustações no cambiador de calor para CO_2 .

Para o atendimento de solicitações feitas por diversos órgãos oficiais, foram prestadas as seguintes informações:

- à Secretaria da Agricultura, sobre balanceamento de rações
- à Prefeitura de Três Passos, sobre o aproveitamento de frutas e legumes para industrialização

- ao Instituto de Pesquisas Biológicas, sobre o processamento de azeitonas, tendo em vista o estabelecimento de normas para registro do produto industrial
- ao Conselho Comunitário de Frês de Malo, sobre a frigorificação de suínos
- ao Conselho de Desenvolvimento do Estado, sobre a organização de Plano Piloto de Desenvolvimento do Vale do Rio Três Forquilhas
- à Assembléia Legislativa do Estado, sobre a industrialização de Sulfato de Cobre e a indústria de sal.

II - 2.1.2.2 - P R O J E T O S

No cumprimento de suas atribuições de planejamento, o Serviço apresentou os seguintes projetos industriais:

- para ampliação da fábrica de óleo de soja, mantida pela Cooperativa Tritícola de Não Me Toque
- de degerminação, extrato de óleos e fabricação de ração, à SOMILHO S.A.
- para instalação de uma fábrica de desidratação de ovos.

II - 2.1.2.3 - E S T U D O S

Foram realizados diversos estudos de natureza técnico-econômica, a saber:

- Estudo do mercado de sal no Rio Grande do Sul, para fins industriais
- Estudo sobre a desidratação de ovos, feito no sprayer-Dry
- Estudo sobre o café solúvel, também feito no sprayer-Dry
- Estudo sobre a decapagem de chapas metálicas: comportamento de chapas enferrujadas sob a ação de ácidos muriático e oxálico em diversas concentrações
- Estudo sobre o comportamento de conservas de pêssegos: exames organolépticos e químicos para comparar as qualidades de conservas em que os pêssegos receberam várias adubações
- Estudo sobre o comportamento de salmouras sob a ação de combustores submersos: "Chama Submersa".

II. 2.1.2.4 - ANÁLISES

A pedido de organizações comerciais e industriais, foram realizadas 612 análises sobre 20 espécies de produtos.

Como decorrência do trabalho executado neste setor, o Serviço expediu 255 certificados de análises.

II. 2.1.3 - SERVIÇO DE COMÉRCIO EXTERIOR

O Serviço, anualmente, realiza o levantamento, da estatística de exportação e importação do Estado, por produto e por país, com os respectivos volumes físicos e valor em divisas, com o objetivo de capacitar-se à determinação permanente do saldo de divisas com que o Rio Grande do Sul contribui para o orçamento de câmbio, bem como para as análises e informações prestadas sobre o comércio interno e externo, principalmente no que diz respeito às características regionais similares verificadas em relação a alguns países membros da zona de Livre Comércio.

II. 2.1.3.1 - REPRESENTAÇÃO JUNTO À ALALC

O Governo do Estado, colaborando estreitamente com as classes produtoras rio-grandenses, principalmente através da Federação das Indústrias, integrou um representante do Serviço de Comércio Exterior no V Período de Sessões da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Este representante inicialmente participou da formação da Lista de Pedidos de Brasil. Posteriormente acompanhou todas as negociações ocorridas, examinando 448 concessões levadas a efeito em torno de setoriais, 60 concessões obtidas pelo Brasil e 84 auferidas fora de setoriais, das quais alguns setores do Estado foram grandemente beneficiados.

II. 2.1.3.2 - ESTUDOS E PESQUISAS

No decorrer de 1965, o Serviço elaborou diversos estudos relacionados com o campo em que atua, destacando-se, por sua importância, os abaixo discriminados:

- estudo sobre as importações e exportações do Estado, por produto e países de destino ou procedência, em uma série de 11 anos, no qual se dá ênfase especial às Zonas de Livre Comércio;

- estudo sobre o comportamento dos preços de exportação dos principais produtos agropecuários constantes da pauta de exportação do Rio Grande do Sul, com base em uma série estatística de 10 anos.

II. 2.1.3.3 - ASSISTÊNCIA E INFORMAÇÕES

Em atendimento às numerosas solicitações partidas de industriais, comerciantes, técnicos, jornalistas e outros interessados, foram prestadas informações sobre os mais diversos assuntos ligados ao comércio internacional, tais como:

- relação dos produtos constantes das listas consolidadas
- reuniões setoriais
- gravames e desgravames
- acôrdo de complementação
- cláusula de salvaguarda
- margens de preferência em relação a terceiros países
- produtos negociáveis
- trânsito livre para veículos de carga nas regiões fronteiriças da Zona com o Brasil.

com relação ao comércio internacional

- a legislação aduaneira dos países membros do Mercado Comum Europeu e Associação Europeia de Livre Comércio;
- possibilidades de exportação de produtos rio-grandenses para o mercado externo;
- encargos fiscais, cambiais e monetários incidentes sobre as operações comerciais com o exterior.

II. 2.1.3.4 - REUNIÕES E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Durante o exercício de 1965, o Serviço de Comércio Exterior esteve representado nas seguintes reuniões e conclaves:

- na C.N.I., Estado da Guanabara, no período de 28 de junho a 4 de julho, quando da elaboração da lista de pedidos do Brasil relativa aos produtos que foram objeto de negociações na última Conferência da ALALC;
- na III Conferência Latino-Americana da Uva e do Vinho (OLAVI), realizada no período de 11 a 16 de outubro em Santiago do Chile, da qual participou um de seus técnicos como observador oficial de Governo do Estado e assessoramento a delegação brasileira de industriais e representantes de cooperativas vinícolas;
- no V Período de Sessões Ordinárias da ALALC, realizado em Montevideo, do qual participou um técnico especializado de Serviço de Comércio Exterior na qualidade de representante do Governo do Estado e da Federação das Indústrias.

II. 2.1.4.1 - ATIVIDADES EXTERNAS

A Diretoria em aprêço, para o cumprimento de suas atribuições específicas, mantém Inspetorias disseminadas pelo interior do Estado, cabendo-lhes, diretamente, a prestação de assistência às sociedades cooperativas existentes e a fiscalização permanente de suas atividades. Estas Inspetorias, em número de 8, acham-se sediadas nas seguintes localidades: Uruguaiana, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Santo Ângelo, Erechim, Três de Maio e Lajeado. Entretanto, apenas as três primeiras estão em funcionamento, devendo-se a paralisação das restantes, que vagaram por motivos diversos, à falta de elementos capacitados à sua dinamização.

Inspecções	348
Assistência técnica	143
Atuações	29
Comparecimento à Assembléias	26

II. 2.1.4.2 - ATIVIDADES INTERNAS

No mesmo período, a D.A.C. realizou os seguintes trabalhos:

Instruções baixadas	236
Averbações de reformas	7
Certidões fornecidas	74
Informações prestadas	96
Análises de Balanços	665
Registro de Cooperativas	55
Cancelamento de registro	19

- Exames de documentos:

de registro	62
de reforma	7
de dissolução	16

1. COOPERATIVAS REGISTRADAS

Em 1965, a D.A.C. procedeu ao registro de 55 novas cooperativas, a seguir discriminadas segundo a sua classificação:

Produção animal: diversas	1
Produção animal: gado	1
Produção vegetal: frutas	1
Produção vegetal: cereais	2
Produção vegetal: diversas	15
Consumo	21
Energia	3
Escolar	8
Transporte	1

2. COOPERATIVAS EM DISSOLUÇÃO

Achan-se em tramitação os processos de dissolução, em número de 16, consoante a classificação abaixo:

Consumo	10
Raiffeisen	1
Produção vegetal: diversas	6
Produção animal: leite	1
Transporte:..... diversas	1

3. - COOPERATIVAS EM FUNCIONAMENTO

De acôrdo com os registros feitos pela Diretoria, existem no território rio-grandense 909 entidades cooperativas, assim distribuidas:

Produção animal	87
Produção vegetal	342
Consumo	257
Crédito Raiffeisen	52
Crédito Luzzatti	12
Escolar	104
Cultural	1
Eletificação	16
Habitação	1
Inseminação artificial	8
Telefônicas	3
Abastecimento de água	1
Ensino	3
Transporte	2
Editora	1
Cooperativas de II grau	10

Destas, estão em funcionamento efetivo 862 sociedades, visto que 38 acham-se com suas atividades suspensas em razão de irregularidades diversas.

II. 2.1.4.3 - REVISTA "SUL-COOP"

Em 1963, atendendo à numerosas solicitações feitas neste sentido e graças ao esfôrço e dedicação de seus servidores, pôde a Diretoria editar e divulgar 2 números da Revista "SUL-COOP", órgão de divulgação da doutrina e técnica cooperativistas, correspondentes ao 1º e 2º semestres de exercício, cuja publicação normal fôra interrompida nos dois anos anteriores devido à absoluta carência de recursos financeiros.

II. 2.1.5 - DIRETORIA DA PRODUÇÃO (D.P.)

Foram realizados os estudos técnico-econômicos a seguir discriminados, sobre:

- a indústria de farinha de mandioca: produção, consumo e produção, consumo e preços;
- a produção de milho, soja, feijão, amendoim, arroz e trigo: excedentes exportáveis e tendências de produção;
- a produção de fumo em folha: áreas de plantio, comercialização, exportação, beneficiamento e preços;
- a produção e consumo de gêneros alimentícios de origem agropecuária: épocas de plantio e colheita, abates, zonas produtoras, consumo interno, excedentes para exportação, capacidade de estocagem e os problemas principais relacionados com o setor agropecuário;
- a instalação de uma usina açucareira na localidade de Jaguari;
- a instalação de uma fábrica de aguardente na Vila Dona Francisca;
- o aproveitamento do milho e seus subprodutos bem como frutas no município de Três Passos;
- o levantamento de custo operacional do Entrepósito Federal da Pesca de Porto Alegre;
- a fixação de novas taxas para armazenagem de pescado e a comercialização de gelo nos Entrepósitos Federais da Pesca de Porto Alegre e São Lourenço do Sul.

A Diretoria procedeu a elaboração de estudos sobre os custos de produção dos seguintes produtos agrícolas, a pedido de várias associações de produtores:

Fumo em folha, soja, milho, cebola e batatinha.

Em reuniões havidas com a participação de produtores e demais classes interessadas, foi estudado e debatido o pro-

blema do preço do suíno vivo, inclusive, tendo a Diretoria expedito parecer acerca de um projeto de Lei, de origem legislativa, que dispunha sobre a fixação do preço mínimo para o produto.

Ainda, neste setor de atividades, a Diretoria da Produção, a pedido das classes interessadas, participou do levantamento dos custos de produção do fumo em folha, na safra 1964/65, e de reuniões em que foi estudado o estabelecimento de novos preços mínimos para o produto em questão.

II. 2.1.5.1 - ENTREPÓSITOS FEDERAIS DA PESCA

A Secretaria da Economia, através da Diretoria da Produção, exerce a administração direta dos Entrepósitos Federais da Pesca de Porto Alegre e São Lourenço do Sul. As receitas destes estabelecimentos são auferidas fundamentalmente, da armazenagem de pescado e da produção de gelo. Daí por que, em determinadas épocas do ano, quando escasseia o pescado, o funcionamento destas unidades frigoríficas se processa em regime de subutilização, originando desequilíbrios financeiros de difícil recuperação. Em razão disto, a mão-de-obra e a energia elétrica, dois importantes fatores da despesa, enquadrados nos custos variáveis, passam a se constituir como custo fixo, ante a impossibilidade de fazê-los oscilar na exata medida da utilização dos Entrepósitos.

Os déficits dos primeiros anos de funcionamento ainda não foram recuperados e as despesas aumentam progressivamente de ano para ano.

Os reajustamentos salariais e os aumentos nos encargos sociais, bem como nos combustíveis, lubrificantes, material, peças etc., ocorridos em 1965, contribuíram de modo decisivo para a elevação dos custos operacionais, e, em consequência, para o agravamento do déficit existente.

O custo médio de quilovate consumido em 1964, era de Cr\$18,90, passando no período de janeiro a agosto de 1965, para Cr\$30,50, registrando-se, pois, o aumento médio de 62,2%.

11.

Quando do encerramento da escrita do mês de novembro de 1965, o déficit dos dois estabelecimentos acusava Cr\$. . . . 33.000.000, cabendo, aqui, ressaltar que a CERRE é credora de cerca de Cr\$.30.000.000.

Foi concretizada, em 1965, a abertura de um poço no terreno de propriedade do Entrepósito desta Capital, visando a redução das despesas resultantes do consumo de água fornecida pela hidráulica local. Esta medida acarretou ao Entrepósito a despesa de Cr\$.200.000, todavia, já em 1966, proporcionará àquela unidade uma economia na ordem de Cr\$.1.500.000.

II. 2.1.6 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Realizou as seguintes tarefas:

Este serviço, durante o exercício, publicou o Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul de 1961/1962 e a Estatística Demográfica do Estado com a estimativa populacional e a sinopse de registro civil referente ao ano de 1963, ambas em suas edições já esgotadas.

Elaborou-se, também, o Anuário Estatístico de 1963, cuja publicação não foi concretizada em face da insuficiência das dotações orçamentárias específicas.

Foram calculadas as estimativas populacionais referentes ao período de 1963/64, tendo em vista a emancipação de novos municípios.

Foram apuradas as estatísticas da área, produção e valor dos seguintes produtos agrícolas em número de 24: alfafa, alho, amendoim, arroz, aveia, batata doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, feva, feno, feijão, linho, mamona, mandioca mansa, mandioca brava, milho, pimentão, soja, trigo, tungue e uva.

Estão, ainda, se desenvolvendo os trabalhos de apuração dos dados de 14 espécies de frutas, correspondentes a 1964, com a especificação da área cultivada número de pés em produção, produção, preço médio e valor total.

Foram elaborados os quadros relativos à impressão do Anuário Agropecuário em 1964.

Estão já calculados os respectivos índices do Custo de Vida até novembro de 1965, tendo sido prestadas 88 informações.

Fez-se a apuração da população pecuária, relativa a 1964, das espécies asinina, bovina, caprina, eqüina, mular, o vira e suína, segundo as regiões fisiográficas e municípios, compreendendo número de cabeças e valor.

Este trabalho acha-se rigorosamente atualizado, estando a apuração relativa a 1965, na dependência do recebimento dos respectivos questionários.

Apurou-se os dados sobre a produção de lã bruta em 1964, segundo as regiões fisiográficas e municípios, compreendendo volume físico e valor, trabalho este que, também, está atualizado.

Foram apuradas as estatísticas sobre a natalidade e mortalidade das espécies bovina, ovina e suína por número de cabeças, zona e municípios, relativos a 1964, bem como sobre o abate, abrangendo todas espécies, para consumo público e próprio, estando em fase de apuração o abate para fins industriais.

No exercício de 1965, foram remetidas 1.308.173 guias de exportação ao Serviço de Hellerith, perfazendo uma média mensal de 109.014 guias, relativas a 1963, 1964 e 1965.

Da mesma forma, foram enviados ao S.E.R.F. do Ministério da Fazenda, em obediência ao convênio firmado sobre o assunto, os mapas de exportação por cabotagem, levado a efeito no período de janeiro a outubro de 1965.

Foram divulgadas as seguintes publicações do Serviço de Estatística Política e Social:

Finanças Públicas, 1963

Estatística Bancária, 1963

Assistência Médico-Sanitária, 1963.

Foram elaboradas, mas não publicadas, as estatísticas bancária e cooperativas, relativas a 1964.

Achan-se em fase de conclusão as apurações correspondentes à XXIX Campanha Estatística, restando a verificação dos questionários relativos à Assistência a Desvalidos, Asilos e Recolhimentos, Sindicatos e Finanças Públicas.

Em cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 4181, de 16 de março de 1942, foram enviadas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística as grades de apurações do ano de 1964, da XXIX Campanha Estatística, abaixo discriminadas:

Radiofusão e Radiotelevisão
Transportes
Aeroporos e Campos de Pousa
Hospitais Veterinários
Armasenagos e Estocagem
Veículos Automotores
Empresas Telefônicas
Meios de Hospedagem
Empresas ou Serviços de Transportes
Oficinas de Reparação
Vias de Comunicação
Fazendas e Campos de Criação de Equinos e Muares
Médicos
Farmacêuticos
Dentistas
Pessoal Auxiliar de Saúde
Agrônomos e Agrisensores.

Tendo em vista que o Serviço de Coleta do IBGE ainda não procedeu ao levantamento do "Registro Industrial" relativo aos anos de 1963 e 1964, de cujos elementos depende o serviço para a execução de seu inquérito, foram interrompidos os trabalhos correspondentes às apurações industriais, com o prejuízo de um estudo que vinha sendo realizado com base em uma apreciável série de anos.

Todavia, espera-se que o Serviço de Coleta possa, ainda no primeiro trimestre de 1966, enviar os elementos que propiciarão a continuidade de tão importante trabalho.

Fei concluida a apuração da produção de óleos e gorduras vegetais, relativamente ao ano de 1964.

Da mesma forma, apurou-se a produção extrativa vegetal e animal, bem como a produção de cimento pelas duas indústrias existentes no Estado.

O Serviço de Estatística de Indústria e Comércio elaborou, para fins de publicação, os seguintes trabalhos:

Produção Industrial do Rio Grande do Sul, de 1962

Produção de Óleos e Gorduras Vegetais, de 1964.

Além da confecção de mapas, sinopses, listagens e resumos, foram executados os seguintes trabalhos:

apuração do Registro Civil

apuração da Exportação para os Estados

apuração da Exportação para o Exterior

apuração da Importação.

II.2.2. - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DO LEITE

No setor de produção no exercício ora findo, foram produzidos 220.532 quilos de manteiga,

10.406,5 quilos de requeijão,

12.399,69 quilos de doce de leite,

28.079 fôrmas de queijo,

22.320 quilos de caseína e no mesmo período foram beneficiados 64.926.977 litros de leite.

A maior preocupação de DEAL foi a de dar o melhor atendimento aos produtos de leite, reorganizando o setor de fomento, bem como, com a contratação de veterinário para atendimento de gado leiteiro e intensificação da vacinação de gado.

Outra preocupação, foi a de distribuição de leite nas praias de Atlântico, no período de veraneio cujo esquema adotado tem proporcionado ótimos resultados.

II. 2.3. - INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES

1 - SEDE PRÓPRIA

Pela importância de Cr\$ 82.645.750, foram adquiridos 726,322 m² do 10º andar do Edifício Santa Cruz, à Rua dos Andradas, nº 1234, saindo a Cr\$ 113.786,65, o metro quadrado, onde se instalou a sede própria do Instituto, com todos os seus serviços burocráticos, inclusive do Serviço de Marchantaria.

2 - NAVIO-FRIGORÍFICO "SINUEL" O'

Este navio foi adquirido pelo Instituto em 17 de novembro de 1951, por Cr\$ 15.307.900.

O barco foi adquirido em uma ocasião que se acreditava poder transportar carnes congeladas para abastecimento da Guanabara. Tinha-se o navio, mas não se dispunha de armazém-frigorífico naquele Estado.

O navio foi posto a venda, porque as reformas exigiram um dispêndio acima das possibilidades.

3 - MATADOURA-FRIGORÍFICO DE TUPANCIRETÃ

O estabelecimento de propriedade do Instituto, está arrendado desde 1956 à Cooperativa Rural Serrana Ltda.

O prazo do novo arrendamento é de 25 anos, sendo facultado à Cooperativa opção por um período de mais cinco anos. O preço total do arrendamento é de Cr\$ 375.000.000, relativo ao prazo de 25 anos, que será pago pela Cooperativa - ao Instituto em 25 prestações anuais de Cr\$ 15.000.000 cada uma, sendo Cr\$ 5.000.000 em dinheiro e Cr\$ 10.000.000 serão reservados para as obras de remodelação das instalações e equipamentos de frio do estabelecimento, até o montante de Cr\$ 250.000.000, cujas obras já foram executadas pela Cooperativa, por conta do Instituto até aquela importância.

Com esses melhoramentos o frigorífico ficou com a seguinte capacidade:

Refrigeração diária: 500 vezes

Estocagem de resfriado: 250 toneladas de carne resfriada

Congelamento: 450 vezes em 8 horas de trabalho

Estocagem de carne bovina congelada: 2.800 toneladas.

Na safra trabalham 547 pessoas, sendo 22 mulheres e 525 homens. A arrendatária é uma organização Cooperativa, composta de 696 associados, na maioria pequenos produtores, de inúmeros municípios da Região Serrana e Missões, que presta relevantes serviços à classe rural e à economia do Estado.

A prova disso é que abateu, durante a safra de .. 1965, 46.617 reses. Sua exportação de charque para os mercados nacionais foi de 1.359.342 quilos. A exportação de carnes congeladas para o exterior atingiu 3.707.274 quilos que produziram US\$ 2.538.154,05, sujeita ainda à revisão.

Além disso, contribui para o abastecimento de entressafra para Porto Alegre, com 679.915 quilos de carne bovina, no valor de Cr\$ 476.289.049.

4 - ARMAZÉM-FRIGORÍFICO "JOÃO MASCARENHAS"

Há no porto de Rio Grande um armazém-frigorífico que foi construído pelo Instituto em 1942, o qual vem sendo explorado pela Administração daquele ancoradouro de navios. A capacidade do mesmo, para carnes congeladas, mede entre 1600-1800 toneladas.

Ao pé desse depósito está sendo construído o "Armazém-Frigorífico "João Mascarenhas", de três pavimentos, com capacidade inscrita de 6.000 toneladas de carnes. Cada andar está dividido em duas grandes câmaras, para mil toneladas cada uma, e estas subdivididas em câmaras menores.

Segundo informações recebidas, os recursos necessários para que o entreposto fique equipado e concluído, já

foram liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, faltando apenas o preenchimento de certas exigências de parte do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.

Terminada essa obra, a exportação de carnes, que necessita de frio para sua conservação, não terá mais problemas de estocagem.

5 - PREPARAÇÃO DE NOVILHOS DE CORTE

A maior produção de carne por unidade de área, no menor prazo, é a sugestão apresentada ao criador de gados, face à pressão crescente da demanda local, nacional e internacional.

Não se atinge esse objetivo sem uma mudança muito profunda operada nas técnicas do processo produtivo, em particular no que se refere aos recursos sanitários e de ferejamento dos rebanhos.

Melhorar as condições de alimentação do gado é tão fundamental, quanto assegurar meios eficientes de preservação da sanidade animal.

O Instituto de Carnes, dando execução ao ordenamento estatutário, neste período administrativo, iniciou, em forma de tentativa, a motivação dos produtores das zonas mais próximas da Capital, induzindo-os a se lançarem em experiências de formação de pastagens, seguindo as indicações da pesquisa disponível nas Estações Experimentais oficiais, onde o cultivo de ferejeiras tem sido objeto de estudos. A cultura de espécies ferejeiras hibernais, com vistas ao preparo do gado de corte na entressafra, foi o tema de motivação, lançado entre as lideranças locais, de maneira metódica e sistemática.

Foi o assunto levado para debate entre produtores rurais e técnicos, através de encontros, congressos regionais, mesas redondas, seminários, cursos de treinamentos, imprensa, etc., de modo a estabelecer um amplo debate, que ca

pitalizasse o interêsse do mundo rural e das várias esferas interessadas.

Através da Diretoria da Produção Animal, da Secretaria da Agricultura, foi lançado o plano que tomou o nome de "rotação arroz-pastagem", com ampla repercussão nos meios pecuários mais próximos da chamada "Grã-Porto Alegre".

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, por sugestão dos produtores e órgãos oficiais do Estado, instituiu o financiamento para a cultura de pastagens de inverno com o limite de cinco milhões de cruzeiros por produtor e prazo de um ano.

É uma idéia em marcha, como experiência pioneira bastante promissora. Mentalidade em formação, que discute os fatores limitantes do desenvolvimento do programa com segurança de resultados econômicos.

Apontam-se como fatores limitantes o alto custo das equipes agrícolas e dos fertilizantes; deficiência do financiamento e tabelamento da carne; modesta pesquisa agrostológica aplicada e falta de especialista em formação e manejo de pastagens, entre outros.

6 - MERCHANTARIA

6.1 - Açougues Populares

Data	Número
Em 1º de Janeiro de 1965	129 Açougues Populares
Cancelados em 1965	30 Açougues Populares
Abertos em 1965	6 Açougues Populares
Total de Açougues em Janeiro de 1966	105 Açougues Populares

5.

6.2 - Movimento de Mercadorias no Depósito
Central

Movimento	Valor em Cr\$
Estoque em 1º Janeiro 1965	130.354.532
Compras em 1965	585.234.454
Saldo em 31 de Dezembro de 1965	177.008.427
Total vendido	538.580.559

6.3 - Abates

Os abates de gado são executados nos estabelecimentos de Frigosul, em Canoas, e São Geraldo, em Guaíba, na forma de custeio.

O número de cabeças abatidas foi

No Frigosul	19 189 rezes
No São Geraldo	2 712 rezes
	<u>21 901 rezes</u>

Estas cabeças produziram 4 019 250 quilos de carne.

A nossa distribuição foi:

Carne de gado adquirido.....	4 019 250 quilos
Carne fresca adquirida	842 948 quilos
Carne congelada	<u>1 628 597 quilos</u>
TOTAL:	6 490 795 quilos

7 - EXPORTAÇÃO DE CARNES

6.

EXPORTAÇÃO GERAL CLASSIFICADA POR ESPÉCIE
Em 31 de Dezembro de 1965

Espécie	Kg	US\$
<u>Carne Congelada:</u>	24.810.612,340	16.608.097,58
Rio Grande	17.786.007,840	11.598.530,27
Pelotas	3.873.294,000	2.594.901,17
Sant'Ana do Livramento.	2.865.333,000	2.217.240,28
Pôrto Alegre.....	285.977,500	197.425,86
<u>Carne Cozida:</u>	2.246.779,000	2.846.068,18
Pelotas	310.534,000	405.860,18
Sant'Ana do Livramento.	1.936.245,000	2.440.208,00
<u>Carne Enlatada:</u>	11.427.021,168	8.658.883,37
Rio Grande	61.106,000	91.159,60
Pelotas	5.075.668,000	3.680.258,48
Sant'Ana do Livramento.	6.278.000,168	4.878.015,29
Pôrto Alegre	12.247,000	9.450,00
<u>Miudezas e Farinhas:</u>	2.978.402,883	4.685.180,56
Rio Grande	704.307,700	286.270,19
Pelotas	113.569,000	24.248,68
Sant'Ana do Livramento.	2.142.768,583	4.268.875,72
Pôrto Alegre	17.757,600	5.785,97
t o t a l : ...	41.462.815,391	32.798.229,69

II - 2.4 - INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ

II.2.4.1.- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

II.2.4.1.1 - Contratos com o Banco do Brasil S/A.

Foram liquidados no ano recém findo, os contratos firmados em 2.5.63, no valor de Cr\$ 5,85 bilhões, e em 5.9.63, no valor de Cr\$. 4,85 bilhões.

Com a CACEX foi assinado um aditivo ao Contrato de 11.12.64, concedendo um adiantamento de Cr\$ 6 bilhões ao IE GA, e o Contrato de 14.7.65, concedendo um financiamento de Cr\$ 38,9 bilhões para a aquisição de arroz da safra 1964/65.

Com referência ao contrato firmado com a CACEX, em 1961, permanece para fins de acôrto, um saldo de Cr\$ 182.558.578,90.

II.2.4.1.-2 TAXA DE COOPERAÇÃO E DEFESA DA ORIZICULTURA

Os recursos de receita provenientes da taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura, cobrada percentualmente sobre o preço mínimo básico de arroz de grão curto, em cax, e incidindo sobre a produção arrozeira do Estado, foram orçados para 1965 em Cr\$ 1.774.800.000. Entretanto o recolhimento não atingiu a previsão, conforme demonstrativo a seguir:

Previsão orçamentária.....	Cr\$	1.774.800.000
Recebido	954.260.322	
Recolhido pela CFP e não recebidos.....	598.420.386	
A receber em 1966...	<u>222.119.292</u>	
	1.774.800.000	<u>1.774.800.000</u>

II.2.4.1.-3 S E G U R O S

O pagamento dos prêmios de seguros, atendendo ao volume patrimonial do IRGA e ao vulto de suas transações atingiu a grandes proporções no exercício que passou.

O ônus proveniente desta parcela de despesa atingiu os seguintes valores:

Demonstrativo de Seguros

Veículos	Cr\$ 9.664.580
Incêndio	Cr\$ 75.396.005
Acidentes de trabalho	Cr\$ 9.505.458
Acidentes Pessoais	Cr\$ 667.800
Transportes de arroz	<u>Cr\$ 21.141.037</u>
	Cr\$114.374.880

A partir do exercício de 1965 o IRGA passou a perceber, a título de comissão, percentuais que variam de 10% a 30%, comissões estas que são contabilizadas como anulação de despesa, razão pela qual foi obtida uma real economia na realização de seus seguros.

II.2.4.2 - DEPARTAMENTO COMERCIAL

No ano de 1965, a política de preços mínimos, bem como a comercialização de arroz, sofreram uma radical transformação, com a fixação de preços e a compra de arroz, por parte da Comissão de Financiamento da Produção, órgão do Governo Federal.

A C.F.P., através das agências do Banco do Brasil S.A., localizadas no Rio Grande do Sul, adquiriu diretamente dos produtores ou de suas cooperativas, ao redor de 15.000.000 de sacos de arroz em casca, num montante aproximado de Cr\$. 90.000.000.000.

Os preços mínimos estabelecidos pela C.F.P., exclusivamente para o arroz em casca, com 50% de grãos inteiros e 18% de grãos quebrados, com o máximo de 13% de umida

de, foram os seguintes:

Supertipos	Grãos longos	Grãos médios	Grãos curtos
II	7.113	6.800	6.175
III	7.071	6.758	6.133
IV	7.029	6.717	6.092
V	6.988	6.675	6.050

Os preços acima entendem-se para arroz ensacado em sacaria nova, pôsto nos portos de Rio Grande ou Porto Alegre.

Diversas inovações foram criadas para a comercialização do arroz no Rio Grande do Sul, valendo acentuar que algumas delas alteraram completamente as normas até então em vigor.

Assim, sobre os preços mínimos fixados pela C.F.P., incidiram uma série de deduções, além das devidas aos governos Federal e Estadual, quais sejam:

Comissão do Banco - 1% ;

Frete (variável);

carga na base fixa de @ 20 por sacco;

Descarga e carrete na base fixa de @80 por sacco;
empilhamento e desempilhamento (variável)

Com a entrada da Comissão, na compra e comercialização do arroz riograndense, parecia que o Instituto Rio Grandense de Arroz ficaria afastado das operações de compra, referentes à safra 1964/65. Depois de vários meses de entendimentos e contatos com as autoridades federais, iniciados no mês de fevereiro, finalmente, a 14 de julho de 1965, assinava o IRGA com o Banco de Brasil S.A., através de sua Carteira de Comércio Exterior (CACEX), atendendo recomendações expressas de Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, o contrato de Cr\$ 38.900.000.000, destinado ao financiamento da aquisição de arroz da safra 64/65, exclusivamente para a exportação, até as quantidades de 1.000.000,

de sacos de arroz em casca e de até 2.400.000 sacos de arroz beneficiado. Depois de cumpridas diversas formalidades burocráticas, afinal, a 28 de julho, começou o Instituto, a adquirir o arroz que lhe era oferecido, grande parte de qual já se achava depositado em seus armazéns de Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Palmares do Sul.

Pelo contrato de 14.7.65 o IRGA obrigou-se a realizar suas operações nos mesmos moldes da C.F.P., no tocante aos preços a serem pagos aos produtores. Assim, comprometeu-se o IRGA a obedecer, rigorosamente, os preços e demais condições estabelecidas pela Resolução nº 40, de 26 de maio de 1965, da Comissão de Financiamento da Produção. Os preços do arroz beneficiado, de acordo com a cláusula segunda do contrato em referência, foram os equivalentes aos custos apurados pela C.F.P., nos portos de Rio Grande e/ou Porto Alegre.

Obrigou-se, ainda, o IRGA, a deduzir do produtor, todos os ônus operacionais previstos pela C.F.P., de forma que não fossem ultrapassados os preços mínimos por ela fixados para o arroz sulino, e, bem assim, a observar os preços da mencionada Comissão nos portos de escoamento, tanto para o arroz em casca como para o beneficiado.

Os preços mínimos observados pelo Instituto foram os seguintes:

1. Arroz em casca

Preços mínimos de garantia para o arroz em casca, na base de rendimento de 50% de grãos inteiros, 18% de quebrados e até 13º de unidade, por 50 quilos líquidos, a granel, nos portos de Porto Alegre e Rio Grande:

Tipos e percentual de amarelos	Grãos Longos	Grãos Médios	Grãos Curtos
2, com 1/2%	Cr\$6.783	Cr\$6.470	Cr\$5.845
3, com 1 %	6.751	6.428	5.803
4, com 2 %	6.699	6.387	5.762
5, com 3 %	6.658	6.345	5.720

2. Arroz beneficiado

Preços mínimos de garantia para arroz beneficiado por 60,400 quilos, ensacado em sacaria nova, com esmerado jo-
limento e máximo de 14% de unidade, posto nos portos de Por-
to Alegre e Rio Grande:

T I P O	PERCENTUAL		Grãos longos	Grãos Médios	Grãos Curtos
	QUEBRADOS	AMARELOS			
2	15%	1/2 %	@14.516	@13.878	@12.603
3	20%	1 %	14.036	13.435	12.235
4	25%	2 %	13.555	12.992	11.867
5	30%	3 %	13.074	12.549	11.499

No ano de 1965, foram adquiridas pelo Departamen-
to Comercial, as seguintes quantidades de arroz:

Arroz em casa:

Total de compra e percent... 778.049 sacos @ 4.706.412.817

Arroz beneficiado:

Total de arroz e quebrado... 1.228.335 sacos @ 16.388.368.338

T o t a l @ 21.094.781.155

O IRGA tinha no início do ano de 1965, um estoque de 2.246.269 sacos de arroz beneficiado e 240.188 volumes de arroz em casa, das safras 1962/63 e 1963/64.

É de lembrar-se que os negócios de arroz, da sa-
fra 1963/1964, ano 1964, foram bastante tumultuados. As no-
tícias indicavam colheitas abundantes em todo o país, o que
evidentemente, determinou retração no mercado.

Infelizmente para a orizicultura sulina, as notí-
cias se confirmaram e verificou-se a saturação do mercado -
consumidor do centro do país, pela produção goiana, mineira
e maranhense, obrigando o Rio Grande a estocar quantidades
bem maiores que normalmente o faz.

Em consequência, o Instituto Rio Grandense de Ar-
roz, procurou aparelhar-se para exportar todo o excedente,
ao exterior, procurando de logo, o entrosamento de suas ati-

vidades, com os órgãos federais, principalmente, com a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) e Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), para melhor encaminhamento das exportações. No dia 11 de dezembro de 1964, foi assinado contrato de venda à CACEX, por conta e ordem do Tesouro Nacional, de 2.000.000 de sacos de arroz, da safra 1963/64, no montante de Cr\$. 29.760.000.000. Os embarques deveriam ficar concluídos até o dia 30 de junho de 1965. Entretanto, tal não aconteceu. Iniciados em fevereiro, prolongou-se até outubro e, assim mesmo, ainda ficaram por embarcar, as últimas 20.000 toneladas, ou seja, 333.000 sacos de arroz, grãos curtos, cujos carregamentos deverão ficar concluídos até fevereiro de 1966.

No ano de 1965, o panorama para a orizicultura suilina, não foi diferente daquele verificado no ano de 1964.

Neste ano, o IRGA adquiriu, de janeiro a maio, 604.159 sacos de arroz beneficiado, da safra 1963/64, que somados aos 2.011.154, existentes em dezembro de 1964, mais o beneficiamento de 240.188 volumes de arroz em casca, perfizeram um total de aproximadamente 2.750.000 sacos de arroz beneficiado. Deduzindo-se desta soma, os 2.000.000 de sacos vendidos à CACEX, ficou o IRGA com um excedente exportável da safra 1963/1964, de 750.000 sacos.

Foram vendidos, ainda, no ano de 1965, à firma FAREO S.A., 143.663 sacos de arroz beneficiado da safra 1963/1964, os quais destinam-se ao exterior, sendo 28.607 sacos de grãos curtos, 100.035 de grãos médios e 15.021, de grãos médios e 15.021, de grãos longos.

No dia 7 de outubro de 1965, foi assinado aditivo ao contrato de 14.7.65, pelo qual o excedente de arroz da safra 1963/64, ao redor de 750.000 sacos, passou a ser exportado nas mesmas condições de arroz da safra 64/65.

II. 2.4.3-1 SERVIÇO DE ACUDAGEM E ASSISTÊNCIA
AO PEQUENO ORIZICULTOR

1 - Seter de Acudagem - Com 40 contratos de financiamento para a construção de açudes, firmados neste exercício, eleva-se a um total de 124 açudes financiados no valor de Cr\$ 620.083,166, provendo, para os mesmos uma capacidade 74.700.000 m³ de água, com um poder de irrigação para - 2.490 quadras quadradas.

2 - Seção de Engenharia - No desenvolvimento dos trabalhos - que lhe são próprias, esta seção produziu no exercício de 1965:

Plantas para açudes	102
Mapas	64
Projetos	7

II.2.4.3-2 - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO
ORIZÍCOLA

1 - Seção de Assistência Agronômica - Dividido o Estado em 18 zonas, em cada uma tem sede uma inspetoria agronômica, com um engenheiro agrônomo residente, sendo que nas maiores, conta o engenheiro agrônomo com a colaboração de um auxiliar de campo; prestando, estas inspetorias, toda a assistência orientacional aos lavoureiros. Neste serviço foi percorrida uma quilometragem de 213.347 Km. durante o ano, ou seja, com uma média mensal por agrônomo, de 1.045, quilômetros.

2 - Seção de Extensão Orizícola - Além dos diversos trabalhos que lhe são afetos, como sejam: nivelamento de colhas e de canais, cubagem de taipas, vistorias de açudes e de lavouras, precedem esta seção, a vistorias de lavouras danificadas por quedas de granizo, resultando em 30 processos de indenização num total de Cr\$ 30.272.584, dos quais, dois já receberam as indenizações no valor de Cr\$ 10.212.926; doze processos, aprovados pelo Conselho Deli-

berativo, no valor de Cr\$ 6.707.133 e, 16 processos, pendentes de apreciação por parte do mesmo Conselho, no valor de Cr\$. 13.352.525.

II.2.4.3-3 - ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA DE COLÔNIAS
E BARRAGENS

1 - Barragem do Capané - Armazenando um volume de setenta milhões de metros cúbicos de água, fornece irrigação, durante a safra, ou seja 142 dias, compreendendo o ciclo vegetativo do arroz, desde a germinação até a maturação, a 1951 quadras quadradas, dispensando um volume de, aproximadamente, 64.500.000 m³ de água.

Aufere, ainda, esta barragem, além da renda do eucalipto, de onde extrai lenhas e madeiras, a de arrendamento de pastagens, bem como a da prestação de serviços através de suas oficinas.

2 - Colônia Rizícola nº - Cultivando uma área de 922 quadras quadradas em regime de parceria agrícola com 119 sub-plantadores, dessa atividade resultou uma colheita de 103.532 sacos de cinquenta quilos de arroz em casca.

Como, entre as instalações da colônia, existe um engenho, elevada parte da produção acima, no mesmo recebe o beneficiamento.

Merece particular menção o fato de que, entre as atividades de conservação, a construção de cêrcas novas numa extensão de 5.600 metros, bem como a recuperação de 2.200 metros de cêrcas que se encontravam seriamente danificadas.

II. 2.5 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

1. PESQUISAS

O Conselho de Desenvolvimento do Estado realizou as pesquisas abaixo discriminadas, com a finalidade de obter um conjunto de índices para avaliar a evolução do desenvolvimento do Estado. No final de ano são reunidas em "Retrospectos" por pesquisa e numa "Análise Global".

- Nº 1 - CUSTO DE VIDA, pesquisa quinzenal, e/publicação mensal.
- Nº 2 - INVERSÕES PRIVADAS, pesquisa mensal, e/publicação mensal.
- Nº 3 - OFERTA PÚBLICA DE EMPREGO, pesquisa semanal, e/publicação mensal.
- Nº 4 - VERBAS ORÇAMENTÁRIAS FEDERAIS, pesquisa anual, recebendo as entidades contempladas comunicação da verba que lhes é destinada.
- Nº 5 - MOVIMENTO DA BOLSA DE VALORES, pesquisa semestral.
- Nº 6 - ÍNDICE DE PREÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, pesquisa mensal.
- Nº 7 - FINANCIAMENTOS COCAP/AID, e/publicação eventual.
- Nº 8 - ÍNDICE DE PREÇOS DE PRODUTOS INDUSTRIAIS DE USO CORRENTE EM PORTO ALEGRE, pesquisa mensal, e/publicação mensal.
- Nº 9 - PREVISÃO DA RENDA INTERNA DO ESTADO, pesquisa anual.
- Nº 10 - CONSUMO DE ENERGIA NO ESTADO, pesquisa mensal, e/publicação anual.
- Nº 11 - CONSUMO DE AÇO NO RIO GRANDE DO SUL - suspensão.
- Nº 12 - CONSUMO DE DERIVADOS DO PETRÓLEO, pesquisa mensal para uso interno.
- Nº 13 - ÍNDICE DE PREÇOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS POR ATACADO EM PORTO ALEGRE, pesquisa mensal, e/publicação mensal.
- Nº 14 - ÁREA DE NOVAS CONSTRUÇÕES LICENCIADAS NO ESTADO, pesquisa mensal, e/publicação anual.

Nº15 - MOVIMENTO BANCÁRIO (em estudo)

2º TRABALHOS TÉCNICOS.

Quanto aos trabalhos técnicos realizados no ano de 1965, avultam a experiência-pilôto de planejamento integral, realizada na área do Rio Três Forquilhas e um Ciclo de Estudos sobre Desenvolvimento Municipal com um início de estruturação da assistência ao desenvolvimento nos municípios. Além disso, foram realizados trabalhos técnicos de abrangência para atender problemas setoriais de desenvolvimento no Estado. Um trabalho permanente da Equipe Técnica é constituído pela elaboração de pareceres técnicos para os processos de isenção do Imposto de Vendas e Consignações, conforme a Lei 4.508.

- 1 - "Plano de Desenvolvimento do Vale do Rio Três Forquilhas". - O ano de 1965 proporcionou a conclusão do volume nº 1 da Análise que engloba o conjunto de estudos que foi possível realizar com a equipe e com os recursos do Conselho de Desenvolvimento do Estado
- 2 - "Vale do Rio Três Forquilhas". Organizado de um programa de cursos complementares para senhores e moças.
- 3 - "Vale do Rio Três Forquilhas", 4 projetos de exploração das propriedades rurais tipo.
- 4 - "Possibilidades da Produção de Sal no Rio Grande do Sul".
- 5 - "Estudos Preliminares sobre o Estatuto da Terra".
- 6 - "Projetos para Desenvolvimento do Turismo". Paradores: Antônio Prado, Rio Pardo, Molhos do Rio Grande, Gramado e Canóia.

II.2.6 - BOLSA DE VALORES DO RIO GRANDE DO SUL

MOVIMENTO DE TÍTULOS

Durante o ano de 1965 foi registrado na Bolsa a compra e venda de 5.245.087 títulos, englobando Fundos Públicos, a saber: Obrigações Federais, Apólices Federais, Apólices Estaduais, Letras de Tesouro do Estado, Letras de Tesouro de Santa Catarina e Apólices Municipais; e Fundos Particulares, tais como as de Ações de Bancos, de Companhias, Debêntures, Direitos a Subscrição, Letras de Importação do Banco do Brasil e Letras de Câmbio com aceite de Cia. de Investimentos. Os títulos públicos negociados foram em número de 1.202.154 atingindo um valor venal de Cr\$1.541.346.843. Quanto aos fundos particulares o número de títulos negociados foi de 4.042.933, atingindo um valor venal de Cr\$92.179.784.356.

Assim sendo, verifica-se em 1965 que os 5.245.087 - títulos negociados na Bolsa representaram uma cifra de Cr\$. 93.721.131.199. A sua distribuição percentual é a seguinte: Letras de Câmbio corresponde a 84,6%, Ações de Sociedades Anônimas a 9,1%, Letras do Banco do Brasil S/A. 4,2%, Títulos da Dívida Pública a 1,4% e outros não discriminados a 0,7%.

Comparando-se estes resultados com os do ano de .. 1964, atesta-se o impulso que os negócios mobiliários receberam durante o decorrer de 1965, visto que em 1964 os negócios atingiram a soma de Cr\$35.603.034.569.

MOVIMENTO DE CÂMBIO

O fechamento do câmbio do ano de 1965 alcançou a extraordinária importância de Cr\$ 251.838.730.539, superando quase que em dobro o montante do ano de 1964, que atingiu a Cr\$ 133.632.293.252.

MOVIMENTO DE DIVISAS

No decorrer do exercício de 1965, prosseguiram os leilões de divisas para a venda do dólar só na categoria especial, tendo o movimento alcançado a importância de Cr\$ 1.232.834.000 contra Cr\$ 259.895.760 do ano anterior.

INSCRIÇÃO DE TÍTULOS

Em 1965 foram admitidas à cotação e negociação as ações em que se dividem os capitais de 45 sociedades anônimas, representando Cr\$ 12.321.420.000 de capitais. Durante o ano de 1964 foram efetivamente registradas um número superior de Sociedades Anônimas (108) porém, ocorre que durante 1965 apenas foram computadas as inscrições do primeiro semestre, visto que a partir da publicação da Lei nº 4.728, de 16 de junho de 1965, ficou susgado o registro de novas sociedades, aguardando-se posteriores regulamentações do referido diploma Legal.

Em 1965 foi providenciado o averbamento de 747 aumentos de capitais de Sociedades Anônimas inscritas, atingindo um montante de Cr\$ 179.516.769.491, superando assim, o montante atingido em 1964 que foi de 620 averbações de Cr\$..... 86.070.375.125. Foram admitidas à cotação e negociação 4 séries de debêntures no montante de Cr\$ 6.750.000.000. Igualmente admitidas foram 5 séries de emissão de apólices estaduais num total de Cr\$ 20.700.000.000. Finalmente, foram inscritas 7 novas Companhias de Crédito, Financiamento e Investimentos, as quais tiveram as Letras de Câmbio de seu aceite admitidas à negociação em nossa Bolsa.

II. 2. 7. - DEPARTAMENTO DE LOTERIA DO ESTADO

O Departamento da Loteria do Estado, no exercício findo, exerceu, em obediência a suas atribuições legais, as atividades que abaixo são discriminadas:

Foi consignado no orçamento a previsão de lucro líquido no valor de Cr\$ 652.470.000, porém o lucro real alcançou a quantia de Cr\$ 820.446.494, havendo um excesso de Cr\$. 167.976.494.

À renda líquida de 1965, foi dado o seguinte destino:

Assembléia Legislativa c/conclusão obras Auditório Araujo Viana, lei 4631, de 9 de dezembro de 1963	109.150.000
Hospitais e Santas Casas, lei 4631, de 9 de dezembro de 1963	163.725.000
Govêrno do Estado, leis 4760 e 4999..	547.571.494
	<u>820.446.494</u>

Em investimentos, isto é, reforma parcial do prédio, foi aplicada a importância de Cr\$ 30.495.000

O auspicioso resultado de 1965, foi motivado pelos seguintes fatores:

- a) novos planos
- b) cooperação eficiente dos dedicados servidores deste Departamento.

II. 2. 8. - CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

1. ANÁLISE

O aspecto fundamental da CEE se reflete nas suas condições econômicas.

O exercício de 1965 proporcionou um resultado líquido positivo de 457 milhões de cruzeiros, superior em 24 milhões de cruzeiros ao exercício de 1964 (433 milhões de cruzeiros).

O lucro líquido foi destinado de acordo com as disposições do Regimento Interno.

O resultado de 1965 pode ser considerado como satisfatório em relação aos capitais próprios, embora, em face do aumento substancial dos depósitos, poderia ter sido de maior expressão.

Quanto às condições financeiras, a CEE registrou um aumento extraordinário em seus depósitos, atingindo a cerca de 6 bilhões de cruzeiros.

Os capitais próprios de 500 milhões de cruzeiros em 1964 passaram a 900 milhões de cruzeiros em 1965, representando a rentabilidade cerca de 100%.

As disponibilidades, em 31.12.1965, correspondem a cerca de 24% dos depositantes, mantendo-se em igual nível ao do exercício anterior.

2. INSTALAÇÕES DE NOVAS AGÊNCIAS

Com os recursos mais amplos postos à disposição, bem como contando com uma infra-estrutura mais sólida, pretendia-se expandir consideravelmente a rede de agências.

Era pensamento do Conselho Administrativo a instalação de casas nas principais cidades do Estado e, especialmente, naquelas localidades em que a Fazenda não dispõe de elemento arre-



cadador.

Face às restrições impostas pelo Banco Central da República do Brasil, tal plano não pode ser levado à prática na sua totalidade.

Anteriores às disposições emanadas daquela órgão supervisor, foram inauguradas as seguintes: Na Capital - A agência que funciona junto à Assembléia Legislativa. Iniciativa cercada de pleno êxito, pois que com apenas meses de funcionamento seus depósitos eram superiores à cifra de Cr\$ 490.000.000, o que a coloca entre as primeiras agências metropolitanas.

No interior iniciaram suas operações Ijuí, Barra do Ribeiro, Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha, Maximiliano de Almeida, Palmeira das Missões, Rosário do Sul, Santo Antônio, São Gabriel, São Sepé, Tapejara, Venâncio Aires.

Simultaneamente a estes trabalhos, as sub-agências de Gaurama, São Valentim, Marcelino Ramos, Pinheiro Machado, Lavras do Sul, São Sebastião do Caí, São Pedro do Sul, Santa Vitória do Palmar e Vera Cruz, foram convertidas em agências. Esta transformação demandou uma equipe de elementos capazes de administrar estas novas agências que se desligaram de Erechim, Bagé, São Leopoldo, Santa Maria, Rio Grande, Cruz Alta e Santa Cruz do Sul.

3. ORGANIZAÇÃO TÉCNICA

Ao iniciarmos o relatório de 1964, afirmávamos que naquele ano a UBE havia alcançado quase o pleno rendimento.

No exercício de 1965 o objetivo de alcançar o pleno rendimento foi conseguido, atingindo-se a plenitude da capacidade operacional de organização. Ajustou-se a estrutura administrativa da Autarquia e, sem exageros, pode-se compará-la com as melhores existentes no gênero.

Os setores de Planejamento e Controle, aos quais foi dedicada especial atenção, traçaram diretrizes e normas

de funcionamento, racionalizando e controlando os serviços, o que possibilitou que Gerentes e Técnicos de Contabilidade de agências dedicassem seus esforços às metas de crescimento e expansão.

As medidas técnicas adotadas foram em caracter permanente, evitando-se soluções de emergência e proporcionando desta forma condições de segurança indispensáveis a este tipo de atividade.

Junto à Consultoria Técnica iniciou suas atividades um serviço de estatística com a finalidade de orientar com exatidão os dados da política financeira da Diretoria, assim como possibilitar uma observação mais objetiva do comportamento das agências.

4. CARTEIRA DE DEPÓSITOS

Um dos fatores preponderantes para a captação de depósitos é a obtenção da confiança popular.

A administração destacou-se pela maneira arejada com que sempre tratou esses assuntos - geriu os dinheiros a ela confiados.

A expansão contínua da rede, até setembro de 1965, o aproveitamento de elementos locais, na constituição dos quadros funcionais de cada nova agência, contribuíram de forma direta para o incremento da Carteira de Depósitos.

Todos os atos da Administração foram pautados pelo melhor espírito de colaboração e, principalmente, ressaltando o fator honestidade nas aplicações.

Dai a inusitada confiança que se obtêve e a origem do movimento do povo gaúcho em pról da Instituição.

Obtêve-se neste exercício um aumento de 214% sobre os depósitos existentes em dezembro de 1964. No exercício de 1964 o percentual foi de 284%, porém, face a desvalorização da moeda naquele exercício que foi de 110% para mais, de onde se conclui que a obtenção de um percentual mais elevado foi alcançado.

No exercício de 1965, 273.714 depositantes efetuaram depósitos num total de Cr\$ 14.513.060.312.

5. CARTEIRA DE CRÉDITO PESSOAL

Sendo a Carteira de Crédito Pessoal a principal fonte de renda desta Autarquia, a ela sempre dedicou-se o máximo cuidado.

A política adotada é de manter sempre atualizadas as tabelas, bem como socorrer no momento exato às classes que verdadeiramente necessitam ser amparadas.

No exercício, além de financiamentos de crédito pessoal, dedicou-se especial atenção ao crédito rural e entidades públicas. Não foi menor o esforço no que tange ao crédito a entidades públicas, auxiliando na construção de obras destinadas ao bem estar social.

Teve ainda a Carteira de Crédito Pessoal papel de destaque nos empréstimos, às firmas atingidas pelas cheias no mês de agosto que assolaram o Estado.

Os empréstimos concedidos neste exercício atingiram a soma total de Cr\$ 14.900.000.000, destes, para entidades públicas, montaram a Cr\$ 547.990.000, assim distribuídos:

Secretaria de Obras Públicas.....	Cr\$ 113.790.000
Cia. Carris PortoAlegrense	Cr\$ 100.000.000
Cia. Estadual de Energia Elétrica..	Cr\$ 60.000.000

O saldo de Cr\$ 274.200.000 foi distribuído entre 16 Prefeituras de nosso interior.

6. CARTEIRA IMOBILIÁRIA

No setor imobiliário a Caixa limitou-se a realizar estudos para, possivelmente, no decorrer do exercício de 1966, lançar-se em grande escala no financiamento da Casa Própria.

O plano imobiliário em estudos baseia-se no sistema de poupança prévia. Este método provado pela Caixa Eco-

nômica de Minas Gerais recebeu algumas alterações para que se ja possibilidade seu emprêgo com recursos próprios. Aquela Autarquia, além dos seus, tem recebido auxílio externo, principalmente da USAID e Aliança para o Progresso. Na falta destes recursos será preciso adaptar o sistema para que o mesmo, com apenas uma pequena parcela das disponibilidades de Caixa, seja exequível.

A Administração submeteu o plano à apreciação do Banco Nacional de Habitação, tendo inicialmente recebido a aprovação. Está sendo objeto de estudo mais profundo para que seja homologado.

A providência inicial para o avanço no campo imobiliário já foi tomada com a solicitação do registro da Autarquia como Agente Financeiro.

II - 279 - SERVIÇO ESTADUAL DE TURISMO

Não dispõe de recursos financeiros específicos para a construção de obras, e SETUR nada pode realizar neste particular, no exercício de 1965. Conseguiu, entretanto, ajuda financeira da União, por intermédio do Ministério da Indústria e do Comércio, no montante de Cr\$55.000.000, com o que contratou as obras do parque de Taimbêzinhos, plano elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado.

Inaugurou, no último dia do ano, o Escritório Regional de Canela, já iniciado em 1964, com recursos de crédito especial.

Afora isso, limitou-se o SETUR as atividades à divulgação e propaganda turística do Estado, ao estímulo às iniciativas privadas, à participação em congressos e certames de interesse turístico e à assistência aos visitantes do Estado, bem como a série de promoções em diversos municípios.

Houve uma queda do movimento turístico de 1965, na ordem de 22.422 visitantes, com relação ao ano de 1964.

Isso se deve principalmente a enorme diminuição do turismo uruguaio, que sofreu uma queda na ordem de 50%, em consequência da desvalorização do peso. O turismo nacional, entretanto, aumentou consideravelmente, mantendo-se estável o turismo argentino.

II.2.10 - BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO-SUL**A. - A POLÍTICA E A AÇÃO FINANCIADORA DO BANCO****A.1 - A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS NO PERÍODO 1962/1965**

Desde o início de suas atividades -1962- até 31 de dezembro último, o Banco contou para financiar empreendimentos essenciais ao desenvolvimento da economia regional, com recursos que, segundo sua natureza, podem ser classificados em próprios e especiais. Dentre os primeiros se contam: o capital; o resultado de suas operações; o retorno dos financiamentos; a contribuição financeira dos Estados. Como recursos especiais se podem considerar: os acordos e convênios financeiros.

A.1.1 - RECURSOS PRÓPRIOS**a) - O Capital**

O capital inicial do Banco que era de Cr\$ 100 milhões formado com a participação dos três Estados-membros, em igual proporção e alimentado com os saldos operacionais da própria Entidade, atingiu - em 3 de dezembro de 1965, juntamente com as reservas - a soma de aproximadamente Cr\$ 1,568 bilhão.

b) O Resultado de Suas Operações

O Banco, como entidade que objetiva o desenvolvimento econômico da Região Extremo Sul do País, evidentemente não tem no lucro sua motivação principal. É indispensável, porém, que, entre a receita proveniente dos seus serviços (juros, comissões de abertura, taxas de fiscalização, etc.) e as despesas administrativas, resulte um saldo positivo, que constitui a contribuição financeira da própria Entidade, para os recursos que deve irradiar em favor de suas atividades. Acresce, ainda, a circunstância de que grande parcela do numerário que manipula provém de empréstimo, a serem reembolsados, de sorte que o Banco deve assegurar receita mínima compatível com as responsabilidades assumidas, que incluem margem de risco e inércia relativa de recursos. Nesse sentido, em que pese todo o esforço despendido a fim de estabelecer o equilíbrio entre receita e despesa, o Banco, em seus dois primeiros anos de atividade não pôde figurar a resultados negativos, face aos problemas inerentes à fase

de instalação e, principalmente, como consequência evidente da debilidade de seus recursos.

Tais prejuízos foram, por uma questão de ordem técnica, já que não seria recomendável permitir o desgaste do capital registrado, levados a débito da "Conta Cooperação Financeira dos Estados-membros", na proporção de não recolhimento das parcelas a cargo de cada um, nos termos do Convênio instituidor do Banco. Porém, vencidas essa fase, a situação financeira do Banco, tendo em vista uma maior soma de recursos canalizados - principalmente do BNDE - tem sido francamente favorável. Os resultados de 1965 podem ser vistos no quadro I:

QUADRO I

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 1965

Em milhões de cruzeiros,
correntes

ESPECIFICAÇÃO	R.G. DO SUL	SANTA CATARINA	PARANÁ
RECEITA			
- RENDAS DE JUROS	333,8	129,2	134,2
- RENDAS COMISSÕES	207,8	61,8	66,9
- DESCONTOS	3,5	-	-
- RENDAS TÍTULOS E VALORES MOBIL.	47,9	1,9	27,6
- RENDAS DIVERSAS	82,9	3,5	14,4
TOTAL	675,9	196,4	243,1
DESPESAS			
- ADMINISTRATIVAS	20,4	9,4	9,9
- ADMINISTRAÇÃO GERAL	18,8	17,4	17,4
- PESSOAL	243,7	15,3	31,2
- MATERIAL EXPEDIENTE	6,8	0,5	1,7
- GERAIS	66,5	2,0	6,8
- JUROS	58,5	31,7	27,4
- COMISSÕES	16,0	4,7	4,5
- AMORTIZAÇÃO ATIVO	5,0	0,6	1,4
TOTAL	432,4	81,6	100,3
SUPERAVIT	240,5	114,8	142,8

e) O Retorno dos Financiamentos

O retorno do capital aplicado pelo Banco representa um acréscimo na sua capacidade financiadora. Por suas finalidades, o Banco concede financiamento, em geral, a médio prazo, resultando daí que as aplicações dessa origem sejam pouco expressivas, mormente nesses primeiros anos de suas atividades.

d) A Contribuição Financeira dos Estados-membros

Cabe ao Banco, nos termos do convênio celebrado entre os Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a contribuição anual de importância equivalente a 1% da receita tributária de cada Estado-membro. Relativamente a essas contribuições, sua evolução, nos quatro últimos anos se evidencia no quadro II.

A.1.2 - RECURSOS ESPECIAIS

Como recursos especiais são classificadas aquelas poupanças adicionais, oriundas da área ou não, originárias de convênios celebrados com os Governos dos próprios Estados-membros ou com agentes do Governo da União ou entidades estrangeiras.

Relacionam-se como recursos extraordinários do Banco:

a) - Fundo de Investimento da Pecuária

Em 24 de dezembro de 1963, a Assembléia Legislativa do Estado de Rio Grande do Sul aprovou a criação de uma taxa incidente sobre os valores dos abates de bovinos, ovinos e suínos no Estado. A denominada "Taxa de Investimento da Pecuária", cabendo sua administração e aplicação, por delegação do Estado, ao Banco. Segundo determinação da lei em apreço, o Banco financiará empresas industriais ligadas à pecuária e à pesca; investimentos de infraestrutura da mesma natureza (especialmente à indústria do frio).

QUADRO II

CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS MEMBROS

Em milhões de Cr\$, correntes

ESTADO	ESPECIE	1962	1963	1964	1965	TOTAL	%	TOTAL ADJ. A REALIZAR
RIO GRANDE DO SUL	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	300,5	548,1	1.163,9	2.060,3	4.272,8	100,0	
	REALIZADA	300,5	548,1	1.163,9	1.610,8	3.630,6	84,0	
	A REALIZAR	-	-	-	642,2	642,2	16,0	642,2
SANTA CATARINA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	54,7	90,7	323,8	648,8	1.117,4	100,0	
	REALIZADA	54,7	90,7	323,8	335,0	803,6	71,1	
	A REALIZAR	-	-	-	313,8	313,8	28,9	313,8
PARANÁ	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	203,5	278,5	474,3	1.125,8	2.082,1	100,0	
	REALIZADA	-	45,0	458,5	264,3	767,8	36,8	
	A REALIZAR	203,5	233,5	15,8	861,5	1.314,3	63,8	1.314,3
TOTAL		-	-	-	-	-	-	2.270,3

Os recursos são os seguintes:

FUNDO DE INVESTIMENTO DA PECUÁRIA
Período 1964/1965

ANOS	Em milhões de Cr\$ correntes	
	PARCELA DO INDE	RECOLHIDO AO BANCO
1 9 6 4	385,5 (1)	230,9
1 9 6 5	707,9 (2)	728,5
1964/1965	1.033,4	963,4

(1) 90% da arrecadação real (dados da Secretaria da Fazenda)
 (2) valor consignado na L.O.

b) - Fundo de Acôrdo de Trigo

Recursos adicionais recebidos pelo Banco, oriundos de acôrdo celebrados entre o Governo Brasileiro e o Governo Americano, USAID, repassados ao Banco pelo BNDE, e destinados a financiamento parcial para implantação ou expansão de empreendimentos de interesse ao desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os recursos que montam a Cr\$ 1,6 bilhões, são provenientes do acôrdo de empréstimo celebrado entre os dois Governos.

c) - Fundo de Democratização de Capital das Empresas - FUNDECE

Recebeu o Banco, para aplicação nos três Estados, a parcela de Cr\$ 4 bilhões por conta do FUNDECE, destinados à complementação de capital de giro de empresas industriais mediante certas condições que a lei que o instituiu condiciona. Os recursos que constituem o Fundo tem caráter rotativo, podendo o Banco administrá-los por 10 anos, em benefício

das emprêsas existentes na área, o que, aliás, já vem ocorrendo, pois o Banco já reaplicou cerca de Cr\$ 600 milhões adicionais.

d) - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
FINAME

Este Fundo, criado pelo Decreto nº 55.275 de 22 de dezembro de 1964, é destinado ao financiamento de máquinas e equipamentos de produção nacional, quer através de crédito ao comprador, quer ao vendedor. Recebeu o Banco recursos até um limite de Cr\$ 4,5 bilhões.

e) - Fundo de Financiamento à Pequena e Média Empresa - FIPEME

O Banco participa em um linha de crédito cujos recursos são oriundos de acordo assinado entre o BNDE, como agente autorizado do Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O montante do crédito administrado pelo Banco é de Cr\$ e bilhões e US\$ 500 mil, destinados a financiamentos para fabricação, compra e venda de equipamentos de fabricação nacional, aquisição de equipamentos estrangeiros, fabricação de equipamentos para a exportação e obras de construção civil.

Desta maneira, os recursos especiais, até 1965, foram os seguintes:

RECURSOS EXTERNOS (de fora da Região)
Período 1962/1965

ESPECIFICAÇÃO	Em bilhões de Cr\$				
	1962	1963	1964	1965	TOTAL
ACORDOS DO TRIGO	-	-	1,6	-	1,6
FUNDECE (1)	-	-	-	4,6	4,6
FINAME	-	-	-	4,5	4,5
FIPEME	-	-	-	5,1(2)	5,1
TOTAL	=	-	1,6	14,2	15,8

- (1) Aplicações através da MOCASA
 (2) Incluídos US\$ 500 mil e Cr\$ 2.220

A.1.3 - Recursos Próprios e Recursos Especiais - Relação

Considerando as contribuições efetivas dos Estados-membros e o capital e reservas do Banco em fins de 1965, e o montante dos recursos externos (fora da Região) adicionados ao "Fundo de Investimento da Pecuária", a relação entre recursos próprios e especiais pode ser vista da seguinte maneira:

RECURSOS (A) ESPECIAIS	RECURSOS (B) PRÓPRIOS	COEFICIENTE A/B
Cr\$ 16,8 bilhões	Cr\$ 5,6 bilhões	3

Este coeficiente é altamente significativo, demonstrando a capacidade do Banco em canalizar poupanças externas para suas aplicações. Em outras palavras, cada Cr\$ 1 de recursos próprios equivale a Cr\$ 3 em recursos externos aplicados para o desenvolvimento regional.

A.2 - A APLICAÇÃO DE RECURSOS NO PERÍODO 1962/1965

**A.2.1 - A Colaboração Financeira Solicitada
 DEMANDA DE RECURSOS**

ANOS	Em mil Cr\$, correntes		
	PARA FINANCIAMENTOS	PARA AVAIS	TOTAL
1962	1.683.825	600.000	2.283.825
1963	3.838.095	-	3.838.095
1964	16.973.780	1.905.935	18.879.715
1965	22.139.859	3.971.920	26.111.779
1962/65	44.635.559	6.477.855	51.113.414

DEMANDA DE RECURSOS
(evolução quantitativa)

ANOS	NÚMERO DE PEDIDOS		
	RECEBIDOS	APROVADOS	% DE APROVAÇÃO
1962	90	15	16,7
1963	161	28	17,4
1964	229	43	18,9
1965	463	188	40,6
1962/65	942	274	29,1

A.2.2 - Colaboração Financeira Aprovada

COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA (1)
(dados globais)

ANOS	Em mil Cr\$, correntes		
	FINANCIAMENTOS (A)	AVAIS (B)	TOTAL (A + B)
1962	803.861	600.000	803.861
1963	446.682	-	446.682
1964	2.381.301	905.935	3.287.236
1965	10.683.917	1.571.920	12.255.837
1962/1965	13.715.781	3.077.855	16.793.636

(1) Não inclui a atual participação societária do Banco, no montante de Cr\$ 515 milhões.

OBS.-A colaboração financeira aprovada para o Banco é aproximadamente igual à desembolsada no período. As diferenças são redondas.

COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA

(em função da origem dos recursos)

ANOS	Em mil Cr\$, correntes					
	ACORDOS DE TRIGO	FUNDECE	FINAME	PIPEME	PRÓPRIOS	TOTAL
1962	-	-	-	-	203.861	203.861
1963	-	-	-	-	446.682	446.682
1964	686.235	-	-	-	1.695.086	2.381.321
1965	951.000	4.468.000	2.543.734	491.230	2.829.953	10.683.917
1962/65	1.637.235	4.468.000	2.543.734	491.230	4.575.582	13.719.781

COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA
(dados globais corrigidos)

ANOS	Em mil Cr\$, de 1965		
	FINANCIAMENTOS (A)	AVAIS (B)	TOTAL (A+B)
1962	1.002.996	2.952.000	3.954.996
1963	1.264.110	-	1.264.110
1964	3.500.542	1.331.724	4.832.266
1965	10.683.917	1.571.920	12.255.837
1962/65	16.451.565	5.855.644	22.307.209

COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA E INVESTIMENTO TOTAL (1)

Em Cr\$ 1.000, correntes

FINALIDADE	1965		1962/1965	
	INVEST.	FINANC.	INVEST.	FINANC.
INSTALAÇÃO	1.373.918	710.348	2.597.199	2.135.649
EXPANSÃO	12.381.072	9.624.570	13.244.036	11.259.522
RELOCALIZAÇÃO	682.654	349.000	814.740	440.550
TOTAL	14.437.644	10.683.918	16.655.995	13.715.721

(1) Refere-se aos investimentos totais correspondentes aos financiamentos aprovados, porém, não incluem os investimentos do setor público (energia e transporte).

A. 3 - RESULTADOS FINANCEIROS DE 1965

À semelhança do ano de 1964, os resultados financeiros do Banco foram satisfatórios. O saldo operacional registrado foi de Cr\$ 498,1 milhões, o que vem demonstrar o alto grau de eficiência do Banco, na aplicação dos recursos postos à sua disposição.

A. 4 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Faz parte do dia a dia do Banco a assistência técnica às empresas, tanto na elaboração de projetos, como no encaminhamento de simples propostas de financiamento. Entretanto, essa atividade tem sido necessária, principalmente, na organização das empresas financeiras, no que tange a novos "lay-outs" e aperfeiçoamento contábil e, na fase de fiscalização do emprego de capital.

A.4.1 - Programa de Incentivo à Expansão Industrial (1)

Afora essas atividades - normais a um banco de desenvolvimento - o Banco promoveu, em 1965, um Programa de Incentivo à Expansão Industrial no Rio Grande do Sul". O programa consistiu, fundamentalmente, na realização de reuniões em centros industriais - chamadas "Cidades Polos" - com empresários locais e de municípios circunvizinhos, objetivando expor as finalidades do Banco, recursos disponíveis e as formas de obtenção de financiamento, oportunidades de aplicação na área. Procurou-se, dessa forma, motivar os industriais a efetivarem planos de expansão, pois - dita a experiência - o contato "in loco" com os industriais cria efeitos psicológicos altamente positivos, desinibindo-

se, notadamente as de empresa de menor porte, não afetou o crédito industrial especializado. As reuniões foram realizadas, por ordem cronológica, nas cidades de Rio Grande, Coxias de Sul, Lagoado, Canela e Passo Fundo, abrangendo, ainda, 20 outras cidades, totalizando 25 municípios. Após as reuniões procederam-se visitas às fábricas, tanto nas cidades consideradas "Cidades-Pólos" como nos municípios participantes. Salienta-se que o programa se desenvolveu no período de abril a julho, época caracterizada por forte retração da demanda de produtos industriais, com a exacerbação dos problemas oriundos do excesso de estoques. Foram recebidos, entretanto, 46 pedidos de financiamento, dos quais 18 receberam aprovação, nos montantes de Cr\$ 516.446.169, cujas pormenores observar no quadro IV.

Em síntese, os resultados, malgrado as condições desfavoráveis existentes no período em que se desenvolveu o programa, foram animadores e viabilizam o prosseguimento desta atividade, como função permanente, estendendo-a, inclusive, aos Estados de Santa Catarina e Paraná. Corrobora esta conclusão, ainda-se a existência dos Fundos administrados pelo Banco - e mesmo o surgimento de novos Fundos - exigindo a frequente atualização de informações aos empresários.

14.3 - Convênio Estado RS - URS - UNIC

Objetivando uma maior união com a Universidade de Rio Grande do Sul, no que se relaciona à prestação de assistência técnica, na forma de cursos, seminários, pesquisas, publicações, etc., foi assinado, em setembro de 1963, um convênio entre o Governo do Estado de Rio Grande do Sul, a Universidade de Rio Grande do Sul e o Banco, com vistas ao desenvolvimento da comunidade empresarial.

15 - A ATUAÇÃO DA MOCABA

A Mobilizadora de Capitais S.A. - Financiamento, Crédito e Investimentos, como empresa integrada ao sig

QUADRO IV

PROGRAMA DE INCENTIVO À EXPANSÃO INDUSTRIAL (1)

CIDADE-POLO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	Empresários Presentes	Pedidos Feitos	EMPRESAS FINANCIADAS	
				Nº	VALOR
CAXIAS DO SUL	São Marcos, Farroupilha e Fílores da Cunha	40	17	8	67.940.615
	LAGEADO	60	7	4	103.918.017
PASSO FUNDO	do Mello				
	Carãozinho, Getúlio Vargas, Marau, Casaca, Tapejara, Não-Me-Toque, Sarandi, Sertão	100	13	4	104.693.393
CANELA	Granado, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula e Três Cerzas	60	4	-	-
	São José do Norte	20	5	2	39.904.144
RIO GRANDE		280	46	18	316.446.1169

(1) - Levantamento até 3/12/65.-

forma de financiamentos do Banco, tem sido a agente executora dos convênios do Banco com o FUNDEC. Como tal, os recursos foram destinados ao financiamento pelo Banco, de empresas industriais, para suprimento de capital de giro, de acordo com o "Programa de Desenvolvimento Econômico" previsto pelo Decreto nº 54.105 de 6 de agosto de 1964, não sendo financiáveis as indústrias produtoras de bens considerados supérfluos ou suntuários.

Estados	Convênio FUNDEC	Contratos Assinados	Financiam. Aprovados	Pedidos em Carteira
Paraná	1.350	1.033	1.383	170
R.G. do Sul	1.550	1.780	1.780	674
Santa Catarina	1.200	850	1.165	1.035

Fonte: HOCABA

Por outro lado, deverá ser motivo de estudo o aumento de capital da HOCABA, até fins de 1966, motivado, principalmente pela nova legislação das instituições financeiras em vigor.

B - O BANCO E SUAS PERSPECTIVAS PARA 1966

As atenções do Banco, para o ano de 1966, estão concentradas em diversos pontos atinentes à sua atuação. Entretanto, o principal delas se refere às perspectivas que se apresentam ao Banco no sentido de estender suas atividades ao crédito rural. Reconhecido como básico e estratégico para o desenvolvimento regional, o setor primário do Estado Sul deverá, segundo estudos que estão sendo elaborados pelo Banco, ser contemplado com novas linhas de financiamento, principalmente para capital fixo. Para tal, o Banco está estudando uma gama de possibilidades oferecidas por entidades nacionais com os recursos FUNAGRI - (37,5 milhões) - e internacionais. Neste último caso, o Banco está elaborando projetos para serem apresentados ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvol-

vimento - BIRD , em comum acôrde com a Coordenação do Ministério do Planejamento para Assuntos Agro-Pecuários, num plano de aproximadamente US\$ 20 milhões. Da mesma forma, será assinado um convênio entre o Banco e a Universidade de Rio Grande do Sul e o BIRD, visando a aplicação de recursos para o aumento da produção animal no Rio Grande do Sul. O Banco administrará, nesse caso, um plano de US\$ 60 milhões, a serem aplicados nos próximos 10 anos.

Relativamente, ainda, à captação de recursos, o Banco já manteve contatos com os administradores do "Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos - FINEP", criado pelo Decreto nº 55.820, de 8.3.65. Demais, tendo em vista o denominado "Fundo Alemão", proveniente de acordo firmado entre o Governo Brasileiro e o da Alemanha Ocidental, cujo montante - destinado à aquisição de equipamentos estrangeiros é da ordem de DM 8 bilhões.

Finalmente, além da demanda de novas linhas de financiamentos oriundos dos fundos especiais - FUNDUC, FIPEME, FINAME - o Banco está em negociações para ser o agente financeiro do GEIPET, quando da execução de empreendimentos de setor de transportes na área de Extremo Sul.

Por outro lado, outra preocupação do Banco para o ano de 1966 se refere à sua reorganização funcional, visando a eliminação de alguns pontos-de-estrangulamento na sua estrutura. Ainda neste sentido, o Banco se verá organizar um novo Departamento, suscetível de executar as futuras atividades de crédito rural. Da mesma forma, organizará escritórios nos municípios da área, principalmente com essa finalidade.

III. - ÁREA DE INFRAESTRUTURA

São as seguintes as Funções e Órgãos que integram esta Área:

III.1. - Energia

III.1.1. - Secretaria de Estado dos Negócios de Energia e Comunicações.

III.1.2. - Companhia Estadual de Energia Elétrica.

III.1.3. - Departamento Autônomo de Carvão Mineral.

III.2. - Transportes e Comunicações

III.2.1. - Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes.

III.2.2. - Departamento Aeroviário do Estado.

III.2.3. - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

III.2.4. - Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.

III.2.5. - Telecomunicações

II.2.5.1. - Comissão Estadual de Comunicações.

II.2.5.2. - Companhia Riograndense de Telecomunicações.

III.3. - Indústria e Comércio

III.3.1. - Comissão Estadual de Silos e Armagens.

III.3.2. - Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul.

III.3.3. - Aços Finos Piratini.

III.4. - Habitação e Serviços Urbanos

III.4.1. - Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas.

III.1. - E N E R G I A

III. 1.1. SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE ENERGIA E COMUNICAÇÕES

Como visha ocorrendo anteriormente, também no ano de 1965, as atividades da Secretaria se exerceram quase totalmente no âmbito dos problemas de eletrificação do Estado.

A fim de dar cumprimento ao disposto no art. 86 da Lei nº 4.914, de 31 de dezembro de 1964, foi, pelo Decreto nº 17.572, de 9 de setembro de 1965, estabelecida a estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios de Energia e Comunicações e fixada a respectiva lotação de cargos.

Não se considera a estrutura fixada como definitiva. Esta deverá ser de maior amplitude, reclamando, pela eventual implicação nas áreas de outros serviços governamentais, estudos mais ponderados e, por isso mesmo, de duração mais prolongada, que se espera ultimar no exercício de 1966.

No campo da energia elétrica foram alcançados os objetivos visados para o exercício de 1965, efetivando-se a programação prevista, tanto no que se refere à Secretaria, como no que diz respeito à Companhia Estadual de Energia Elétrica.

Atendendo convocação da Egrégia Assembleia Legislativa do Estado, o titular desta Pasta compareceu perante aquela Casa em 21 de janeiro de 1965, e em ampla e personarizada-exposição, seguida de debates, fez uma análise da situação dos problemas energéticos.

Foram focalizadas as causas da situação existente, seus reflexos conjunturais, equacionando-se ao mesmo tempo os problemas, tanto os de natureza financeira, como os de ordem-estrutural e técnica, com a indicação das providências a serem tomadas, além das que se encontravam em curso.

Na mesma oportunidade, foi enunciada a política governamental no setor de energia em suas linhas capitais, política essa que vem norteando a ação dos órgãos correspondentes, condicionada sua execução apenas no tempo, em conformidade com a disponibilidade dos recursos financeiros necessários.

Foi possível ultimar com sucesso as negociações que se vinham processando para a formulação definitiva de um protocolo, a ser firmado sob a égide do Ministério das Minas e Energia e com a assistência do Governo do Estado, pela Companhia Estadual de Energia Elétrica, Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, Banco de Brasil S/A, Banco de Estado do Rio Grande do Sul S/A, e Termelétrica De Charqueadas S/A, visando à superação dos graves e presentes problemas econômico-financeiros da Companhia Estadual de Energia Elétrica e assegurar condições e meios suficientes para atender às necessidades de expansão da capacidade de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado.

O "Protocolo" foi assinado em 13 de abril de 1965, no Ministério das Minas e Energia.

No referido documento as partes signatárias se comprometeram a adotar medidas conducentes à recuperação financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica, nos limites das respectivas competências e sempre em estreita interdependência.

Os compromissos assumidos no "Protocolo" foram efetivados sucessivamente em contratos específicos entre a Companhia Estadual de Energia Elétrica e demais órgãos interessados, encontrando-se integralmente cumprido no fim do exercício de 1965.

Em 23 de abril, foi assinado contrato com o Banco de Brasil S/A e participação do Governo do Estado, Eletrobrás, e BNDE, consolidando e reescalonando os débitos da Companhia para com aquele estabelecimento de crédito. Para liquidação do débito, a Eletrobrás fez nova subscrição de capital na Companhia Estadual de Energia Elétrica, no montante de Cr\$6.500.000.000, seis bilhões e meio, a ser integralizada à medida e no valor das prestações previstas no esquema de amortização de contrato.

A 20 de outubro, também no espírito do "Protocolo", foi assinado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica, com o BNDE e com a intervenção do Estado do Rio Grande do Sul e do Banco de Estado o contrato de consolidação da dívida exis-

tente, de Cr\$ 4.388.987.163, fixando-se um esquema altamente favorável, com dois anos de carência, e um prazo de liquidação de doze anos.

Finalmente, como última etapa na efetivação do "Protocolo", foi constituída em 25 de novembro de 1965 a "Termoelétrica de Alegrete S/A", como empresa subsidiária da Termoelétrica de Charqueadas S/A, por sua vez subsidiária da Eletrobrás, com o objetivo de assumir os encargos de construção e operação da Central Termoelétrica Góvalde Aranha, em Alegrete, e respectivas linhas de transmissão e subestações transformadoras.

Na formação do capital inicial Cr\$2.000.000.000 a Companhia Estadual de Energia Elétrica subscorveu Cr\$ 1.500.000.000, a serem integralizados, desde logo, no montante de Cr\$ 700.000.000 mediante a incorporação de valores de parte das inversões feitas. A Eletrobrás prometeu subscorver mais Cr\$ 3.000.000.000 em aumento de capital a ser promovido em futuro próximo.

As obras de construção e montagem da Central de Alegrete não sofreram qualquer solução de continuidade e passaram a um ritmo acelerado graças à transferência dos encargos e aos novos recursos que a Eletrobrás se comprometeu a antecipar.

Para a formalização da transferência já foi designada Comissão de Peritos incumbida de levantamento contábil dos valores aplicados e tombamento físico dos bens existentes.

Nessas condições, está assegurada a plena realização da importante obra iniciada pelo Estado e, conseqüentemente, o atendimento, em futuro próximo, das justas necessidades com que se defronta a ampla e próspera região sudoeste, ao mesmo tempo que a situação econômico-financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica se beneficia com a transferência dos pesados encargos, e que lhe permite maior aplicação de recursos em obras de alta prioridade que vinham sendo proteladas.

Os entendimentos consubstanciados no "Protocolo" e fixados nos contratos subsequentes, juntamente com as medidas

tomadas no âmbito do Governo do Estado e da Companhia, entre as quais cumpre destacar a corajosa e inarredável implantação da realidade tarifária, traduziram-se concretamente na recuperação financeira da empresa e na retomada de importantes obras anteriormente adiadas, abrangendo as áreas de geração, transmissão e distribuição.

Igualmente significativos foram os resultados obtidos no que se refere à recuperação e manutenção de instalações e equipamentos e à melhoria dos serviços.

Ingressaram os serviços de energia elétrica do Estado numa fase tranquilizadora, com firme perspectiva de contínua ampliação e melhoria.

Além da ultimação da nova Usina de Porto Alegre, cuja construção foi retomada em ritmo acelerado e da construção de vitais linhas de transmissão e subestações transformadoras, deu-se andamento a providências conducentes à efetiva retomada do Plano de Eletrificação do Estado.

O projeto da Barragem e Usina do Passo Real, em estreita vinculação com a ampliação da Usina de Jacuí, está em termos finais, devendo ser apresentado nos primeiros meses do ano de 1966 ao BID e ao BNDE, com vistas a financiamentos.

Entretanto, já foram feitos contatos preliminares, cujos resultados autorizam plena expectativa de atendimento.

Igual receptividade e compreensão pela grande significação e seriedade do empreendimento, vêm sendo encontradas junto ao Ministério das Minas e Energia e Eletrobrás, o que se traduz em indispensável suporte para a concretização do vultoso esquema financeiro que está sendo visado.

Acredita-se que, no decorrer do ano de 1966, tão importante obra para a eletrificação do Estado, entrará em fase de efetiva realização.

Ainda em relação à retomada do Plano de Eletrificação do Estado, foi submetida à Comissão de Plano de Carvão Nacional um plano de estudos integrados, visando o abastecimento energético, em futuro próximo e, também, a longo prazo.

da Região Sul do Estado, mediante a utilização dos vastos depósitos carboníferos de Candiota e região adjacente.

O Plano encontrou franca aceitação daquele órgão, em cujas finalidades se insere, recebendo do mesmo o mais decidido apoio.

Assim, os estudos serão em seguida iniciados e, ainda, antes do encerramento do exercício de 1966 estarão provavelmente definidos os elementos necessários para o início de empreendimentos de exploração da capacidade geradora na Região.

Outra iniciativa relacionada com o Plano de Eletrificação, embora não seja encargo da Companhia Estadual de Energia Elétrica, também entrou em fase de concretização. Refere-se à exploração da Usina Termelétrica de Charqueadas, cuja 4ª unidade, de 15.000 kw, já foi objeto de concorrência, devendo ser montada no decorrer de 1966.

At mesmo tempo e embora esteja previsto para breve o início das atividades do "Comitê Sul" para o levantamento dos recursos energéticos dos Estados Sulinos do País, proseguiram os estudos e projetos relativos à vários e importantes aproveitamentos hidráulicos como o Taínhas, Camaquã e outros.

As obras da Barragem do Passo Fundo, a cargo do DNOS, estão sendo iniciadas com a implantação do canteiro de obras.

Na ordenação dos problemas relacionados com o custo da energia elétrica procurou-se também regularizar a situação do Governo do Estado quanto à sua participação acionária na Companhia Estadual de Energia Elétrica.

É que permanecem bens e valores aplicados, a incorporar como capital de Estado.

Fazendo uso da autorização contida na Lei nº 5180, de 23 de dezembro de 1965, em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de dezembro de 1965 subscreveu o Governo do Estado Cr\$. 100.000.000.000, em aumento de capital da empresa, autorizada pela mesma Assembleia.

Foram integralizados Cr\$ 27.238.146.139, produto da Taxa de Eletrificação correspondente aos exercícios de 1964 e 1965 e Cr\$. 2.938.293.796, produto da quota parte do Estado, do Imposto sobre a Energia Elétrica.

O restante será integralizado pela incorporação de bens não incorporados por ocasião da constituição da empresa, para cuja avaliação foi designada uma Comissão de Peritos.

Na forma de que dispõe a já citada Lei, também fará parte da integralização o produto da Taxa de Eletrificação do exercício de 1966, à medida que for aplicado.

Com o saneamento financeiro da empresa e, especialmente com a transferência dos encargos da Central de Alegrete, que vinham determinando a retenção do produto da Taxa de Eletrificação como garantia de avais para financiamentos externos, a Taxa de Eletrificação constituiu-se, novamente, em fonte primordial de recursos financeiros de investimentos, capazes de lastrear na sua maior parte os vultuosos financiamentos reclamados pelas obras em via de concretização.

Constitui, por isso, motivo especial de preocupação a busca de uma fórmula capaz de assegurar um aporte contínuo e equivalente de meios após a implantação da reforma tributária que extinguirá as Taxas específicas.

É providência capital para o setor da eletrificação do Estado, que se não poderá recuperar do atraso verificando na execução do Plano de Eletrificação e se desenvolver no ritmo reclamado pelo curso de desenvolvimento e progresso contínuo com as possibilidades e necessidades do Estado.

III. 1.2 COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Se, do ponto de vista político-administrativo, o exercício de 1964 foi de relevante importância para a Companhia Estadual de Energia Elétrica, em virtude de ter sido o primeiro ano em que a organização passou a funcionar sob regime de empresa de economia mista, não menos importante foi o de 1965, no qual a CEEE, graças às medidas saneadoras de ordem financeiras adotadas no período anterior e graças ao Protocolo firmado em 13 de abril de 1965, sob a égide do Ministério de Minas e Energia, com a assistência do Governo do Estado - do Rio Grande do Sul, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A., da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, do Banco do Brasil S/A e Termoeletrica de Charqueadas S/A - TERMOCHAR, conseguiu consolidar sua posição na área federal e estadual, abrindo o caminho para a retomada e continuação de seu programa de obras, que desde fins de 1962, se vinha ressentindo de continuidade, condenado à quase que completa estagnação, face à difícil situação existente.

A este respeito, cumpre salientar que em 1963, como medida de economia foram paralizadas as obras da "ova Usina -- Termelétrica de Porto Alegre e até iniciadas negociações para a sua venda. Foram, também, interrompidos os trabalhos de construção da Subestação de interligação de Vila Scharlau, das linhas de transmissão Vila Scharlau-Farroupilha- Caxias do Sul e das subestações correspondentes.

Não puderam ser contratadas as linhas de transmissão do Sistema Alegrete, para as quais havia sido aberta concorrência em 1962, bem como recebidas e julgadas as propostas.

Todas as compras, inclusive de transformadores, medidores, preservativos para o tratamento de postes, de peças sobressalentes vitais ao funcionamento das usinas termoeletri-

cas e diesel, foram reduzidas drasticamente ou suspensas, com grave prejuízo para a manutenção e segurança dos serviços de operação, medida que até hoje vem produzindo seus efeitos - prejudiciais nas usinas diesel e especialmente em Candiota, onde a falta de manutenção excedeu os limites toleráveis.

No entanto, o reflexo mais grave desta situação ainda está por se fazer sentir. É que a programação das novas usinas que deveriam entrar em funcionamento para satisfazer a crescente demanda, sofreu um atraso em sua execução, retardando o Plano de Eletrificação, como se pode verificar pelo exame do Gráfico Previsão e Programação - Demanda, Geração e Potência Instalada. Constatam-se, por exemplo, que as obras que estavam programadas para iniciarem sua operação em 1965 e em 1966 como Jacuí II etapa, Alegrete, 4ª unidade de Charqueadas, Hidroelétrica de Jaguarí, Nova Usina Termoeletrica de Porto Alegre, Ampliação da Usina Diesel de Caxias, tiveram sua execução retardada, ao passo que outras, como as Hidroelétricas de Passo Fundo e Passo Real, tiveram seu início protelado.

Em decorrência da melhoria da situação financeira no período de 1964 algumas obras importantes ao escoamento e distribuição de energia na zona mais industrializada, tais como a construção da Subestação de Charqueadas, a construção da linha de transmissão Cachoeirinha-Porto Alegre II - incluindo o trecho ao longo da Avenida Ipiranga e a subestação provisória nº 4 de Porto Alegre, puderam ser iniciadas naquele ano e concluídas a primeira ainda em 1964 e a outra em princípio de 1965, com o auxílio de um financiamento de Cr\$ 600.000.000, garantido pelo Termo de Acordo celebrado em fins de 1963 entre a Termoeletrica de Charqueadas S.A. e a CEEE, sob a fiscalização da Eletrobrás.

O marco decisivo, entretanto, no que se refere à reativação do plano de obras da CEEE, como já se disse, constitui-se o Protocolo firmado entre a CEEE, a Eletrobrás, e BNDE, o Banco do Brasil, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e a Termoeletrica de Charqueadas S.A.

Por este Protocolo, assinado em 13 de abril de 1965, fo

ram estabelecidas as condições para que a Eletrobrás, através de sua subsidiária Charqueadas S.A., assumisse a responsabilidade da construção e operação da usina de Alogrete e seu sistema de transmissão, aliviando a CESE de pesados encargos - contratuais e financeiros, e para consolidação das dívidas - da Companhia junto aos órgãos Federais, criando-se as indispensáveis condições para a requalificação de sua capacidade de investir com o necessário equilíbrio financeiro.

Como decorrência destas medidas e fazendo parte integrante do Protocolo, foi elaborado o "Programa de Obras Prioritárias" constante do seu Anexo 4, programa este que permitiu fixar um dispêndio mensal, em função das disponibilidades e estabelecer o cronograma de obras correspondentes, ensejando a retomada das obras mais importantes do Plano de Eletrificação de acordo com essa programação bem definida que está sendo seguida pelo setor competente da empresa.

III. 1.2.1 ASPECTOS TÉCNICOS

O Plano Prioritário prevê o elenco das seguintes obras de maior vulto, com os respectivos dispêndios para 1963: (em milhares de Cr\$)

1)	Subestação Vila Scharlau	Cr\$	347.550
2)	LT Scharlau - Farroupilha	Cr\$	166.300
3)	LT Farroupilha - Caxias do Sul	Cr\$	7.665
4)	LT Farroupilha - Bento Gonçalves	Cr\$	113.400
5)	SE Farroupilha	Cr\$	216.720
6)	SE Caxias do Sul	Cr\$	110.670
7)	SE Bento Gonçalves	Cr\$	75.075
8)	UTE Pôrto Alegre	Cr\$	1.596.000
9)	Pôsto Avenida Ipiranga	Cr\$	70.980
10)	SEPA 4 - Pôrto Alegre	Cr\$	159.075
11)	SEPA 5 - Pôrto Alegre	Cr\$	191.600
12)	SE Cachoeirinha	Cr\$	73.000
13)	LT Scharlau - Novo Hamburgo	Cr\$	76.650
14)	SE Novo Hamburgo	Cr\$	139.125
15)	SE Canoas	Cr\$	81.375

16)	UTE Candiota	Cr\$	393.750
17)	LT Gil - Scharlau II	Cr\$	325.710
18)	CHE Jacuí II	Cr\$	3.089.100
19)	LT Jacuí - Venâncio Aires II	Cr\$	147.000
20)	LT Charqueadas - Pelotas	Cr\$	20.160
21)	Redes de Distribuição e LT	Cr\$	2.500.000
22)	CHE Passo Real	Cr\$	370.000
			<hr/>
		Cr\$	10.270.905

Além disto foi previsto a despesa de Cr\$ 3.408.981.000 para obras de menor porte, compreendendo pequenas linhas de transmissão, reformas e ampliações de usinas, especialmente dieselétricas e outros serviços, necessários e há muito tempo programados mas para cuja realização não houve anteriormente recursos disponíveis.

No que se refere às obras do primeiro grupo deu-se especial ênfase aos seguintes itens do Programa:

- 1) Subestação de Vila Scharlau
- 2) Linha de Transmissão Scharlau - Farroupilha
- 3) Linha de Transmissão Farroupilha - Caxias do Sul
- 4) Subestação de Farroupilha
- 5) Subestação de Caxias do Sul.

A primeira, que consiste na ampliação da subestação existente, de 13.500 kVA, para 60.000 kVA representa importante ponto de abastecimento da região mais industrializada do Estado, através das linhas de 138 e 69 kV dos sistemas Jacuí - Charqueadas, Salto, São Jerônimo e terá uma saída de 138 kV em direção de Farroupilha.

A linha Scharlau - Farroupilha, de 138 kV, com 67 km de extensão, a linha Farroupilha - Caxias, de 69 kV com 14 km, a subestação de Farroupilha com transformadores de 30 e 6 MVA e saída, em 138 e 69 kV e a subestação de Caxias, com 15.000 kVA, na primeira etapa, são necessárias ao abastecimento desta região que há muito tempo reclama um reforço de suprimento a partir do sistema Jacuí - Charqueadas.

Este conjunto de obras deverá ficar concluído em abril de 1966, com exceção da linha Farroupilha - Caxias que já

está pronta e da subestação da Farroupilha, cuja conclusão - está prevista para mais tarde, sem prejuízo, entretanto, do suprimento de Caxias.

8) UTE DE PÔRTO ALEGRE.

Imprimiu-se também um ritmo acelerado às obras da Nova Usina Termoeletrica de Pôrto Alegre, de 24.000 kVA, destinada ao reforço energético da área da Capital e cuja parte - civil ficou concluída no fim do ano próximo passado quando iniciou-se a montagem.

17) LT GIL - SCHARLAU II

A partir de Gil, onde convergem as linhas de 138 kV - da Termoeletrica de Charqueadas e de Jacuí, está sendo construído o II circuito (46 km) do trecho Gil - Charqueadas, para reforço da linha existente, em decorrência da ampliação - da subestação de Vila Scharlau e do abastecimento de região de Caxias.

18) CHE JACUÍ II.

Este item compreende todas as obras relacionadas com o aumento da capacidade instalada da central de Jacuí para 144 MW, isto é, a instalação de mais 3 grupos de 35.000 HP cada um, na Central e ampliação das respectivas subestações. A medida que vêm chegando os equipamentos encomendados ao GIE na Itália e CoEMSA, em Canoas, vêm sendo os mesmos transportados para os locais de destino, onde deverá ter início a montagem no próximo ano.

9) POSTO AVENIDA IPIRANGA

10) SEPA 4 - PÔRTO ALEGRE

11) SEPA 5 - PÔRTO ALEGRE

Acham-se em processo de aquisição os materiais para as obras civis destas subestações que serão iniciadas dentro em breve e se destinam ao reforço do suprimento energético na área da Capital.

- 13) LT SCHARLAU - NOVO HAMBURGO
14) SUBESTAÇÃO DE NOVO HAMBURGO

Foram iniciadas as obras desta linha e subestação, importantes para reforço do suprimento desta região em média tensão.

- 4) LT FARROUPILHA - BENTO GONÇALVES
7) SE BENTO GONÇALVES
15) SE CANGAS
19) LT JACUÍ - VENÂNCIO AIRES - II CIRCULO
20) LT CHARQUEADAS - PELOTAS

Estas obras não puderam ser iniciadas no corrente ano, estando seu início programado em 1966.

21) REDES DE DISTRIBUIÇÃO E LINHAS DE TRANSMISSÃO

Este item compreendeu extenso programa de construção, reforma e ampliação de linhas de transmissão, rêsdes de distribuição, linhas rurais e instalação de transformadores, em todo o território do Estado, com um dispêndio efetivo próximo ao orçado de cerca de Cr\$ 70.000.000 por mês e com as seguintes quantidades aproximadas de serviços executados:

Linhas de transmissão em 13,2/22/44/66 kv	288 km
Rêsdes de distribuição	132 km
Reformas em Linhas e Rêsdes	<u>146 km</u>
Total	566 km
Transformadores instalados 47 unidades com	2.435 kVA

Entre os serviços executados e concluídos no ano em curso destacam-se os seguintes, por sua importância:

LINHAS DE TRANSMISSÃO

Cachoeirinha - P.Alegre. Trecho Av. Ipiranga	69 kv	7,8 km
Osório - Cidreira	22 kv	60 km
Ramal para Palmares	22 kv	17 km

Ramal para Pinhal	22	kV 10	km
Basílio - Herval do Sul	22	kV 43	km
Peletas - Sinetti	13,2	kV 17,7	km
Pôrto Lucena - Pôrto Xavier	22	kV 13,5	km
Pirapó - São Nicolau - V. Pirapó	22	kV 23,5	km
Três de Maio - Manchinha	22	kV 10	km
Englert - Tapejara	13,2	kV 26	km
Paim Filho - Carlos Gomes	22	kV 15	km
São João - Coreados - Votouro (S.Valentim).	13,2	kV 23	km
Gaurama - Balisa	13,2	kV 5	km
Lajeado - Cruzeiros do Sul	13,2	kV 5	km
Fitotécnica e Frigorífico S.Antônio (Bagé).	22	kV 5	km
Charqueadas - Areal (só fiscalização)	69	kV 29	km
Areal - Minas do Butiá (só fiscalização) ..	22	kV 16,7	km

Além de ramais menores, reformas etc.

RÊDES DE DISTRIBUIÇÃO

Foram executadas as rêsdes das seguintes localidades: - São Nicolau, Vila Pirapó, Esquina Kaiser, Três de Maio (Ampliação), Esquina Munsch, Esquina Sipp, Padre Gonzalez, Santo Antônio, Progresso, Alto União (Ampliação), Lajeado Bonito (Ampliação), Pôrto Xavier, Vila Salete, Carlos Gomes, Tapejara, Vila Palmares, Fainalzinho, Coreados, Votouro e Balisa, bem como reformas nas rêsdes de: Novo Hamburgo, Canela, Gramado.

INTERCONEXÕES

Cumpre assinalar a realização das seguintes interconexões de cidades brasileiras e Uruguaias em decorrência dos acordos do CIER (Comitê de Integração Elétrica Regional). UDE Santa Vitória - Chuí (Uruguai), Jaguarão - Rio Branco, Quaraí - Artigas e Livramento - Rivera.

TRABALHOS EM ANDAMENTOS

Ainda com relação a este ítem, encontram-se em andamen

to inúmeros serviços de construção de linhas, rêsdes, ampliações e reformas, destacando-se:

LT Lorro Alto - Terra de Areia.....	22	kV	30	km
LT Lajeado Tigre - S.Lúcia - Candelária.	22	kV	13	km
LT Paulo Bento-Jacutinga-Campinas Sul ..	13,2	kV	21	km

bem como reforma e ampliação das rêsdes de:

Jaguarão, São Gabriel, Santa Maria, Alegrete, Uruguaiana, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Passo Fundo e Caxias do Sul.

Entre as obras de menor porte, grupo B do programa Prioritário de Obras, cumpre referir às do setor Termoeletrico e Diesel, cujas mais importantes foram:

USINA TERMOELÉTRICA DE RIO GRANDE

Trata-se de reforma de velha usina termoeletrica da cidade de Rio Grande, onde foi recuperado um grupo turbo alternador Brown Boveri de 3.000 kV e as caldeiras n.ºs. 1, 2 e 5, possibilitando a entrada em funcionamento, ainda no corrente ano, para reforço e garantia do suprimento do setor de 60 ciclos. Encontra-se em fase recuperação também o turbo grupo - ASEA - Stal de 2.500 kV, para o qual está sendo importado novo rotor.

USINAS DIESEL

Foram concluídas neste ano as seguintes montagens, tendo entrado em serviços:

UDE de Santa Vitória ...	- 1 grupo	Bohn & Kühler .	340	kW
UDE de Itaquí	- 1 grupo	Sulzer	340	kW
UDE de Erechim	- 1 grupo	GM	1.000	kW
UDE de Jaguarí	- 1 grupo	Deutz - Strüver	96	kW
UDE de Caxias do Sul ...	- 3 grupos	GM (cada)	1.000	kW
UDE de São Lourenço	- 1 grupo	B & W	200	kW

Acham-se em fase adiantada de execução as seguintes ampliações de usinas dieselétricas:

UDE de Osório	- 2 grupos MAN	1.500 kW
UDE de Vacaria	- 1 grupo Sulzer	460 kW
UDE de Santiago	- 1 grupo MWM	500 kW
UDE de São Gabriel	- 1 grupo GM	500 kW

SUBESTAÇÕES:

Além da subestação SEPA 4, de 15 MVA - 69/13,8 kV, provisória, de Porto Alegre, já referida e que entrou em serviço em princípio do ano, foi montado o segundo banco transformador da subestação de Charqueadas, de 45 kVA, bem como a subestação do Frigorífico Santo Antônio, em Bagé, de 3,75 MVA - 69/13,8 kV.

CENTRAL OSVALDO ARANHA (Alegrete)

Enguante não foram ultimadas as negociações referidas no Protocolo, a respeito da passagem desta usina para o âmbito da Eletrobrás, a CESE continuou os serviços a seu cargo, bem como acompanhou o andamento e fiscalizou as obras de construção civil a cargo do grupo GIE-CoEUSA, convindo assinalar o grande impulso que tiveram no corrente ano, tanto as obras civis e montagem da central, como das subestações.

De um modo geral a execução das obras e serviços exigiu considerável soma de trabalho preliminar de planejamento, levantamento e projeto por parte do Departamento de Estudos e Projetos, da Diretoria Técnica da empresa, através de seus diversos setores especializados.

Entre os trabalhos que estiveram afetos a este setor merecem ser referidos:

- Estudo de Exequibilidade de aproveitamento do Passo Real:

Este estudo tornou-se necessário para demonstrar a sanidade técnica-econômica do projeto da Central Hidroelétrica do Passo Real, já elaborado, a fim de facilitar a obtenção de empréstimos junto às entidades financeiras nacionais e estrangeiras tais como BNDE, AID, BID, etc.

O estudo foi contratado com o consórcio Electroconsult-Gibs & Hill, tendo o setor de Planejamento colaborado intensivamente na execução do estudo, coetando, selecionando, e

fornecendo os dados técnicos, prestando informações, mantendo contatos, etc.

- Estudo para ampliação de Central Termoelétrica de Candiota:

Tendo em vista a situação energética da região sul, cujo crescente mercado reclama solução urgente, foram retomados os estudos para a ampliação da Central de Candiota, colocando-os em novas bases, face à situação atual e múltiplos problemas a serem equacionados. O estudo foi programado em detalhado relatório preliminar, devendo ser elaborado em caráter conclusivo por um grupo de trabalho já criado e que dimensionará o equipamento, especificará as suas características para a concorrência de compra e demonstrará a sanidade técnico-econômica do projeto através de um estudo de exequibilidade.

- Organização do Comitê Sul

Vários entendimentos, viagens e contratos relacionados com a criação deste Comitê, foram realizados, ao qual incumbirá estudar e equacionar os problemas energéticos da região sul do país, compreendendo parte do Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como extensão dos trabalhos realizados pelo Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul.

- Comissão de Integração Elétrica Regional (CIER)

Foram realizados estudos, mantidos entendimentos e contatos, tendo em vista aprofundar e ampliar as atividades da Comissão. Como resultado concreto puderam ser efetivadas as interligações fronteiriças, referidas anteriormente. Como representantes da CEEE vários engenheiros do setor participaram dos congressos da CIER realizados em Vinã del Mar, no Chile, e no Rio de Janeiro.

- No Setor de Hidroeletricidade, foram executados os projetos de: Passo Real, Passo Fundo, Tainhas, Antas, Laranjeira, Jaguari e Itu.

- Passo Real: Além da coleta e preparo dos elementos para o estudo da exequibilidade, continuam os laboriosos trabalhos de levantamento e demarcações na área da bacia de acumulação para os processos de desapropriação.

- Passo Fundo: Tendo sido contratada pelo DNOS a execução das obras hidráulicas desta Central, começaram a

- ser fornecidas ao mesmo em primeiros jogos de desenhos para a locação de canteiro, estradas, aeroporto, etc.
- Taichas: Feras executadas e estão em vias de realização, extensos trabalhos topográficos e geológicos em várias áreas do projeto para estudo de variantes o melhor definição de detalhes do projeto definitivo que se acha em fase adiantada de elaboração pela firma Electroconsult.
 - Anápolis: Continuaram os serviços de levantamentos topográficos e coleta de dados na área desta central, cujos estudos visam soluções para definição de projeto.
 - Laranjeiras: Trata-se da última etapa do projeto de salto, constituída pelas usinas Seguros, Cabreiro e Laranjeira, com barragem já construída, projeto de canal adutor concluído este ano e projeto de conduta forçada e usina em fase de elaboração.
 - Jaguari: Acha-se em fase adiantada de construção as obras hidráulicas da Usina de Furnas de Segrão, em Jaguari, a cargo de ENOS, estando prontas as especificações para os equipamentos eletromecânicos cuja aquisição seria eventualmente feita com o auxílio financeiro da Eletrubrás.
 - Itai: Foi elaborado e concluído o projeto desta usina a pedido do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Feram também procedidos estudos relacionados com selig rias, reformas e ampliações nas usinas termoeletricas de Curitiba, Cascabelo (Fôrto Alegre), Uruguaiana e Rio Grande, des tacando-se a orientação e fiscalização da recuperação desta e últimas.

Além disto foram elaborados projetos e prestada assistência técnica às obras das centrais Nova Usina Termoeletrica de Fôrto Alegre (Vobeco) e Termoeletrica Cavaldo Aranha, em Alagôto

Feram elaborados os projetos construtivos para se

pliações e reformas executadas e em andamento nas várias usinas diesel, a saber: UDE de Santa Vitória, UDE de Itaqui, UDE de Erechim, UDE de Jaguari, UDE de Caxias, UDE de São Lourenço, UDE de Osório, UDE de Vacaria, UDE de Santiago e UDE de São Gabriel.

Além disso foram executados vários projetos de melhoria e adaptação em usinas diesel; realizadas inspeções e recebimentos de serviços (Usina de Emergência da CTE Osvaldo Aranha) especificadas e julgadas diversas concorrências, entre as quais a referente à aquisição de 24 novos motores para substituir os inservíveis de marca Modag de 200 e 240 HP.

Os serviços no campo da Hidrologia constaram em 29 medições de descargas, 133 inspeções e manutenções de postos, 7 renovações de régua limimétricas e 6 levantamentos de quedas.

No mesmo período foram executados importantes serviços de escritório, consistindo na atualização dos estudos fluvio-pluviométricos de vários cursos d'água; cálculo e revisão de medições de descargas; recebidas, criticadas, calculadas cerca de 1.500 e copiadas cerca de 2.000 fichas com dados fluvio-pluviométricos; calculadas tabelas de ocorrências de precipitações e de duração; calculadas tabelas de precipitações de inúmeros postos para estudos das precipitações máximas etc.

No aspecto topográfico foram realizados extensos trabalhos de campo e de escritório relacionados com os projetos já referidos destacando-se:

Levantamento topográfico:

- na área da bacia de acumulação do Passo Real
- na área da bacia do II represamento de Candiota
- na área da bacia do Jaguari
- na área da bacia do Rio Seturno
- na área da bacia do Rio Tainhas (Perico)
- na área do conduto forçado de Tainhas
- na área do projeto Antas
- na área da Usina Tcheca
- na área da Usina Candiota.

Das linhas de transmissões:

Charqueadas - Pelotas
Scharlau - Farroupilha (locação de terras)
Scharlau - Canudos
Bil - Scharlau
Taquara - Osório
Esteio - Petrópolis

Foram ainda executados cálculos, rascunhos e desenhos-
para os seguintes levantamentos:

LT Morro Alto - Terra de Areia
LT São Pedro - Três Cachoeiras
LT São João - Piratuba
LT Ibirubá - Santa Barbara
LT Esteio - São Leopoldo (2ª variante)
LT Jacuí - Fasso Real
LT Caxias - São Marcos
LT Pôrto Alegre - Charqueadas
LT Crissiumal - Candelária
LT Crissiumal - Linha Brasil
CHE Tainhas - área de canal condutor
CHE Tainhas - área de conduto forçado
CHE Tainhas - área da usina

bem como outros de menor vulto.

Foram realizados também, estudos, explorações, loca-
ções, especificações de materiais, projetos, julgamentos de
concorrências relacionados com inúmeros projetos de linhas de
transmissão dos quais se destacam os seguintes:

de 138 kV

Scharlau - Farroupilha
Jacuí - Venâncio Aires (II circulo)
Gil - Scharlau (II circulo)
Charqueadas - Pôrto Alegre
Charqueadas - Pelotas
Passo Fundo - Erechim
Passo Fundo - Capigui - Parobé

de 69 kV:

SE Esteio - SE Scharlan
SE Esteio - Refinaria Alberto Pasqualini
Cruz Alta - Panambi
Santa Maria - São Soperé
Santo Ângelo - Cruzeiro
Charqueadas - Areal
Cachoeirinha - Gravataí
Esteio - Canoas
Farroupilha - Caxias do Sul

de 44 kV:

Palador - Carázinho
Passo Fundo - Central Passo Fundo
Erechim - Central Passo Fundo

de 22 kV:

Areal - Butiá
Morro Alto - Terra de Areia
Terra de Areia - São Pedro - 3 Cachoeiras
São João - Piratuba
Cachoeirinha - Gravataí
Butiá - Leão
Pinheiro Machado - Piratini
Santo Ângelo - Guarani das Missões
Rio Fardo - Pantano Grande

de 13,2 kV:

SE Pelotas - Senotti

Linhas para as interligações fronteiriças já mencionadas.

Foram também realizados diversos estudos especializados de estruturas; preparados orçamentos para planos de aplicação, visando a obtenção de verbas federais; houve participações de engenheiros do setor em reuniões da Comissão Nacional de Estudos sobre Transmissão de Energia Elétrica e na 3ª Reunião da ABNT com apresentação de trabalhos especializados para as reuniões da Comissão Permanente de Transmissão de Ener-

gia Elétrica; estudos e pareceres sobre normas etc.

- Reforma e ampliação de rêsdes:

Rio Grande, Uruguaiana, Guaporé, Cacequi, São Sepé, Garibaldi, Carlo Barbosa, Charqueadas, Arroio dos Ratos, Sobradinho, Barros Cassal, General Vargas, Formigueiro, Itatiba, Tapir, Arvorezinha, Boa Vista do Buricá, Frederico Westphalen, Constantina, Rodeio Bonito, Barracão.

- Linhas de média tensão, eletrificações:

Morre Alto - Terra de Areia
Gravataí - Passe da Taquara
Ibirubá - Santa Clara - Sen. Pinheiro - São José -
Boa Vista
Santa Maria - São Martinho
Constantina - Liberato Salzano
Nôve Hamburgo - Lomba Grande
Cotegipe - Tapir
Tôres - Pôrto da Colônia - Costa da Lagôa - Três Ca
choeiras - Rio Verde - Areia Grande - Glorinha - Pirã
tuba
Santo Cristo - várias localidades
Santo Ângelo - várias localidades
Ivaí - Castelinho
Espumoso - Alto Alegre - Campos Borges
Pelotas - Capão do Leão
Três Passos - Padre Gonzaga
Soledade - Ibirapuitã
Santo Ângelo - Buriti
São Luiz Gonzaga - 16 de Maio - Laranjal
Feliz - Escadinha
Santo Cristo - Dona Belinha - Sírrio
Aratiba - Barra Rio Azul - Rio Azul
Guaíba - Sertão Santana
Triunfo - General Neto
Herval Sêco - várias localidades

São Martinho - várias localidades
Mão Me Toque - várias localidades
Tenente Portela - várias localidades
Santo Antônio - várias localidades

além de inúmeros trabalhos de menor vulto.

- Ampliação das subestações do sistema Jacuí IIª etapa, com
preendendo:

SE elevadora da Central Jacuí, SE de Santa Maria, Cruz Alta, Venêncio Aires, Ijuí, Santo Ângelo, Lajeado, Santa Cruz, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Gil, Vila Boharian, Nôvo Hamburgo, Encantado, Canoas, Cruzeiro, Av. Ipiranga (Interligação), Pôrto Alegre 4, Pôrto Alegre 5.

- Subestações da região colonial italiana, compreendendo:

Farroupilha, Coxias do Sul e Bento Gonçalves

- Subestações do sistema de transmissão da Central Osvaldo - Aranha, em Alegrete, compreendendo:

Uruguiana, Livramento, Quaraí, Itaqui, São Borja, São Francisco de Assis, Jaguarí, Santiago General Vargas, Cacequi, Rosário do Sul, São Gabriel, São Pedro do Sul e Harmonia.

- Subestações e estudos vários como:

SE Esteio - ampliação para alimentação das instalações da refinaria Alberto Pasqualini

SE Areal - (do sistema Charqueadas - Areal - Butiá)

SE elevadora de Nova Usina de Pôrto Alegre (Tcheca)

SEPA II - ampliação para recebimento de energia da - Usina Tcheca

SE Usina de Osório - ampliação em decorrência da instalação de 2 grupos Diesel de 1.500 kW

SE elevadora da Usina Diesel de Lavras do Sul
 SE elevadora da Usina Diesel de Vacaria
 SE elevadora da Usina Diesel de Santa Vitória
 Estudo para ligação de um Forno Elétrico na Indústria-
 Piangg em Nôve Hamburgo etc.

No que tange à telecomunicações foram realizados estudos, orçamentos, especificações, pareceres e projetos relacionados com assuntos de sua especialização, destacando-se:

Sistema de Telefonia de Alta Freqüência do Jacuí
 Sistema de Telefonia de Alta Freqüência de Candiota
 Elo de VHF Pôrto Alegre - Pelotas
 Extensão dos sistemas de TAF Jacuí - Candiota
 Redução e substituição do sistema de rádio-comunicação de ondas curtas por um sistema misto TAF - VHF
 Elaboração de um nôve Plano de Telecomunicações para aprovação pela COMTEL
 Organização de um curso de eletricidade básica e radiotécnica para formação de turmas de manutenção.
 Instalação de centros telefônicos em próprios da Companhia.
 Plano de Reorganização dos serviços de comunicação da Companhia e outros trabalhos de menor importância

III. 1.2.2 ASPECTOS FINANCEIROS

A - RETROSPECTO FINANCEIRO

A.1. ANÁLISE SUMÁRIA DO PROTOCOLO

O protocolo que foi firmado, sob a égide do Ministério de Minas e Energia, e com assistência do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pela C.E.B.E., Elétrobras, D.N.D.E., Banco do Brasil S/A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A. e Termoeletrica de Charqueadas S/A., teve como principal objetivo a solução do problema de abastecimento de Energia Elétrica.

Para uma melhor análise, deve-se reportar ao ano de

1957, data em que foram assinados contratos com o exterior - que montavam aproximadamente em US\$ 42,0 milhões. Os referidos contratos foram assinados com a finalidade de dar início às chamadas obras da C.E.E.E.

Na mesma época a US\$ custava no mercado cambial Cr\$... 51,32 e em fins de 1964 seu preço já era de Cr\$ 1.700, o que representa uma alta da ordem de 3,212 %.

A Taxa de Eletrificação, recurso com que conta a Companhia para atender suas necessidades de investimento, cresceu de 1957 para 1964 de 2.880% ou seja de Cr\$ 360 milhões em 1957 para Cr\$ 10.730 milhões em 1964 o que demonstra a insuficiência de recurso comparado com o aumento verificado pela alçada do dólar.

O que foi dito acima, acrescido do fator negativo das tarifas irrealis, até há pouco existentes, foi agravando a situação financeira da Companhia contribuindo para que na data da assinatura do Protocolo, o montante de seus débitos em atraso atingissem a alta cifra de Cr\$ 26,1 bilhões.

Com a assinatura do Protocolo, dos débitos em atraso, já citados, parte foi reescalonado e parte saiu do passivo da Companhia.

Resumindo, em 6/7/1965, constatamos que dos Cr\$ 26,1 bilhões em atraso, apenas Cr\$ 5,4 bilhões continuavam na data da assinatura do protocolo (13-4-1965), a ser compromissos vencidos; 10,1 bilhões da U.T.E. de Alegrete saíram do passivo da C.E.E.E., e Cr\$ 10.6 bilhões foram reescalonados.

A assinatura do protocolo não só permitiu uma reformulação no programa de novas obras, fato que era praticamente impossível sem o saneamento financeiro da Companhia, mas, também, uma recuperação do crédito indispensável à mesma, tendo em vista sua área de atuação.

É de se ressaltar que com esta medida, foram evitadas sérias restrições econômicas-sociais que sem dúvida nenhuma recairiam sobre o Estado do Rio Grande do Sul.

A. 2. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Examinando-se o quadro anexo 1, constata-se que sem a assinatura do Protocolo, as previsões de recursos anuais eram insuficientes para cobrir o total das despesas do exercício. Esta insuficiência acarretaria um aumento do déficit estrutural da Companhia, que em 1964 já era de ordem de Cr\$ 21,9 bilhões e passaria no fim deste exercício para Cr\$ 27,3 bilhões, somados ainda a todos os inconvenientes decorrentes do mesmo.

Dadas as circunstâncias, chegar-se-ia em 31-12-65 com um déficit estrutural de Cr\$ 27,3 bilhões. Subentende-se, déficit estrutural teórico, pois, os fornecedores e financiadores evidentemente não teriam capacidade de suportar tal encargo, principalmente devido à política de retração de crédito - presentemente adotada no País, assim como também, suspenderiam qualquer novo financiamento, em se tratando de órgãos financeiros. Conseqüentemente a CEEE teria que muito antes de atingir o fim do ano, paralisar as obras já iniciadas.

Neste mesmo anexo, não foram levados em consideração as disponibilidades da Companhia, existentes na época, pois, as mesmas cobriam apenas as necessidades com despesas correntes-parciais e manutenção dos serviços. É o chamado capital de giro necessário a todas as grandes empresas.

Entretanto, com a efetivação da assinatura do Protocolo a situação da Companhia sofreu radical transformação.

Pode-se verificar que a parte relativa ao item RECURSOS, sofreu alterações, pois se antes da assinatura do Protocolo somavam Cr\$ 89,7 bilhões, passaram agora para Cr\$ 92,5 bilhões. O aumento dos recursos será consequência da integralização da parte do capital subscrito pela Eletrobrás e, da efetivação de um empréstimo de Cr\$ 2,0 bilhões pelo Banco do Brasil.

O item relativo as DESPESAS, foi objeto de maiores alterações, pois aquelas que somariam anteriormente Cr\$ 117,0 bilhões, passarão a somar futuramente Cr\$ 92,5 bilhões. As rubricas deste item que sofreram maiores transformações foram as seguintes:

- 4 - Compromisso de Alegrete, que montava em Cr\$ 4,6 bilhões foi eliminado.
- 9 - Compromisso em atraso, que somavam Cr\$ 26,1 bilhões passaram para Cr\$ 5,4 bilhões.

Conclui-se que de um déficit estrutural cumulativo de Cr\$ 27,3 bilhões em 31-12-65, a Companhia passará, num futuro bem próximo, a uma situação de equilíbrio.

A. 3. SITUAÇÃO DOS DÉBITOS EM ATRASO - EM 6/7/1965

Analisando os itens constantes do anexo 2, verifica-se que a situação financeira da Companhia em 12-4-1965, era bastante difícil, tendo em vista principalmente o acúmulo de compromissos vencidos e existentes naquela data. Os referidos - compromissos atingiam a expressiva cifra de Cr\$ 26,1 bilhões - que podem ser subdivididos nos seguintes grupos:

A - Compromissos com Órgãos Federais	Cr\$ 12.580,0 milhões
B - Compromissos no Estado	Cr\$ 1.620,0 milhões
C - Compromissos com o Exterior	Cr\$ 11.900,0 milhões
	<hr/>
A+B+C - Total	Cr\$ 26.100,0 milhões

Examinando os grupos de compromissos acima citados, pela sua natureza, tem-se:

1 - Débitos com entidades públicas .	Cr\$ 1.980,0 milhões
2 - Débitos c/entidades financeiras.	Cr\$ 11.412,0 milhões
3 - Débitos com fornecedores	Cr\$ 12.708,0 milhões
	<hr/>
1+2+3 - TOTAL	Cr\$ 26.100,0 milhões

Feita esta análise preliminar, examine-se a mesma situação, levando em consideração, no entanto, a assinatura do Protocolo efetuado em 13-4-1965.

Com a assinatura do Protocolo, os compromissos vencidos, reescalonados e eliminados, ficaram assim distribuídos:

D - Compromissos inalterados (vencidos)	Cr\$ 5.400,0 milhões
E - Comprom. reescalonados (a vencer).	Cr\$ 10.600,0 milhões
F - Comprom. eliminados (UTE Alegrete)	Cr\$ 10.100,0 milhões

Face o exposto, verifica-se que os compromissos iniciais

ais de Cr\$ 26,1 bilhões foram reduzidos para Cr\$ 16,0 bilhões assim representados:

- a) Cr\$ 5,4 bilhões que já estão, nesta data, parcialmente liquidados;
- b) Cr\$ 10,5 bilhões que foram reescalonados.

Para um melhor esclarecimento do ítem b), é necessário salientar que os compromissos reescalonados têm dois anos de carência. O principal objetivo desta medida, foi reforçar a possibilidade de recuperação financeira da Companhia.

Outrossim, deve-se salientar também, que neste mesmo período, foram eliminados Cr\$ 19,6 bilhões, pois, aos Cr\$... 10,1 bilhões referentes à U.T.E. de Alegrete já mencionados, deve-se acrescer os compromissos vincendos nos próximos dois anos, da mesma obra, que somam Cr\$ 9,5 bilhões.

A. 4. DEMONSTRATIVO DA RETENÇÃO DA TAXA DE ELETRIFICAÇÃO

Analisando o anexo 3, verifica-se que o produto da Taxa de Eletrificação no ano de 1964, foi insuficiente para atender as despesas de investimentos da Companhia, pois a situação em 31-12-64 era deficitária.

Esse déficit, da ordem de Cr\$ 6,734 bilhões, era devido à obra de ALEGRETE, que contribuía com Cr\$ 8,320 bilhões, no quadro geral das retenções.

A situação geral da Companhia em 1965, agravar-se-ia, não só devido a novos compromissos, referentes à mesma obra, mas, também, devido ao déficit verificado que seria natural - mente transferido de 1964 para 1965.

Entretanto, face a assinatura do PROTOCOLO, foi possível liberar parcela da Taxa, referente a Alegrete, modificando-se então a situação de deficitária para superavitária.

Assim sendo, excluído Alegrete, já a partir de 1964, teremos um resultado positivo de Cr\$ 2.086 bilhões, decorrentes da não retenção para Alegrete, o qual somado ao SALDO das reteções referentes ao exercício de 1965, nos darão Cr\$ 18,568 bilhões. Essa importância será destinada ao atendimento das demais despesas de investimento das mesmas obras, e de

outras constantes no PROTOCOLO e integrantes do Plano de Eletrificação do Estado.

A. 5. RECURSOS PARA INVESTIMENTOS

Além dos recursos oriundos da Taxa de Eletrificação, principal parcela com que conta a Companhia para seus investimentos, tem esta recebido dos órgãos Federais outros recursos especificados, assim discriminados:

Em 1964

Ministério de Minas e Energia... Cr\$ 2.930,0 milhões

Aplicações:

L. T. Pelotas - L. T. Passo Fundo
- S. E. Caxias do Sul - S. E. Farroupilha
e Usina Termoeletrica de Alegrete.

C. P. C. A. N. Cr\$ 500,0 milhões

Aplicações:

Linhas de escoamento de energia da Termoeletrica de Charqueadas S/A.

Em 1965

Ministério de Minas e Energia... Cr\$ 3.720,0 milhões

Estão em fase final de elaboração os planos de aplicação referentes a esta verba.

Imposto Único Cr\$ 1.800,0 milhões

Aplicação:

Esta verba será aplicada em várias obras do Plano de Eletrificação do Estado.

É necessário que se diga, que das verbas de 1964 acima citadas, parte ainda não foi recebida, mas que o serão num futuro próximo. As verbas referentes ao exercício de 1965 serão recebidas tão logo o Ministério de Minas e Energia aprove os respectivos planos de aplicação.

B - SITUAÇÃO ATUAL (DADOS ATÉ 31-12-1965)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Depois de examinado o Retrospecto Financeiro da CEEE., título usado nas páginas anteriores, focou constatado pelo anexo 2, o seguinte:

- 1º - Que os Compromissos Vencidos na época atingiam a alta cifra de Cr\$ 5,4 bilhões
- 2º - Que nossos Compromissos Reescaloados (a vencer) atingiam o montante de Cr\$ 10,6 bilhões.
- 3º - Que os Compromissos Eliminados graças a assinatura do Protocolo, o que se referem a U.F.E. de Algrete, montavam em Cr\$ 10,1 bilhões.

Presentemente, os compromissos estão expressos nos seguintes itens e respectivos valores:

1º - Compromissos Contratuais Vencidos: Cr\$ 1,016 bilhões

Contrato nº 57/16	US\$ 35.254,05	-	Cr\$ 117.800.000
Contrato nº 60/9	US\$ 12.792,00	-	Cr\$ 42.150,000
Contrato nº 62/12	US\$ 35.000,00	-	Cr\$ 115.250.000
Contrato nº 62/12	US\$ 35.000,00	-	Cr\$ 115.250.000
Contrato nº 62/12	US\$ 35.000,00	-	Cr\$ 115.250.000
Contrato nº 62/12	US\$ 35.000,00	-	Cr\$ 115.250,000
Contrato nº 62/12	US\$ 35.000,00	-	Cr\$ 115.250.000
Contrato nº 62/12	US\$ 30.000,00	-	Cr\$ 98.800.000
Contrato nº 62/12	US\$ 81.270,70	-	Cr\$ 181.100.000
SOMA	US\$ 334.316,75		Cr\$ 1.016.000.000

(1 US\$ - Cr\$ 2.220)

É oportuno ressaltar que os compromissos Contratuais - discriminados acima, sofreram nos últimos meses uma majoração de Cr\$ 0,316 bilhões, devido ao aumento cambial.

2º - A presente situação dos compromissos reescalados é a seguinte:

a) - Compromissos com o Banco do Brasil

Total dos Compromissos	- Cr\$	8,410 bilhões
A vencer em 1966	Cr\$	1,392 bilhões
Após 1966	Cr\$	7,018 bilhões

O valor do Contrato com o Banco do Brasil S/A. conforme consta no anexo 2 era de Cr\$ 4,7 bilhões.

Na mesma época quando do encontro de contas com o referido estabelecimento de crédito, nesses compromissos com o mesmo foram aumentados de nove financiamento de Cr\$ 2,0 bilhões. Este novo Contrato no montante de Cr\$ 6,7 bilhões foi reescalado atingindo assim a cifra de Cr\$ 9,322 bilhões, dos quais Cr\$ 0,910 foram pagos em 1965.

b) - Compromissos com o B.N.D.E.

Total dos Compromissos	- Cr\$	7,564 bilhões
A vencer em 1966	Cr\$	0,417 bilhões
Após 1966	Cr\$	7,147 bilhões

No anexo 2 consta como compromissos vencidos com o B.N.D.E. a importância de Cr\$ 3,9 bilhões, os quais foram alterados para Cr\$ 7,451 bilhões devido ao reescalamento do crédito no Protocolo.

Em 1965 o valor de Cr\$ 7,451 bilhões sofreu uma correção monetária que aumentou seu valor no "principal" da cifra de Cr\$ 0,560 bilhões.

Também em 1965 o valor de Cr\$ 7,451 bilhões acima referidos, foi alterado para Cr\$ 7,911 bilhões devido a correção monetária que o mesmo sofreu.

No mesmo período a Companhia efetuou dois pagamentos - no montante de Cr\$ 0,347 bilhões, parcelas de juros, integrantes do total de nesses compromissos com o B.N.D.E.

O valor de Cr\$ 7,564 bilhões total dos compromissos com o B.N.D.E. deverá sofrer correção monetária semestralmente.

A seguir apresenta-se quadros que demonstram o impresso dos principais recursos que contem a Companhia, nos anos de 1964 e 1965.

Nos últimos quadros encontra-se os valores referentes a recursos Federais recebidos em 1965 e a receber em 1966.

III. 1.2.3 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Ao transcurso do exercício de 1965, foram tomadas várias providências administrativas, de ordem interna da Companhia, visando simplificar e racionalizar os procedimentos - complexos e, ao mesmo tempo, favorecer a adoção paulatina - dos critérios de administração de empresa privada, face a nova estrutura.

A preocupação principal foi a de obter a celeridade dos processos e a fiscalização direta sobre a atuação dos órgãos subordinados.

No que tange à organização, considerada em toda a sua amplitude, procurou-se fornecer elementos materiais, em toda a área do Estado, visando atingir os objetivos colimados.

Assim, foram incrementados os contatos com as Gerências Regionais e escritórios de sedes municipais e mesmo distritais, de modo a propiciar uma melhor sondagem das necessidades múltiplas daqueles setores, no que diz respeito ao funcionamento administrativo dos mesmos.

Merecem especial alusão os trabalhos de inspeção "in loco", levados a efeito pelo setor competente, inspeção essa que compreende todos os aspectos de funcionamento do setor em si, bem como as relações deste para com o público em geral.

Os levantamentos procedidos ao correr do exercício - em pauta permitiram que a direção da empresa tomasse contato com o real estado da frota de veículos em todo o Estado e, ao mesmo tempo favoreceu a adoção de plano centralizado de aquisição de novos veículos, o qual vinculou-se estritamente às disponibilidades financeiras da Companhia.

Já no respeitante à conservação dos mesmos, foram adotadas várias providências, visando obviar as deficiências - dos setores de manutenção, através de um melhor e mais racional aproveitamento do pessoal empregado, bem como uma melhoria das instalações em questão.

Por outro lado, face à recomposição da situação financeira, conforme já foi referido em anterior oportunidade, ocorreu uma renovação e conseqüente elevação de conceito da empresa junto aos fornecedores, nacionais e estrangeiros, tendo por este motivo sido revitalizado o setor de compras, o qual se viu compelido a adaptar-se ao novo ritmo, mórmente - considerando a canalização oportuna dos recursos federais destinados a execução do Plano de Eletrificação do Estado.

III. 1.2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação da então autarquia em sociedade de economia mista, a fim de reajustá-la aos dispositivos e orientação da legislação federal mais recente, constitui um importante passo para enquadrar os serviços de energia elétrica do Estado, dentro de normas que possibilitaram a elaboração de um amplo plano de recomposição da situação financeira da CEEE.

Tal alteração de natureza jurídica, preconizada pelos altos órgãos da administração federal e autorizada por Lei Estadual, propiciou, paralelamente, o desenvolvimento das gestões mais importantes junto aos organismos que firmaram o Protocolo, o que permitiu a concretização da meta essencial de consolidação da posição da Companhia, para a requisição de sua capacidade de investir com equilíbrio financeiro.

O Plano de Eletrificação do Estado, mata vital socioeconômico, tem tido assim, através de gestões também já encetadas com órgãos financiadores aos quais nossos projetos foram apresentados, prosseguimento à altura das necessidades e aspirações do Rio Grande do Sul.

A colaboração do Governo Federal e seus órgãos específicos, durante o exercício de 1965, foi decisiva neste particular e, no concerto geral das providências, cabe à Companhia especialmente realçar tão significativa colaboração que recebeu.

III.1.3 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE CARVÃO MINERAL

O DACM visa, no momento, o abastecimento do combustível as duas importantes usinas termoeletricas, a de São Jerônimo e a de Candiota de acordo com as suas especificações técnicas e por preços mais reduzidos, através da mineração de duas minas, a do Leão e a de Candiota, respectivamente.

Cumprindo com suas finalidades, desenvolve o DACM, ainda, serviços geológicos e de pesquisas nos jazimentos carboníferos do Estado, com vistas, não só em ampliar ainda mais o conhecimento sobre as reservas de combustível sólido jazidas no solo riograndense, como também para orientar os órgãos competentes sobre a política energética, visto que, inegavelmente, o carvão desempenha importante papel nesse setor, tornando-se imprescindível a sua participação no equacionamento e solução de tão palpitante problema.

Desenvolve o DACM suas atividades em quatro setores distintos:

a) Em Porto Alegre, com as atividades de cunho administrativo.

b) Na Mina do Leão, com a mineração à profundidade, através de um poço de 130m, locado na Concessão G do jazimento Leão-Butiá.

c) Na Mina de Candiota, com os serviços de extração de carvão a céu aberto.

d) No jazimento do Iruí, pela pesquisa e sondagem.

III.1.3.1 - ATIVIDADES DO DACM

1 - Nas Minas do Leão

O progresso da mineração através do poço de profundidade, P-1, propiciou a colocação, naquela unidade de trabalho, dos mineiros que exerciam suas atividades em outros pequenos poços de extração localizados em outra Concessão, embora no mesmo jazimento.

Dessa forma intensificou-se a mineração naquela unidade, cuja produção era, em dezembro de 1964, de 1.600 toneladas passando, no mesmo mês de 1965 a 2.900 toneladas.

A abertura de galerias de avançamento que em dezembro de 1964 era de 2.744 m de extensão, passou a 5.500 m em dezembro de 1965.

Teve grande influência da produtividade, a mineração por câmaras, o que, embora programado para a referida unidade, foi possível sua intensificação face a metragem já traçada fora do raio de segurança do Poço.

A meta do DACM, naquela mina, é a concentração das atividades no Poço-1, unidade essa localizada no grande jazimento profundo cujo carvão, pesquisado e cubado é da ordem de 32.000.000 toneladas, sendo que a área de influência do P-1 é da ordem de 5.000.000 de toneladas.

Relativamente a este setor de trabalho, são dignas de destaque, as seguintes providências:

1.1 - Abertura de poço de ventilação

Iniciado e concluído em 1965, há muito vinha se tornando necessário, face o avançamento da "traçagem" da mina e as dificuldades de realizar-se ventilação perfeita nas frentes de ataque.

Também como poço auxiliar e saída de emergência fazia-se imprescindível. Complementando, foi adquirido o exaustor para ali ser instalado, o qual se encontra, no momento em serviço de montagem.

1.2 - Aquisição do Guincho definitivo do P-1

Peça de vital importância para um poço de extração em mina profunda é o guincho de elevação, pois através dele que funcionam os elevadores para a subida e descida dos mineiros, dos materiais necessários à mineração e, logicamente, do carvão extraído. O guincho existente fôra instalado para os ser-

viços de abertura do poço e não estava especificado para o ru de trabalho da extração e que trazia apreensões a administração quanto ao fator segurança como veículo de transporte dos mineiros.

Foi possível em 1965, ao DACM, encomendar a construção do guincho definitivo o qual se encontra em vias de conclusão.

1.3 - Produção da Mina

A produção de carvão da Mina do Leão, que se destina unicamente a Usina de São Jerônimo, sofre as consequências das oscilações do mercado consumidor.

No primeiro semestre a produção se manteve estável, com tendência a ascensão motivada pela mineração de câmaras no Poço-1. A partir do segundo semestre, face a fixação, pela Comissão do Plano do Carvão Nacional, de quotas de produção para as empresas mineradoras daquela região, teve, a Mina do Leão, sua quota fixada em 3.000 toneladas mensais, o que representava, 50% da média de suas produções mensais do primeiro semestre.

Este fato, tirou daquela mina, a possibilidade de ultrapassar a produção do ano anterior, o que certamente ocorreria, além de ocasionar transtornos a administração, face as consequências lógicas da baixa forçada da produtividade.

A produção total da Mina do Leão foi de 59.319,100 toneladas.

1.4 - Transporte de Carvão

É intuitivo que, o ciclo das atividades de uma empresa de mineração, cessam após o beneficiamento do produto, ocorrendo o transporte por conta de outra empresa especializada no ramo. Tal não acontece na Mina do Leão, onde o carvão extraído é transportado por ferrovia à Usina de São Jerônimo. Esse

ramal ferroviário, denominado Estrada de Ferro Jacuí, pertence a Rede Ferroviária Federal S.A., e por ter sido incluído no elenco dos ramais deficitários não mais interessou aquele organismo federal, passando a ser mantido e administrado pelas empresas mineradoras. Ao DACM coube onerosa parte na manutenção da Jacuí, participando com pessoal, material e combustível para o transporte da sua produção.

Durante o ano de 1965, foram transportadas, pelo DACM, naquele ramal, 2.884.150 toneladas-quilometre.

2. - Nas Minas de Candiota

Durante o ano de 1965, manteve-se a Mina de Candiota em situação estável, eis que, os fornecimentos feitos à Usina, estiveram de acordo com as necessidades da mesma e em torno da sua capacidade máxima de consumo, visto ter se mantido, aquela Usina, na maior parte do ano, em geração plena.

Tem a Mina, equipamento para mineração a céu aberto capaz de extrair o dobro da produção atual, pois fôra especificada para atender as necessidades da Usina em sua IIª. etapa, isto é, mais 20.000 KW. Face a essa capacidade, estuda-se o fornecimento de carvão à termo-elétrica de Alegrete, que, embora a distância, é possível, ao carvão de Candiota, competir vantajosamente, em preço, com o óleo combustível.

2.1 - Tratamento d'água

Foi providenciada, no ano findo, a melhoria no fornecimento de água potável que anteriormente era distribuída "in natura". A estação de tratamento conta já com o sistema de clarificação por floculação, tendo sido adquirido o aparelho para cloração.

2.2 - Produção

A produção da Mina de Candiota ficou condicionada -

as possibilidades de consumo da Usina, e foi da ordem de
 124.458.165 toneladas.

2.3 - Transporte

Embora não sendo propriamente atribuições do minerador, o DACM, através de uma frota de cinco veículos de caixa basculante, realiza o transporte do carvão extraído da zona de beneficiamento até o pátio da Usina.

No ano de 1965 foram transportadas 746.736 toneladas quilometro.

3. - Iruí

O Plano de Pesquisa da Jazida de Iruí, em Cachoeira do Sul, iniciado no ano anterior, em Convênio com a Comissão do Plano de Carvão Nacional, teve prosseguimento intensivo e tendo sido concluído no decorrer de 1965 todo o programa de sondagens.

Foram pesquisadas duas áreas nas quais realizou-se - um total de 91 furos de sonda.

As Reservas assim Medidas, nesse jazimento cuja reserva global estimada é de 330 milhões de toneladas, estão assim discriminadas:

Malha de Leste -	37.000.000	toneladas
Malha de Oeste -	<u>71.800.000</u>	toneladas
Total	108.800.000	toneladas

Não foram computadas áreas cuja espessura da camada fosse inferior a 0,80 m.

Esta realização é mais uma contribuição para o conhecimento das reservas energéticas do Estado do Rio Grande do Sul.

COMPARATIVO DA PREVISÃO DE RESERVADOS

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

DA CEEE, EM 31 - 12 - 1965

(Em milhões de Cr\$)

DISCRIMINAÇÃO		SEM ASSINATURA DO PROTOCOLO	COM ASSINATURA DO PROTOCOLO
RECEBUSSOS:			
1 - Taxa de Eletrificação	19.750,0	19.750,0	19.750,0
2 - Receita Industrial	62.797,0	62.797,0	62.797,0
3 - Receita extração e exploração	360,0	360,0	360,0
4 - Integralização de Capital	--	--	812,0
5 - Ministério de Minas e Energia	3.720,0	3.720,0	3.720,0
6 - Imposto Único	2.570,0	2.570,0	2.570,0
7 - C.E.P.C.A.N.	530,0	530,0	530,0
8 - Banco do Brasil	--	--	2.000,0
- SOMA DOS RECEBUSSOS	89.727,0	89.727,0	92.539,0
DESPESAS:			
1 - Despesas de Exploração	40.548,0	40.548,0	40.548,0
2 - Receita de Terceiros	15.413,0	15.413,0	15.413,0
3 - Despesas com obras e serviços	19.489,0	19.489,0	19.489,0
4 - Compromissos Alegrete	4.608,0	4.608,0	--
5 - Remuneração de Capital	3.574,0	3.574,0	3.574,0
6 - Depreciação	1.875,0	1.875,0	1.875,0
7 - Amortização	231,0	231,0	1.040,0
8 - Energia comprada	5.200,0	5.200,0	5.200,0
9 - Compromissos em atraso	26.100,0	26.100,0	5.400,0
- SOMA DAS DESPESAS	117.038,0	117.038,0	92.539,0
RESULTADO:			
SEM ASSINATURA DO PROTOCOLO - DÉFICIT	27.311,0	27.311,0	// ==
COM ASSINATURA DO PROTOCOLO - EQUILIBRIO			// ==

Estado do Rio Grande do Sul
GABINETE DO GOVERNADOR
CASA CIVIL
CÓPIA ATENTICA

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SITUAÇÃO DOS DEBITOS EM ATRAZO
(Em Milhões de Cr\$)

ANEXO 2

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

EM 12 - 4 - 1965

EM 14 - 4 - 1965

ANTERIOR ASSINATURA DO PROTOCOLO

-POSTERIOR ASSINATURA PROTOCOLO

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA

F A Í S
 FEDERAL ESTADUAL

INALTERADA REESCALONADA
 VENCIDA A VENCER

B I V I D A

ELIMINADA

TOTAL

EXTERIOR

- 1 - Banco do Brasil
- 2 - B. N. D. S.
- 3 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul
- 4 - Eletrobrás
- 5 - Imposto Único
- 6 - Quota de Previdência
- 7 - I.A.P.F.E.S.P.
- 8 - Fornecedores nacionais ..
- 9 - Fornecedores estrangeiros
 - U.P.S. Alegrete
- 10- Fornecedores estrangeiros
 - Outras obras

4.700,0	-.-	-.-	4.700,0
3.900,0	-.-	-.-	3.900,0
-.-	812,0	-.-	812,0
2.000,0	-.-	-.-	2.000,0
800,0	-.-	-.-	800,0
980,0	-.-	-.-	980,0
200,0	-.-	-.-	200,0
-.-	808,0	-.-	808,0
-.-	-.-	10.100,0	10.100,0
-.-	-.-	1.800,0	1.800,0

-.-	4.700,0	-.-	-.-
-.-	3.900,0	-.-	-.-
812,0	-.-	-.-	-.-
-.-	2.000,0	-.-	-.-
800,0	-.-	-.-	-.-
980,0	-.-	-.-	-.-
200,0	-.-	-.-	-.-
808,0	-.-	-.-	-.-
-.-	-.-	-.-	10.100,0
1.800,0	-.-	-.-	-.-

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DEMONSTRATIVO RETENÇÃO TAXA DE ELETRIFICAÇÃO
(Em milhões de Cr\$)

O B R S	1 9 6 4		1 9 6 5	
	(DEZ 31 - 12 - 64)		(Durante o Exercício)	
	COM ALGHESTE	SEM ALGHESTE	COM ALGHESTE	SEM ALGHESTE
1 - ALGHESTE	8.320,5		4.408,0	--
2 - GRUPO DIESEL CAXIAS	--		395,0	395,0
3 - USINA TCHECA	523,9		490,0	490,0
4 - JACUÍ I	289,9		309,0	309,0
5 - JACUÍ II	540,6		1.891,0	1.891,0
6 - CANDIOTA	124,4		183,0	183,0
7 - JACUÍ II (COEMSA)	43,6		--	--
8 - BANCO DG BRASIL	252,4		--	--
9 - DÉFICIT RETENÇÕES 1964	--		6.734,7	--
SOMA DAS RETENÇÕES	10.395,5		14.410,7	3.268,0
TAXA DE ELETRIFICAÇÃO				
SALDO	3.600,8		--	--
PREVISÃO	--		19.750,0	19.750,0
RESULTADO				
DÉFICIT	6.734,7		--	--
SUPERAVIT	--		5.339,3	16.482,0

M E S E S	TAXA DE ELETRIFICAÇÃO CR\$	
	1. 9 6 4	1. 9 6 5
JANEIRO	467.479.261	1.376.973.792
FEVEREIRO	649.852.532	1.199.089.945
MARÇO	794.264.206	1.314.577.391
ABRIL	696.278.149	1.427.368.380
MAIO	875.864.809	1.364.875.951
JUNHO	916.856.469	1.270.532.417
JULHO	1.332.880.078	1.789.428.270
AGOSTO	1.100.828.839	1.648.544.645
SETEMBRO	968.738.216	1.393.595.197
OUTUBRO	1.173.282.638	1.499.136.363
NOVEMBRO	1.317.505.154	1.723.115.157
DEZEMBRO	1.298.030.353	1.509.149.477
T O T A L :	11.591.860.704	17.516.386.985

VERBAS FEDERAIS DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - 1965

ITEM	POSTA À DISPO SIÇÃO DA CEEE	COMPROVADA	SALDO A COMPRO VAR EM 1.966
K-22.1	350.000.000	155.173.682	194.826.318
K-22.2	700.000.000	-	700.000.000
K-22.3	200.000.000	47.638.126	152.361.874
K-22.4	800.000.000	272.673.000	527.327.000
K-22.5	700.000.000	-	700.000.000
K-22.6	500.000.000	375.622.500	124.377.500
K-22.7	100.000.000	21.986.180	78.013.820
K-22.8	100.000.000	60.766.788	39.233.212
K-22.93	270.000.000	-	270.000.000
TOTAL	3.720.000.000	933.860.276	2.786.139.724

C. P. C. A. N.

RECEBIDA	PRESTADA CONTA	CONVÊNIOS EM VIGOR
450.000.000	270.000.000	1.050.000.000
SALDO A RECEBER DE CONVÊNIOS EM VIGOR	450.000.000

M E S E S	RECEITA DE EXPLORAÇÃO - BRUTA - CR\$	
	1. 9 6 4	1. 9 6 5
JANEIRO	774.265.622	4.026.233.667
FEVEREIRO	1.016.711.869	4.303.799.603
MARÇO	1.821.645.640	4.912.804.630
ABRIL	2.185.720.647	4.903.856.628
MAIO	1.857.052.484	5.029.456.111
JUNHO	2.254.762.101	4.250.783.364
JULHO	1.975.747.061	4.868.989.523
AGOSTO	2.068.877.984	5.045.623.455
SETEMBRO	2.412.513.512	4.403.084.744
OUTUBRO	2.776.751.462	5.142.613.008
NOVEMBRO	2.799.636.196	5.341.063.073
DEZEMBRO	2.795.825.849	5.603.507.978
T O T A L :	24.739.510.427	57.831.824.784

III - 2. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

III - 2.1 - SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DOS TRANSPORTES

A Secretaria, no exercício de 1965, realizou as seguintes atividades:

Pessoas atendidas	800
Correspondências recebidas	2.040
Correspondências expedidas	151

a) processos que tramitaram e mereceram exame	1.512
---	-------

b) ordens de vôo	160
------------------------	-----

III - 2.2. - DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO

As principais realizações do órgão em 1965 foram:

I - Entrosamento com o Ministério de Aeronáutica

Procurou-se dar a maior vitalidade ao sistema de ação conjunta do serviço de Engenharia da 5ª Zona Aérea e o Departamento Aeroviário do Estado, quer acelerando o ritmo de que já estava estabelecido bem como com a concretização de novas ajustas. Com relação ao existente prosseguiu-se a pavimentação em Bagé, a execução da Estação de Passageiros de Pelotas e ampliação do pátio de estacionamento, reforma da Estação de Passageiros do Aeroporto Salgado Filho e a execução da primeira etapa de terraplanagem do novo Aeroporto de Erexim.

Referentemente a novas obras em colaboração ficou estabelecido o investimento por parte do Ministério da Aeronáutica de Cr\$230.000.000 no Aeroporto Salgado Filho, para remoção de placas avariadas, cercamento total e início do sistema de drenagem. No Aeroporto de Uruguaiana e Ministério da Aeronáutica executou a pavimentação do pátio de estacionamento (obra já em andamento) de ordem de Cr\$300.000.000 e o D.A.E. a recuperação da Estação de Passageiros e a Urbanização. Além disto foram iniciados estudos para se concretizar através do Ministério da Aeronáutica, outros investimentos maciços para o Aeroporto de Erexim, Santana do Livramento e Salgado Filho, e que, já está sendo concluído pelo próprio Ministério da Aeronáutica a pavimentação da pista do Aeroporto de Santa Maria.

II - O Plano Aeroviário Nacional (Lei nº 4592, de 29.12.64).

Face ao entrosamento com o Ministério da Aeronáutica, foi feito o exame do Plano Aeroviário Nacional, confrontando-o com o Plano Trienal.

O Plano Aeroviário Nacional engloba 27 aeroportos do Rio Grande do Sul, que deverão passar por melhoramentos no biênio 65-66. São eles: Alegre, Bagé, Cachoeira do Sul, Canoas, Gravataí, Caxias do Sul, Cruz Alta, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Erechim, Itaqui, Jaguarão, Passo Fundo, Carazinho, Pelotas, Pôrto Alegre/Salgado Filho, Quaraí, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Luiz de Gonzaga, Tramandaí, Uruguaiana e Vacaria.

III - A elaboração de projetos com ensaios Tecnológicos.

Através das respectivas seções foi dado andamento a elaboração de projetos e ensaios tecnológicos referentes aos Aeroportos incluídos no Plano Trienal e Plano Aeroviário Nacional a fim de que os mesmos venham a ser submetido a apreciação do Ministério da Aeronáutica. Deu-se ênfase a área destinada ao Aeroporto Internacional do Rio Grande do Sul, existente no município de Guaíba, elaborando-se a minuta de um Decreto que virá considerar o local como área de servidão.

IV - O Conselho Aeroviário e a Assistência Técnica.

Face aos recursos do D.A.E. para investimentos terem sido liberados em quase 70% somente no 2º semestre do ano, grande foi a atividade desenvolvida pela Assistência Técnica deste D.A.E. na elaboração de Editais e Concorrências e uma apreciação dos mesmos pelo Conselho Aeroviário do Estado.

V - A Administração Direta.

Importante elemento em atividade deste D.A.E. são as obras realizadas por Administração Direta, com pessoal, máquinas, equipamentos, fiscalização e recursos próprios do D.A.E.

Para que tal pudesse se concretizar, executou-se em 1965 os serviços de recuperação em diversos equipamentos, e

enquanto tal se processava, o equipamento disponível foi empregado em Aeroportos como no Salgado Filho, Aeroclube de S. Leopoldo, S. Ângelo, Bagé e Pelotas.

VI - A Frota de Aviões do D.A.E.

Os aviões do D.A.E. que prestam contínuos serviços a diversos outros órgãos Estaduais e Federais passam por uma situação difícil face ao problema de reposição de peça e material para reforma dos motores. Durante o mês de dezembro de 1965 foi sancionada a Lei nº 5182 de 23.12.65, que abriu um crédito de Cr\$14.000.000 a conta do D.A.E., com validade até 31.12.66 para recuperação das citadas aeronaves, com indicação de recursos próprios deste D.A.E.. Afora as atividades normais da S.O.V.M. merece especial destaque o trabalho desenvolvido nos meses de setembro e outubro quando das chuvas que assolaram o Sul do País, bem como após as mesmas no serviço de ponte aérea.

VII - A Assistência aos Aeroclubes

Através da Seção especializada do D.A.E. (S.A.A.)- procurou-se dar a maior atenção as entidades Aerodesportivas, com um perfeito entrosamento com o Chefe da Divisão Aerodesportiva da Diretoria de Aeronáutica Civil, a fim de proporcionar os meios e instruções necessárias, pois com a moderna conceituação da aviação comercial para as grandes distâncias está reservado aos aviões de pequeno porte dos Aeroclubes que operam em pistas de terreno natural, importante missões.

III. 2.3 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

III. 2.3.1 - DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

A DEP executou, por intermédio de suas diversas seções, no decorrer do exercício, as seguintes trabalhos:

III. 2.3.1 - 1 SEÇÃO DE TRAÇADOS - ST

Durante o ano de 1965, a ST realizou os seguintes serviços:

CAMPO:

Reconhecimento	430 km
Exploração	250 km
Locação	500 km
Exploração locada	203 km
Levantamento / Jeep otógrafo	3.750 km
Sondagem	6.120 km

ESCRITÓRIO:

Ante-projetos	141 km
Projetos	533 km
Topografia	641 km
Reconhecimento	430 km

SETOR DE AÉROFOTOGRAMETRIA

Campo

Apoio Terrestre:

Pontos triangulados	266
Pontos de apoio amarrados	208
Nivelamento geométrico	61 km
Bases medidas	7 km

Escritório

Reconhecimento Estéreo-fotoanalítico .	60 km
Restituição	21,57 km ² ou 134,8 km

Triângulos calculados	382
Pontos de apoio calculados	262

Laboratório

Cópia em diapositivo	40
Ampliações para apoio	193
Cópias de fotogramas	204
Reproduções em Kodalit	182
Ampliações em "	18 m2
Ampliações fotográficas	176 m2
Ampliações em escala	28 m2
Reduções de plantas em escala	73 m2
Retofotos	170 m2

III. 2.3.1 - 2 SECÇÃO DE OBRAS DE ARTE - SOA

Pela SOA, durante o exercício, foram realizados os seguintes trabalhos:

A - Projetos concluídos

RS - 3	-Ponte s/ arroio Divisa-Cêrre Chate-Camobi	38,00m
	Ponte s/ arroio Queimada-P.Mariante-St. - Cruz	22,00m
	Ponte s/ arroio Miracatu-S.F. de Assis - Alegrete	72,40m
	Boeiro duplo 2,5x2,5 - P.Mariante-Sta. - Cruz	-
RS - 7	-Ponte s/o arroio Cêrre da Mula-Sta. Cruz-Sinimbu	27,00m
RS - 13	-Viaduto s/a linha da VF-Carazinho	83,00m
	Ponte s/o arroio Pinheiro Tôrto-Soledade-Carazinho	53,00m
RS - 17	-Boeiro arroio Venturosa 3 x 1,80 x 2,50-Gravataí-Osório	18,00m
RS - 20	-Ponte s/o arroio Pedras Brancas-Taquara - Sander	32,00m
	Boeiro duplo 3,00x3 P.Brancas-Taquara - Sander	
	Boeiro duplo 3,00x3 s/o arroio Igrejinha-no trecho Taquara-Sander	19,00m

	-Ponte s/o rio Tainhas-Canela-Bom Jesus ...	97,40m
RS - 24	-Ponte s/a Sanga Mauá-B.Principio-Feliz ..	55,00m
RS - 31	-Ponte s/o rio Jacarèzinho-Encantado-Sole- dade	25,20m
RS - 33	-Ponte s/o arroio Ruín-Sananduva-L.Verme - Iha	40,50m
RS - 62	-Ponte s/o arroio Arenal-S.Maria-S.Sepé ..	70,50m
RS - 82	-Ponte s/o arroio Irapuá-Cachoeira-RS 72 .	84,00m
BR - 81	-Ponte s/o rio Conceição-Ijuí-Santiago ...	64,00m
	Ponte s/o rio Cai)Matiel)cidade de Cai ,	117,00m
	Viadute de acesso a Lajeado.Lajeado RS 13	34,00m
	Ponte s/o rio Tramandaí - Imbé-Tramandaí.	140,80m
	Muros de arrimo Ligação Estrêla - RS 13 :	-

B - Anteprojatos concluídos

RS. 3	-Ponte s/o arroio Divisa-C.Chato-Camobi ..	38,00m
RS. 20	-Viadute s/o arroio Águas Brancas-Taquara. Sander	32,00m
	Rio dos Sinos-Berte Círio	216,00m
	Ponte s/o rio Uruguai-Góio-En	328,00m
	Ponte s/o rio Tainhas. Ligação Jaquirana- RS. 20	86,00m

C - Projetos definitivos em andamento

RS. 3	-Ponte s/o arroio da Cria-Montenegro-Taqua rí	15,00m
RS. 4	-Ponte s/o arroio Farromeco-Bom Princípio- S. Vendelino	82,80m
RS. 13	-Ponte s/o arroio Caturetê-Caràzinho-Saran di	53,00m
RS. 20	-Ponte s/o rio Sta.Maria-Taquara-Sander ..	60,00m
RS. 62	-Viadute s/o arroio Arenal-Sta.ª Maria-S.Se- pé	40,50m

Resumo

-Projetos concluídos	1.092,80m
-Ante-projetos concluídos	700,00m
-Projetos definitivos em andamento	301,30m

D - Diversos

Foram ainda realizadas verificações de cálculo de várias estruturas, destacando-se entre elas.

-Ponte do Passo de Zeferino	-
-Ponte e viaduto s/o rio Cai	-
-Ponte Gôlo-En	-
-Ponte no Taquari	-
-Ponte e viaduto s/o arroio Grande	-
-Ponte Vaccaí Mirim	-
-Ponte Pirassucê	-
-Desenvolvimento projeto edificio sede do DAER.	-

III. 2.3.1 - 3 SECÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES - SOC

A SOC, desenvolve suas atividades em serviços realizados no campo e escritório, conforme segue:

CAMPO:

-Inspeção de obras de arte especiais	41
-Inspeção de obras de arte correntes	36
-Marcação de sondagem	6
-Locação de obras de arte especiais	4

ESCRITÓRIO:

-Estudo Hidrológico de obras de arte especiais	17
-Estudo Hidrológico de obras de arte correntes	14
-Perfil geográfico de obras de arte especiais.	8
-Perfil geológico de obras de arte correntes .	2

Na ER Pelotas-Sta. Maria, foram realizadas inspeções de campo e estudos hidrológicos, em colaboração com a Seção de Traçados, em 562 locais de obras de arte correntes.

III. 2.3.1 - 4 SECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ESTRUTURAS - SFE

A SFE, durante o exercício de 1965, realizou os se -

quintos trabalhos:

A - Obras em andamento

- RS. 3 - Várzea do Rio Jacuí (Cêrro Chato) Cêrro Chato-Santa Maria 3 Viadutos de concreto armado, nas estezas - 1820, 1869 e 1965.
- Comprimento total 317,00m
 -Custo contratual Cr\$ 184.422.802
 Término previsto Março de 1966
- RS. 4 -Travessia do rio Caí
 Caí-Bom Princípio
- Ponte s/o rio Caí 252,50m
 Ponte s/o arroio Três Mares 74,50m
 Viaduto Várzea do Rio Caí 44,00m
 Concreto protendido e armado
 custo contratual Cr\$ 197.422.900
 término previsto Janeiro 1966
- RS. 28 -Ponte s/o rio das Antas
 Passo do Zeferino
 Flôres da Cunha-Antônio Prado
- Comprimento 300,00m
 -Concreto armado e protendido
 custo contratualCr\$ 255.526.378
 Término previstoAgosto de 1966
- RS. 47 -Ponte s/o rio Uruguai
 -Passo do Gôio-En ..
 Gôio-En-Trindade
- Comprimento 569,00m
 Concreto armado - protendido
 custo contratualCr\$ 332.640.170
 Término previstoMaio de 1966
- RS. 54 -Ponte s/o arroio Ranno
 Três de Maio - Três Passos
- Comprimento 32,00m
 Concreto armado
 custo contratualCr\$ 41.021.270
 Término previstoAbril de 1966

B - Adjudicadas e em fase de elaboração
de contratos

RS. 3	-Ponte s/o rio dos Sinos (Berto Círio)	-
	Pôrto Alegre-Berto Círio	-
	Comprimento	210m
	Concreto armado	-
	Custo Contratual	Cr\$ 310.842.690
	Praze p/conclusão	210 dias
RS. 34	--Ponte s/o arroio Passo Ruím	-
	Sananduva Lagea Vermelha	-
	Comprimento	40m
	Concreto armado	-
	Custo Contratual	Cr\$ 43.980,676
	Praze p/conclusão	120 dias
RS. 94	-Ponte s/o arroio Pinheiro Torto	-
	Passo Fundo-Ernestina	-
	Comprimento	53,00m
	Concreto armado	-
	Custo Contratual	Cr\$ 61.644.795
	Praze p/ conclusão	270 dias
	-Ponte s/o arroio Pessegueiro	-
	Comprimento	23,00m
	Concreto armado	-
	Custo Contratual	Cr\$ 21.413.257
	Praze p/conclusão	270 dias

C - Obras iniciadas e concluídas em 1965

RS. 11	-Ponte s/o rio Jacaré	-
	Encantado-Mussum	-
	Comprimento	109,00m
	Concreto armado	-
	Custo	Cr\$ 96.700.000
	Concluída em Novembro de 1965	-
RS. 34	-Ponte s/o rio Pirassucê	-
	Getúlio Vargas-Sananduva	-
	Comprimento	84,00m
	Concreto armado	-
	Custo	Cr\$ 67.000.000
	Concluída em Novembro de 1965	-

III. 2.3.1 - 5 SEÇÃO DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRUTURAS - SCRE

Estiveram a cargo da SCRE, durante o ano de 1965, os seguintes serviços:

A - Obras iniciadas em anos anteriores e em andamento

RS. 8	-Ponte s/o rio Camaquã	-
	Caçapava-Canguçu	-
	Comprimento	199,00m
	Infra e meso estrutura, concreto armado	-
	Super-estrutura, treliça Warren, com estrado de madeira	-
	-Ponte s/o rio das Sines	-
	Cidade de S. Leopoldo	-
	Perímetro urbano - Comprimento	80,60m
	Reparação da super-estrutura, 80% já pronta.	-

B - Obras iniciadas em anos anteriores e concluídas em 1965

RS. 8	-Ponte s/o arroio Cadeia	-
	Canguçu-Pelotas	-
	Comprimento	89,00m
	Concreto armado	-
	Concluída em 15.2.1965	-
RS. 10	-Travessia na várzea do Rio Jacuí	-
	Viaduto na margem esquerda	-
	Estaca 330+16 a estada 33+9	-
	Acesso a ponte s/o Jacuí (P.Fandango)	-
	Comprimento	53,00m
	Concreto armado	-
	Concluída em 10.3.1965	-
RS. 24	-Ponte s/o arroio Ferroméoo	-
	Rom Príncipe-Baixa Feliz	-

	Comprimento	90,00m
	Concreto armado	-
	Concluída em 25.7.1965	-
RS. 62	-Ponte s/o rio Vacacaí Santa Maria-São Sepé	-
	Comprimento	196,00m
	Concluída em 30.4.1965	-
C - Obras iniciadas e concluídas em 1965		
RS. 3	-Ponte s/o arroio Grande Cerro Chato-Cambó	-
	Comprimento	44,10m
	Concreto armado	-
	Concluída em 30.11.1965	-
RS. 24	-Ponte s/o arroio Mauá Bom Princípio-Baixa Felix	-
	Comprimento	55,00m
	Concreto armado	-
	Concluída em 6.10.1965	-
RS. 45	-Ponte s/o arroio Marau Marau-Casca	-
	Comprimento	38,00m
	Concreto armado	-
	Concluída em 30.7.1965	-
RS. 62	-Bocô na sanga da Divisa Caçapava-Canguçu	-
	Comprimento	27,00m
	Três bocôes de quadro, concreto armado, 3,00x3,00	-
	Concluídas em 28.7.1965	-
RS. 62	-Ponte sobre o rio Piratini Menor Piratini-Bagó	-
	Comprimento	49,60m
	Infra e meso estrutura, concreto armado, Super estrutura, treliça Warren, com es- trade de madeira	-
	Concluída em 30.7.1965	-

D - Obras iniciadas em 1965 e em andamento

RS.	2	-Ponte s/o arroio Tainhas	-
		Bom Jesus-Canela	-
		Comprimento	97,36m
		Infra e meso estrutura, concreto armado -	
		Super estrutura, treliça Warren, com es-	
		trado de madeira	-
RS.	3	-Viaduto na linha da VFRGS	-
		Cêrrp Chato-Camobi	-
		Comprimento	38,20m
		Concreto armado	-
		Viaduto da várzea do arroio Grande	-
		Cêrrp Chato-Camobi	-
		Comprimento	36,20m
		Concreto armado	-
		Ponte s/o arroio Vacaesaf Mirim	
		Cêrrp Chato-Camobi	-
		Comprimento	44,10m
		Concreto armado	-
RS.	4	-Ponte s/o rio das Antas	-
		Farroupilha-Antônio Prado	-
		Reparação da Supra estrutura	-
		Comprimento	122,40m
RS.	62	-Ponte s/o arroio Areião	-
		Canguçu-Caçapava	-
		Comprimento	74,40m
		Infra e meso estrutura, concreto armado ,	
		Super estrutura, concreto protendido	-
		Ob. - Obra paralizada em virtude da mo-	
		dificação de projeto.	
RS.	82	-Ponte s/o arroio Irapuê	-
		Cachoeira-RS. 72	-
		Comprimento	98,00m
		Concreto armado	-

III. 2.3.2 DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO - DCR

A DCR, por suas diversas seções, durante o exercí -
cio, desenvolveu as seguintes atividades:

III. 2.3.2.1 SECÇÃO DE FAIXA DE DOMÍNIO - SFD

Esta Secção realizou desapropriações em diversos trechos da rede do DAER que atingiu as seguintes cifras:

-Desapropriações realizadas	274
Áreas doadas	1.331.981,80m ²
Áreas indenizadas	1.676.186,68m ²
Valor das terras	Ⓒ 75.384.532
Valor das benfeitorias	Ⓒ 181.644.270
Total áreas desapropriadas	3.008.168,48m ²
Total das indenizações	Ⓒ 257.028.802

III. 2.3.2. 2 SECÇÃO DE TERRAPLANAGEM - ST

No decorrer do exercício, a ST executou, por empreitada global, os seguintes serviços:

RS4-24	-Caí - Bom Princípio	
	-Extensão	8 km
	Volume de terraplanagem mecânica executada em 1965	203,278,000m ³
RS. 4	-Bom Princípio - São Vendelino	
	Extensão	13,8 km
	Volume de terraplanagem mecânica executada em 1965	313.509.400m ³
	Valor faturado em 1965	Ⓒ 394.125.177
RS. 13	-Rodovia Presidente Kennedy	
	Esta rodovia foi dividida em cinco trechos, a saber:	
	A - Lejeado-Sarra do Fão	
	km 37 - km 71,5	
	Extensão	34,5 km
	Volume de terraplanagem realizada em 1965	2 000.000.000m ³
	Valor faturado em 1965	Ⓒ 161.633.580
	B - Barra do Fão-São José do Herval	
	km 71,5 - km 105	
	Extensão	33,5 km

	Volume de terraplanagem mecânica rea- lizado em 1965.....	267.268.100m ³
	Valor faturado em 1965	325.367.011
C	- São José do Herval-Soledade	
	km 105 - km 145	
	Extensão	40 km
	Volume de terraplanagem mecânica exe- cutado em 1965	60.000m ³
	Valor faturado em 1965 - Não houve fa- turação	- -
D	- Soledade-Caràzinho	
	km 145 - km 202	
	Extensão	57 km
	Volume de terraplanagem mecânica exe- cutado em 1965	59.222.622m ³
	Valor faturado	106.783,510
E	- Caràzinho-Sarandí	
	km 202 - km 254	
	Extensão	52 km
	Valor de terraplanagem mecânica exe- cutado em 1965	444.186.430m ³
	Valor faturado em 1965	289.296.793

III. 2.3.2. 3 SEÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE PAVIMENTOS

A Seção de Estudos e Projetos de Pavimentos, teve - suas atividades no exercício, orientadas basicamente no projeto de obras de pavimentação do plano atual administração.

No fim do ano, os trabalhos apresentaram o seguinte- resultados:

RS. 3 - Trechos:	Montenegro - km 30	-
	Ponte da Reversa - km 26	-
	Côrro Chato-Camobí	
	Drainagem	26,06 km -
	Projeto de pavimento	28,70 km -
	Sub-leito sondado e ensaiado	31,86 km -
	Números de materiais ensaiados	2,293 -

RS. 4 - Vila Seharlau - Caf

Drenagem projetada	10,80km
Drenagem sondada	4,20km
Projeto de pavimento	2,00km
Sub-leite e ensaiado	3,90km
Número de materiais ensaiados ..	513

RS. 8 - Pelotas - Canguçu

km 33 - km 48

Drenagem	7,12 km
Projeto de pavimento .	7,12 km
Sub-leite sondado e en saiado	7,12 km
Número de materiais en saiados	382

RS. 13 - Rodovia Presidente Kennedy

Trechos : RS-3 - Estrêla

Lajeado - Barra do Fão

São José do Erval - Soledade

Soledade - Carazinho

Carazinho - Sarandi

Drenagem	75,10 km
Projeto de pavimento .	58,10 km
Sub-leite sondado e en saiado	79,10 km
Número de materiais en saiados	3634

RS. 19 - Trecho: Campo Bom - Sapiranga

Drenagem	3,98 km
Projeto de pavimento .	6,08 km
Sub-leite sondado e en saiado	6,08 km
Número de materiais en saiados	369

RS. 45 - Trecho: Casca - Nova Prata

Drenagem projetada ...	6,20 km
Drenagem sondada	3,20 km
Projeto de pavimento .	5,80 km
Sub-leite sondado e en saiado	3,80 km

	Número de materiais en saídos	145
RS. 99 - Trecho: Bento Gonçalves - Veranópolis		
	Drenagem	-
	Projeto de pavimento .	5,60 km
	Sub-leito ensaiado ...	5,60 km
	Número de materiais en saídos	193
Projeto da rua Domingos de Almeida, cidade de Santa Maria		
	Drenagem	0,80 km
	Projeto de pavimento .	0,80 km
	Sub-leito sondado e en saído	31

No laboratório Central, foram ensaiados 7.457 mate-
riais com aumento de 108% sobre o exercício anterior.

Foram organizados onze laboratórios de campo, com es-
quema administrativo específico.

III. 2.3.2. 4 SECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PAVIMENTO

Esta secção no decorrer do exercício teve a seu car-
go as seguintes serviços:

RS. 3 - Porto Alegre-Santa Maria

Trecho: Montenegro - km 30 - Reversa -
Extensão 36 km -

Serviços executados

Regularização	17,90 km	-
Refôrço sub-leito	11,90 km	-
Sub-base	11,70 km	-
Base	10,50 km	-
Imprimação	0,30 km	-
Revestimento	8,60 km	-
Acostamento	12,30 km	-
Drenagem	10,20 km	-

Trecho: Camobi - Cêrro Chato

Extensão 25 km -

Serviços Executados

	Regularização	7,90 km	-
	Refôrço sub-leito	1,30 km	-
	Drenagem	3,10 km	-
RS. 4 - São Leopoldo - Passo do Domingues			
	Trêcho: Vila Scharlau - Cai		
	Extensão	15,00 km	-
Serviços Executados			
	Alargamento	8,00 km	-
	Drenagem	7,90 km	-
	Sub-base	1,00 km	-
RS. 8 - Pelotas - Canguçu			
	Trêcho km 2 - km 17		
	Extensão	15,00 km	-
Serviços Executados			
	Refôrço	2,30 km	-
	Sub-base	1,80 km	-
	Base	15,00 km	-
	Imprimação ,,.....	15,00 km	-
	Revestimento	15,00 km	-
	Drenagem	3,90 km	-
	Acostamento	13,00 km	-
	Trêcho km 33 - km 48		
	Extensão	15,00 km	-
Serviços Executados			
	Drenagem	9,90 km	-
RS. 13 - Tabai - Sarandi			
	Trêcho: Tabai - Estrêla		
	Extensão	38,00 km	-
Serviços Executados			
	Regularização	5,50 km	-
	Refôrço do sub-leito .	3,90 km	-
	Sub-base	5,10 km	-
	Base	4,70 km	-
	Drenagem	9,10 km	-
RS. 19 - Rincão do Cascalho - Maquiné			
	Trêcho: Campo Bom - Sapiiranga		-

	Extensão	8,00 km	-
Serviços Executados			
	Regularização	6,70 km	-
	Refôrço	4,70 km	-
	Sub-base	4,50 km	-
	Base	5,20 km	-
	Imprimação	2,00 km	-
	Revestimento	0,20 km	-
	Drenagem	7,60 km	-
	Acostamento	3,50 km	-

RS. 45 - Nova Prata- Maráu

Trêcho: Casca 25 km

	Extensão	25 km	-
Serviços Executados			
	Regularização	2,50 km	-
	Refôrço	2,40 km	-
	Sub-base	1,10 km	-
	Base	1,10 km	-
	Drenagem	0,50 km	-
	Acostamento	1,80 km	-

Trêcho: Maráu - km 20

	Extensão	20	-
Serviços executados ..			
	Regularização	6,30 km	-
	Refôrço	3,60 km	-
	Sub-base	4,30 km	-
	Base	4,30 km	-
	Drenagem	5,00 km	-
	Acostamento	1,60 km	-

RS. 99 - Bento Gonçalves - Veranópolis

Trêcho: Adolorato - Monte Hérick

	Extensão	20 km	-
Serviços Executados:			
	Regularização	9,70 km	-
	Base	9,70 km	-
	Revestimento	8,80 km	-
	Drenagem	10,00 km	-

Acostamento 9,70

III. 2.3.3 DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS DCM

A DCM, teve a seu cargo, por intermédio das 15 Residências, a conservação dos 9.074,50 km da rede do DAER, cujo estado vai apresentado abaixo.

Nota-se uma diminuição na extensão total da rede.

Mas, isto é explicável, em virtude de alguns trechos de estradas municipais que, eram conservadas pelo DAER, constavam como fazendo parte integrante da sua rede, outros trechos foram suprimidos em virtude de variantes por fim, trechos de ER. Federais, deixaram de ser conservados pelo DAER voltaram para o DNER.

Situação da rede de DAER/RS, em janeiro de 1966

RESIDÊNCIAS	Natureza do Pavimento				Totais
	Solo Trab.	Saibro ou Cascalho	Asfalto	Pedra Irreg.	
1ª São Leopoldo ...	45,00	403,00	234,50	-	682,50
2ª Bento Gonçalves.	72,00	527,00	27,20	-	626,20
3ª Sta. Cruz do Sul	105,00	381,00	9,00	-	495,00
4ª Santa Maria	296,00	250,00	11,30	-	557,30
5ª Cruz Alta	434,00	207,00	-	-	641,00
6ª Passo Fundo	358,00	410,00	55,00	-	823,00
7ª Pelotas	525,00	170,00	22,00	3,50	720,50
8ª Bagé	454,00	-	-	-	714,00
9ª Alegrete	36,00	504,00	-	-	540,00
10ª Cachoeira do Sul	34,00	389,00	-	-	423,00
11ª Lajeado	-	545,00	-	-	545,00
12ª Santiago	396,00	100,00	-	-	496,00
13ª Erechim	253,00	304,00	-	-	557,00
14ª Santa Rosa	396,00	211,00	-	4,00	611,00

15ª S. Feª. de Paula	443,00	120,00	80,00	-	643,00
T o t a i s	3.653,00	4.975,00	439,00	7,50	9.074,50

Foram executados os seguintes trabalhos, nas construções que, estiveram a cargo das Residências:

1ª Residência

A - RS 1 - Trêcho Palmares-Mostardas

Extensão	120,00 km	-
Construído em exercícios anteriores	50,60 km	-
Consolidação e/ensaibramento	58,80 km	-
Construídas em 1965	4,30 km	-
Ensaibradas em 1965	2,00 km	-
Dezires construídos	47,00 m	-

ER. Sta. Terezinha - Capão Alto

Extensão	8,00 km	-
Construído em exercícios anteriores	6,00 km	-
Consolidação e/ensaibramento em exercícios anteriores	6,00 km	-
A construir	2,00 km	-

Não houve construção em 1965.

2ª Residência

RS. 24 - Feliz - BR 2ª

Extensão	17,50 km	-
Construído em exercício anteriores	16,60 km	-
Consolidação e/encascalhamento nos exercício antr.-	16,60 km	-
A Construir	0,90	-

Em 1965 não houve construção.

RS. 45 - Nova Prata - Casca.

Extensão	49,90 km	-
Consolidados e/encascalha- mento em exercícios ante- riores	43,40 km	-
A construir	6,50 km	-
Alargamento e correção de grei- de	2,28 km	-
Base pronta para asfalto	2,28 km	-
Não houve construção no exercí- cio		

RS.104 - Júlio de Castilhos

Trêcho Feliz-Farreupilha

Extensão	34,50 km	-
Concluídos no exercício .	5,26 km	-
Consolidados	8,90 km	-
Trabalhados	3,77 km	-

3ª Residência

RS. 3 - Santa Cruz do Sul - Candelária

Trêcho:Várzea de Plump

Extensão	3,69 km	-
Atacados no exercício ...	1,36 km	-
Construídos no exercício.	1,00 km	-
Encascalhados exercício .	0,70 km	-
Movimento de terra	68.628,00m ³	
Movimento de cascalho	540,000m ³	

5ª Residência

RS. 49 - Chorão Palmeira

Extensão	86,00 km	-
Em conservação	30,50 km	-
Em construção	55,50 km	-
Construídos em exercícios- anteriores	30,50 km	-

Não houve construção no exercício.

RS. 51 - Seberí - Jaboticaba

Extensão	21,00 km	-
----------------	----------	---

Construídos no exercício	3,00 km	-
Atacados no exercício ..	1,40 km	-
A Construir	8,00 km	-

6ª Residência

RS. 7 - Getúlio Vargas - Passo Fundo

Extensão	51,00 km	-
Construídos no exercício	3,70 km	-
Consolidados	8,60 km	-
Atacados	0,26 km	-
Movimento de terra	190.980,000m ³	

RS. 32 - Passo Fundo - Tapejara

Extensão	36,00 km	-
Construídos no exercício	5,25 km	-
Movimento de terra	8.000,000m ³	

RS. 45 - Marau - Casca

Extensão	32,00 km	-
Construídos exercícios - anteriores	30,10 km	-
Atacados no exercício ..	3,52 km	-
Terraplanagem	68.163,000m ³	
Beeiros construídos	208,00 m	-

8ª Residência

RS. 8 - Santaninha da Boa Vista - Rio Camaquã

Extensão	9,60 km	-
Atacados em 1965	1,46 km	-
Movimento de terra	60.397,000m ³	

10ª Residência

RS. 10 - Cachoeira do Sul - BR. 37

Extensão	30,00 km	-
Construídos em 1965	8,80 km	-
Consolidados em 1965 ...	5,30 km	-
Movimento de terra	265.600,000m ³	

11ª Residência

RS. 11 - Muçum - Encantado

Extensão	11,00 km	-
Atacados no exercício ..	0,11 km	-

14ª Residência

RS. 10 - Três de Maio - Ijuí

Extensão	70,60 km	-
----------------	----------	---

Trêcho em construção

Independência - Esquina Araújo

Extensão	15,00 km	-
----------------	----------	---

Construção	1,13 km	-
------------------	---------	---

Movimento de terra	75.633,00m ³	-
--------------------------	-------------------------	---

Boeiros construídos	95,00 m	-
--------------------------	---------	---

RS. 48 - Três Passos - Rio Turvo

Extensão	8,00 km	-
----------------	---------	---

Atacados no exercício ..	0,65 km	-
--------------------------	---------	---

Terraplanagem	14.078,00m ³	-
---------------------	-------------------------	---

RS. 54 - Três de Maio - Humaitá

Extensão	44,00 km	-
----------------	----------	---

Trêcho em construção

Arroio Reung-Humaitá

Extensão	13,00 km	-
----------------	----------	---

Construído no exercício.	7,00 km	-
--------------------------	---------	---

15ª Residência

RS. 2 - Bom Jesus - Boca da Serra

Extensão	12,00 km	-
----------------	----------	---

Construídos no exercício	3,20 km	-
--------------------------	---------	---

A construir	5,10 km	-
-------------------	---------	---

Boeiros construídos	208,00 m	-
--------------------------	----------	---

III. 2.3.4 DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS - DAM

A DAM durante o exercício, por intermédio de suas

seções, realizou os seguintes trabalhos:

III. 2.5.4. 1 SECÇÃO DE ASSISTÊNCIA À EQUIPAMENTOS MECANIZADOS - SAE

A SAE, realizou onze (11) cursos práticos de operadores rodoviários, abrangendo onze (11) municípios, como sedes e mais treze (13) participaram dos referidos cursos, enviando operadores para os locais onde os mesmos se realizavam.

Assim, foram atendidos 24 municípios e o número de operadores que participaram dos cursos atingiu um total de 121.

Coube também a esta Seção o encargo de coletar as inscrições das Prefeituras, para a aquisição de equipamentos rodoviários, decorrente do Edital 24/65.

III. 2.5.4. 2 SECÇÃO DE ASSISTÊNCIA A OBRAS DE ARTE - SAO

Esta seção realizou 50 projetos de pontes e pontilhões de concreto armado, para 27 municípios, num total de 2.445 m, com orçamento que, atingiram o valor de Cr\$ 543.280.000.

Foram executados 38 projetos de pontes e pontilhões de madeira para 17 municípios, perfazendo o comprimento total de 896 m, cujo orçamento total foi de Cr\$ 226.037.700.

Além deste, realizou ainda os seguintes trabalhos:
 3 projetos de boeiros de concreto para 2 municípios
 10 projetos tipos de pontes de concreto armado
 2 projetos tipos de pontes de madeira
 62 levantamentos em cursos d'água para 23 municípios.

III. 2.3.4. 3 SECÇÃO DE PLANOS E CONTRÔLE SPC

Coube a esta seção a tarefa de coletar, reunir e

indicar no mapa do Estado as alterações na situação administrativa do Estado com a criação dos novos municípios.

No decorrer do ano foram criados 35 novos municípios, perfazendo um total de 252 municípios no Estado do Rio Grande do Sul.

Realizou ainda o levantamento de veículos em todo o Estado.

O cadastramento das rodovias municipais encontra-se desatualizado, pois, as Prefeituras não remetem os dados necessários para sua atualização.

III. 2.3.4. 4 SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA RODOVIÁRIA SAR

Estiveram a cargo desta Seção, no decorrer do exercício estudos de campo e elaboração de projetos para 21 municípios, perfazendo um total 260 km de estradas.

Realizou 40 inspeção, apresentando sugestões com orçamentos para 23 municípios, além de ter feito 21 estudos - com levantamentos, orçamentos e assistência técnica para calçamento e pavimentações de ruas e avenidas principais de 20 municípios.

Edital 24/65

Em consequência de Edital 24/65, que chamou propostas para a aquisição de tratores com lâminas e carregadores para as Prefeituras Municipais, recebeu a DAM a inscrição de 163 municípios, que escolheram máquinas num total de 263.

III. 2.3.5 DIVISÃO DE EQUIPAMENTO MECANIZADO - DEM

Durante o exercício, a DEM, em resumo realizou as seguintes atividades:

-Codificação e emplaceamento de veículos:

Máquinas	6
Veículos	116

-Transportes efetuados pelos caminhões e reboques:

Transportes para o DAER

Distância percorrida e/carga 22491 km

Distância percorrida s/carga 12843 km

Carga transportada 2192 ton

Tonelada quilômetro 362.035ton/km

Transportes para Repartições

Estranhas ao DAER

Distância percorrida e/carga 1760 km

Distância percorrida s/carga 556 km

Carga transferida 87 ton

Tonelada quilômetro 32.230 ton/km

-Venda de Material considerado inservível para o DAER

Foram realizadas no exercício quatro concorrências-Públicas, cujo valor total atingiu a importância de Cr\$ 171.495.000.

Esta importância ficou dividida entre as ofertas - feitas pelas Prefeituras Municipais e particulares, assim distribuídas:

-Prefeituras Municipais Cr\$ 94.260.000

-Particulares Cr\$ 77.685.000

Um dos fatores positivos a realçar é a grande procura pelas Prefeituras Municipais de máquinas ofertadas.

Considerando que, unidades já superadas para os serviços do DAER, voltam por intermédio das Prefeituras Municipais, embora em condições limitadas, a prestar valiosos serviços nas estradas municipais, o que não deixa ser mais uma contribuição no DAER ao desenvolvimento do sistema rodoviário no Rio Grande do Sul.

Consertos, recondiçionamentos e confecções

Durante o ano de 1965, realizaram as oficinas da -

DEM:

-Consertos 2.040

-Recondiçionamentos 814

-Confecções 3.471

III. 2.3.6 DIRETORIA DO TRÁFEGO - DTRF

A DTRF por suas diversas secções, desenvolveu as

seguintes atividades:

- A - Seção de Serviços Concedidos - SSC**
 Estiveram sob o controle desta Seção:
 106 - Agências Rodoviárias
 127 - Estações Rodoviárias
 Sendo que destas últimas
 1 - de categoria especial
 10 - de 2ª categoria
 18 - de 3ª categoria
 98 - de 4ª categoria

Encontram-se registradas:

Empresas com registro definitivos	250
Empresas com registro em caráter- preário	48
Linhas em funcionamento no verão.	6
Veículos registrados	1.728
Passageiros transportados no 1º semestre	28.064.462

B - Seção de Travessia de Rios - STV

No decorrer do exercício, foram administra-
 dos diretamente pela STV as seguintes traves-
 sias:

Rio Grande São José do Norte	
Passageiros transportados...	166678
Veículos	14.865
Santa Izabel	
Passageiros transportados...	366
Veículos	2.100
São Jerônimo	
Passageiros transportados...	3.556
Veículos	24.413

C - Seção de Sinalização e Paisagismo - CSP

Sector de Sinalização

Foram executados durante o exercício os se

guintes trabalhos:

Placas fabricadas	3.271
Abrigos para passageiros de transporte coletivo	36
Abrigos instalados	30
Demarcação de pavimentos	238,00 km
Instalação de defesas e bali- zadoras	231 m

Setor de Arquitetura

Por este setor foram executados:

Projeto para a casa da Fiscalização
de Tráfego em Lajeado

Projeto de Capacitações de Conserva-
ção

Estudos da Rodovia de Alegrete

D - Polícia Rodoviária - PR

A PR, com um efetivo de 104 homens servindo em seus destacamentos, controlando o tráfego de veículos na rede de DARE, com a finalidade principal que é de educar e orientar os motoristas em geral, apresentou o seguinte movimento em suas atividades:

Multas aplicadas	12.371
Valor das multas	Cr\$ 29.420.200

III - 2.4 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

1 - Movimento Econômico-Financeiro

O ano de 1965 caracterizou-se por modificações na política econômico-financeira do DEPRC, tendo em vista a contenção de despesa e o aumento da arrecadação, o que resultou em uma despesa inferior à receita realizada.

- A receita realizada no ano de 1965 foi de Cr\$..... 16.513.603.452, ao passo que a despesa empenhada foi de Cr\$.. 16.510.956.397. Estes números mostram perfeitamente o resultado positivo das diretrizes adotadas no ano de 1965, pois que, de um déficit previsto inicialmente em Cr\$1.988.520.057, o exercício financeiro foi concluído com um superávit orçamentário de Cr\$ 2.647.055.

2 - Movimento dos Portos

- Os portos organizados de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, operando com cargas de longo curso, cabotagem, lacustre e fluvial, mais os portos fluviais de Mariante e Rio Pardo, apresentaram o seguinte movimento de cargas em 1965:

Importação	3.769.973	t
Exportação	<u>1.971.637</u>	t
Total...	5.741.610	t

- A despesa e receita das quatro Divisões do Departamento, que englobam atividades de operação e manutenção dos portos organizados do Estado, além de serviços de dragagem e balizamento de canais de navegação, estudos hidrográficos e outros, foi respectivamente:

Divisão de Porto Alegre		1965
Despesa		5.259.493.889
Receita		2.973.652.788

Divisão de Rio Grande

Despesa	7.159.058.535
Receita	4.088.453.813

Divisão de Pelotas

Despesa	1.212.955.842
Receita	38.385.604

Divisão de Vias Fluviais

Despesa	812.262.706
Receita	29.180.812

- O excepcional volume dragado de 1.428.942 m³ deve ser creditado a um esforço orientado de planejamento e execução, possibilidades de forma especial pelos convênios com o Governo Federal, o que permitiu praticamente quadruplicar o volume dragado no ano anterior. O total dragado no âmbito do DDPHO está distribuído da seguinte forma:

1. No Porto de Porto Alegre - 460.000 m³
2. No Porto de Rio Grande - 500.000 m³
3. No Porto de Pelotas - 600.000 m³
4. Na Divisão de Vias Fluviais - 68.942 m³

Foram decretados na baía de Porto de Porto Alegre.. 350 m³ de pedra.

O balizamento dos canais e das linhas de navegação - foi mantido em perfeitas condições, sendo conservado o abastecimento convenientemente. Foram realizadas operações de restabelecimento, conservação, salvamento, regulagem de luz e recolocação de sinais balizadores.

- Foram intensificados os serviços de conservação dos Molhes de Rio Grande. Os serviços relativos ao Molhe Leste correm por conta de convênio com o DNPVN. O volume de obras pode ser assim resumido:

colocação de 5.880 t de blocos de pedras;
concretagem de 50 metros lineares do Molhe Leste;

- Durante o ano em relato, a Divisão de Portos e Vias Fluviais executou 65.930 m² de levantamento topo-hidrográfico nos rios Jacuí, Taquari e Ibicuí, ao mesmo tempo que manteve em funcionamento 146 postos hidro-meteorológicos distribuídos pelo Estado do Rio Grande do Sul.

- As oficinas das Diretorias Técnicas das Divisões de Porto Alegre, Rio Grande, Feietas e Vias Fluviais, realizaram os trabalhos de conservação do equipamento portuário e naval, compreendendo reparos e obras em diversas embarcações, veículos, guindastes, linhas férreas, equipamento ferroviário, edifícios e propriedades. Com os recursos provenientes da Taxa de Melhoramento dos Portos e do Fundo Portuário Nacional foram feitas aquisições de vulto totalizando o cerca de Cr\$. 200.000.000, compreendendo peças de reposição e também serviços de recuperação das empilhadeiras, auto-guindastes, guindastes, guindastes de pórtico e locomotivas. Cumpre destacar, ainda, os serviços de conservação nos recintos portuários de Porto Alegre e Rio Grande, principalmente no que diz respeito à recomposição de pavimentação e retelhamento completo de armazéns.

- Durante o exercício foi possível adquirir 14 novos caminhões Chevrolet, por recursos, num montante de Cr\$. 140.000.000, provenientes do Fundo Portuário Nacional.

- No exercício em relato, prosseguiram as obras de construção do Frigorífico João Mascarenhas, no Porto de Rio Grande, tendo sido continuado o isolamento térmico das câmaras frias, o qual se encontra bastante adiantado. Houve a substituição da interveniente encarregada do fornecimento e instalação do equipamento frigorífico.

3 - LEVANTAMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS DO DEPRC

O levantamento dos bens patrimoniais do D.E.P.R.C., procedido por duas comissões com representantes do Governo Federal e Estadual, para fins de constituição da Companhia Do-

cas do Rio Grande do Sul e incorporação de capital na Companhia Brasileira de Dragagem, acusou os seguintes resultados:

4-1 - Acêrvo dos portos - Os bens que constituem o acêrvo do Estado do Rio Grande do Sul, nos Portos de Pôrto Alegre, Rio Grande e Pelotas..... Cr\$ 30.705.000.000

Os bens que constituem o acêrvo do Governo Federal nos Portos de Pôrto Alegre, Rio Grande e Pelotas..... Cr\$ 13.326.000.000

Acêrvo do Governo Federal nos demais portos do Rio Grande do Sul.... Cr\$ 2.060.000.000

Instalações construídas e operadas por entidades particulares:

a) pertencentes ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul..... Cr\$ 9.500.000.000

b) pertencentes ao Governo Federal. Cr\$ 860.000.000

4 - 2 Parques de dragagem e instalações correlatas -

Êstes bens pertencentes ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul receberam a seguinte avaliação:

Parque de dragagem marítimo e lacustre Cr\$ 8.783.000.000
Parque de dragagem fluvial Cr\$ 2.924.200.000
Terreno no Saco do Cabral Cr\$ 1.200.000.000

II. 2.5. - TELECOMUNICAÇÕES

III. 2.5.1 - COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNICAÇÕES

Entre as demais atividades dessa Comissão, imputamos como a de maior vulto a conclusão do Plano de Telecomunicações para o Rio Grande do Sul, o qual, além de ser uma grande realização no campo das telecomunicações, servirá para disciplinar e também traçar a política governamental neste Setor.

III. 2.5.2 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES

Dando continuidade a execução do Projeto Prioritário, cujo objetivo principal é a implantação de 27.800 linhas telefônicas automáticas, a Companhia Riograndense de Telecomunicações redobrou seus esforços, no sentido de dar cumprimento integral dos planos originalmente traçados, podendo, embora dificuldades várias, afirmar que seus propósitos estão sendo alcançados.

Inaugurou-se os serviços automáticos na cidade de Novo Hamburgo com a implantação de 1.100 linhas; estando previsto para o mês de março de 1966 a inauguração dos Serviços Automáticos em Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul e para novembro em Passo Fundo.

Estima-se para o mês de dezembro de 1966 a inauguração das 24.000 linhas em Porto Alegre, completando assim a execução integral do Plano Prioritário da C.R.T.

Foram concluídos os prédios para as centrais telefônicas de Novo Hamburgo, Cachoeira do Sul, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul.

Os aumentos dos prédios de Navegantes e Azenha, onde serão instaladas as novas linhas, foram também, prontificadas, capacitando, a montagem das novas centrais telefônicas, já em adiantada fase.

A construção do 1º Bloco do Edifício Sede localizada à Av. Senador Salgado Filho, encontra-se em período de conclusão, estando já programada sua entrega para o mês de abril de 1966, devendo-se ressaltar o tempo mínimo em que esta obra foi construída.

A implantação da nova rede telefônica subterrânea e aérea, obedecendo sua programação, teve por concluído os trabalhos da canalização subterrânea, estando a rede de dutos em condições de receber, como já está acontecendo, parte dos cabos telefônicos que comporão a nova rede subterrânea.

Verifica-se que a Empresa, mau grado os contra

tempos decorrentes das intempéries que afetaram os trabalhos confiados a terceiros e transporte de materiais e equipamento, com a interrupção do trânsito pela queda do Passo do Socorro, em regra coincide com o seu cronograma.

O grande problema da Administração é o decorrente da escassez de recursos. Não pode o Governo do Estado atender os reclamos de ingresso de capital acima dos recursos advindos da taxa de comunicação.

Não foram ainda contratadas tôdas as linhas telefônicas disponíveis reduzindo, com isto, a entrada de capital de parte do público.

Não foi alcançado o deferimento ao pedido de autorização para cobrar dos assinantes de serviço automático em Porto Alegre, a taxa de melhoria que se estimava a cobrar desde o início do ano. A insuficiência de caixa, daí decorrente obrigou recorrer ao financiamento por parte de Companhias financiadoras e Bancos com conseqüente ônus dos elevados juros e comissões a satisfazer, o que acrescido ao aumento dos custos de mão de obra, materiais e equipamentos pelos efeitos e a inflação, atenuada mas não vencida, esgotou os recursos disponíveis impedindo a contratação de parte dos cabos e materiais para a complementação da rede na capital, o que deverá ser feito no mais breve prazo possível, a fim de não pôr em risco a inauguração das novas centrais sem a concomitante ligação de aparelhos nas residências dos assinantes por falta de rede.

III.3. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

III.3.1 COMISSÃO ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS

A receita da Autarquia para 1.965 foi orçada em Cr\$ 3.378.390.000, sendo Cr\$2.238.390.000 da quota-parte da Taxa de Transportes, e Cr\$642.000.000 da Taxa de Cooperaçãõ incidente sôbre o trigo nacional comerciado no Estado, ambas destinadas à construção de silos e armazéns e, simultâneamente, ao pagamento dos débitos para tanto contraídos em exercícios anteriores, Cr\$489.650.000 de receita operacional das unidades de estocagem.

Lamentavelmente, a arrecadaçãõ da Taxa de Transportes, não apenas foi reestimada para maior, como em anos anteriores, mas cerrespondeu a apenas 87% da previsãõ inicial. En quante isso, as demais receitas citadas também não atingiram o previsto, embora seja eloqüente evidenciar que apresentaram percentagens de arrecadaçãõ expressivamente superiores a anos anteriores, particularmente a receita operacional, que, atin- gindo também 87% da previsãõ inicial, foi suficiente, pela pri- meira vez na vida da Autarquia, para cobrir a despesa operacio- nal, face a economias intreduzidas na execuçãõ orçamentária. Is te se deve fundamentalmente ao expressivo movimento exigido, e exitosamente prestado, pelas duas unidades terminais portuári- as, os silos de Pôrto Alegre e Rio Grande, aquêles preponderan- temente operando na importaçãõ de trigo e outros cereais, e ês- te na exportaçãõ, sobretudo de soja em grãõ, que, pela primei- ra vez, reconhecidamente graças ao trabalho do silo, acredita o produto riograndense nos mercados importadores orientais. A baixa arrecadaçãõ da receita daquelas duas taxas específicas, aliada à deficiênciã de recursos humanos, especialmente técni- cos, de que se tem ressentido a Autarquia, foram fatores limi- tantes de suas atividades no setor de investimentos, que se restringiram, assim, ao prosseguimento normal das obras já i- niciadas e à execuçãõ da ampliaçãõ do silo portuário de Pôrto Alegre, que representava meta prioritária, ditada pelos inte-

rêses da produção essencial para outros mercados ou dêles precedente, através de importação.

Financeiramente, porém, o ano de 1.965, teve a assinalá-lo dois fatos auspiciosos para a vida da Autarquia: regularizou-se sua situação de relativa inadimplência contratual em que se achava, há anos, para com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, por deficiência de meios para cobrir as obrigações decorrentes das sucessivas majorações cambiais que atingiram ao cheio, no período em que mais ponderáveis se faziam sentir seus compromissos decorrentes das importações financiadas dos equipamentos para a rede estadual de silos, de valor superior a seis e meio milhões de dólares, e resgataram-se pontualmente, nos últimos dias de dezembro, os onerosos encargos que, por causa daquêles compromissos cambiais, se assumira para o Banco de Brasil S/A, por financiamento parcial das sucessivas diferenças de câmbio. Em consequência, o ano de 1.966 encontrará a Autarquia sem qualquer compromisso cambial direto ou dêle decorrente, e com a totalidade dos equipamentos, de origem européia, integralmente incorporada ao seu patrimônio.

Deferidas, assim, para 1.966, as obras de ampliação do silo de Erexim, recuperação do silo subterrâneo da mesma cidade e parte das obras novas que haviam sido programadas, para construção do silo elevador de Lagoa Vermelha e Aruanês de Nova Prata, reuniram-se-lhes novas obras, que se prevêem possíveis de execução em 1.966, com os silos elevadores de Santo Angelo e Palmeira das Missões, bem como a execução de apreciáveis obras complementares em várias unidades já construídas.

Enquanto isso, o ano de 1.965 assinalou a conclusão das obras de construção e de montagem do silo elevador de Carazinho, com a participação, pela primeira vez e de forma quase integral, de mão de obra especializada de pessoal da própria Autarquia, o que se está repetindo no silo elevador de Santa Bárbara do Sul, em fase adiantada de conclusão de montagem, também assim auspiciosamente conduzida, com apreciável economia, em termos de divisas, em relação às onerosas montagens das princi-

ras nove unidades da r ede, que, iniciada em 1.957, são agora atinge sua conclusão.

De outra parte,   auspicioso referir que o programa primordial da CESA, qual seja o de preserva o de safras agrícolas, registrou em 1.965 seu mais expressivo movimento, o que, aliás, não obstante a tarifa relativamente baixa, se acha evidenciado pelo apreciável movimento da receita operacional. Operando dez silos elevadores e quatorze armazéns seletores, êstes em parte prejudicados em sua capacidade total, pela ocorrência de obras dos silos conjugados, 1.965 registrou o seguinte expressivo movimento operacional:

Silos elevadores

Recebimento	-	220.699 toneladas
Expedi�o	-	212.351 toneladas
Expurgo	-	36.743 toneladas
Secagem	-	42.434 toneladas
Estocagem	-	412.675 toneladas/quinzena

Armazéns

Recebimento	-	358.752 sacos
Estocagem	-	2.304.707 sacos/quinzena
Expurgo	-	13.783 sacos
Secagem	-	151.207 sacos
Limpeza	-	83.765 sacos
Expedi�o	-	350.285 sacos

- As atividades técnicas da CESA, grandemente dificultadas pela carência de elemento humano, desde que vedadas novas contrata es, nos têrmos da Lei 4.528, e ante a evasão de não poucos técnicos, que encontram melhores condi es no setor privado, se cingiram principalmente   elabora o de projetos, não apenas de obras complementares, aos silos já construidos, mas expressivamente ao projeto de um silo completo, numa concep o diferente, mas essencialmente mais objetiva, econômica e prática, do que a do ante-projeto importado, quando o Estado não possuia experiência em rela o a silos elevadores em têrmos de r ede como a da CESA. O silo elevador de

Lagoa Vermelha, cujo edital de concorrência pública, já aprovado em 1.965, pelo Conselho Deliberativo, só poderá ser lançado em fevereiro de 1.966, será o primeiro a adotar a nova concepção, com soluções específicas para os problemas do Estado, devendo portanto ser o pioneiro de uma nova série de modernas unidades de estocagem. Não obstante, porém, aquela precariedade de recursos, outros setores vieram a ser abrangidos pelos estudos e atividades técnicas da CESA, como o estudo da necessidade, zoneamento e quantificação de novas unidades e tipos mais adequados; as observações e estudos sobre a recuperação do silo subterrâneo, que construído em 1.951 pela Secretaria da Agricultura em Erechim, jamais pôde ter utilização, em razão da unidade em suas células, de origem agora finalmente identificada e em vias de eliminação, com possibilidade de o silo ser posto em operação para guarda adequada e prolongada de feijão e milho; aos estudos, com a colaboração de técnicos da Secretaria da Agricultura, visando à preservação de produtos perecíveis, especialmente tubérculos e bulbos; ao estudo de condições de entresamento das atividades desta autarquia com o Departamento de Portos, Rios e Canais, visando a proporcionar melhores e eficientes condições para carga e descarga de produtos agrícolas a granel, nos dois principais portos do Estado; e estudos semelhantes com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, para adaptação de vagões ao transporte de grãos.

Dentre as demais atividades da CESA, merecem particular destaque: a conjugação de esforços com o Banco do Brasil, quer pela Carteira de Comércio Exterior, funcionando a CESA como fiél depositária de cereais de importação, quer pela Comissão de Compra de Trigo Nacional (CTRIN), funcionando a CESA inclusive como distribuidora oficial de quotas destinadas a estabelecimentos industriais; e os estudos que, sem prejuízo das atividades normais do órgão, se vêm processando no sentido de uma substancial reestruturação, quiçás também de natureza jurídica, do órgão, para que venha a preencher mais adequadamente suas finalidades essenciais, não apenas no tra-

tamento e estocagem de produtos agrícolas, mas, inclusive, racionalização do escoamento e financiamento das safras e, até mesmo, como reguladora do mercado de cereais e produtos agrícolas em geral, em sintonia com os motivos preponderantes que ditaram sua instituição.

COMISSÃO ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS

Identificação	Municípios Beneficiários	Unidade Medida	Quantidade	Data de		Data em Entrada em operação
				Início	Conclusão	
1. Silo	SANTA BÁRBARA	ton.	5.000	jun/60	abr/11/66	maio/66
2. Silo	CARAZINHO	ton.	10.000	jun/60	maio/65	maio/65
3. Silo	RIO GRANDE	ton.	20.000	março/57	maio/65	maio/65
4. Silo	PÓRTO ALEGRE	ton.	8.750	nov/64	out/65	agosto/62
5. Armazém	BAGÉ (Pulha Negra)	ton.	5.600	nov/65	jan/66	nov/58

OBSERVAÇÕES: Há três projetos novos, de execução prevista em 1.965, mas ainda não contratados: o silo elevador de Lagoa Vermelha, para 10 mil toneladas, disposto, em 65, da verba de Cr\$700 milhões; o silo subterrâneo de Erechim, cuja recuperação está orgada em Cr\$97 milhões; e o Armazém de Nova Prata, disposto da verba de Cr\$100 milhões, verbas essas revigoradas para 1.966.

Também ainda não se acham contratadas, mas deverão ser executadas em 1.966, obras complementares nos armazéns de Ibaré, Caçapava do Sul e Cangussu, para proporcio - nar-lhes melhores condições de acesso e movimentação dos veículos, e nos silos de Cruz Alta, Bagé, Carazinho e Passo Fundo, para pavimentação dos pátios de manobras dos veículos.

III. 3.2. - INSTITUTO TECNOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL

Apesar d'êste Instituto continuar atravessando um período difícil, face as suas precárias instalações, sua atuação durante o exercício de 1965 foi deveras satisfatória, não só quanto ao volume de trabalho, mas principalmente quanto à natureza dos trabalhos que exigiram muitas vêzes excepcional capacidade para realização.

A seguir dá-se uma descrição sumária de tôdas as atividades técnicas do Órgão:

III. 3.2.1 - TRABALHOS DE ROTINA

Ano	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Certificados	3143	2748	2844	2532	2160	2350	2692	3440
Relatórios	132	186	160	188	191	265	173	142
Pareceres	16	10	16	25	17	9	32	17
Cartas Explicativas	21	23	29	28	22	40	22	23

III. 3.2.2 - TRABALHOS ESPECIAIS

III. 3.2.2. - 1. SERVIÇO DE QUÍMICA ORGÂNICA

Pesquisa de fungo *Cladosporium resiniae* em querosene de aviões a jato.

Pareceres técnicos relativos a óleo de tungue, farelo de soja, torta de soja.

Estudo de avaria em trigo e juta.

Parecer sôbre equipamento para curtumes.

Assistência à "Indústria de Tintas Louçalin" - estudo de processos de fabricação de tintas.

Estudo de uma pasta de polimento de pinturas.

Peritagem em fábrica de tecidos.

Parecer sôbre o estado de uma chapa de estampar couros.

Estudo sôbre especificações para patins de carro de combate.

Pareceres sôbre métodos de análise de tanantes e couros, com finalidade de elaboração de normas.

Estudo da ação de cidra sôbre rolha à base de borracha e plástico.

Estudo sôbre elastômero de cloropreno não vulcanizado.

Estudos de canos de PVC.

Resistência de válvula de polietileno à água fervente.

Estudo de causas de estufamento de enlatados de aspargo e de palmito.

Estudo de causa de defeitos em amostras de salame tipo italiano.

Pesquisa de salmonelas em carne para exportação.

Estudo sistemático dos tipos de cana de açúcar cultivado no Estado, visando fixação de época ótima de maturação - Estudo realizado a pedido de Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA).

III. 3.2.2. e 2. Serviço de Química Inorgânica

Determinação de ensaios de lavabilidade de carvões da bacia de São Jerônimo para Aços Finos Piratini S.A.

Determinação de análise imediatas e poder calorífico de amostras de carvão da bacia do Irui, em colaboração com o Departamento Autônomo de Carvão Mineral.

Ensaios de degaseificação de navios petroleiros.

Pareceres sôbre periculosidade e insabubridade de

estabelecimentos industriais.

Estudos de adesividade de agregados diversos do Estado em relação a materiais betuminosos, a pedido do DNER e DAER.

III. 3.2.2. - 3. Serviço de Aglomerantes e Concreto.

Ensaios de caracterização de materiais e dosagens experimentais dos concretos produzidos:

na pavimentação de aeroportos sob a fiscalização do Departamento Aeroviário (Bagé e Sta. Maria) em obras de arte fiscalizadas pelo DAER em obras de arte fiscalizadas pelo DNER nas obras de construção da Cidade Universitária da Universidade Federal de Santa Maria.

nas obras de construção de diversos edifícios do interior do Estado e da Capital, a pedido de particulares.

Contrôle da qualidade do concreto produzido nos canteiros de obras da Petrobrás:

na Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas.

na Terminal Almirante Soares Dutra, em Tramandaí.

Ensaios de tubos de concreto a pedido do DAER, da Petrobrás e da Prefeitura de Porto Alegre. Colaboração na elaboração da especificação EB-6 para tubos de concreto simples.

Ensáio de qualidade do cimento:

ensaios periódicos dos cimentos produzidos pelas fábricas do Rio Grande do Sul: Cia. de Cimento Brasileiro e Cia. Cimensul;

ensaios solicitados pela Petrobrás, Departamento Aeroviário e outros, sobre cimentos de procedência nacional e estrangeira.

Ensaios de agregados para pavimentação betumino-

III. 3.2.2.- 4. Serviço de Solos e Fundações

Estudo dos materiais que vão constituir as barragens e fundações da Usina de Tainhas - CEEE.

Estudo para consolidação dos diques de Aguirre e das Flôres para o DNER.

Pesquisas dos materiais destinados à Estrada da Produção, ramo Norte - do DAER.

Estudo das condições de fundação de Silos de Lagoa Vermelha, Erechim e Esteio, para a OESA.

Estudo das condições do dique de Navegantes e Matias Velho para o DNOS.

III. 3.2.2. - 5. Serviço de Madeiras

Caracterização Físico-Mecânica das espécies lenhosas do Sul do País.

Ensaio de compressão normalmente às fibras.

Ensaio de ligações pregadas

Estudo de madeiras para dormentes para a Rede Ferroviária Federal.

Estudo de durabilidade da madeira em campo de prova.

Assistência técnica a várias indústrias regionais produtoras de cola animal, relativas ao estudo de colas animais para exportação.

Estudos sobre lixiviação de sais preservativos de madeira (trabalho concluído) e ataque acelerado de fungos (trabalho em execução), por solicitação de indústrias paulistas.

Classificação de madeiras para dormentes a serem lançados no Tronco-Principal Sul, a pedido dos batalhões ferro e rodoviário, de Bento Gonçalves e Vacaria.

III. 3.2.2. - 6. Serviço de Metrologia

Atividades delegadas pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas.

Aferição de tôdas as balanças e pesos produzidos

no Estado e sujeitos a aferição inicial.

Aferição das bombas de gasolina (mais de 2.000) montadas nos postos do Estado (todos os municípios foram visitados).

Aferição de balanças de grande capacidade (acima de 10 t.)

Aferição de 736 caminhões - tanque para transporte de líquidos inflamáveis ou não.

Aferição de termômetros e densímetros.

Serviço de fiscalização de padarias no interior do Estado.

Emissão de parecer técnico relativo a máquinas empregadas na indústria de pregos.

Emissão de parecer técnico sobre máquina de contabilidade.

Emissão de certificados sobre rigides dielétricas de óleo para transformadores.

Relatório sobre níveis de temperatura e pressão.

Arqueação de tanques de armazenamento de combustíveis líquidos.

Aferição de prensas para ensaio de corpos de prova de concreto.

Aferição de manômetros.

Fiscalização metrológica dos municípios delegados.

Fiscalização de fábricas de extintores de incêndio possuidores da "Marca de Conformidade" da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

III. 3.2.3. - Trabalhos de Pesquisa Realizados

Elaboração do charque pela salga direta em pilha e eliminação da salga convencional em salmoura. Tecnologista Nelson Carlos Gutheil. Apresentado ao XV Congresso Brasileiro de Química.

Inativação da lipase do farelo de arroz. Tecnologista Frederico Ponte Filho. Apresentado ao XV Congresso Bra-

sileiro de Química.

Emprêgo de caulins do Rio Grande do Sul em composições de borracha. Tecnologista Edmundo Cidade da Rocha. Apresentado ao XV Congresso Brasileiro de Química.

Estudo petrográfico dos Carvões do Rio Grande do Sul. Tecnologista Joanna Nahuye. Apresentado ao Congresso Brasileiro de Geologia.

"Sôbre o envelhecimento e a suscetibilidade a rupturas do tipo frágil de chapas e tiras finas de aço carbono - para estampagem". Tecnologista Frederico Werner Hugo Grundig. Apresentado ao XX Congresso Anual da Associação Brasileira de Metais.

III. 3.2.4 - Atividades didáticas

Foram realizados os seguintes cursos especializados, destinados a pessoal da indústria:

- a) Curso de Curtimento. Patrocínio Cons. Nac. Pesquisas
- b) Curso de Auxiliares Técnicos de Administração de Frigoríficos. Patrocínio do Instituto Sul Riograndense de Carnes, Ministério de Educação e Cultura e ONPq
- c) Curso de Tecnologia da Borracha. Patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas e Ministério de Educação e Cultura.

Foram ainda ministradas aulas práticas nos diferentes laboratórios deste Instituto para alunos das Escolas de Engenharia e Geologia, Faculdade de Arquitetura e Escola Técnica Parobé.

III. 3.2.5 - Convênios

Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA)

Estudo de maturação e competição de variedades de cana de açúcar.

Instituto Sul Riograndense de Carnes

Curso para formação de auxiliares de adminis-

tração de Matadouro-Frigorífico, com vistas à indústria de carne.

Ministério de Educação e Cultura (CAPES)

Concedendo auxílio a ser empregado exclusivamente na aquisição de equipamento científico e de material bibliográfico necessários para os trabalhos de pesquisa.

Ministério de Educação e Cultura (Diretoria de Ensino Industrial)

Realização Curso Tecnologia da Borracha.

Realização Curso Auxiliar Técnico de Matadouro.

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás.

Térmo aditivo nº 1 ao convênio C-10, para prestação de assistência técnica.

Conselho Nacional de Pesquisas

Auxílio financeiro para realização do Curso de Técnicos de Matadouros, Frigoríficos e Industrialização de Bovinos e Suínos.

Conselho Nacional de Pesquisas

Auxílio financeiro para aquisição de um extensômetro eletrônico de alta precisão para o Serviço de Metais e Metalografia.

Conselho Nacional de Pesquisas.

Auxílio para aquisição de dois microscópio e um Micrótomo com acessórios.

Conselho Nacional de Pesquisas

Auxílio destinado ao funcionamento do Curso de Curtimento.

Conselho Nacional de Pesquisas

Auxílio a ser empregado no funcionamento do Curso sobre Elementos de Tecnologia da Borracha.

III. 3.3 AÇOS FINOS PIRATINI S. A.

O exercício social de 1965 foi efetivamente aquele que trouxe à futura implantação da Usina Siderúrgica, pretendida pelo AFP, as últimas definições que se faziam necessárias.

Logo no início do ano, reativando os contatos mantidos com a firma suéca AB BOFORS, com a LURGI Gesellschaft für Chemie und Hüttenwesen e com a EISENBAU ESSEN, foram acertadas as últimas demarches que se faziam necessárias para concretização da obra desejada, que dependia ainda, então, de uma confirmação concreta e positiva do aproveitamento do carvão rio-grandense. Os contatos, além das firmas já mencionadas, se estenderam à Steel Company of Canada, onde o processo da redução do minério a ser adotado pela Piratini estava sendo aplicado já por três anos, em escala industrial.

Constatada a eficiência do processo, firmou-se com a Companhia Vale do Rio Doce um convênio para realização, em comum, pela LURGI, de testes de redução com carvão gaúcho, com teor de 15 a 35% de cinzas. Dito carvão foi obtido nas instalações da própria Piratini, em Charqueadas, que beneficiou o carvão "run of mine", de mais de 50% de cinzas, reduzindo esta percentagem à exigida para os ensaios que deveriam realizar-se. Assim, conseguiu-se remeter à Alemanha, para os testes indispensáveis, 30 toneladas de carvão, com teores de cinza variáveis, enquanto que a Companhia Vale do Rio Doce proporcionou os finos de minério, indispensáveis ao estudo do processo. Com grande gáudio para a empresa, como de resto para o próprio Estado, os testes realizados pela LURGI, e que foram assistidos por químicos e engenheiros desta empresa e da Vale do Rio Doce, revelaram que o carvão em experiência, dada a sua alta reatividade, podia ser considerado um carvão excelente para a finalidade em mira. Nessas condições, o carvão de Charqueadas, considerado podre e ruim, passou a ser uma ótima matéria-prima para os fins visados. Dessas experiências, a Piratini recolheu amostras e relatórios-

os mais positivos, permitindo uma recalculação no custo da produção do ferro esponja, que deverá ser obtido afinal para transformação. O custo da produção, então obtida, tornará o ferro esponja, de produção da AFP capaz de competir em preço com a gusa de Minas Gerais e a futura produção de aço estará em condições de preço e qualidade para concorrer, inclusive, no mercado mundial. Foi uma vitória para o Rio Grande e para o país, pois importará a Aços Finos Piratini processo inédito e eficiente, cujo "know-how" poderá ser aproveitado, inclusive, por outras siderúrgicas do Brasil, reduzindo-se, em grande parcela, a importação de coque, com real economia de divisas e sobretudo dando ao país a possibilidade de tornar-se independente no setor siderúrgico.

Com os resultados obtidos e altamente positivos, pôde ser concluído o projeto básico, ponto de partida para a implantação final da usina. Pelos cálculos feitos por especialistas estrangeiros e conferidos por nacionais da mais alta competência, pôde-se concluir por uma alta rentabilidade e economicidade do projeto Piratini.

Concluído esse trabalho preliminar, a Aços Finos Piratini se pôs imediatamente em campo para a realização de serviços e estudos que deveriam complementar o projeto básico, a fim de que fosse possível passar, desde logo, à concretização da idéia de implantação da usina prevista.

Nessas condições, entretanto em contato com escritórios especializados, a Piratini contratou, afinal, os serviços de um consórcio, composto de quatro firmas, sendo três nacionais e uma estrangeira, cabendo-lhes a coordenação geral do empreendimento, detalhamento do projeto das unidades siderúrgicas e auxiliares, especificação de materiais e equipamentos, coordenação e fiscalização do detalhamento da obra, coordenação da operação experimental e organização da empresa. Com esse contrato, a Piratini deu um passo decisivo e final para levar a bom término o seu projeto.

Concomitantemente, com a conclusão dos estudos a que nos referimos acima e do que resultou a avaliação dos investimentos, cogitou a Diretoria da elevação de seu capital so-

cial, de Cr\$ 3.000.000.000, para Cr\$ 62.000.000.000, mínimo considerado indispensável para a realização do empreendimento. Com esse objetivo, promoveu reunião de seus principais acionistas, ou sejam, o Estado do Rio Grande do Sul e a Comissão do Plano de Carvão Nacional, os quais, à vista das exposições apresentadas pelos técnicos, concordaram em que se tomassem, em tempo oportuno, as medidas necessárias para afeição do pretendido aumento de capital, a que, segundo prognósticos, deverá se dar nos primeiros meses de 1966.

Concluído o projeto básico, o mesmo foi encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para fins de obter financiamento e aval, que se faziam necessários. O primeiro contato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, feito através de seu Presidente resultou no envio técnico, pelo BNDE, ao exterior, para verificação de elementos e dados desconhecidos no país e que se achavam incorporados ao projeto. Ao que consta, a verificação feita por esses emissários do BNDE foi altamente satisfatória e sumamente desvanecedora para a Piratini. Entretanto, o projeto continua em estudo naquele Banco, não tendo esta empresa recebido, ainda, qualquer comunicação oficial a respeito.

Depois de contatos que devem ser completados no país, o projeto deverá ser apresentado ao Banco Internacional de Desenvolvimento, para fins de financiamento de parte que lhe é destinada.

No decurso de 1965, foram iniciadas, em Charqueadas, algumas obras civis que independem de maior detalhamento, tendo sido investidos, nessas obras, aproximadamente Cr\$ 400.000.000, até o fim do exercício. Nessas condições, poderão ser efetivadas, com o fim de adiantar as obras de execução da usina propriamente dita, as seguintes unidades: porto da usina, oficina de manutenção da usina, manutenção das obras civis, almoxarifado, oficina de treinamento, restaurante, sistema viário da usina e da Vila Residencial, algumas habitações para pessoal das obras e serviços de menor relevância.

Tendo assinado, em 1964, contrato com a AB BOFORS, a

mesma continua dando a sua assistência ao detalhamento do projeto, bem como dará assistência técnica e "know-how" para a fabricação de aços especiais no futuro.

Acham-se concluídos, também, os entendimentos com a LURGI Gesellschaft für Chemie und Hüttenwesen, para uso do processo de redução SL/RN, devendo o respectivo contrato ser assinado nos primeiros meses de 1966.

Como as atuais instalações de escritórios da Piratini, em Porto Alegre, foram consideradas insuficientes e também porque havia necessidade de termos um depósito para recolhimento de materiais, a Diretoria resolveu adquirir um imóvel próprio, que pudesse atender as finalidades previstas. Nessas condições, adquiriu um imóvel na rua Cândido Gomes, nesta Capital, com fácil acesso a todos os meios de transporte. A aquisição foi feita por preço bastante razoável e os serviços de adaptação estão sendo realizados, esperando-se que estejam concluídos até o mês de março de 1966, quando então a empresa transferirá para lá a sua sede, onde tem, inclusive, área bastante para uma futura e possível expansão.

Todos os trabalhos se desenvolveram normalmente, tanto cada um dos funcionários da empresa contribuído com a sua parcela de dedicação para o êxito do empreendimento.

III. 4. - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS



1.

III. 4.1. - SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS

Foram as seguintes as realizações que de maior importância se revestiram, no exercício de 1965 e que oferecem condições favoráveis ao equacionamento mais racional dos problemas comuns à Secretaria de Obras Públicas e, a seu turno, possibilitam elaboração e execução de programas de conteúdo significativo, mais ajustados à realidade social riograndense.

1 - SANEAMENTO

A administração concentrou grande esforço em prosseguir a execução do Plano de Saneamento do Estado, com vistas a responder mais objetivamente às necessidades das populações interiorâneas nesse terreno.

No exercício de 1965, conseguiu atingir uma das metas a que se propunha, qual seja a de reformular a política de Saneamento, para dar-lhe bases e execução mais adequadas a imposições da realidade social e aos reclamos do bem-estar da coletividade gaúcha.

Concluiu-se que, para tanto, se impunha atuação mais agressiva, mobilização mais rápida de recursos humanos e financeiros para contornar, ou resolver, dificuldades e prover, com larga margem, para o amanhã.

Empreendeu-se o estudo da questão, recolhendo do que o Estado já realizara um acervo rico de experiências. Buscaram-se em algumas unidades da Federação, informações a-cêrca dos programas ali em execução. Confrontaram-se resultados com o que se pretendia e dêles se extraiu o mais conveniente diante de nossas possibilidades.

Partiu-se da premissa da descentralização administrativa, fixando-se nas coordenadas principais da auto-suficiência dos serviços, de há muito recomendada em lei, mas

ainda sem a capacidade permissiva do cumprimento de um programa extenso de realizações.

Adotou-se, então, o princípio de regime tarifário definido ou, melhor, a realidade tarifária, de modo que as taxas, periódicamente reajustáveis, pudessem responder sempre, no mínimo, à amortização dos investimentos e aos encargos de manutenção e de custeio.

Na oportunidade da reestruturação desta Secretaria, formalizou-se a modificação das diretrizes que, até aí, vinham sendo adotadas.

Criou-se o Departamento de Saneamento, quando se coordenaram todos os serviços de saneamento embora localizados em setores diversos.

Era o primeiro passo, aberto à execução mais racional dos programas.

Fixados no princípio de auto-suficiência e colhendo já os primeiros resultados, pudemos adquirir 60.000 hidrômetros no valor aproximado de Cr\$ 2.005.398.300 e pagamento à vista - os quais representam fator de grande importância em matéria de abastecimento d'água: disciplinam o consumo e, em consequência, põem termo a situações abusivas, com reflexo direto sobre a capacidade das Hidráulicas que, obviamente, aumenta; e possibilitam a tarifa justa.

Com o intuito de alcançar recursos mais expressivos para investimentos capazes de levar à melhoria dos atuais serviços e a obras novas, cuidou-se de criar a Taxa de Saneamento que no exercício econômico-financeiro de 1966 dará a possibilidade de aplicar cerca de dois bilhões e meio de cruzeiros em obras de saneamento.

Dentro do mesmo imperativo de maiores recursos, passou-se a fazer estudos tendentes à criação de um organismo que tivesse condições de comparecer diante de Órgãos financeiros, com lastro suficiente à atração de recursos para investir em obras de saneamento básico. Daí, a conclusão de instituir a Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN).

Esta, em suas linhas estruturais, prevê "realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços públicos de abastecimento d'água potável e de esgotos sanitários, bem como qualquer outra atividade afim."

No tocante a obras realizadas em 1965, concluíram-se quatro Hidráulicas, prosseguiram-se as obras de trinta e seis, iniciaram-se quatorze. Ampliaram-se 25.350 metros de redes distribuidoras d'água potável e perfuraram-se trinta e três poços tubulares profundos, na extensão de 2.594,10 metros, achando-se em trabalhos de perfuração oito.

Quanto a projetos, concluíram-se vinte e três, de novos sistemas de abastecimento d'água e dois, de novos sistemas de esgotos sanitário e pluvial; concluíram-se, mais, três projetos de ampliação de sistemas de abastecimento d'água; e quatro, de redes de esgoto. Ainda: quatorze de redes de distribuição d'água. Em elaboração, há onze projetos de novos sistemas de abastecimento d'água; dois, de novos sistemas de esgoto sanitário; seis, de ampliação de sistema de abastecimento d'água; e quatro, de redes de distribuição.

No plano de barragens, contam-se cinco projetos em andamento e processam-se os estudos da barragem do Cafundó.

No que respeita a aqudagem, elaborou-se o Plano de Aqudagem do Estado.

A SOP mantém em exploração industrial 101 Hidráulicas, atendendo 157.000 ligações, o que vale dizer, fornecendo água potável a, em média 785.000 pessoas.

Através do Instituto de Pesquisas de Saneamento Engenheiro João Magalhães Filho, processam-se estudos e análises para especificação de tratamento da água a ser distribuída pelas Hidráulicas - afora fiscalização e controle para prevenir a poluição das águas e do ar.

Para o alcance destes objetivos e na finalidade de preparar o pessoal que opera nas Hidráulicas, realizando cursos de formação especializada, os quais somam o número de dois, pelo I.P.S.; e três pela Divisão Industrial.

2 - PRÉDIOS PÚBLICOS

Com a reestruturação da SOP, criaram-se condições ao atendimento mais eficaz da questão de prédios públicos. As então Residências dos diversos setores constitutivos desta Secretaria, além de terem seu número aumentado para 28, foram aglutinadas em 4 Regiões de Obras - as quais passaram a atender tudo que refere a obras públicas e a prestar assistência técnica quando solicitada. Com esta providência, concretizou-se a efetiva interiorização desta Secretaria, tornando marcante sua presença nas comunidades.

Discriminando as atividades conferidas ao Departamento de Obras:

- 1 - Divisão de Prédios Escolares
 - a) Projetos de prédios escolares - 38
 - b) Anteprojetos de prédios escolares - 8
- 2 - Divisão de Obras Penitenciárias
 - a) Obras novas - 4
 - b) Obras de recuperação - 5
 - c) Projetos elaborados - 8
- 3 - Divisão de Obras Gerais
 - a) Obras novas - 2
 - b) Conservação de prédios públicos - 6
 - c) Estudos e projetos - 19

Num destaque especial às Regiões de Obras:

- | | |
|---|---------|
| 1 - Conservação e reformas | - 1 742 |
| 2 - Obras concluídas | - 11 |
| (10 prédios escolares e 1 Posto de Saúde) | |
| 3 - Obras em prosseguimento | - 14 |
| 4 - Obras em andamento | - 18 |

3 - PLANEJAMENTO

Sob as novas diretivas que se imprimiram na Secretaria das Obras Públicas, vários trabalhos se vêm realizando no âmbito de Planejamento, com reflexos que já se antevêm de suma importância, inclusive para a economia do Rio Grande. Assim, encontra-se na fase de levantamento de dados estatísticos o Planejamento Regional do Vale do Rio dos Sinos que proporcionará incontáveis recursos para o desenvolvimento de toda aquela região.

De outra parte, no que toca a Urbanismo, elaboraram-se Planos Diretores para 36 Municipalidades. Projetaram-se 11 Praças. Deu-se assistência técnica à implantação de Planos Diretores em 14 cidades.

Cabe, aqui, ressaltar a assistência constante prestada a Municípios nos problemas que nos encaminham, ligados às específicas atribuições desta Pasta - em geral, bastante diversificados.

4 - CONSELHOS

1 - Em 1965, nova organização foi prevista para o então Conselho de Controle de Poluição das Águas, estendendo-se suas atribuições também ao controle da poluição atmosférica e aumentando o número de participantes de 12 para 15. Nesse mesmo ano se instalou.

2 - Outra iniciativa merecedora de registro, no quadro dos órgãos de coordenação e colaboração, é a que importou em criar o Conselho de Coordenação de Obras Públicas, do qual participam representantes de todas as Secretarias de Estado e de Órgãos da administração centralizada diretamente subordinados ao Governo do Estado.

Com esta medida, ensejam-se oportunidades de melhor entrosamento dos interesses dos referidos setores, num plano mais orgânico de realizações.

IV. - ÁREA SERVIÇOS GERAIS

Esta área abrange as atividades que compõem a Função de Governo e Administração Geral, atividades estas desempenhadas pelos seguintes Órgãos.

- IV. 1. - Governo e Administração Geral
 - IV.1.1. - Conselho Regional de Desportos
 - IV.1.2. - Secretaria de Estado dos Negócios da Administração
 - IV.1.3. - Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça
 - IV.1.4. - Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda
 - IV.1.5. - Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública
 - IV.1.6. - Brigada Militar do Estado

IV. 1. - GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

IV - 1.2 - SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As realizações da Secretaria em 1965 foram:

1 - Regularização do Pessoal Variável e Interino.

Este objetivo teria sido totalmente alcançado no decorso de 1965, não fôra o advento da Lei nº 4455, de iniciativa do Poder Legislativo, que suspendeu a realização das competições já em andamento na ocasião.

No entanto, pode-se dizer que um mínimo de dois terços do trabalho foi realizado. Efetivou-se a nomeação dos aprovados nos doze primeiros concursos homologados; mais de 30 outros ficaram concluídos em 1965 e os restantes, cêrca de 40, estão em fase final. Tudo de modo a permitir que até abril de 1966 estejam finalizados os 92 concursos, afóra os do magistério, abertos com base nas Leis 4698 e 4788, com o que se terá regularizado definitivamente a situação de pessoal contratado e interino nos órgãos centrais.

2 - Novo sistema de classificação de cargos.

Com o advento da Lei 4914, de 31.12.64, que consagrou o projeto encaminhado pelo Executivo, estabelecendo a reorganização dos quadros de pessoal do Estado, e estabelecendo novo sistema de classificação de cargos, cabe a Secretaria pô-la em execução, através de um conjunto de medidas complementares, entre as quais se destaca:

a - Regulamentação do novo sistema de substituições, prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos, o que se deu através do Decreto 17.294, de 11.5.1965, fixando não apenas normas, mas consagrando uma nova orientação sôbre a matéria.

IV - 1.2 - SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As realizações da Secretaria em 1965 foram:

1 - Regularização do Pessoal Variável e Interino.

Este objetivo teria sido totalmente alcançado no decurso de 1965, não fôra o advento da Lei nº 4455, de iniciativa do Poder Legislativo, que suspendeu a realização das competições já em andamento na ocasião.

No entanto, pode-se dizer que um mínimo de dois terços do trabalho foi realizado. Efetivou-se a nomeação dos aprovados nos doze primeiros concursos homologados; mais de 30 outros ficaram concluídos em 1965 e os restantes, cerca de 40, estão em fase final. Tudo de modo a permitir que até abril de 1966 estejam finalizados os 92 concursos, afóra os do magistério, abertos com base nas Leis 4698 e 4788, com o que se terá regularizado definitivamente a situação do pessoal contratado e interino nos órgãos centrais.

2 - Novo sistema de classificação de cargos.

Com o advento da Lei 4914, de 31.12.64, que consagrou o projeto encaminhado pelo Executivo, estabelecendo a reorganização dos quadros de pessoal do Estado, e estabelecendo novo sistema de classificação de cargos, coube a Secretaria pô-la em execução, através de um conjunto de medidas complementares, entre as quais se destaca:

a - Regulamentação do novo sistema de substituições, prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos, o que se deu através do Decreto 17.294, de 11.5.1965, fixando não apenas normas, mas consagrando uma nova orientação sobre a matéria.

b - Estágio de Preparação - Pelo Decreto 17411, de 6.8.1965, foi regulamentado o Estágio de Preparação, modalidade de seleção de pessoal estabelecida pela Lei 4914 e destinada a permitir que se busque, para determinados cargos, elementos não só teoricamente preparados, mas em condições de realizar prática e objetivamente as atribuições pertinentes ao respectivo cargo, tão logo o ocupem.

A aplicação efetiva deste novo instituto processou-se através da realização de concurso para ingresso no curso destinado a preparar candidatos ao cargo de Observador Meteorológico. Em tempo record realizaram-se as provas respectivas, tendo sido necessárias três chamadas a fim de atingir a um número considerável de candidatos habilitados.

Realizada a primeira parte do curso na Estação Experimental da Secretaria da Agricultura, em Veranópolis, passou-se à segunda etapa, consistente na prática dos trabalhos próprios do cargo, nos diferentes locais de trabalho, ambas com amplo sucesso.

c - Enquadramento do Pessoal - Em obediência ao estabelecimento no diploma que reorganizou os quadros de pessoal e estabeleceu novel sistema de classificação de cargos, processou-se intenso trabalho que culminou com a expedição de atos incluindo todos os funcionários dos órgãos centrais, nas novas situações estabelecidas, o que implicou numa revisão geral dos assentamentos individuais.

d - Lotação de Pessoal - Face aos termos do artigo 86 da mencionada Lei 4914, a Secretaria superintendeu os trabalhos dos demais órgãos no sentido de estabelecer a lotação dos cargos do Quadro Geral dos Funcionários Públicos em cada unidade de serviço da Administração, com o que se introduz uma das mais recomendáveis normas de administração pública, não só para a firmeza da execução da política geral de pessoal, como, também, para a maior racionalização dos serviços.

3.

Vários órgãos tiveram seu trabalho concluído, e os demais se encontram em fase final de revisão na Divisão de Organização, e no início de 66 estarão em condições de serem publicados.

3 - Novo plano de pagamento.

Através da Lei 4937, de 22.2.1965, estabeleceu-se novo plano de pagamento para o Quadro Geral dos Funcionários Públicos, tendo como base o estudo técnico dos cargos mediante a avaliação pelo sistema de pontos, considerando-se os diferentes fatores que os compõem.

Pela primeira vez, realizou-se trabalho dessa natureza, de caráter pioneiro, aliás, no serviço público brasileiro. Fugiu-se da improvisação para realizar-se um trabalho sério, de profundidade e de grande alcance. A sua concretização vem, dia a dia, ressaltando o acerto desta iniciativa, que não se completou com a simples promulgação da lei. Vários dispositivos dependem de regulamentação ou de aplicação objetiva, o que se vem fazendo normalmente.

4 - Organização e Reorganização dos Serviços.

A Secretaria levou a cabo intenso trabalho, não só tendente ao cumprimento do dispositivo da Lei 4914, que estabeleceu a lotação dos cargos em cada unidade de serviço, como também da reorganização de serviços.

A partir da efetiva organização da Pasta, através do Decreto nº 17.361, de 22.6.65, vários outros trabalhos dessa natureza foram concluídos ou se acham em fase final, fato que implicará num geral ajustamento de todos os serviços à realidade existente e sempre com vistas à maior produtividade na concretização de suas tarefas.

5 - Processamento Eletrônico de Dados

Em 1965, após demorados estudos, realizou-se o julgamento das várias propostas referentes ao fornecimento de equipamento eletrônico para o processamento de dados. Em decorrência, assinou-se o contrato com a empresa vencedora e iniciou-se as medidas objetivas tendentes à organização e funcionamento do Centro de Processamento Eletrônico de Dados, que deverá prestar serviços no decorrer do primeiro semestre de 66.

Iniciar-se-á, assim, revolucionária fase na administração estadual, capaz de aumentar-lhe extraordinariamente a eficiência, como é fácil de prever.

6 - Inspeções Médicas

A Divisão de Biometria Médica que, dentro de suas possibilidades materiais, sofreu uma revisão na rotina de trabalho, deu prosseguimento normal às tarefas que lhe são peculiares. O vulto destas é avaliado pela expedição de 38.252 laudos, dos quais 26.610 foram de licenças.

7 - Departamento Estadual de Compras

O Departamento desincumbiu-se com eficiência das atribuições que lhe são conferidas, salientando-se a economia de Cr\$96.122.543 num movimento de compras que atingiu a Cr\$.. 895.636.075. Deve-se isto às aquisições à vista ou, no caso de veículos, feitas diretamente das fábricas.

8 - Conselho de Serviço Público

A Secretaria do Conselho registrou o recebimento de 461 processos para exame deste Órgão Colegiado, tendo sido prolatados 368 pareceres.

IV - 1.3 - SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Nos diversos setores desta Pasta, as atividades podem ser assim resumidas:

IV - 1.3.1 - DIRETORIA DAS RELAÇÕES CONSULARES

Além das atividades de rotina, sobressairam alguns destaques, a seguir relacionados:

Visita de Embaixadores:- Durante o ano, o Estado foi visitado pelos seguintes Embaixadores: Senhor LINCOLN BORDON, dos Estados Unidos da América do Norte (duas visitas); Senhor EUGÊNIO PRATO, da Itália; Senhor YOSEF NAHMIA, de Israel; Senhor ALEKSANDER KRAJEWSKI, da Polônia; Doutor GERHARD SEELOS, da Alemanha e Senhor KNUT THOMMESSEN, da Noruega.

Outras visitas de personalidades estrangeiras:- A Diretoria recebeu outros ilustres visitantes, como o Burgomeister de Hamburgo, Senhor EDGAR ENGELHARD, proporcionando visitas à Associação Comercial, Centro das Indústrias, Caxias do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Visita em caráter comercial, de uma comissão de industriais noruegueses, diretores da Boregaard.

Visita do Técnico Penitenciário dos Estados Unidos, Senhor LOREN DAGETT.

Visita do Cônsul Geral da Tchecoslováquia.

Movimentação dos Cônsules: - Foi organizado um jantar de despedida ao Cônsul da Espanha, Senhor ELOY IRANÉZ BUENO.

Apresentação do Cônsul de Portugal, Senhor JOÃO UVA DE MATOS, às autoridades do Governo do Estado.

Movimento Cultural: - Ciclo de 5 conferências sobre o filósofo espanhol Sêneca, em colaboração com o Consulado da Espanha, realizado na Pontifícia Universidade Católica.

IV - 1.3.2 - DIRETORIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Durante o ano de 1965, a Diretoria do Interior e Justiça, movimentou 1.671 processos, dos quais 316 foram despachados e 393 informados, figurando também: 51 declarações de utilidade pública, 1 concessão de pensão, 30 concessões de exequatur, 18 concessões de reconhecimento provisório, 4 cartas rogatórias, 6 perdas de direitos políticos, 6 anteprojetos de lei, 1 projeto de decreto, 677 revisões de proventos de servidores inativos da Justiça e 6 quadros coletivos de revisão de proventos.

DEPARTIÇÕES SUBORDINADAS

IV - 1.3.3 - JUNTA COMERCIAL

No decurso de 1965, cumpriu a Junta Comercial suas finalidades específicas, desenvolvendo as seguintes atividades, de fundamental importância para a vida das firmas e sociedades comerciais, com sede ou filiais no Estado:

1. Autenticação de livros comerciais.
2. Registro de firmas comerciais.
3. Arquivamento dos atos constitutivos, alterações e dissoluções das sociedades comerciais.
4. Autenticação de documentos.
5. Fornecimento de certidões e fotocópias.

As atividades administrativas desdobram-se em seus diversos setores, tendo sido protocoladas 25.796 expedientes, dos quais 23.361 foram arquivados, por deferimento de MM Junta Comercial. A Secretaria do Órgão forneceu 3.002 certidões e 2074 cópias fotostáticas, resultando uma arrecadação de Cr\$. 3.150.542.

No exercício em referência, foram recebidos, autenticados, ultimados e entregues as partes 47.451 livros comerciais,

rendendo este serviço aos Cofres Públicos a importância de... Cr\$16.588.285, arrecadada em estampilhas.

As incidências fiscais, devidas em estampilhas estaduais, sobre os atos a cargo da repartição, atingiram a Cr\$. 261.253.187, sendo dispendidos Cr\$50.028.533 com encargos de pagamento de pessoal, material de expediente, aluguéis, etc., havendo um superavit de Cr\$211.224.654, mais de 4 vezes o valor total da dotação orçamentária destinada à Junta Comercial.

Cumpre ainda ressaltar que, a par das atividades registradas, a Junta Comercial, através de sua Secretaria e seus consultores, prestou assistência e orientação verbal a dezenas de consulentes, diariamente.

IV - 1.3.4 - ARQUIVO PÚBLICO

De todas as atividades do Arquivo Público, as que se destacaram por sua importância são as de guarda e conservação dos documentos emanados dos Poderes do Estado e a extração de certidões referentes a essa documentação.

No decorrer do ano de 1965 foram extraídas 315 certidões e feitas 243 anexações.

IV - 1.3.5 - CONSELHO PENITENCIÁRIO

No transeurso do ano de 1965, o Conselho Penitenciário realizou 111 sessões, assim discriminadas:

Deliberativas	52
Especiais para cerimonial de livramento condicional	52
Extraordinárias	8
Foram lavrados 30 termos de liberação.	

IV - 1.3.6 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

No ano de 1965 foram impressos 1.611.350 jornais, tendo sido recebidos no serviço de obras 1948 boletins de encomendas.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA

Publicações pagas.....Cr\$	428.171.285
Publicações debitadas.....Cr\$	881.206.265
Obras pagas.....Cr\$	1.225.460
Obras debitadas.....Cr\$	398.852.794
Assinaturas.....Cr\$	15.057.807
Venda avulsa.....Cr\$	<u>1.164.500</u>
Total Geral.....Cr\$	1.725.638.109

SINOPSE

Receita realizada.....Cr\$	1.725.638.109
Despesa total.....Cr\$	<u>981.230.851</u>
SUPERAVIT.....Cr\$	544.407.258

IV - 1.3.7 - SERVIÇO SOCIAL PENITENCIÁRIO

No exercício de 1965, o Serviço Social Penitenciário distribuía auxílios financeiros, medicamentos, vestuário e ranchos quinzenais aos reeducandos e seus familiares. No Instituto Penal de Readaptação Feminino (Instituto Bom Pastor), é mantido um atendimento permanente, que além de providências, auxílios e visitas às Varas Criminais para conhecimento da história pregressa e atual do sentenciado, trabalha em colaboração com outros técnicos, como psicólogos, psiquiatras, etc...

IV - 1.3.8 - INSTITUTO PSIQUIÁTRICO FORENSE

No decorrer do ano de 1965, o Instituto Psiquiátrico, no cumprimento de suas finalidades específicas expediu 378 laudos psiquiátricos, relativos a 217 pacientes enviados ao Instituto e 161 internados.

O serviço pericial, que se encontrava paralizado, foi reiniciado, sob forma ambulatoria, situação extraordinária que se afasta das normas delineadas pela legislação penal, mas que passou a ser utilizada em caráter de emergência, com a anuên-

cia do Senhor Desembargador Corregedor. Dêste modo, foi possível atender quase tôdas as determinações judiciais. Entretanto, sòmente com a ampliação das dependências do Instituto, poderá êsse serviço ser regularizado.

Ainda, contando com apenas 4 psiquiatras forenses, foi possível melhorar as possibilidades de recuperação dos pacientes internados, graças à instalação de serviços de labor e praxiterapia e de atendimento individual mais frequente.

IV - 1.3.9 - COMISSÃO DE REAPARELHAMENTO PENITENCIÁRIO

A Comissão de Reaparelhamento Penitenciário, no exercício de 1965, dedicou-se ao desenvolvimento de estudos, projetos e execução de obras de conservação. No balanço geral dos trabalhos executados, figuram:

OBRAS NOVAS

Fôro de São Leopoldo

Colônia Penal Agrícola Gen. Daltro Filho - conclusão da construção do Pavilhão da Brigada Militar; construção do pórtico da entrada do presídio; construção de uma pocilga.

Instituto Bom Pastor - início da construção das celas de castigo.

Instituto São Joaquim - construção de pavilhão destinado à sala de recreação.

OBRAS DE RECUPERAÇÃO

Penitenciária Estadual - reparação periódica da cobertura, calhas e condutores; desobstrução do esgoto plúvio-cloacal; reparos em 3 caldeiras; reparos e conservação das bombas de recalque; renovação e modificações totais na canalização de vapor d'água na cozinha, lavanderia, refeitório dos pavilhões A e B;

recuperação dos pátios dos pavilhões A e B (serviços de pedreiro, pintura e serralheiro).

Instituto São Joaquim - revisão e reparos nas instalações elétricas e sanitárias.

Instituto Padre Cacique - colocação de parquê em várias dependências, execução de sanitários e outros reparos.

Instituto Infantil Ipanema - reparos na cobertura e recuperação do parque infantil.

Educandário Rural Nehyta Martins Ramos - reparos na cobertura, execução de uma chaminé, serviços de pedreiro, colocação de vidros, revisão de esquadrias.

PROJETOS ELABORADOS

Cadeia Civil de Guaporé

Cadeias Cíveis de pequeno porte

Ampliação da Cadeia Civil de Carazinho, para atendimento dos municípios de Tapejara, Ibirubá, Colorado, Não Me Toque e Espumoso.

Ampliação da Cadeia Civil de São Luiz Gonzaga.

Estudos para a Cadeia Civil de Guaporé.

Estudos para a reforma da Cadeia Civil de Rio Grande.

Estudos e anteprojeto para o Centro de Recepção e Triagem.

Fôro de Passo Fundo.

ESCOLHA DE TERRENO E LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS

Escolha de terreno para a Cadeia Civil de Bagé.

Escolha de terreno para a Cadeia Civil de Caçapava do Sul.

Levantamento da área de terra situada no morro de Santa Tereza, destinado ao Centro de Recepção e Triagem.

Levantamento da Estrada de acesso referênte à área de terra do ítem anterior.

V I S T O R I A S

Vistoria e execução de reparos na rede elétrica do -
prédio do Fôro de Santiago.

Vistoria técnica no prédio do Fôro de São Luiz Gonza
ga.

IV - 1.3.10 - DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DIVERSÕES PÚBLICAS

O Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diver
sões Públicas, através de sua Divisão de Censura procedeu à
censura prévia dos espetáculos de diversões públicas, nos têr
mos do Decreto nº 2.109, de 23/10/46, entre as quais progra
mas, programações, capítulos de novelas, de rádio, vistos de
censura, programas de televisão e capítulos de peças teatrais.
Foram, ainda, censurados jornais cinematográficos e material de
propaganda de filmes exibidos no Estado.

IV - 1.3.11 - DEPARTAMENTO DE INSTITUTOS PENAIS

1. - Conta o Departamento de Institutos Penais com
os estabelecimentos penais seguintes:

- a) - Penitenciária Estadual, nesta Capital;
- b) - Penitenciária Agrícola, em São Jerônimo;
- c) - Instituto Feminino de Readaptação Social,
nesta Capital;
- d) - 89 cadeias civis, no interior do Estado.

Em 31/12/65, êsses estabelecimentos contavam com u
ma população carcerária de 5.399, assim distribuída:

- 765 - na Penitenciária Estadual
- 765 - na Penitenciária Agrícola
- 62 - no Instituto Feminino de Readaptação So
cial
- 3.804 - nas cadeias civis do interior do Estado

2. - Além do vestuário, do atendimento médico, dentário e social penitenciário, que lhes foi dispensado, foram dispendidos:

Cr\$ 22.724.906 - em assistência farmacêutica; e

Cr\$ 1.083.635 - em alimentação.

IV. 1.4 - SECRETARIA DA FAZENDA

IV.1.4 - SECRETARIA DA FAZENDA

A análise da situação dos negócios do Estado, no momento da instalação dos trabalhos legislativos, ficaria logicamente incompleta se não incluí-se a execução orçamentária de 1963, razão pela qual arrola-se aqui os dados atinentes ao balanço financeiro, que a seguir se examina.

Convém registrar que algumas alterações deverão ser verificadas, no ensejo do encerramento do balanço geral, as quais, entretanto, não serão de molde a desfigurar o resultado provisório ora apresentado.

A Lei nº 9.546, de 22 de dezembro de 1961, orçou a receita em Cr\$236.469 milhões e fixou a despesa em Cr\$260.111 milhões, para o exercício econômico-financeiro de 1963. O déficit previsto foi de Cr\$23.645 milhões.

No decorrer do exercício, e orçamentos sofreu numerosas alterações, tanto qualitativas como quantitativas. As alterações qualitativas resultaram principalmente da distribuição do fundo de estabilização financeira e as quantitativas traduziram-se no aumento do montante da despesa inicialmente fixada.

Demuestra-se, a seguir, de forma sintética, a modificação de que foi passível o orçamento inicialmente votado.

Os créditos ordinários, assim se apresentam:

	Em milhões de cruzeiros
Orçamento inicial	260.111
Mais: suplementações	<u>152.669</u>
	412.780
Menos: reduções	<u>100.584</u>
Créditos ordinários retificados . .	312.196

3.

Essas autorizações de despesa tiveram por cobertura legal os seguintes recursos:

	Em milhões de cruzeiros
Necessidade orçamentária inicialmente prevista	236.465
Maior arrecadação de exercício, estimada	19.320
Operações de Crédito	20.001
Recursos de exercícios anteriores ..	<u>14.774</u>
	290.560

Vigeraram, ainda, em 1965, vários créditos especiais, como segue:

	Em milhões de cruzeiros
Transferidos de 1964	4.098
abertos no exercício	<u>3.813</u>
	7.911

Os recursos que deram cobertura a êsses adicionais, assim se discriminam:

	Em milhões de cruzeiros
Recursos do orçamento de 1965	
Reserva de Dotações	2.010
Maior arrecadação de exercício estimada	<u>90</u> 2.100
Operações de Crédito	3.579
Recursos de exercícios anteriores ...	<u>2.232</u>
	7.911

Além das autorizações já mencionadas teve vigência no exercício um crédito extraordinário no montante de Cr\$... 300.000.000, aberto pelo Decreto nº 17.452, de 20/8/65, des-

tinado a atender as despesas de assistência a flagelados e outros gastos decorrentes da enchente que assolou o Estado.

A despesa fixada para o exercício e os recursos legalmente indicados para sua cobertura financeira, assim se resumem:

Despesa Fixada		Em milhões de cruzeiros
Créditos ordinários retificados		312.196
Créditos especiais		7.911
Crédito extraordinário		<u>300</u>
		320.407

Recursos Financeiros		Em milhões de cruzeiros
Receita orçada	236.465	
Mais: excesso de arrecadação estimado	<u>19.410</u>	255.875
Operações de Crédito		23.580
Recursos de exercícios anteriores		<u>17.006</u>
Recursos financeiros		296.461

Antes de se proceder ao confronto da despesa fixada com os recursos a ela vinculados, deve-se eliminar, destes, os que já haviam sido realizados em exercícios anteriores - operações de crédito e recursos orçamentários - bem como os relativos a empréstimos que não apresentavam possibilidade de realização.

Nestas condições, podem ser levados em conta os seguintes recursos financeiros:

	Em milhões de cruzeiros.
Receita orçamentária reestimada	255.875
Operações de crédito realizáveis	<u>3.580</u>
	259.455

Pode-se agora determinar o resultado presumível do exercício, que se traduz num deficit de Cr\$ 60.952 milhões, conforme se demonstra:

	Em milhões de cruzeiros
Despesa fixada	320.407
Menos: recursos do exercício	<u>259.455</u>
Deficit presumível	60.952

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária é exposta a seguir, sendo - de notar que os dados apresentados são passíveis de pequenas oscilações, tendo em vista que a receita e a despesa realizadas no interior do Estado, no mês de dezembro, foram objeto de levantamento extra-contábil.

Com essa ressalva, passa-se a demonstrar, de forma sintética, o resultado da execução orçamentária:

	Em milhões de cruzeiros
Despesa realizada	306.799
Receita realizada	<u>244.017</u>
Deficit financeiro	62.782

Em confronto com a despesa fixada e os recursos financeiros do exercício, a execução orçamentária pode ser assim apreciada:

RECEITA		Em milhões de cruzeiros
Recursos previstos		
Receita orçada	236.465	
Maior arrecadação estimada	<u>19.410</u>	
Operações de créditos realizáveis	3.580	259.455
Receita realizada		
Receita orçamentária	<u>237.609</u>	
Operações de crédito	<u>6.408</u>	244.017
Menor receita		19.458

DESPESA	Em milhões de cruzeiros
Despesa fixada	320.407
Despesa realizada	<u>306.799</u>
Honor despesa	13.608

	Em milhões de cruzeiros
Deficit presumível	60.952
Mais: menor receita	<u>12.438</u>
	76.390
Menos: menor despesa	<u>13.608</u>

Deficit financeiro	62.782

IV. 1.412 - Dívida Pública

Desprezando a análise da dívida pública que será feita mais apropriadamente ao encargo de levantamento do balanço geral do Estado, relativo ao exercício econômico-financeiro de 1965, procuramos interpretar sucintamente os dados que foram possíveis obter até agora.

É lógico que diversas alterações poderão surgir, até a conclusão daquele ingente trabalho, mas que, contudo, venham a transfigurar as apreciações ora feitas.

Eis como se apresenta a dívida fundada interna, ao término dos exercícios de 1964 e 1965:

Maturação	Posição em 31/12/64 Milhões \$	Posição em 31/12/65 Milhões \$
Dívida Fundada Interna		
a) em apólices	6.715	6.079
b) empréstimos contra títulos	<u>11.720</u>	<u>17.824</u>
	20.465	24.013
	-----	-----

Constata-se, assim, que a dívida consolidada interna acusa um aumento de Cr\$ 3.548.000.000, ao término de exercício de 1965, em relação ao anterior, como decorrência dos resgates e sorções ocorridos na gestão passada; enquanto aumentou o volume dos empréstimos contratados, decaiu o valor dos empréstimos em apólices.

Relativamente à dívida fundada externa, indicam-se somente a posição em 31 de dezembro de 1964, visto não terem sido recebidos do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, até agora, os saldos ao término do exercício passado.

Os títulos da dívida fundada externa que se encontram em circulação em 31 de dezembro de 1964, correspondem a 4,8% das emissões iniciais dos empréstimos em dólares e a 19,6% da emissão inicial do empréstimo em libras, como se vê dos valores abaixo indicados, com a conversão feita às taxas de câmbio vigente a 31 de dezembro de 1965, tal como determina a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Empréstimo em dólares	US\$	Cr\$
Emissão.....	47.000.000,00	103.400.000,000
Amortização	<u>44.729.500,00</u>	<u>98.409.900,000</u>
Em circulação	2.270.500,00	4.990.100,000
	=====	=====
Empréstimo em libras		
Emissão	600.000-00-00	3.480.000,000
Amortização	<u>482.380-00-00</u>	<u>2.797.804,000</u>
Em circulação	117.620-00-00	682.196,000
	=====	=====

É evidente que, no encerramento do exercício de 1965, os montantes dos empréstimos em circulação terão sofrido redução, decorrentes das amortizações verificadas, uma vez que não foram contratados novos empréstimos externos.

Os dados definitivos, entretanto, pendem de comunicação a ser feita pelo Governo Federal, que atende os compromissos externos, para posterior indenização.

É possível, contudo, que o total dêeses compromissos externos se aproxime de 5 bilhões de cruzeiros, com a conversão feita ao câmbio da data do balanço geral.

No que concerne à dívida flutuante, também existem, nesta altura, dados contábeis que permitem dar uma idéia exata de seu volume e composição.

Tomando-se como ponto de partida, porém, a posição da dívida flutuante do Estado existente ao término do ano de 1964, poder-se-á ter uma impressão aproximada de sua evolução em 1965, face ao resultado provisório da execução orçamentária.

Ao término do exercício de 1964, a dívida flutuante do Estado elevava-se a Cr\$ 36.503.788 e pode ser assim decomposta:

Natureza	Milhões de Cr\$
Restos a Pagar	20.351
Serviço da Dívida Externa	754
Serviço da Dívida Interna	3.726
Depósitos	1.698
Débitos da Tesouraria	4.143
Credores Diversos	2.090
Cheques a Pagar	212
Contribuições para Autarquias	3.738
Prefeituras, C/contribuições do Estado	15
Outras Contas	<u>61</u>
	36.788
	=====

Estima-se que a Dívida flutuante haja crescido em valor não inferior a 48,3 bilhões de cruzeiros, no decorso do ano financeiro de 1965, isto é, que tenha aumentada de 36,7 bilhões para 850 bilhões de cruzeiros, ao final do exercício de 1965.

Resumindo todos os elementos até aqui arrolados, pode-se apresentar, com as devidas reservas, a seguinte previvel evolução da dívida pública, de 1964 para 1965:

Natureza	Posição em 31/12/64 Milhões Cr\$	Posição em 31/12/65 Milhões Cr\$
Dívida Fundada Inter na	20.465	24.015
Dívida Fundada Exter na	6.291	5.672
Dívida Flutuante ...	<u>36.728</u>	<u>85.000</u>
	63.494	114.685
	=====	=====

A dívida pública representa, assim, aproximadamente 45% da receita de impostos e 29% da receita geral, prevista para o corrente exercício.

Quando se passa, porém, no exame das várias parcelas componentes da dívida pública, verifica-se que a fundada é sensivelmente baixa, enquanto a flutuante é extraordinariamente elevada.

Com efeito, no passo que a dívida fundada, representando compromissos exigíveis a longo e médio prazos, atinge somente 29,7 bilhões de cruzeiros, a dívida flutuante, significando obrigações assumidas a curto prazo, totaliza 85,0 bilhões de cruzeiros.

Esse volume da dívida flutuante vem se refletindo danosamente na gestão das finanças estaduais, uma vez que gera a impontualidade na satisfação dos compromissos.

Conclui-se, pois, à vista dos dados exibidos, que a providência fundamental para a total regularização da situação financeira do Estado consiste precisamente na consolidação de uma substancial parcela da dívida flutuante.

IV. 1.4.5 - GABINETE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Como unidade central do sistema orçamentário, tem o Gabinete de Orçamento e Finanças dado especial atenção ao problema do aperfeiçoamento do sistema, do processo e dos padrões orçamentários, contando para isso com a cooperação dos órgãos permanentes de orçamento existentes nas Secretarias de Estado e nas Autarquias Estaduais.

Desde a implantação, em 1964, dos novos esquemas de classificação da receita e da despesa segundo as categorias econômicas, de conformidade com o disposto na Lei estadual nº 4.633, de 9 de dezembro de 1963, e da Lei federal nº ... 4.320, de 17 de março de 1964, através das quais um grande-passo foi dado no sentido de aprimoramento das contas do setor público, o Estado do Rio Grande do Sul vem adotando, em sua lei de meios, a programação da despesa.

No orçamento para o exercício de 1964 esta programação descia no detalhe da especificação das metas a serem atingidas e a indicação dos custos unitários estimados para sua realização, porém, a consignação no orçamento geral do Estado, em sucessivos exercícios, de dotações globais para atendimento de despesas com pessoal, por um lado, e os elevados índices de crescimento da taxa inflacionária por outro lado, desfiguravam completamente os custos estimados na época da elaboração orçamentária de vez que, já no início do exercício os mesmos não mais correspondiam à realidade.

Em vista disso, os mencionados quadros foram suprimidos na elaboração das propostas orçamentárias para os exercícios econômico-financeiros de 1965 e 1966, estando porém, possibilitada a sua retomada ao levar em conta a política de estabilização monetária adotada pela União e a instituição, pela Lei nº 5.175, de 22 de dezembro de 1965, do Fundo de Investimentos do Estado do Rio Grande do Sul, cujos recursos a partir de 1967 serão objeto de um Plano de Investimentos.

Na elaboração da proposta geral de orçamento para o exercício de 1966 o Gabinete de Orçamento e Finanças, inspirado nas mais modernas técnicas de planificação e programação de setor público e a exemplo do que já foi feito em 1964, adotou a fixação de tetos para a despesa das Secretarias de Estado e para os órgãos diretamente vinculados à Casa Civil do Gabinete do Governador, tetos esses em correspondência com as possibilidades financeiras do Tesouro.

A experiência obtida com a utilização de idêntico processo para a elaboração da proposta para o exercício financeiro de 1965 permitiu o aprimoramento da sistemática a

aplicada e melhoramentos das informações e dados necessários à sua fixação.

No decurso de 1965, o Gabinete de Orçamento e Finanças, no desempenho de suas funções de órgão de assessoramento, realizou estudos sobre os mais variados problemas financeiros, inclusive os de natureza tributária.

IV. 1.4.3 - CONTADORIA GERAL DO ESTADO

Embora atribuição específica e rotineira, merece destaque especial o trabalho desenvolvido para o levantamento do Balanço Geral do Estado relativo ao exercício econômico-financeiro de 1964, ano em que se adotou no Estado o orçamento programado, bem como as novas normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Essas inovações, não obstante a complexidade que trouxeram para as atividades afetas ao órgão contábil, já de há muito suportando elevada sobrecarga de trabalho, decorrente da expansão da atividade financeira do Estado, com a correspondente ampliação de seus quadros, não impediram que a Divisão de Centralização apresentasse, no prazo constitucional, o Balanço Geral do Estado, peça básica para as prestações de contas governamentais. Esse documento foi acompanhado de ampla e minuciosa análise dos aspectos fundamentais da gestão econômico-financeira.

Através de sua doze Contadorias Seccionais, a Contadoria Geral continuou dando integral cumprimento às tarefas de escrituração e controle da execução orçamentária e das operações de natureza extra-orçamentária levadas a cabo pelos diversos órgãos da Administração Centralizada, prestando-lhes, ainda, a cooperação mediante informações tempestivas e assessoramento assíduo. Além disso, procederam essas delegações ao controle da movimentação e aos inventários dos 28 almoxarifados incorporados ao patrimônio do Estado.

No campo de controle financeiro-patrimonial, menciona-se a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de numerosos processos de tomadas de contas dos agentes responsáveis por

bens e valores. Encontram-se praticamente atualizadas as tomadas de contas dos exatores, dos tesoureiros e dos almoxarifes. Quanto aos responsáveis pelas tesourarias dos serviços de saneamento, foi incrementada a tomada de contas dos meses, sendo de prever que dentro em breve será totalmente recuperado o atraso existente.

A necessidade de intensificar o assessoramento à área da Administração Municipal, motivada pela extinção do Departamento das Prefeituras Municipais, bem como as atribuições cometidas pela Lei nº 4.478, levou a Contadoria Geral a modificar sua estrutura orgânica através da criação de mais uma Divisão, com uma Seção destinada ao trato de autarquias.

Outrossim, no término do período em foco, foi criada a Contadoria Seccional junto à Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado.

IV. 1.4.5 - PROCURADORIA FISCAL

No exercício de suas atribuições durante o ano de 1965, a Procuradoria Fiscal examinou e se pronunciou em 262 processos administrativos, 3.412 autos de inventário e 38 expedientes relativos a atos jurídicos em que o Estado foi parte.

Dispendo de maiores recursos financeiros, mediante a dotação de verbas orçamentárias próprias, e melhor aparelhada de pessoal técnico e administrativo, a partir do exercício de 1964, vem a Procuradoria Fiscal promovendo o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades que lhe estão afetas e a reorganização de seus serviços internos, tais como o de administração, biblioteca, arquivo, inventário etc., - de acôrde com a autonomia de que goza na estrutura da Secretaria da Fazenda.

IV.1.4.6 - TESOURO DO ESTADO

Cumprindo o Tesouro, no exercício de 1965, a tarefa de enfrentar um orçamento deficitário, agradado, inicial-

mente, pelo aumento concedido ao funcionalismo estadual, em base média não inferior a 100%, deparou-se aquele órgão com perspectivas nada suspeiosas, eis que os gastos com pessoal correspondiam a 47,9% da despesa do Estado, situação essa a gravada, posteriormente, a partir de agosto pela violenta e imprevista queda na arrecadação estadual, decorrente das en chentes que assolaram o Estado.

O impacto desses fatores negativos, na execução do orçamento de 1965, foi contrabalançado pelas providências - que a Direção de Tesouro se viu compelida a adotar, sob pena de se ser o Estado lançado em desastroso desequilíbrio finan ceiro.

Entre as medidas adotadas, pelos resultados altamente satisfatórios alcançados, cumpre salientar as seguintes:

1 - Medidas tendentes a aumentar a arrecadação.

- a) organização, sem aumento de número de funcio nários, do Cadastro de Contribuintes nas Exa torias;
- b) racionalização do sistema de pagamento das Exatorias, liberando servidores exacionais - dessas tarefas, permitindo o seu deslocamen- to ao controle da receita;
- c) dinamização da fiscalização;
- d) instituição da fiscalização volante;
- e) reestruturação da Inspeção Geral de Impô- to sobre Vendas e Consignações, com a instala- ção e provimento das Inspetorias Regionais - de Fiscalização;
- f) nomeação de 48 novos fiscais, com lotação sô- mente, no interior do Estado;
- g) melhorias dos serviços dos Postos Fiscais;
- h) revisão das quotas fixas do Impôto sobre - Vendas e Consignações com base nos índices - reais do aumento do custo de vista;
- i) instituição para funcionamento em 1966, dos sistema de fiscalização indireta do impôto- sôbre vendas e consignações, através do con-

- sumidor;
- j) municciamento da fiscalizaçãõ, através do Servço de Recenseamento Fiscal, com dados para combate à senegação;
 - k) planos global e parciais de rodízio, atingimento de todo o Estado, os quais determinaram que os contribuintes se sentissem vigiados, constantemente, pela fiscalizaçãõ;
 - l) conjunto de projetos encaminhados à Assenbléia Legislativa do Estado;
 - m) reequipamento parcial dos Órgãos Centrais do Tesouro do Estado.

2 - Medidas tendentes a reduzir a despesa:

- a) liberaçãõ trimestral de 25% das despesas de custeio;
- b) rigoroso contrõle no pagamento de prestaçãõ-de contas de diárias;
- c) designaçãõ de Grupo de Trabalho para estudar a racionalizaçãõ dos serviços da Diretoria - da Despesa, já que algumas secções apresentavam um rendimento insuficiente;
- d) fixaçãõ, através das circulares n.ºs. 61 e .. 119/65, de esquema de prioridade de pagamentos para as taxas específicas, quotas de retorno, vantagens de pessoal, locaçãõ de imóveis e combustíveis.

Cumpra registrar, porém, que não era lícito proceder a uma maior compressãõ da despesa pública, dado ao caráter - compulsório de grande parcela da mesma, como podemos verificar pelos seguintes dados:

Despesas com pessoal	47,9%
Encargos Gerais do Estado ...	41,8%
Outras despesas Correntes e de Capital	10,3%

Jamais foi tomado, pelo Tesouro do Estado, num só exercício, semelhante conjunto de medidas, cujos resultados - se fizeram e se farãõ sentir a curto, médio e longo prazos ,

tando decidida assistência à fiscalização.

Proseguiu esse órgão no seu afã de dinamizar o exercício das atribuições que especificamente lhe competem; com efeito, no ano transato foram efetuadas 47.053 verificações e lavradas 26.899 notificações e 40.749 autos de infração, apurando-se em sonegação de imposto e imposto em atraso a vultosa importância de Cr\$ 14.687.162.197 contra Cr\$ 7.924.952.235 apurados em 1964.

Ainda, no exercício de 1965, foi criado, junto a Inspetoria Geral de Imposto sobre Vendas e Consignações, o Serviço de Polícia Fiscal o qual propiciará ao fisco as condições indispensáveis à boa execução de determinadas tarefas, quando necessária a intervenção policial para o resguardo da ação fiscal.

tando decidida assistência à fiscalização.

Perseguiu esse órgão no seu afã de dinamizar o exercício das atribuições que especificamente lhe competem; com efeito, no ano transato foram efetuadas 47.053 verificações e lavradas 26.899 notificações e 40.749 autos de infração, apurando-se em sonegação de imposto e imposto em atraso a vultosa importância de Cr\$ 14.697.162.197 contra Cr\$ 7.924.952.235 apurados em 1964.

Ainda, no exercício de 1965, foi criado, junto à Inspetoria Geral de Imposto sobre Vendas e Consignações, o Serviço de Polícia Fiscal o qual propiciará ao fisco as condições indispensáveis à boa execução de determinadas tarefas, quando necessária a intervenção policial para o resguardo da ação fiscal.

IV. 1.5. - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Dentro do mais sábio respeito à soberania dos Poderes, manteve esta Pasta, durante o exercício de 1965, o melhor entendimento com o Egrégio Poder Judiciário, objetivando por todos os meios de que dispunha, prestigiar a ação da Justiça, bem como a dos agentes do Ministério Público, cultivando, igualmente, com a Colenda Assembléia Legislativa e as Câmaras Municipais, as mais francas relações.

Constituindo-se esta Secretaria em Órgão de cúpula da Política de Segurança do Estado, tem planejado, organização, coordenado e controlado as atividades policiais ostensivas, preventivas e repressivas.

Ainda com relação à Política de Segurança desenvolvida pelo Governo através desta Secretaria, cumpre ressaltar as relações de perfeito entendimento e mútua colaboração que temos mantido com o III^o Exército e com os demais Órgãos Federais de Segurança Pública, no sentido de alcançar a mais rápida consolidação do movimento revolucionário de 31 de março de 1964.

Paralelamente às medidas de segurança preconizadas para o melhor atendimento dos serviços policiais, esta Secretaria estruturou todos os seus órgãos, inclusive a Escola de Polícia.

IV. 1.5.1 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

Graças ao esforço e dedicação de um grande número de servidores, foi possível levar a efeito a estruturação do Departamento, adaptando-o à realidade das solicitações do novo espírito de eficiência e dinamismo exigidos pelo momento atual.

Outra grande conquista levada a efeito no exercício recém findo, foram as novas instalações, já quase concluídas, no Edifício Santa Luzia, onde, em ambiente mais amplo e arejado, encontra-se instalado o Departamento de Polícia Civil, exceção feita às Delegacias de Costume e Furtos.

No que diz respeito ao elemento humano, graças a dedicação do corpo docente da Escola de Polícia, foi possível formar 445 novos funcionários nas diversas carreiras, vindo assim possibilitar um melhor atendimento nos serviços policiais.

Cumpre-me, ainda, acrescentar a estreita colaboração mantida com o Ponto IV que possibilitou a especialização e aprimoramento de diversos funcionários policiais nos Estados Unidos, com grande proveito para a organização.

IV. 1.6. - BRIGADA MILITAR

1. DESTACAMENTOS POLICIAIS

Com a criação de vinte e quatro novos Municípios, durante o ano de 1965, tem sido constantemente solicitada a criação de novos destacamentos, bem como o aumento do efetivo dos já existentes. No esforço de bem servir a população, foram criados novos destacamentos nas localidades de Barros Cassal, Cruzeiros do Sul, Mostarda, São Marcos, Barracão, ~~Cam~~bará do Sul, Fermigueiro, Liberato Salzano e Portão.

2. POLICIAMENTO NA CAPITAL

O 1º Batalhão Policial, com um efetivo de 480 homens é todo empregado no serviço de policiamento da Capital, mantendo os seguintes destacamentos:

- a) - Destacamento do 5º Distrito, com 70 policiais em serviço, por dia.
- b) - Destacamento do 9º Distrito, com 123 policiais em serviço, por dia, perfazendo um total de 193 policiais.

Os demais são empregados em policiamento preventivo-ostensivo, sob o título "Serviços Diversos", estando distribuídos nos seguintes locais: Estação da Viação Férrea, Estação Rodoviária, Diretor Pestana, Santa Casa, Hospital Santo Antônio, Pronto Socorro Municipal e Tribunal do Trabalho.

3. GUARDAS ESPECIAIS

- a) - O 1º Batalhão de Guardas, emprega 270 homens nos Destacamentos Especiais e nas Guardas de Prédios Públicos.

4. ADMINISTRAÇÃO E VIGILÂNCIA DE PRESÍDIOS E CADEIAS

Na Capital do Estado a Brigada Militar manteve, no ano que ora findou, a Guarda externa da Penitenciária Estadual.

Na Penitenciária Agrícola General Daltro Filho,

no município de São Jerônimo, há em caráter permanente, para a sua segurança, um contingente da Fôrça.

No interior a Brigada Militar mantém a vigilância e a Administração de 88 Cadeias Cíveis, empregando, em média, 628 homens para a sua segurança, diariamente.

5. INSTRUÇÃO DOS QUADROS

a) - Cursos normais da Fôrça

Durante o ano letivo de 1965, funcionaram normalmente os diversos cursos previstos no RGE, tanto no CIM, como em diversas OOMM da Capital e Interior do Estado. Concluíram os diversos cursos:

1) - C A O	23 oficiais
2) - C F O	51 cadetes
3) - C F S C	30 Al Sgts
4) - C F S S	19 Al Sgts
5) - C F S B	29 Al Sgts
6) - C F C G	150 Als Obs

b) - Cursos Especiais

Afora os cursos normais previstos no RGE, funcionaram, ainda, na Fôrça os seguintes cursos especiais:

- 1) - Informações e Contra-Informações, organizado pelo EMG, frequentado, com bom aproveitamento, por 50 oficiais e 4 sargentos.
- 2) - Curso de Armas Automáticas, que funcionou no Sv M B e no qual foram matriculados 11 Aspirantes a Oficial, que o concluíram com bom aproveitamento.

c) - Cursos fora do Estado

Visando seu aprimoramento cada vez maior dos componentes da Fôrça, foram envidados todos os esforços no sentido de que oficiais e praças frequentassem cursos fora do Estado, tanto em outros Estados como no Exterior.

Em consequência, a força foi contemplada com vagas nos seguintes cursos:

I - Estado da Guanábara

- 1) Curso de Especialização em Meios de Comunicação Audio Visuais, mantido pelo Ponto IV e frequentado por 4 oficiais da BM;
- 2) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Nacional, frequentado por 2 Oficiais;
- 3) Curso de Comunicações do Exército, frequentado por 1 oficial;
- 4) Curso de Mergulhadores da Marinha do Brasil, frequentado por 1 sargento.

II - Estados Unidos

Patrocinado pelo Ponto IV, 5 oficiais frequentaram, em 1965, Cursos nos Estados Unidos.

6. SERVIÇO RÁDIOCOMUNICAÇÕES

Além das estações-rádio já existentes, o Sv R Com instalou, em 1965, mais duas estações radiotelegráficas, sendo uma na cidade de Marcelino Ramos e outra em Nonoai.

Nesta Capital, foram instaladas mais quatro estações em VHF, aumentando assim, a rede-rádio que liga o Comando da Brigada às Unidades sediadas em Porto Alegre. As estações foram instaladas:

- Hospital da Brigada Militar
- Serviço de Intendência
- 2ª Cia do 3º Batalhão Policial
- Corpo de Bombeiros (ainda não está em funcionamento)

Assim sendo, a Brigada Militar conta atualmente com 43 estações em HF (ondas curtas) ligando o Comando às Unidades e Destacamentos mais importantes no interior; 11 esta-



ções em VHF ligando o Comando às Unidades e Serviços nesta Capital.

7. NOVO HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE PÓRTO ALEGRE

Obra em construção no morro do Cristal, financiada mediante contribuição espontânea de um dia de vencimentos durante cinco meses, dos servidores ativos e inativos da Corporação e de dotações orçamentárias e especiais do Governo Estadual. Terá 7.000 m² de área construída, com 5 pavimentos em estrutura de concreto armado. Será um hospital aberto à população civil do 6º distrito. Terá uma capacidade de 300 leitos e a sua construção se encontra em fase adiantada de concretagem da 1ª laje.